



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 1645-5657

População e
Sociedade

B
tema

Revista de Estudos Demográficos

nº 38



Ano de edição 2006

FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente da Direcção

Alda de Caetano Carvalho

Composto

DDP - Dep. de Difusão e Promoção

Capa e Composição Gráfica

INE - Departamento de Difusão e Clientes

Impressão

DFA - Dep. Financeiro e Administrativo

Tiragem

500 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal n.º: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 15,00 (IVA incluído)

DIRECÇÃO EDITORIAL:

Editor Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), Lisboa

Jorge Arroteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria Ioannis Baganha - Universidade de Coimbra

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

O INE na Internet

www.ine.pt

“Pretende-se, por esta forma, que a revista seja o repositório de tudo o que interessa ao apuramento dos problemas nacionais ligados ao estudo da população. Para que tal se consiga é necessário que tenha o auxílio de todos quantos possam contribuir com o fruto do seu labor para lhe dar merecimento e vitalidade.

António de Almeida Garrett in Apresentação do nº1 da Revista de Estudos Demográficos, datada de 15 de Junho de 1945.

Apresentação

O ano de 2005 assinala os sessenta anos da Revista de Estudos Demográficos cujo primeiro número foi editado, pelo Instituto Nacional de Estatística, em Junho de 1945 para cumprir a missão atribuída ao Centro de Estudos Demográficos, criado no ano anterior. A revista tornou-se, desde logo, uma referência na divulgação dos estudos que caracterizam a evolução demográfica nacional e o seu enquadramento no contexto e conta com a colaboração de reconhecidos demógrafos estrangeiros, entre os quais, *Alfred Sauvy, Herman Schubnell, Jean-Claude Chesnais, Roland Pressat e Vaino Kannisto.*

Uma menção especial é devida ao papel dinamizador do prestigiado demógrafo nacional, *Joaquim Pais de Morais*, quer como responsável pela revista quer como autor de um elevado número de artigos de elevada qualidade cuja publicação iniciou com o primeiro número da revista.

Reeditada em Junho de 2002, depois de um interregno de quase dez anos, a revista tem, desde então, dois números anuais, sendo um número temático, o do primeiro semestre, e outro generalista.

O presente número da RED aborda um conjunto de temas tais como a população feminina e as transições familiares nas regiões de Lisboa e dos Açores, a análise dos calendários da fecundidade e nupcialidade em Moçambique e as alterações ocorridas em Portugal na estrutura etária da mortalidade devida ao vírus da imunodeficiência humana (VIH/SIDA). Apresenta ainda uma caracterização socio-demográfica e os indicadores de integração dos imigrantes de leste residentes em Portugal, bem como uma reflexão sobre as perspectivas de desenvolver as estatísticas da emigração, com base nos métodos e fontes. Finalmente, um artigo que se pretende como referência sistemática da RED, no segundo semestre de cada ano, que analisa a situação demográfica do país com base na informação mais recente. Nas notas e documentos divulga-se uma série de indicadores demográficos relativos à fecundidade, à nupcialidade, e às migrações para os distritos do continente, reconstituídos, e os dois arquipélagos durante o período 1890 a 1981.

Os nossos agradecimentos endereçam-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que conosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

Novembro 2005

Índice

Artigo 1º

- A população feminina e as transições familiares através da demografia 5
The Female Population and familiar transitions through out the Demography

Piedade Lalanda

Artigo 2º

- Imigrantes de Leste em Portugal 31
Eastern European Immigrants in Portugal

Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis

Artigo 3º

- Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas) 47
Portuguese emigration (Retrospective statistics and thematic reflections)

Humberto Moreira

Artigo 4º

- A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária 67
The mortality by HIV/AIDS in Portugal: changes in structure age

Maria dos Anjos Leitão de Campos

Artigo 5º

- Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários 79
Fertility and nuptiality in Mozambique: calendar analysis

Sónia Cardoso

Artigo 6º

- A Situação Demográfica Recente em Portugal 111
The demographic changes in Portugal

Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Notas e Documentos

- Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981 141
Demographic Indicators in Portuguese Regions: 1890 and 1981

Isabel Tiago de Oliveira



A população feminina e as transições familiares através da demografia

Autora: Piedade Lalanda

Doutorada em Ciências Sociais – Sociologia, pela Universidade de Lisboa (Instituto de Ciências Sociais)

Email: piedade.lalanda@clix.pt

Resumo:

O presente artigo tem por objectivo comparar dois acontecimentos que marcam a vida das mulheres, o casamento e o nascimento do primeiro filho, a partir dos dados estatísticos da Demografia, tendo por regiões de referência os Açores e Lisboa.

Ao mesmo tempo que caracteriza a população feminina em idade fértil, entre os 15 e os 49 anos, pretende-se entender que características têm as mulheres açorianas e lisboetas quando casam ou são mães e, em que medida, essa condição tem sofrido alterações nas últimas décadas.

Palavras Chave: Transições, Família, Casamento, Maternidade, Percurso, Açores, Lisboa, Demografia.

Abstract

This paper compares two familiar events who affect women's life, marriage and birth of the first child. We support our analysis on demographic statistics of two Portuguese regions: Azores and Lisbon.

We pretend to characterise the female population between fifteen and forty nine years old, especially when they become married women and mothers, and compare women from Azores and from Lisbon, at those transition moments, in the last decades.

Key words: Transition, Private Household, Marriage, Childbirth, Life cycle, Azores, Lisbon, Demography.

The Female Population and familiar transitions through out the Demography

“A estatística desempenha um papel essencial; mas a sua função é a de indicador, assinalando as variações específicas no modo como as pessoas são apanhadas numa rede de relações”

Norbert Elias, (1999)

Introdução

O início da vida conjugal e o nascimento do primeiro filho são acontecimentos que podemos, de alguma forma, mapear através das fontes estatísticas demográficas. A quantificação destes registos não invalida a necessidade da sua interpretação interdisciplinar, já que os comportamentos subjacentes aos fenómenos quantificados pela demografia só encontram explicação numa leitura fundamentada no olhar das ciências sociais.

Pretendemos identificar as principais características da população feminina portuguesa, aquando da entrada na conjugalidade e do nascimento dos filhos, em particular o primeiro, comparando duas regiões portuguesas, cujos indicadores demográficos permitem configurar realidades sociográficas diferentes e contrastantes: Lisboa e Açores.

Os indicadores demográficos seleccionados visam caracterizar os actores femininos, em particular as mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos¹ quando confrontadas com o casamento e o nascimento dos filhos, e os fenómenos em estudo, ou seja a nupcialidade e a fecundidade. Assim, pretende-se perceber em que contexto ocorre o casamento e o nascimento dos filhos, enquanto acontecimentos que marcam a trajetória de vida das mulheres.

A abordagem tem, porém, as suas limitações. Podemos traçar um perfil a partir dos registos estatísticos mas, dificilmente compreenderemos a importância do casamento, nas ilhas açorianas ou mesmo em Lisboa, se não conhecermos, por exemplo, os papéis sociais de género que orientam a vida das mulheres. As taxas de natalidade ou mesmo a taxa e o índice de fecundidade nada nos dizem sobre a representação e o uso da contracepção. Estes indicadores demográficos só têm pleno significado quando se conhecem, por exemplo, a importância atribuída à criança na família e na sociedade ou a participação social da mulher, em particular a sua inserção no mercado de emprego.

Os registos de casamento são outro fenómeno que carece de uma leitura sociológica e antropológica.² A nupcialidade quantificada segundo a forma (rito católico ou civil) está longe de medir o modo de entrada na vida conjugal. A coabitação ou a união de facto entre indivíduos com estados civis diversos (até mesmo casados) são alguns exemplos da profícua variedade de situações que se encobre por detrás de um indicador, aparentemente simples, da forma do laço nupcial ou mesmo do estado civil.

Assim sendo, uma análise demográfica não caracteriza por si só os fenómenos familiares, neste caso a nupcialidade e a fecundidade, mas constitui um olhar complementar de uma realidade dinâmica e diversa que outras metodologias poderão aprofundar e explicar.

“La diversification des méthodes de collecte des données s'impose: l'enquête démographique quantitative classique doit être complétée par des entretiens qualitatifs. Il est en effet illusoire d'espérer mesurer des attitudes ou encore évaluer les rapports de pouvoir, les statuts et les rôles au moyen d'une méthodologie quantitative.”

Charbit, 1999, p.30

¹ A faixa etária 15-49 anos corresponde, estatisticamente, à idade fértil.

² O texto por nós divulgado no Iº Congresso Português de Demografia (Set.2000) e publicado na Revista Sociologia Problemas e Práticas, nº39 de 2002, pp.69-84, procurou demonstrar a aparente contradição entre o casamento civil maioritário nos Açores e a realidade sociocultural onde predomina o matrimónio católico. Apesar de os registos da Diocese revelarem percentagens elevadas de celebrações de matrimónio, na prática os jovens casam primeiro pelo civil, em grande parte, para beneficiar dos apoios à aquisição de habitação própria, conforme demonstra o cruzamento entre as alterações à percentagem de casamentos civis e a introdução de legislação nesse sentido. Um dos factores importantes a considerar nesse processo reside no condicionalismo das idades do casal, que não deve somar mais de 55 ou 60 anos.

O nosso objectivo é o de tentar perceber quais as principais mudanças que se têm vindo a operar na população portuguesa feminina, em particular nos Açores e em Lisboa (designação abreviada de Lisboa e Vale do Tejo), e procurar situar o modo como as mulheres têm vivido as transições familiares, ou seja, que características sociais apresentam no momento de entrada na conjugalidade e aquando do nascimento dos filhos. Iremos delinear, por um lado, os principais traços que caracterizam a população feminina portuguesa nas últimas décadas, através do estudo de algumas variáveis sociográficas, nomeadamente: a estrutura etária, o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho. Recorremos para o efeito aos Recenseamentos da população (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)³. Por outro lado, iremos caracterizar as transições familiares em estudo (início da vida conjugal e nascimento do primeiro filho) recorrendo aos dados publicados sobre “o casamento” e os “nados-vivos” nas estatísticas demográficas (1960-2003).

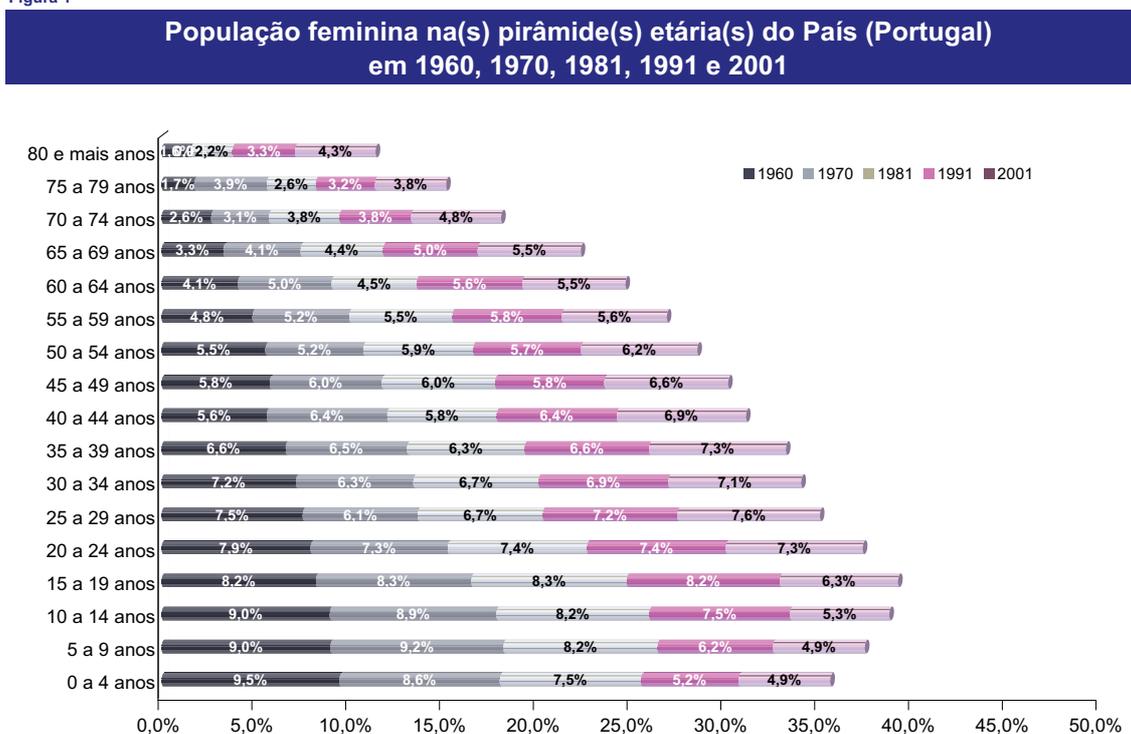
Em alguns quadros, e sempre que a variável idade é referida, limitamos os dados aos grupos etários entre os 15 e os 49 anos, de forma a entender a população mais directamente envolvida nas transições familiares analisadas.

1. Caracterização da população feminina (1960-2001)

1.1 - A população feminina segundo o grupo etário

Uma análise das pirâmides etárias da população portuguesa permite constatar, nos dados referentes às mulheres (“lado feminino”), um alargamento do topo e um estreitamento da base, o que configura uma tendência para o envelhecimento da população.

Figura 1



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

Nascem menos crianças e há mais mulheres mais velhas, fora do universo das idades activas ao nível da fecundidade (50 e mais) e ao nível do mercado de trabalho (65 e mais). Numa imagem caricaturada, diríamos que há mais avós do que netos.

Analisando a figura n.º1, podemos ainda constatar um aumento dos grupos etários com mais de 25 anos, entre 1960 e 2001, o que contrasta com a progressiva diminuição dos grupos etários mais jovens.

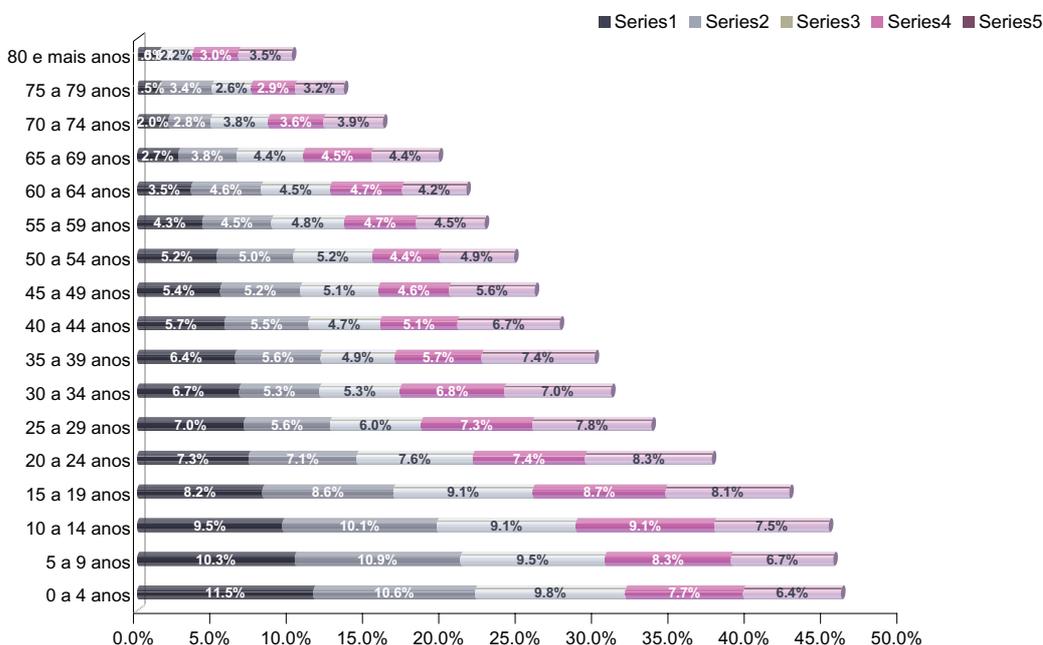
³ Alguns quadros têm por base todos os recenseamentos referidos, outros não, por ausência de informação publicada. Os recenseamentos não estão uniformizados em termos de quadros estatísticos.

Comparando a população portuguesa no seu todo com a que caracteriza a pirâmide etária feminina nos Açores e em Lisboa (ver figuras n.ºs 2 e 3), verifica-se um fenómeno semelhante, sobretudo em Lisboa, onde se regista um decréscimo acentuado da população infantil a partir de 1981. De notar o facto de, por um lado, nascerem menos crianças mas, por outro, há menos que morrem no primeiro ano de vida.⁴

No caso dos Açores (Figura 2) regista-se uma percentagem ligeiramente superior de crianças, o que em parte decorre dos valores mais elevados da natalidade e da fecundidade nesta Região.⁵ Os grupos etários entre os 15 e os 49 anos, parecem recuperar efectivos depois do défice provocado pela emigração, para os Estados Unidos e Canadá, ocorrida nas décadas de 60 e 70⁶. Este aumento percentual é claro nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos.

Figura 2

População feminina na(s) pirâmide(s) etária(s) da Região Autónoma dos Açores em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

No caso lisboeta (figura 3), a população feminina entre os 20 e os 39 anos recupera efectivos em 2001 depois de uma manifesta tendência para diminuir registada nas décadas anteriores. Também aumenta o peso relativo dos grupos etários femininos que configuram a denominada terceira idade, ou seja entre os 65 e os 79 anos.

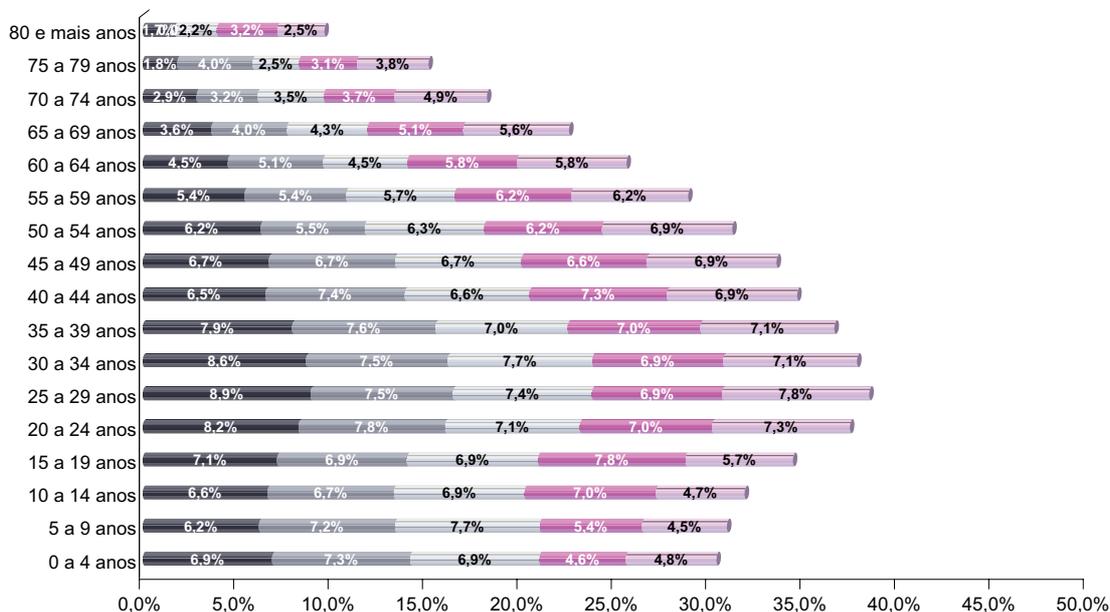
⁴ No caso dos Açores, um dos contributos importantes para a diminuição dos valores da mortalidade infantil foi sem dúvida a introdução do Plano materno-infantil que a partir de 1959 criou em todas as ilhas “postos” de atendimento a grávidas e aumentou a assistência de Enfermagem nos partos que ocorriam no domicílio.

⁵ Veja-se mais adiante a evolução de alguns indicadores demográficos.

⁶ Registe-se a propósito que a emigração açoriana para a América foi sobretudo feita em grupos familiares e não de indivíduos isolados.

Figura 3

População feminina na(s) pirâmide(s) etária(s) da Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

1.2 – A população feminina (entre os 15 e os 49 anos) segundo o nível de escolaridade (Censos de 1981, 1991 e 2001⁷)

Ao longo das últimas décadas, a escolarização da população portuguesa tem sido objecto de várias reformas cujos objectivos foram, inicialmente, de combate ao analfabetismo e, posteriormente, de prolongamento do tempo de permanência dos jovens no período de formação.

Marcado por um desfasamento entre mulheres e homens em termos do ritmo de escolarização, o peso relativo das mulheres, com dez ou mais anos, que foram consideradas analfabetas no Censos de 2001 (sexo feminino – 10,4 % e sexo masculino – 5,6 %) decresceu em relação ao passado (recenseamento de 1960⁸ - sexo feminino 36,7%, sexo masculino –24,8%).

Analisando apenas a escolarização da população feminina na faixa etária entre os 15 e os 49 anos nos censos de 1981, 1991 e 2001 (ver anexo 1), é evidente o efeito da alteração da escolaridade obrigatória, sobretudo a passagem dos quatro para os seis anos, entre as mulheres com mais e as com menos de vinte anos. Apesar de ainda não representarem valores significativos, começam a ser visíveis os efeitos da reforma de 1986 que prolongou essa escolaridade para os nove anos. Em 2001, 47,7% das mulheres açorianas entre os 15 e os 19 anos tinham completado o 3º ciclo, sendo esse valor de 60,7% na Região de Lisboa e de 58,7% a nível nacional.

Apesar da crescente escolarização das mulheres portuguesas é um facto que Portugal ainda está longe da média europeia, sobretudo quando se analisa o nível de estudos da população feminina, entre os 20 e os 24 anos, que completou o ensino secundário ou superior. Em 2004⁹, 77% da população feminina dos países que integram a Europa a 15, estava habilitada com esse nível mínimo de formação o mesmo acontecendo para 79,6% das mulheres da Europa a 25. Enquanto que em Portugal apenas 58,8% das mulheres tinham completado o secundário ou ensino superior. Note-se que, em termos de escolarização feminina, Portugal apresenta uma das mais baixas percentagens no todo europeu, apenas superior à de Malta (48,7%).

⁷ Os censos de 1960 e 1970 não apresentam a população por sexos e grupos etários conjugada com o nível de escolaridade atingido, nas Regiões de Lisboa e Açores.

⁸ População com mais de 7 anos (INE, Recenseamento de 1960)

⁹ Fonte: Eurostat (2004)

Quando se compara a escolarização da população feminina nas regiões de Lisboa e dos Açores, podemos concluir que esta, muito lentamente, tem vindo a possuir níveis mais elevados de escolaridade, sendo significativo o aumento do número de mulheres, no grupo etário entre 25 e 29 anos, habilitadas com um nível de ensino superior, de 5,1% em 1981 passou para 22,7% em 2001 no todo da população portuguesa, correspondendo a 31,9% na região de Lisboa e a 15,8% na região Açores. Em termos do ensino básico e, apesar de os quatro anos serem exigidos como o mínimo de frequência escolar desde 1964, encontramos percentagens elevadas de mulheres com mais de 25 anos (Açores e total do País) que apenas completaram o primeiro ciclo. Lisboa revela uma maior escolarização das mulheres, sendo menor a percentagem das que apenas possuem quatro anos de escolaridade, mesmo ao nível dos grupos etários com mais de quarenta anos. O inverso também se verifica, ou seja, nos níveis de escolaridade mais elevados, Lisboa regista os valores mais elevados.

Apesar dos diferentes ritmos de crescimento, o aumento da escolarização da população feminina tem sido progressivo e evidente, sobretudo ao nível do ensino superior, onde é cada vez mais significativo o número de mulheres licenciadas, facto que influencia directamente a qualificação dos recursos humanos femininos na população activa¹⁰.

1.3 – A população feminina segundo a condição perante o trabalho (1960-1991)

Ao aumento progressivo da escolarização da população portuguesa, neste caso das mulheres, correspondem mudanças claras na sua posição perante a actividade económica. São cada vez menos as mulheres que assumem uma condição de doméstica e, por consequência, a taxa de actividade feminina aumentou de forma notória nas últimas décadas, particularmente desde os meados dos anos 70.

Uma análise dos recenseamentos em termos da condição perante o trabalho das mulheres segundo o grupo etário (ver quadro 1), permite-nos verificar a importância da condição activa nos grupos etários entre os 25 e os 40 anos.

Apesar disso, a Região Autónoma dos Açores apresenta percentagens mais baixas de mulheres activas (1981 - 22,8%, 1991 - 40% e 2001 - 56,1%), sobretudo quando comparada com Lisboa e Vale do Tejo (1981 – 57,7%, 1991 – 64,2% e 2001 – 75,2%). O peso das domésticas naquela Região Autónoma, em 2001 ainda é bastante significativo (23,8% da população entre os 15 e os 49 anos), mesmo nos grupos mais jovens (15-19 anos: Açores – 9,6% e Lisboa – 1,2%; 20-24 anos: Açores – 14,6% e Lisboa – 1,6%).

¹⁰ Em 1991, nos Açores, as mulheres com um nível de ensino médio ou licenciatura completos representavam 14,3% da população activa enquanto, apenas 4,4% dos homens activos possuíam o mesmo nível escolar; na Região de Lisboa e Vale do Tejo, registávamos 13,1% de mulheres e 9,2% de homens; a nível do todo nacional as mulheres com nível médio ou licenciatura completos representavam 12,3% e os homens 8,4%.(INE,1991)

Quadro 1

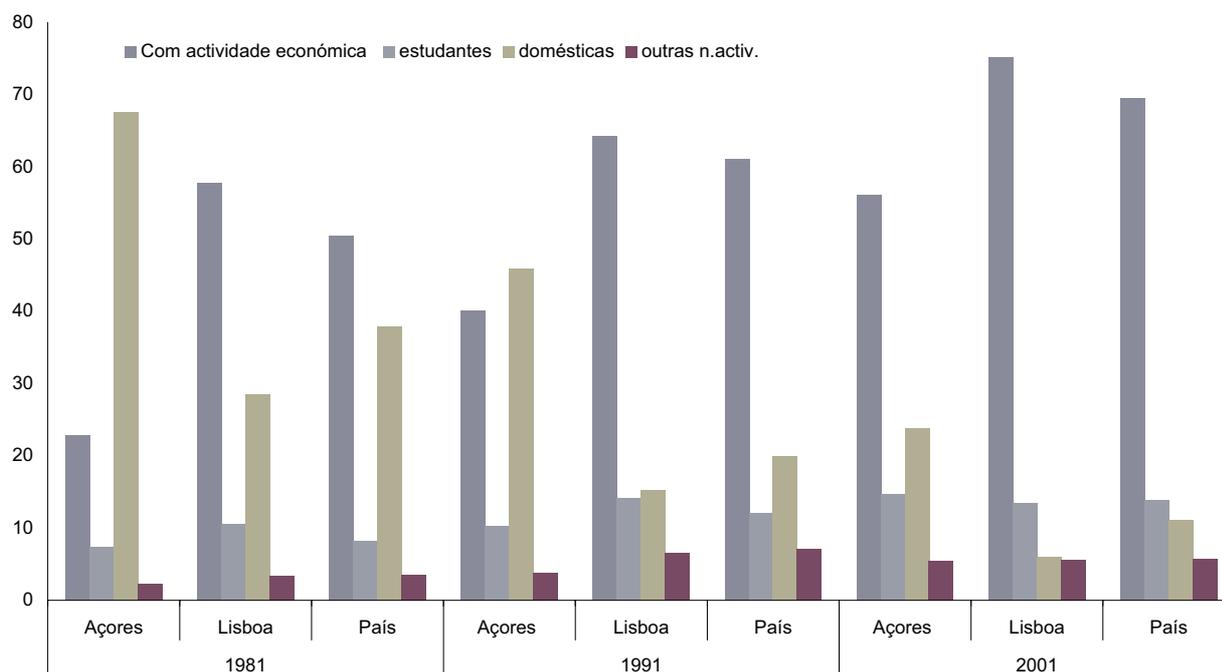
Distribuição da população feminina, entre os 15 e os 49 anos segundo a condição perante o trabalho (censos de 1981, 1991 e 2001) – (%)														
Condição p/ trabalho		C/om actividade			Domésticas			Estudantes			Reformadas e outras			Total
G. Etário	Região	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	
15-19	Açores	17,6	23,1	21,8	54,6	31,5	9,6	25,9	42,4	64,0	1,2	4,0	4,7	100,0
	Lisboa	31,5	24,5	21,7	11,1	4,4	1,2	55,8	66,5	73,1	1,6	4,6	4,0	
	Pais	42,3	34,7	23,4	20,6	7,7	2,2	35,2	52,7	70,3	1,9	5,0	4,2	
20-24	Açores	29,3	46,5	56,8	63,5	38,9	14,6	6,0	10,9	23,6	1,1	3,7	4,9	
	Lisboa	62,6	64,3	64,5	19,5	8,0	1,6	16,5	21,9	28,8	1,3	5,8	4,8	
	Pais	59,0	64,7	64,1	29,1	11,8	3,8	10,4	17,5	27,3	1,5	5,4	4,8	
25-29	Açores	28,4	50,4	72,2	66,9	45,3	20,2	4,7	1,3	3,6	1,3	3,1	4,0	
	Lisboa	72,6	79,2	88,8	24,6	12,9	3,3	1,6	2,7	3,4	1,2	5,1	4,6	
	Pais	62,4	74,1	85,0	35,0	18,0	6,8	1,1	2,3	3,5	1,6	5,6	4,7	
30-34	Açores	26,3	47,3	68,7	71,6	49,3	26,1	0,1	0,4	0,6	1,6	3,0	4,6	
	Lisboa	69,1	78,5	88,7	29,1	15,8	5,6	0,3	0,6	0,7	1,6	5,1	5,0	
	Pais	56,3	72,3	83,3	41,2	21,4	11,0	0,2	0,5	0,6	2,2	5,8	5,1	
35-39	Açores	22,6	44,3	65,8	74,5	52,2	29,5	0,0	0,2	0,2	2,8	3,4	4,5	
	Lisboa	61,9	76,0	87,0	35,1	17,9	7,5	0,2	0,2	0,3	2,8	5,8	5,2	
	Pais	49,2	69,0	79,9	47,3	23,9	14,5	0,1	0,2	0,2	3,4	6,9	5,4	
40-44	Açores	18,5	38,9	58,5	78,0	56,3	35,1	0,0	0,2	0,0	3,4	4,7	6,4	
	Lisboa	55,3	70,4	84,2	39,5	21,7	9,7	0,1	0,2	0,2	5,2	7,7	6,0	
	Pais	43,7	62,0	75,4	50,6	28,4	17,9	0,1	0,2	0,1	5,7	8,8	4,6	
45-49	Açores	16,2	31,2	50,5	77,4	60,9	39,4	0,0	0,3	0,0	6,4	7,6	10,0	
	Lisboa	48,2	60,7	79,2	41,9	27,3	11,8	0,0	0,2	0,1	9,8	11,8	8,9	
	Pais	39,2	53,0	68,9	51,0	33,9	21,4	0,0	0,2	0,1	9,8	12,8	9,6	
Total	Açores	22,8	40,1	56,1	67,6	45,9	23,8	7,3	10,2	14,7	2,3	4,0	5,4	
	Lisboa	57,7	64,2	75,2	28,5	15,2	5,9	10,5	14,1	13,4	3,3	6,5	5,5	
	Pais	50,4	61,0	69,5	37,9	19,9	11,0	8,2	12,0	13,8	3,6	6,9	5,7	

Fonte: Recenseamento da População - 1981 e 1991

Olhando ainda os dados dos recenseamentos (ver quadro1), é notória a diferença existente entre Açores e Lisboa no que toca à percentagem de *estudantes* nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos. Em 1991, nos Açores, encontramos 64% de mulheres entre os 15 e os 19 anos na condição de *estudantes*, enquanto na região de Lisboa esse valor atinge os 73,1%. No entanto, no grupo etário entre os 20 e os 24 anos se, em 1991 apenas 10,9% das açorianas ainda eram estudantes, em 2001 registamos 23,6%, valor próximo da média nacional. Na região de Lisboa 28,8% das mulheres entre os 20 e os 24 anos mantém a condição de estudante.

Figura 4

Distribuição da população entre os 15 e os 49 anos, segundo a condição perante o trabalho (Censos 1981, 1991 e 2001) – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1981, 1991 e 2001)

A figura anterior (nº4) é bem ilustrativa das diferenças na condição perante o trabalho das mulheres nos Açores e em Lisboa, apesar de ser evidente a diminuição entre 1981 e 2001 do número de domésticas naquela Região Autónoma e do aumento das que passaram a activas.

A esta estrutura activa irá corresponder, como adiante veremos, um peso maior nos Açores de casais onde apenas o homem é a fonte do rendimento económico familiar. A imagem do sustento masculino que se contrapõe a uma mulher doméstica e mãe de família sobressai destes dados o que, aliado a uma fraca escolarização dificulta a inserção profissional das mulheres açorianas no mercado de trabalho.

1.4 – A população feminina segundo o estado civil (1960, 1981, 1991¹¹ e 2001)

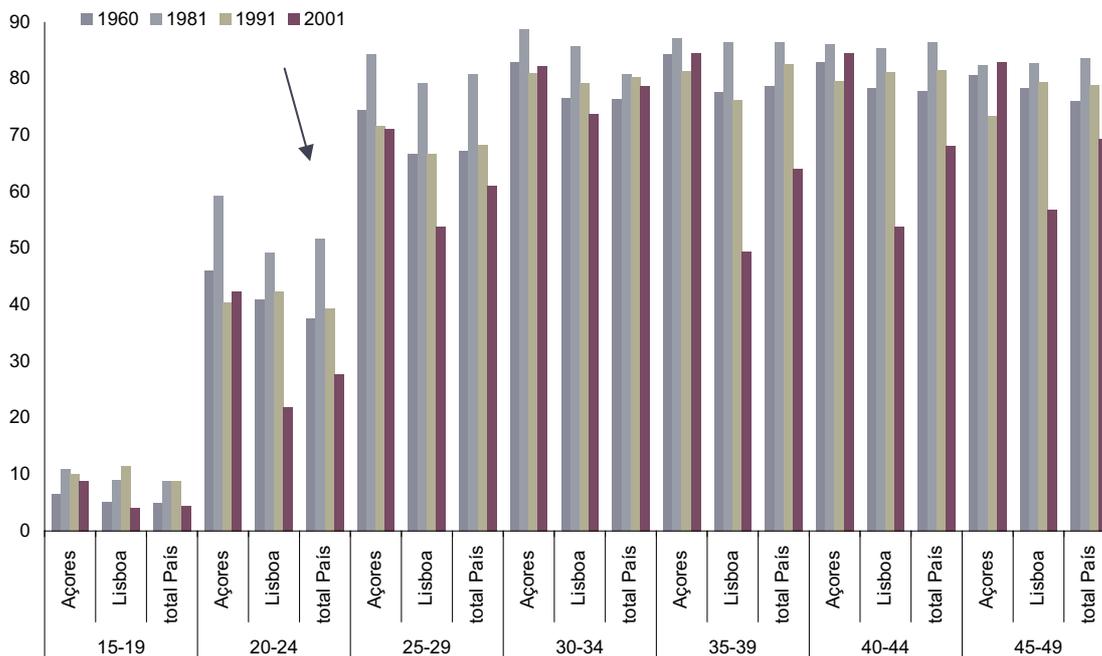
Retomando a condição de doméstica que ainda caracteriza a população feminina açoriana, em particular nos grupos mais jovens, podemos adiantar uma justificação quando se analisa o peso relativo dos casamentos antes dos vinte anos nesta região. Este facto poderá levar algumas mulheres açorianas a desistir, quer do prosseguimento de estudos, quer de uma vida activa, para se dedicarem à “família”. Uma análise da população feminina segundo o estado civil por grupo etário permite registar uma diferença significativa entre a região dos Açores e a de Lisboa, de modo especial no grupo etário dos 20 aos 24 anos, onde se regista, em 2001, um maior número de mulheres açorianas casadas (42,3%) do que entre as lisboetas (22%).

Aparentemente, a mulher açoriana abandona a escola bastante mais cedo do que a lisboeta e não ingressa, em número tão significativo, no mercado de trabalho, assumindo a condição de doméstica, mesmo que isso signifique ficar em casa dos pais, aguardando casar.

¹¹ O recenseamento de 1970 integra a distribuição da população por sexos e grupos etários segundo o estado civil, a nível de concelho, o que exige um trabalho de agregação moroso.

Figura 5

Distribuição da população feminina casada entre os 15 e os 49 anos, segundo o grupo etário nos Censos de 1960, 1981, 1991 e 2001 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País (%)



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1981, 1991 e 2001)

Conforme podemos verificar pela figura anterior (nº5), apesar das diferenças regionais, há uma idade “referência” na passagem da condição de solteira à de casada, os 24/25 anos.

A partir desta idade, a grande maioria das mulheres portuguesas (entre 70 a 80%) encontra-se casada. Na Região de Lisboa essa percentagem é relativamente menor, sobretudo entre os 35 e os 44 anos de idade.

“Uma das maneiras mais interessantes de conhecer alguém, pessoa, coisa ou país, consiste em percorrer as suas mudanças”

António Barreto, 2000, p.39

2. Caracterização demográfica das transições familiares (Início da vida conjugal e nascimento do primeiro filho)

2.1 – O casamento – evolução de alguns indicadores (1960 e 1999)

A descoincidência entre a nupcialidade e a conjugalidade é, cada vez mais, uma realidade sociológica e demográfica, apesar de em Portugal este fenómeno ainda não atingir valores muito elevados, quando comparado com alguns países da Europa. A vida conjugal acontece fora de contextos formais, ou seja, em situações de coabitação ou de união de facto, fenómeno ainda difícil de quantificar através dos dados estatísticos disponíveis.¹²

Apesar do aumento significativo do divórcio e das situações de união de facto, Portugal mantém, no contexto europeu, taxas elevadas de nupcialidade, as mais altas da União Europeia, o que, aliado ao menor número de nados-vivos fora do casamento, indicia algum tradicionalismo no que toca à entrada na conjugalidade. O casamento continua a marcar o início da vida conjugal em residência comum e, em geral, sanciona a entrada na parentalidade.

Através de alguns indicadores demográficos¹³ iremos apontar os aspectos mais significativos que nos permitem caracterizar o casamento e o lugar da mulher no casal.

Quadro 2

Alguns indicadores de caracterização do casamento na Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País e Europa dos 15 - entre 1960 e 2003 – (%)										
indicadores	Região	1960	1970	1975	1981	1985	1991	1995	1999	2003
Casamentos mulheres com menos de 20 anos	Total Portugal	18,6	21,5	26	29,6	25	18,3	15,1	11,2	7,4
	Lisboa V.T.	14,9	18,4	x	x	x	x	9,1	5,6	2,3
	Açores	26,2	28,5	x	41,2	38,4	35	34	31	23,9
Casamentos mulheres entre os 20 e os 24 anos	Total Portugal	48,3	50,9	48,9	45,1	46,8	44,4	41,9	38,1	29,2
	Lisboa V.T.	41,3	48,1	x	x	x	x	36,5	32,2	20
	Açores	47,8	53,2	x	45,7	46,6	42,5	40,3	40,3	37,8
Casamentos mulheres entre os 25-29 anos	Total Portugal	21	17,7	14,2	12,7	15,7	23,3	25,8	31,8	37
	Lisboa V.T.	24,7	19,7	x	x	x	x	30,2	37,7	42,6
	Açores	16,6	13,6	x	7,1	8,1	14,1	15,8	16,2	23,2
Casamentos mulheres com 30 e mais anos	Total Portugal	9,4	7	5,3	6,1	6,9	9	11,9	13,2	26,3
	Lisboa V.T.	13,7	9,4	x	x	x	x	15,4	15,8	35,1
	Açores	7,7	3,8	x	2,7	3,4	5,6	6,7	8,5	15,6
Casamentos rito católico	Total Portugal	90,8	86,6	80	74	74,1	72,1	68,8	66,5	59,6
	Lisboa V.T.	68,5	65	53,9	46,6	50,6	56,5	54,9	57,8	48,6
	Açores	94,2	88,1	80,5	66,8	60	41,6	38,4	28,2	27,1
Taxa de nupcialidade	Total Portugal	7,8	9,4	11,3	7,8	6,8	7,3	6,6	6,9	5,1
	Lisboa V.T.		10	x	x	x	6,4	6	6,6	4,8
	Açores	x	x	x	8,7	8,2	7,9	7,2	7,7	6,4
	EU-15*	7,9	7,7	7,2	6,3 ^a	5,8	5,6	5,1	5,1	4,7
Taxa de divórcio	Total Portugal	0,1	0,1	0,2	0,7	0,9	1	1,2	1,8	2,2
	Lisboa V.T.	x	x	x	x	x	1,6	1,7	2,3	2,7
	Açores	x	x	x	0,3	0,7	1	1,3	1,8	2,3
	EU-15*	0,5	0,8	1,3	1,4 ^a	1,7	1,6	1,8	1,8	2
Idade média das mulheres no primeiro casamento	Total Portugal	24,8	24,3	23,6	23,3	23,6	24,4	24,9	25,3 ^o	25,7
	Lisboa V.T.	x	x	x	x	x	x	x	x	27,2
	Açores								23,4	22,7
	EU-15*	24,1	23,2	23	23,3 ^a	24,5	25,5	26,5	28,1	27,7
Casamentos entre solteiros	Total Portugal	94,7	95,4	95	x	89,4	89,4	88,4	87,7	83,6
	Lisboa V.T.	90,1	93,1	90,9	x	79,4				77
	Açores	95,4	95,6	96,3	x		91	89,7		83,2
Casamentos onde um dos cônjuges é divorciado	Total Portugal	1,1	0,9	2,1	x	7,6	8,5	9,9	11	16,4
	Lisboa V.T.	4,3	2,5	5,7	x	16,5				21,8
	Açores	1,01	0,6	0,3	x					15,6

¹² O recenseamento de 91 separa os casamentos "de facto", sem no entanto identificar o estado civil dos parceiros, o que na realidade pode envolver uniões de divorciados, solteiros ou mesmo indivíduos ainda casados com outros parceiros. O recenseamento de 2001 parece ter enfermado do mesmo defeito, tendo de novo questionado o estado civil considerando nessa categoria a união de facto, o que na realidade corresponde a um laço conjugal e não a um estado civil.

¹³ INE e SREA - *Estatísticas demográficas*

O quadro anterior (nº2) sintetiza os indicadores seleccionados, que nos permitem compreender em que momento e como acontece a transição para a conjugalidade, nomeadamente, a idade da mulher no casamento, a forma de celebração da união conjugal e o estado civil dos cônjuges no momento do primeiro casamento formal.

Para além dos indicadores já referidos, procuramos através dos dados disponíveis, nas estatísticas demográficas, caracterizar o casamento em Portugal nas últimas décadas, nomeadamente através das taxas de nupcialidade e de divórcio e da percentagem de casamentos segundo o rito católico.¹⁴

Os dados obtidos não nos permitem comparar Açores e Lisboa em todos os indicadores, no entanto iremos destacar os aspectos onde as diferenças são mais significativas

2.1.1 – O casamento segundo a idade da mulher

Numa primeira análise do quadro anterior (quadro nº2) destaca-se a diminuição, progressiva, da percentagem de *casamentos de mulheres com idade inferior a 20 anos*. No entanto, estes casamentos ainda representavam, em 2003, 23,9% dos registados nos Açores e apenas 2,3% em Lisboa. Por seu lado, os casamentos de mulheres com mais de 30 anos têm vindo a acontecer em maior número, sobretudo em Lisboa representando em 2003 cerca de 35,1% dos registos e 15,6% nos Açores. A este facto podemos relacionar o aumento progressivo, desde 1981, da *idade média no primeiro casamento em Portugal* (1981 = 23,3 e em 2003 = 25,7 anos).

2.1.2 - O casamento segundo a forma de celebração

De um modo geral, o casamento em Portugal assume a forma do rito católico como predominante. No entanto, segundo os dados publicados, os Açores parecem destoar do todo nacional (66,5%) ou mesmo de Lisboa (57,8%), apresentando uma percentagem de casamentos na Igreja bastante menos significativa (27,1%). Este facto poderá encontrar alguma explicação nas sucessivas medidas que têm sido tomadas, ao nível regional, em prol da habitação jovem, levando os casais a formalizarem o casamento pelo civil enquanto ainda somam, em idade, o limite exigido, nuns casos 55 noutros 60 anos. Este casamento, civil, é muitas vezes seguido de um casamento católico¹⁵ que, não valendo do ponto de vista do registo civil, parece representar o ritual, socialmente reconhecido, de entrada na vida conjugal.

Ao nível da *taxa de nupcialidade* os Açores mantêm os valores mais elevados, comparativamente a Lisboa e mesmo no todo nacional. Por sua vez, a *taxa de divórcio* na Região Autónoma tem vindo a aproximar-se dos valores nacionais, sendo Lisboa uma das regiões onde esta taxa é das mais elevadas. De notar que, na Europa dos 15, a taxa de divórcio, em 2003, era inferior à registada em Portugal.

Correlacionado com este dado encontramos a percentagem de casamentos onde pelo menos, um dos cônjuges era divorciado, que tem vindo a aumentar em Portugal (em 2003 representava 16,4% dos casamentos) e explica o aparecimento, cada vez mais significativo, de novas estruturas familiares, como sejam famílias *monoparentais* e famílias *recompostas*.

2.1.3 – Casamentos por grupo etário das mulheres segundo o nível de escolaridade

Os dados anteriormente apresentados permitem, desde logo, identificar um fenómeno de retardamento do casamento para depois dos 25 anos, o que em parte se correlaciona com o aumento do período de escolarização. Como vimos anteriormente, apesar de nem todas as mulheres atingirem os níveis mínimos da escolaridade actualmente considerada obrigatória, é um facto que cada vez há mais mulheres que prolongam a permanência na carreira académica, o que pode implicar um adiamento do projecto conjugal. Para além deste facto, que facilmente se depreende do aumento do nível de escolaridade da população feminina e do aumento dos casamentos depois dos 25 anos, é cada vez maior o número de casamentos onde a mulher possui um nível de escolaridade superior ao do marido, conforme podemos verificar no quadro seguinte (nº 3). Ao invés, tem diminuído de forma progressiva os casos em que é o marido quem detém o nível mais elevado.

Em 1984, a percentagem de casamentos onde o marido possuía um nível de escolaridade mais elevado do que a mulher era de 12,2%, sendo apenas de 10,4% a situação inversa. Em 2003, assistimos a uma diminuição do número de casamentos onde ambos os cônjuges têm o mesmo nível escolar e aumentam aqueles onde é a mulher quem detém o nível mais elevado, atingindo um terço do total de casamentos registados (32,2%) sendo apenas de 12,9% aqueles onde o homem detém um nível maior de escolaridade.

¹⁴ No quadro faltam alguns dados em alguns anos, por não existirem ao nível estatístico das NUTs II, nomeadamente para Lisboa e/ou Açores.

¹⁵ O estudo realizado, apresentado no 1º Congresso de Demografia e publicado na Revista Sociologia, Problemas e Práticas (nº39 - 2002), mostra como os dados do registo de matrimónios na Diocese mantêm os valores do casamento católico na ordem dos 80%.

Quadro 3

Conjugação dos níveis de escolaridade dos cônjuges no casamento (1984, 1991, 95, 99 e 2003) – Total Portugal – (%)

Conjugação do nível escolar	1984	1991	1995	1999	2003
Nível de escolaridade idêntico	77,4	81,7	76,6	56,5	54,9
Nível de escolaridade da Mulher superior ao do Homem	10,4	10,8	13,8	29,7	32,2
Nível de escolaridade do Homem superior ao da Mulher	12,2	7,4	9,7	13,8	12,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

Se olharmos para esta realidade nos Açores e em Lisboa (quadro nº4), verificamos serem estes valores ainda mais expressivos atingindo, em 2003, nos Açores 39,2% e, em Lisboa, 28,5% de casamentos onde a mulher possuía um nível escolar mais elevado do que o do cônjuge.

Quadro 4

Distribuição dos casamentos segundo a conjugação dos níveis de escolaridade dos cônjuges, 1991 e 1999 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País – (%)

Conjugação do nível escolar dos cônjuges	Total País		Lisboa		Açores	
	1991	2003	1991	2003	1991	2003
Nível de escolaridade idêntico	73,7	54,9	63,6	58,7	76,6	44,8
Nível de escolaridade da Mulher superior ao do Homem	14,2	32,2	19,7	28,5	13,8	39,2
Nível de escolaridade do Homem superior ao da Mulher	12,2	12,9	16,7	12,7	9,7	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

O quadro anterior (nº4) permite confirmar a presença, cada vez mais significativa, de mulheres mais escolarizadas, o que corresponde, para além das alterações do sistema de ensino obrigatório, a uma mudança da relação da mulher com o casamento enquanto momento de transição, cada vez menos considerado como a única finalidade da vida feminina. Para as mulheres, possuir um diploma e desenvolver uma actividade profissional passaram a constituir, a partir dos anos 90, objectivos e espaços de realização que se conjugam com a vida familiar, ainda bastante absorvente do tempo disponível.

2.1.4 – Casamentos por grupo etário das mulheres segundo a condição perante o trabalho

Analisando os dados referentes à condição perante o trabalho, o modelo mulher doméstica/marido empregado ainda prevalece nos Açores, apesar de uma tendência para diminuir. Os dados facultados (1981, 1991, 1999 e 2003), permitem uma comparação quanto à condição perante o trabalho dos cônjuges (quadro nº5). É notória a importância crescente da condição activa das mulheres no momento do casamento. O padrão de referência que dominava no passado, onde apenas o homem era garantia de sustento da família, tende a ser substituído por um padrão igualitário, onde ambos desempenham uma actividade profissional.

Quadro 5

Conjugação das condições perante o trabalho dos cônjuges, no casamento (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 1999 - (%)

Conjugação das condições perante o trabalho	Total País			Lisboa			Açores		
	1981	1991	2003	1981	1991	2003	1981	1991	2003
Ambos activos	36,7	56,3	77,8	43,7	63,7	84,0	19,8	33,2	59,1
Homem empregado / mulher inactiva	57,8	36,3	14,2	49,2	28,5	10,8	78,1	60,5	34,1
Outras combinações	5,5	7,5	1,2	7,1	7,8	5,2	2,1	6,3	2,1

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

Apesar desta tendência ser geral, em Lisboa o peso dos casamentos onde ambos os cônjuges possuem uma actividade económica representa uma percentagem bastante mais significativa: em 1981 – representava 43,8% e em 2003 atinge 84%. Acompanhando a tendência nacional, nos Açores, este modelo de conjugalidade de “dupla profissão”¹⁶ representava, em 2003, 59,1% dos casamentos, revelando um aumento significativo deste fenómeno, quando comparado com 1981 (19,8%) (Ver quadro nº5).

Em síntese ser casada vai deixando de ser o único e principal estatuto social das mulheres, existindo, em paralelo, outros domínios de identificação, nomeadamente, a actividade profissional. Casando mais tarde, o casal, em particular a mulher, investe nos estudos e na vida profissional. Para além disso, e apesar de os dados estatísticos publicados ainda não nos permitirem quantificar, torna-se mais frequente a coabitação pré-nupcial, o que também explica o adiamento do casamento formal e o prolongamento do período de formação e a importância acrescida da profissão.

A entrada na vida conjugal não é o único momento do percurso de vida da mulher que condiciona a sua relação com os outros e consigo própria. O nascimento do primeiro filho é, por ventura, um dos momentos de transição mais significativo, na medida em que é determinado quer por factores biológicos (a idade fértil), quer por condições sócio-económicas e acontece num contexto relacional que, para muitas mulheres, significa o início da família, e o assumir um estatuto social para a vida inteira, ser mãe.

2.2 – O nascimento dos filhos – alguns indicadores (1960 - 2003)

Os dados disponíveis apenas nos permitem caracterizar as mulheres que são mães, pela primeira vez, segundo a sua idade. Quanto às outras variáveis que temos vindo a considerar, nomeadamente o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho, iremos considerar o total de nados-vivos, independentemente da ordem do nascimento.

2.2.1 – A idade da mulher no nascimento do primeiro filho

Conforme podemos observar, pelo quadro seguinte, a percentagem de primeiros filhos de mulheres com menos de 24 anos tem vindo progressivamente a diminuir e tem aumentado o número de mulheres que são mães pela primeira vez depois dos 25 anos, sobretudo depois dos 30.

Se, em 1960, apenas 10% das mulheres portuguesas eram primíparas nessa faixa etária, em 2003 esse valor ascendeu a 22,9% dos registos de primeiros nascimentos.

Olhando ainda o quadro n.º6, é notório o aumento da idade média no nascimento do primeiro filho em Portugal, depois de uma ligeira diminuição nos anos setenta e oitenta; apesar de Portugal (26,9) ainda estar bastante abaixo da média europeia (29,4 - 2002).

O adiamento do nascimento do primeiro filho vem reforçar a tendência para a maternidade tardia, como aliás podemos ver na figura seguinte (nº6). É cada vez menor o número de primeiros filhos de mães com menos de 20 anos e, em compensação, o grupo das mulheres entre os 30 e os 39 anos vive cada vez mais a experiência da maternidade pela primeira vez, o que, em geral, corresponde a um menor número de gravidezes no percurso reprodutivo.¹⁷

¹⁶ A designação “dupla profissão” pretende substituir a designação “dupla carreira”, que nem sempre corresponde ao tipo de actividade profissional desenvolvida pelos dois cônjuges. (Guerreiro, 1998)

¹⁷ Veja-se a evolução deste indicador no quadro seguinte.

Quadro 6

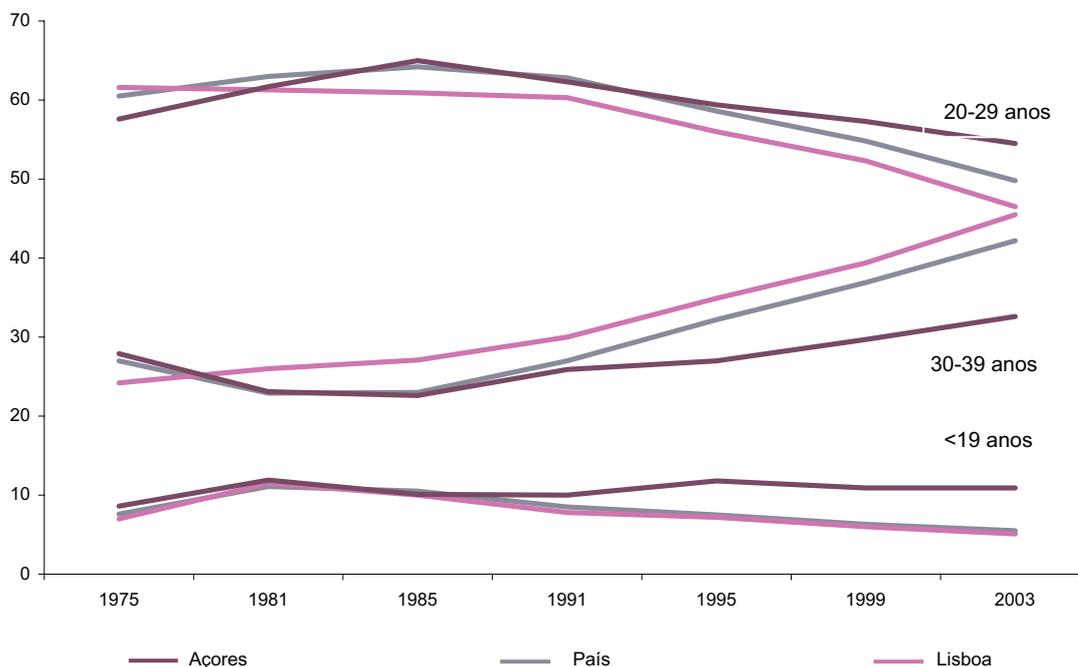
Evolução da percentagem de primeiros filhos por idade da mãe (1960-2003) – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País							
indicadores	Região	1960	1970	1981	1995	1999	2003
Mães <15 anos (%)	Total Portugal	0,01	0,04	0,3	0,08	0,09	0,12
	Lisboa	0,02	0,05	0,3	0,1	0,4	0,14
	Açores	0,03	x	0,1	0,2	0,3	0,3
Mães 15-19 anos (%)	Total Portugal	10,1	13,5	21,4	7	6,3	8,9
	Lisboa	7	9,7	18,1	6,8	5,9	7,9
	Açores	13,3	x	29,4	10,9	10,6	20,5
Mães 20-24 anos (%)	Total Portugal	45,4	48,3	47,7	23,6	21,2	22,8
	Lisboa	38,6	44,9	40,4	20,2	18,4	18,4
	Açores	49,6	x	52	29,3	27,8	31,1
Mães 25-29 anos (%)	Total Portugal	29,9	27	21,7	34	33,6	38,1
	Lisboa	34	31,4	26,7	34,7	33,9	37,6
	Açores	26,3		14,2	29,2	29,5	31,1
Mães 30-34 anos (%)	Total Portugal	10,1	7,5	6,3	24,9	26,1	22,9
	Lisboa	14,8	9,6	10,1	26,3	27,4	27,1
	Açores	7,5	x	3,2	20,5	20,6	14
Mães 35-39 anos (%)	Total Portugal	3,6	2,8	2	8,7	10,8	6
	Lisboa	4,6	3,5	3,2	9,9	12	7,5
	Açores	2,5	x	0,8	7,9	9,2	2,6
Mães 40 e + anos (%)	Total Portugal	0,9	0,8	0,7	1,7	2	1,5
	Lisboa	1	0,9	1,3	2	2,2	1,4
	Açores	0,8	x	0,1	2,1	2	0,5
Total %		100	100	100	100	100	100
Total nados-vivos (primeiro filho)	Total Portugal	61704	54837	67294	110345	116038	61218
	Lisboa	10815	13155	14085	35435	39369	18236
	Açores	2594	x	1512	x	1502	1479
Idade média ao nascimento do primeiro filho (anos)	Total Portugal	25	24,4	23,6	25,6	26,4	26,9
	Lisboa						27,6
	Açores	x	x	x	x	23,3	24,5
Idade média ao nascimento dos filhos (anos)	EU 15 *						29,4*

* Eurostat (2002)

Apesar de acompanharem as alterações registadas nas últimas décadas, os Açores ainda são uma das regiões onde a maternidade acontece mais cedo na vida de uma mulher, sobretudo no grupo etário com menos de 20 anos.

Figura 6

Evolução do número (%) de nados vivos por grupo etário das mães, 1975-2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



O quadro seguinte (nº7)¹⁸ sintetiza alguns indicadores que nos permitem compreender melhor a evolução da fecundidade nas últimas décadas em Portugal.

Destes dados destaca-se, desde logo, a diminuição generalizada dos valores da fecundidade e da mortalidade infantil. A este facto não podemos deixar de associar o aumento significativo dos partos em contexto hospitalar, sobretudo na década de 90. Comparando Açores e Lisboa, é notória a diferença existente nos anos 60 quando nos Açores muito poucos partos ocorriam fora da casa das parturientes (1960 - Açores - 11% e Lisboa - 51%). Esta realidade foi sendo depois esbatida ao longo das décadas seguintes até ser, actualmente, equivalente a Lisboa, em mais de 99% dos partos.

¹⁸ Nem sempre as estatísticas demográficas facultam os dados ao nível das NUTS II, o que dificulta a comparabilidade entre regiões. No entanto não quisemos eliminar alguns dos dados colectados, mesmo correndo o risco de não poder completar o quadro.

Quadro 7

Nados-vivos – alguns indicadores										
indicadores demográficos	unidade territorial	1960	1970	1975	1981	1985	1991	1995	1999	2003
nados-vivos de mães com idade igual ou inferior a 19 anos (%)	Total Portugal	3.8	5.5	7.6	11.1	10.5	8.5	7.5	6.3	5.5
	Lisboa	4.2	5.7	7	11.5	10	7.8	7.2	6	5.1
	Açores	4.2	x	8.6	11.9	10.1	10	11.8	10.9	10.9
nados-vivos de mães com idade entre 20 e 29 anos (%)	Total Portugal	55.1	55.2	60.5	63	64.2	62.8	58.6	54.8	49.8
	Lisboa	61.6	64.1	61.6	61.3	60.9	60.3	56	52.3	46.5
	Açores	54.9	x	57.6	61.7	65	62.3	59.4	57.3	54.5
nados-vivos de mães com idade entre 30 e 39 anos (%)	Total Portugal	35.1	33.4	27	22.9	23	27	32.2	36.9	42.2
	Lisboa	31.1	27.5	24.2	26	27.1	30	34.9	39.4	45.5
	Açores	67.4	x	27.9	23.1	22.6	25.9	27	29.7	32.6
nados-vivos fora do casamento (%)	Total Portugal	9.5	7.2	7.2	9.5	12.3	15.6	18.6	20.8	26.9
	Lisboa	18.5	12.6	12.3	12.3	20.9	22.6	27.3	30.7	39.3
	Açores	1.9	2.1	2.8	4.5	6.3	9.7	12.7	13.3	16.9
	EU-15**	5.1	5.6	6.8	10.5	14.9	20.5	23.5	27.2	31.4
taxa de natalidade (‰)	Total Portugal	24.1	17.8	19.01	15.4	12.8	11.9	10.8	11.6	10.8
	Lisboa	19.3	19.3	19.15	15.4	11	10.7	10.4	11.8	11.9
	Açores	32.2	20.7	19.67	20.4	18.3	16.2	14.5	13.7	12.9
	EU-15**	18.3	16.2	13.6	12.7	11.9	11.7	10.8	10.6	4.3
taxa de divórcio (‰)	Total Portugal	77.5	58	38.9	21.8	17.8	10.8	7.5	5.6	4.1
	Lisboa	x	43.4	30.7	17.5	16.9	9.4	6.8	4.7	3.6
	Açores	x	67.7	46.3	27.2	21.8	14.1	8.5	9.5	2.9
	EU-15**	34.5	23.4	18.1	12.4	9.5	7.4	5.6	5	
partos em estabelecimento hospitalar (%)***	Total Portugal	18	38	61	75.4	85.3	96.5	98.8	99,1°	99.3
	Lisboa	51	76	87	91.8	95.9	98.4	99.2	99,3°	
	Açores	11	43	64	88	96.8	98.3	99.3	99,3°	99.6
índice sintético de fecundidade	Total Portugal	3.1	2.8	2.6	2.1	1.7	1.6	1.4	1.46	1.44
	Lisboa	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	EU-15**	2.59	2.38	1.96	1.77	1.6	1.53	1.42	1.45	1.52
taxa de fecundidade(‰)	Total Portugal	85.1	75.6	74	62.6	49.8	49.4	46.6	44	43.2
	Lisboa	51.4	60.2	x	52.8	x	x	x	44.4	45.6
	Açores	129.5	106.9	x	93.2	84.4	73.6	57.4	54	49.5

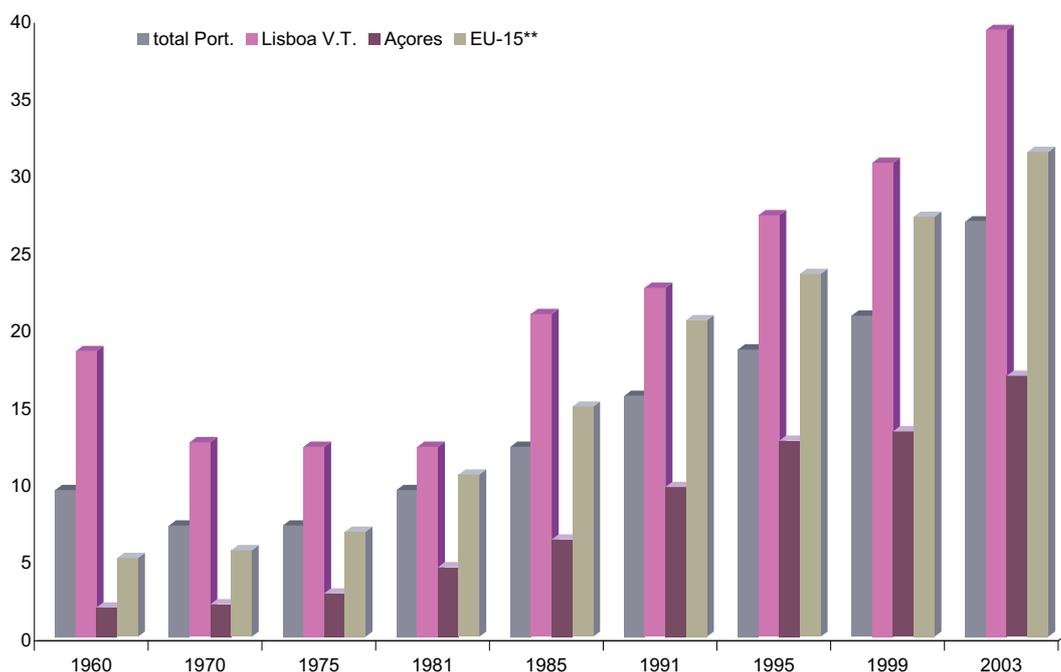
Fontes: Estatísticas Demográficas INE/SREA e EUROSTAT

2.2.2 – Nados vivos fora do casamento

Dos dados registados no quadro anterior (nº7), importa realçar a alteração do contexto familiar em que se enquadram os nados-vivos. É cada vez mais evidente a separação entre fecundidade e nupcialidade. Como podemos observar pelo quadro anterior e pela figura seguinte (nº7), a percentagem de nados-vivos fora do casamento tem vindo a aumentar substancialmente nos últimos anos, sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde em 2003 atingiu 39,3% dos registos. Nos Açores, estes nascimentos representaram, nesse mesmo ano, 16,9% dos registados.

Figura 7

Evolução da percentagem de nados vivos fora do casamento, 1960 a 2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE/SREA – Estatísticas Demográficas e EUROSTAT

Comparando com a Europa dos 15, Lisboa (39,3%) ultrapassava, em muito, a média europeia (31,4%) em 2003.

2.2.3 – Nados-vivos, por grupo etário, segundo o nível de escolaridade das mães em 2003 (Açores, Lisboa e Total do País)

Torna-se cada vez mais frequente a entrada na maternidade depois dos 25 anos, idade a partir da qual mais facilmente se encontram mães licenciadas e activas. No entanto, a análise da realidade portuguesa, com base na caracterização das mães dos nados-vivos, permite verificar a importância que ainda assumem os níveis de escolaridade mais baixos (1º e 2º ciclos) nas mulheres que foram mães antes dos 24 anos e depois dos 40. (ver quadro nº8)

Quadro 8

Distribuição dos nados-vivos por grupo etário das mães, segundo o nível de escolaridade da mãe (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 2003 - (%)

Grupo Etário	Ano reg.	Não sabe ler			Sabe ler			Escolar. Obrigatória			Secundário Médio			Superior		
		T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores
< de 15 anos	1981	9.2	10.5	0.0	25.3	17.9	0.0	65.5	71.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
	1991	12.2	7.9	0.0	12.2	2.6	0.0	75.7	89.5	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
	2003	1.3	0.0	0.0	5.2	7.1	0.0	93.4	92.9	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
15 a 19 anos	1981	2.3	2.5	3.1	20.7	15.8	15.0	70.1	71.1	78.5	6.9	10.7	3.4	0.0	0.0	0.0
	1991	2.3	1.8	2.3	9.9	5.9	6.5	74.3	70.0	82.0	13.5	22.3	9.1	0.0	0.1	0.0
	2003	1.7	0.9	0.9	1.0	1.2	0.6	85.1	84.1	91.0	12.3	13.8	7.5	0.0	0.0	0.0
20 a 24 anos	1981	1.6	2.0	1.0	19.3	13.7	15.0	64.7	61.4	74.7	13.2	21.3	9.0	0.9	1.4	0.3
	1991	1.2	1.1	1.9	7.4	3.4	7.6	70.8	61.9	72.3	19.7	32.2	17.9	0.9	1.3	0.3
	2003	0.9	0.7	1.0	0.5	0.4	0.7	67.7	62.3	78.4	26.8	32.0	18.0	3.5	4.7	1.9
25 a 29 anos	1981	2.0	2.3	2.4	18.4	13.2	20.4	58.2	53.9	64.3	16.1	23.1	11.5	4.7	6.8	1.2
	1991	0.9	0.9	1.1	6.0	3.0	7.0	58.0	45.5	67.0	26.9	38.6	20.5	7.7	11.5	4.4
	2003	0.4	0.3	0.5	0.3	0.2	0.4	48.7	35.6	64.6	28.1	34.0	20.6	22.5	30.0	13.8
30 a 34 anos	1981	3.1	2.9	3.0	21.1	14.5	24.6	56.7	54.5	61.5	13.5	20.4	9.8	4.9	7.1	1.1
	1991	1.3	1.3	1.6	7.1	3.1	10.5	52.8	41.9	63.4	26.8	35.9	20.4	11.4	17.0	4.1
	2003	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.6	43.6	29.4	56.6	23.0	28.4	19.1	32.8	41.7	23.4
35 a 39 anos	1981	7.8	5.1	5.7	32.6	21.3	30.0	47.8	53.0	56.5	8.7	15.2	7.0	2.6	4.8	0.5
	1991	2.7	3.4	2.6	10.2	5.7	9.5	57.8	47.9	67.8	19.0	28.6	14.1	9.4	14.0	5.9
	2003	0.5	0.5	0.3	0.6	0.5	0.3	50.1	36.7	64.3	19.7	24.1	15.4	29.1	38.2	19.6
40 e + anos	1981	25.6	17.7	18.7	32.9	24.6	30.7	35.7	44.3	48.2	4.4	9.8	1.8	1.3	3.1	6.0
	1991	4.8	4.2	5.9	15.3	9.0	11.8	58.5	50.7	70.6	14.6	25.1	8.8	6.4	10.5	2.9
	2003	1.1	0.8	1.6	1.0	1.2	1.6	57.5	44.4	58.1	15.0	20.8	9.7	23.8	31.6	29.0

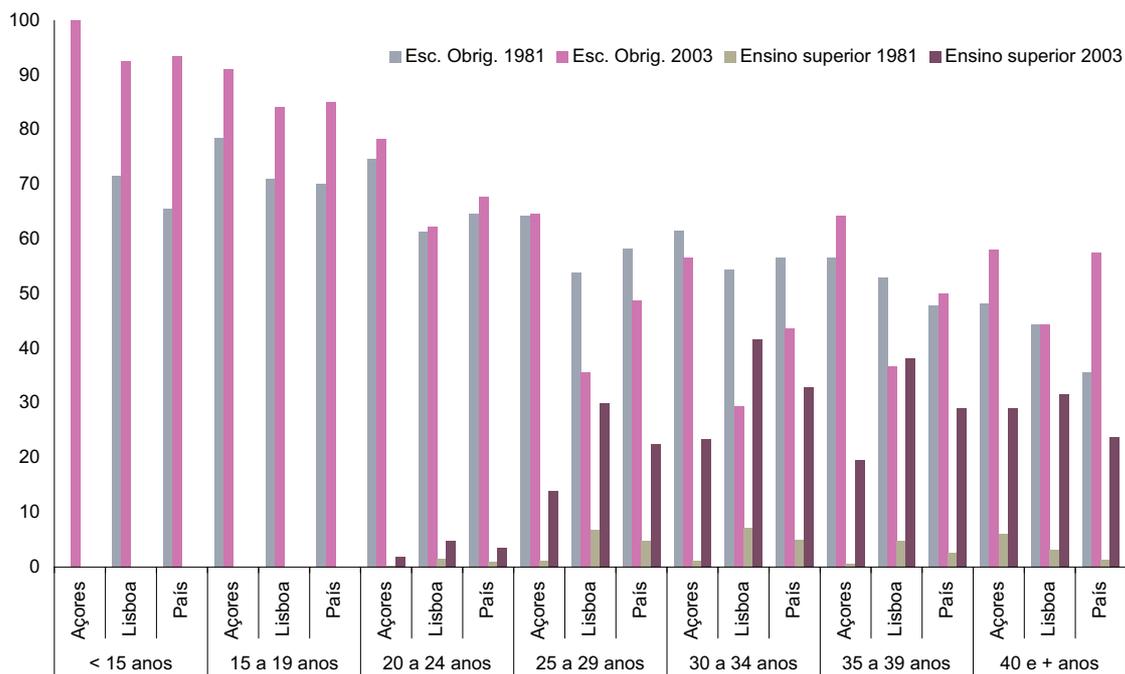
Fonte: INE/SREA - Estatísticas Demográficas

Nota: Os quadros estatísticos de 2003 consideram a escolaridade obrigatória de 9 anos (ensino básico), sendo esta de 6 anos nos dados de 1981 e 1991. Foi eliminado o nível "médio", passando apenas a existir o secundário e o superior.

Entre as mães com mais de 30 anos observa-se um número cada vez mais significativo de diplomadas com o ensino superior, em particular na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, onde 41,7% das mulheres que foram mães em 2003 possuíam esse nível de formação. Apesar disso, ainda era bastante significativo em 2003, sobretudo nos Açores, o número de mulheres-mães que apenas possuía a escolaridade obrigatória. A figura seguinte (nº8) compara as mulheres mães que possuíam a escolaridade obrigatória ou o ensino superior, e permite visualizar o aumento significativo destas últimas, em detrimento das primeiras, em particular na Região de Lisboa. No caso dos Açores, e apesar do aumento das mulheres mais escolarizadas, a percentagem daquelas que apenas possui a escolaridade obrigatória continua a ser bastante significativa.

Figura 8

Evolução do número de mães com escolaridade obrigatória e com o ensino superior, 1981 e 2003 – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE/SREA – Estatísticas Demográficas e EUROSTAT

2.2.4 - Nados-vivos por grupo etário da mãe, segundo a condição perante o trabalho na altura do nascimento

A esta baixa escolarização das mulheres açorianas, que aliás já havíamos registado em relação ao casamento, vem associar-se uma condição doméstica, que afecta não apenas os grupos etários mais velhos, mas inclusive as mães mais jovens. Conforme podemos verificar pelo quadro seguinte (nº9)¹⁹, só a partir dos 25 anos encontramos mais de 50% das mães na condição activa, num total máximo de 51,4% no grupo etário entre os 30 e 34 anos. A tendência inversa parece registar-se em Lisboa, onde mais de 50% das mulheres com mais de 20 anos e que foram mães em 2003, estava empregada. Entre as mulheres que possuem entre 25 e 39 anos, as activas representam mais de 75%.

Se considerarmos o total de nados-vivos em 2003, verificamos que 50% das mães açorianas eram activas, enquanto em Lisboa essa percentagem representou, nesse mesmo ano, 73,3%. Apesar da evolução registada nos últimos anos, em 2003 o peso relativo das mães não activas representou, nos Açores, em 2003, 46,8% enquanto em Lisboa não ultrapassava 5,4% e no total do País foi de 22,8% (ver figura 9).

¹⁹ O censo de 1981 não integra os valores das desempregadas, daí termos optado pela designação "com actividade económica" de modo a facilitar a comparabilidade entre Censos.

Quadro 9

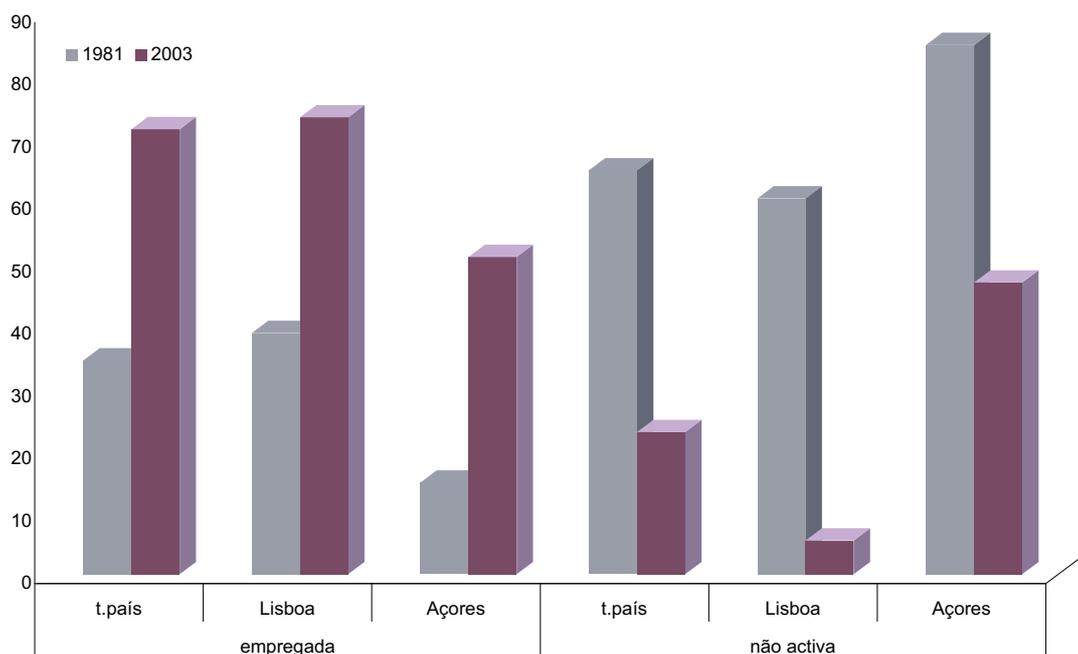
Distribuição dos nados-vivos por grupo etário das mães, segundo a condição perante o trabalho da mãe (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 2003 - (%)

Grupo Etário	Ano reg.	Empregada			Desempregada			Não Activa			Outra			
		T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	
< de 15 anos	1981	1,7	1,5	0,0	1,2	0,0	0,0	97,1	98,5	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	1991	7,5	7,9	0,0	0,9	2,6	0,0	89,7	89,5	100,0	1,9	0,0	0,0	
	2003	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
15 a 19 anos	1981	14,0	13,0	3,1	1,5	1,0	0,2	84,8	85,9	96,0	0,1	0,1	0,7	
	1991	26,7	21,4	7,6	1,9	2,3	0,8	69,0	75,9	91,7	0,4	0,3	0,0	
	2003	25,7	23,9	11,6	12,2	12,3	3,3	62,1	63,8	85,1	0,0	0,0	0,0	
20 a 24 anos	1981	32,4	33,0	13,8	0,9	1,1	0,1	66,6	65,8	85,8	0,2	0,2	0,3	
	1991	46,4	43,2	23,4	1,3	1,8	0,4	51,6	54,3	76,2	0,7	0,6	0,1	
	2003	76,5	53,0	39,4	5,2	10,0	5,7	18,2	37,0	57,9	0,0	0,0	0,0	
25 a 29 anos	1981	44,4	48,9	18,6	0,6	0,7	0,2	54,7	50,2	81,0	0,2	0,2	0,2	
	1991	57,3	60,6	32,8	0,9	1,9	0,3	40,7	37,5	66,2	1,1	0,8	0,7	
	2003	76,5	77,8	60,8	5,2	3,7	2,2	18,2	17,2	37,0	0,0	0,0	0,0	
30 a 34 anos	1981	40,6	49,1	27,8	0,4	0,5	0,0	58,7	50,2	72,2	0,3	0,2	0,0	
	1991	57,9	63,5	34,6	0,7	0,8	0,3	40,2	34,6	64,9	1,2	1,1	0,3	
	2003	80,4	82,6	63,4	4,0	3,7	1,7	15,4	13,7	34,9	0,0	0,0	0,0	
35 a 39 anos	1981	27,7	39,8	12,2	0,4	0,4	0,0	71,5	59,4	87,8	0,5	0,5	0,0	
	1991	50,3	58,7	30,3	0,8	1,0	0,3	47,6	39,2	69,4	1,3	1,2	0,0	
	2003	76,8	80,7	59,8	4,0	3,4	1,6	19,1	16,0	38,6	0,0	0,0	0,0	
40 e + anos	1981	16,8	31,0	5,4	0,2	0,4	0,0	82,2	67,7	94,6	0,7	0,8	0,0	
	1991	39,2	51,4	23,5	0,5	0,8	0,0	58,3	45,7	76,5	2,1	2,1	0,0	
	2003	70,6	75,3	59,7	3,8	3,0	1,6	25,6	21,7	38,7	0,0	0,0	0,0	

Fonte: Estatísticas Demográficas INE/SREA

Figura 9

Evolução do número de mães empregadas ou não activas, de acordo com o registo dos nados-vivos, 1981 e 2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: Estatísticas Demográficas INE/SREA

Em síntese, no que diz respeito à fecundidade, as alterações verificadas nos últimos anos não se reduzem à diminuição do número de nados vivos por mulher, mas revelam uma alteração da condição social das mulheres que são mães. De um modo geral, podemos afirmar que as mulheres-mães são cada vez mais escolarizadas e inseridas no mercado de emprego. À semelhança das outras mulheres, as mães portuguesas são menos exclusivamente domésticas, e vivem a maternidade no quadro de uma vida activa, para algumas, sinónimo de carreira profissional.

Apesar da importância destas alterações na condição social das mulheres, o país não é homogéneo quanto ao *impacte* da escolaridade e do emprego na população feminina, em particular nas mulheres que vivem a experiência da maternidade. No caso dos Açores, apesar da tendência acompanhar as alterações registadas no todo nacional, ainda vigora um modelo de mulher que entra na condição de “mãe” em idade jovem (antes dos 25 anos), dotada de uma escolaridade básica e, em cerca da metade dos casos, fica em casa cuidando dos filhos²⁰, excepção feita na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, onde o peso relativo das mães empregadas é ligeiramente superior.

3. Em síntese

Ao longo deste texto procurámos evidenciar, partindo da informação estatística disponível, os dados mais relevantes para uma caracterização comparada da população feminina nos Açores e em Lisboa.

Como podemos observar, a população açoriana é menos envelhecida na base da pirâmide do que a de Lisboa e Vale do Tejo. Mas, no que toca à população em idade activa, os Açores padecem de alguma carência, resultante, em parte, da perda de efectivos provocada pela emigração nas décadas de sessenta e setenta. O inverso parece caracterizar a população da Região de Lisboa onde é notória a presença de mulheres em idades activas, o que, em parte, poderá reforçar a taxa elevada de actividade feminina. A mulher lisboeta entra com mais frequência no mercado de trabalho, tenha ou não um nível escolar elevado, seja ou não solteira.

No caso dos Açores, existe um défice de mulheres adultas activas.

Olhando os dois momentos de transição, entrada na conjugalidade e nascimento do primeiro filho, pudemos verificar a tendência para uma certa precocidade (antes dos 20 anos) na idade do casamento e do nascimento do primeiro filho nas mulheres açorianas. Ao nível de outras variáveis, como seja a escolaridade e a condição perante o trabalho, as mulheres açorianas têm em geral, aquando do casamento e do nascimento dos filhos, um nível escolar mais baixo associado à condição de domésticas. No caso lisboeta, as mulheres casam em média mais tarde, sendo claro o aumento do número de primeiros filhos em mães com mais de trinta anos.

Estes factos reforçam, no caso dos Açores, o modelo de casal onde o homem é a principal fonte de sustento familiar e, no caso de Lisboa a conjugalidade de “dupla profissão”.

Apesar de o abaixamento da natalidade se poder considerar um fenómeno que afecta todo país, os Açores ainda mantêm uma taxa elevada no contexto nacional. Aliada a esta baixa generalizada da natalidade, aumenta a esperança média de vida, sobretudo para as mulheres, e aumentam os efectivos com mais de 65 anos, contribuindo para o envelhecimento da população portuguesa.

Se considerarmos que o nível de escolarização das mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos não ultrapassa, em média, o segundo ciclo, os Açores ainda registam um número significativo de mulheres que apenas concluiu o primeiro ciclo, ou seja, apenas frequentou quatro anos de escolaridade. Por sua vez, a percentagem das que concluíram uma licenciatura é bastante mais significativa na Região de Lisboa.

Esta diversidade nos percursos escolares poderá explicar alguma resistência ao mercado de emprego por parte das açorianas e uma maior participação no caso lisboeta. Há no entanto que analisar estes dados, não apenas à luz dos registos estatísticos, mas também dos modelos culturais de referência, nomeadamente em termos da conjugalidade. O modelo de casal onde a mulher cuida do lar e dos filhos, enquanto o marido trabalha, ainda predomina nos Açores, como aliás pudemos constatar. Ao invés, esse modelo tende a desaparecer em Lisboa, onde a grande maioria dos casamentos associa dois indivíduos activos, o que não significa que a mulher não continue a cuidar do lar.²¹

²⁰ Os resultados do inquérito, que adiante apresentamos revelam a importância da guarda materna como solução nos primeiros anos de vida das crianças das famílias inquiridas.

²¹ Os resultados do recente Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 1999), revelaram serem sempre as mulheres, mesmo as que estão empregadas, quem dedica mais horas às tarefas domésticas. De acordo com os resultados obtidos no referido estudo, enquanto as mulheres empregadas ocupam 3:57(h) - em média - nos trabalhos domésticos e cuidados à família, os homens, na mesma condição, ocupam 0:54 (h).

Na medida em que, mais mulheres prolongam os estudos antes do casamento maior é o número das que adiam este momento de transição, o que contribui para uma inserção no mercado de emprego qualificado antes da estabilização da vida familiar. Quando comparamos homens e mulheres actualmente empregados, encontramos uma presença mais significativa de licenciadas do que de licenciados. Este facto resulta, em grande parte, de uma afirmação positiva da mulher no mundo profissional, nomeadamente em sectores outrora vedados à sua participação.

O percurso académico aliado a uma actividade profissional mais qualificada parecem ter, em Portugal, um papel preponderante no modo como são calendarizados o casamento ou o nascimento do primeiro filho, acontecimentos que envolvem alterações no percurso de vida. No entanto e, como foi possível verificar, continua a existir uma fronteira etária, que se situa entre os 25 e os 29 anos, que representa objectivamente e simbolicamente a idade limite para uma transição para a vida conjugal, muitas vezes coincidente com o nascimento do primeiro filho²².

Se por um lado, as mulheres assumem um papel cada vez mais relevante no mundo do trabalho, da intervenção pública, por outro, o mundo privado da família e da maternidade, enquanto universo relacional, continua a condicionar as suas opções, sejam académicas, profissionais ou outras.

É na medida em que as relações familiares são de cooperação e partilha, que estas condicionantes se atenuam e as transições familiares (casamento e maternidade) podem ser vividas, não como acontecimentos que limitam a plena participação da mulher na sociedade, mas como momentos de um percurso que integra diferentes dimensões identitárias.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes de, e Maria das Dores Guerreiro, (1993), «A família», in Almeida, Ana Nunes de e alter, *Portugal, valores europeus, identidade cultural*, Lisboa, ed. do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp.181-218

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), «Relações familiares: mudança e diversidade», in António F. da Costa e José M. Viegas (eds), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp.45-78.

Almeida, Ana Nunes de e Isabel Margarida André (1995), *Padrões Recentes de Fecundidade em Portugal*, Lisboa, Ed. CIDM (Cadernos da Condição Feminina).

Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André e Piedade Lalanda (2002), Novos padrões e cenários para a fecundidade em Portugal, in revista *Análise Social*, nº 163, vol.XXXVII, pp.371-410.

Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André, DUARTE VILAR e Piedade Lalanda (2004), *Contracepção e fecundidade*, Lisboa, Ed. ICS (Imprensa de Ciências Sociais).

Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Bozon, Michel (1990), «Les femmes et l'écart d'âge entre conjoints: une domination consentie » (I et II), in *Population*, 2 et 3, pp.327-360 et pp.565-602

Canço, Dina (1996), *As mulheres no Censo de 91*, Lisboa, Edição da Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres (CIDM) – Presidência do Conselho de Ministros, 67p.

Carrilho, Maria José e João Peixoto (1993), «A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992», in *Estudos demográficos – revista do gabinete de estudos demográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE)*, Lisboa, Ed.INE., pp.7-19.

Charbit, Yves (1999), «Famille et fécondité: pour une démographie compréhensive», in *Revue Sociologie et Sociétés*, vol.XXXI, nº1, printemps, pp.23-34

²² Segundo o Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo (IFPC, 1999), a maioria das mulheres tem o primeiro filho no ano em que inicia a vida conjugal ou no ano seguinte.

Desplanques, Guy et Michel de Saboulin (1986), «Mariage et premier enfant: un lien qui se défait», in *Économie et Statistique*, nº187, avril, pp.31-46.

Guimot, Pierre (1982), «L'âge à la première maternité: un moment clé du cycle de vie féminin méconnu de la recherche européenne», in *Les âges de la vie- Actes du VII Colloque national de démographie*, Paris, Ed. PUF (travaux et documents), cahier 102, pp.139-148.

Kaufmann, Jean-Claude (1994), «Nuptialité et conjugalité? Critique d'un indicateur et état des évolutions conjugales en Europe», in *Archives européennes de Sociologie*, tome XXXV, nº1, pp.3-20.

Lalanda, Piedade (1996), «A reprodução do papel da mulher através do casamento homogâmico», in *Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. ICS, pp.221-238.

Lalanda, Piedade (2000), «Casar pelo civil ou na igreja – uma abordagem comparativa da nupcialidade nos Açores e em Lisboa (1960-1997)», *1º Congresso português de Demografia – Tróia-Grândola*, 21-23 Setembro («Casar pelo civil ou na Igreja», in *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, nº39 – 2002, pp.69-84).

Wall, Karin (coord.) (2000), Ana Nunes de Almeida , Isabel André, M. Dores Guerreiro, Pedro Vasconcelos, Piedade Lalanda, Rodrigo Rosa, Sofia Aboím Inglez e Vanessa Cunha, *Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedades – Relatório Final*, Lisboa, Ed.CIES/ISCTE e ICS/Universidade de Lisboa (obra no prelo).

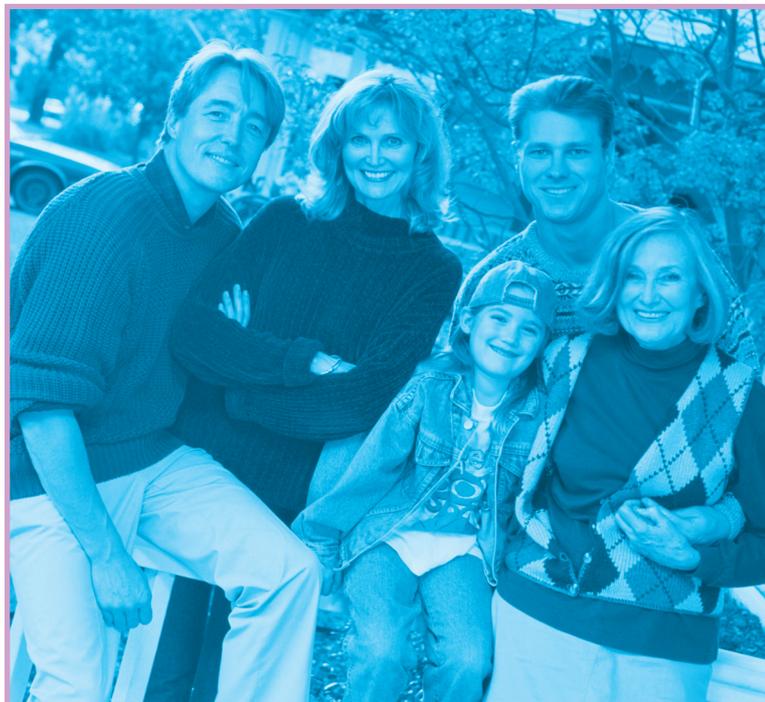
Anexo 1

Distribuição do total da população feminina por nível de escolaridade* (Censos 81 e 91) - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País (%)

Nível Escolaridade*	Não sabe ler / Sabe ler sem diploma		Primário / 1º ciclo Ensino Básico		Preparatório / 2º ciclo Ensino Básico		Unificado / 3º ciclo Ensino Básico		Secundário		Curso Médio (pós-secundário)		Ensino Superior									
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001								
15-19	Açores	5,2	2,1	3,1	51,7	35,4	10,3	37,0	53,2	30,8	3,4	6,4	47,7	2,6	2,9	7,9	0,0	0,0	0,0	0,0		
	Lisboa	4,5	3,7	2,1	48,9	27,6	4,6	23,9	43,0	16,2	7,1	13,1	60,7	15,6	12,7	16,4	0,0	0,0	0,0	0,0		
	Portugal	7,3	0,9	1,8	13,2	28,7	5,1	59,9	60,3	21,1	8,4	6,6	58,5	11,2	3,4	13,5	0,1	0,0	0,0	0,0		
20-24	Açores	5,0	2,0	4,2	55,4	31,9	10,3	19,8	37,4	21,8	7,7	10,6	27,6	7,9	13,2	30,9	3,5	2,1	0,0	0,7	2,9	5,1
	Lisboa	3,8	1,7	2,1	35,7	17,7	3,7	13,2	22,8	6,6	12,1	14,2	25,8	28,4	20,4	49,9	4,1	15,6	0,0	2,7	7,6	11,8
	Portugal	2,9	0,5	2,2	53,5	28,2	5,9	15,3	37,3	15,2	8,8	11,2	24,9	14,9	16,1	43,5	3,2	1,5	0,0	1,3	5,3	8,2
25-29	Açores	5,0	2,0	5,7	71,7	39,8	16,8	3,3	25,9	27,0	6,5	9,8	17,4	4,4	11,8	17,4	6,6	3,9	0,0	2,6	6,7	15,8
	Lisboa	2,2	1,5	2,5	50,5	26,2	5,8	7,4	17,0	8,5	13,5	14,9	19,5	11,6	17,7	31,8	5,0	4,6	0,0	9,8	18,1	31,9
	Portugal	3,6	0,6	3,1	66,0	32,6	11,3	5,6	20,7	20,6	8,4	11,4	16,7	6,1	15,3	25,6	5,2	4,3	0,0	5,1	15,2	22,7
30-34	Açores	6,0	2,3	6,9	70,3	52,2	24,8	3,1	16,8	26,4	6,2	7,6	15,7	3,3	11,7	13,0	9,2	4,0	0,2	1,9	5,4	1,3
	Lisboa	3,5	2,1	3,8	55,9	36,9	11,5	6,5	13,7	12,1	12,8	11,5	20,9	7,5	17,6	25,6	4,9	3,7	0,4	8,9	14,7	25,7
	Portugal	5,5	1,1	4,4	67,8	40,5	20,3	4,8	14,2	22,6	8,3	9,6	16,5	4,0	15,6	18,5	4,7	5,3	0,3	5,0	13,6	17,5
35-39	Açores	20,1	2,6	7,1	67,9	69,1	34,2	3,0	4,7	23,1	5,7	5,9	14,0	2,1	7,1	10,3	7,5	5,5	0,6	1,6	5,0	10,6
	Lisboa	7,6	2,4	4,7	61,6	52,4	18,1	5,9	8,1	13,6	9,8	9,7	19,6	2,6	11,8	22,4	5,1	4,7	0,6	7,5	10,9	21,0
	Portugal	12,8	1,2	5,2	65,4	54,9	30,2	4,2	7,1	20,1	6,1	8,7	15,3	2,9	10,5	15,0	4,9	6,1	0,5	3,7	11,5	13,7
40-44	Açores	31,2	3,0	8,9	56,2	72,4	44,6	1,9	3,3	16,6	2,8	6,0	11,4	1,1	5,8	10,0	6,0	6,2	0,7	0,9	3,3	7,9
	Lisboa	20,4	2,8	6,1	54,5	60,0	25,4	4,7	6,8	13,2	7,2	8,9	17,7	3,8	10,0	19,7	4,6	2,9	0,9	4,8	8,7	17,1
	Portugal	35,6	1,9	7,0	49,5	58,2	38,5	3,0	6,3	16,2	3,8	8,8	13,4	1,7	9,7	13,0	4,1	5,3	0,7	2,3	9,9	11,3
45-49	Açores	42,9	6,6	12,0	46,3	72,9	57,5	1,7	3,4	6,9	2,3	4,5	7,7	1,0	4,1	6,7	5,2	6,2	1,1	0,8	2,4	8,0
	Lisboa	28,3	9,0	7,7	49,9	50,0	37,4	3,9	8,0	10,1	7,1	9,2	14,8	3,3	10,4	14,9	4,1	4,3	1,1	3,4	9,0	13,9
	Portugal	47,1	5,7	9,3	40,8	59,8	51,8	2,3	5,5	9,1	3,4	6,9	9,7	1,4	7,6	9,0	3,3	6,2	1,0	1,6	8,3	10,1
Total	Açores	13,3	2,8	6,5	59,9	52,6	26,5	11,7	20,7	22,5	5,2	7,4	21,3	3,6	8,6	13,8	5,1	4,0	0,3	1,2	4,0	6,9
	Lisboa	10,1	3,0	4,1	51,4	41,6	15,2	8,0	13,5	11,2	10,3	11,3	24,4	9,8	14,3	26,4	4,4	5,2	0,4	5,2	11,1	18,1
	Portugal	15,2	1,6	4,7	54,7	43,7	23,1	9,6	19,0	17,9	6,8	9,3	21,6	6,0	12,0	20,1	4,0	4,4	0,3	3,0	10,1	12,3

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (1981, 1991 e 2001)

Notas: * Nível de escolaridade completo ou a frequentar. As parcelas sombreadas representam uma sobrevalorização em relação à média = ou > a 10%.



Imigrantes de Leste em Portugal

Eastern European Immigrants in Portugal

Autores:

Maria I. Baganha

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais

Email: mbaganha@fe.uc.pt

José Carlos Marques

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais

Pedro Góis

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais

Resumo:

Este trabalho começa por analisar as determinantes do súbito e intenso movimento migratório da Europa de Leste para Portugal que se verificou em 2001/2002. Seguidamente descreve-se com base num inquérito, elaborado especificamente para este efeito, as características sócio-demográficas, a integração económicas e alguns indicadores de integração social dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal.

Palavras Chave: imigração, integração económica, imigrantes do Leste Europeu.

Abstract

This article analysis the sudden and intense migratory flow from Eastern Europe to Portugal that took place essentially in 2001/2002. Based on a national survey the article describes the socio-economic characteristics of the immigrants, their economic insertion in the Portuguese labour market and some indicators of their social integration.

Key words: immigration, economic integration, eastern European immigrants.

Introdução

Portugal é, como os restantes países do Sul da Europa, um país de imigração recente. De facto, o número de estrangeiros a residir em território nacional era, em 1981, de apenas 54.414; ou seja 0,6 por cento do total da população residente. Apesar do crescimento da população estrangeira ser constante durante os anos 80 e 90, em 2000 o número de estrangeiros com residência legal era ainda apenas de 208.198 pessoas, ou seja aproximadamente 2 por cento da população do país¹.

Acresce que, na viragem para o século XXI, a imigração de países terceiros para Portugal era maioritariamente (76 por cento em 1999 e 77 por cento em 2000) constituída de imigrantes de países lusófonos, isto é, das ex-colónias portuguesas em África² e do Brasil. A percentagem restante encontrava-se dispersa por mais de cem nacionalidades, nenhuma das quais apresentava valores numéricos muito significativos (SEF, Estatística de 1999 e de 2000).

Em suma, a presença de imigrantes em Portugal era, até 2000, relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podiam atribuir-se directamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais bem como às nossas relações económicas.

O que acaba de ser dito não relata, contudo, toda a história. De facto, desde 1996, ano em que se efectuou uma regularização extraordinária de imigrantes ilegais e Portugal acedeu ao Espaço Schengen, o número de imigrantes ilegais cresceu ininterruptamente. Particularmente depois da promulgação do Decreto-Lei 244/98 em que se consagrou a possibilidade de obtenção de autorização de residência a imigrantes ilegais a residir no país.

De facto, o artigo 8 do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto estabelecia que:

Em casos excepcionais de reconhecido interesse nacional ou por razões humanitárias, o Ministro da Administração Interna pode conceder a autorização de residência a cidadãos estrangeiros que não preencham os requisitos exigidos no presente diploma.

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nos finais de 2000, existiam 41.401 pedidos de concessão de autorizações de residência ao abrigo do artigo 88 do Decreto-Lei 244/98. Ou seja, reconhecia-se oficialmente que existiam no país pelo menos 41.401 imigrantes ilegais. Este facto era atribuído, no mesmo documento oficial, às necessidades do mercado particularmente do sector da construção civil e obras públicas e à informalidade da economia. Afirma-se no documento:

As necessidades do mercado de trabalho, potenciadas pela sua informalidade em larga escala nos sectores de mão-de-obra intensiva, iam-se satisfazendo, através do recurso à contratação de imigrantes em situação irregular.

(...)

Verificou-se um crescimento assinalável da economia informal no sector da construção civil e obras públicas, fenómeno associado ao aumento do número de imigrantes necessários a este mercado, o que, no quadro jurídico existente, se estabeleceu através da contratação irregular, nos planos da estadia e permanência e da situação laboral e da segurança social. (in, Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório, 1 de Março de 2002, IGT, ACIME, SEF)

De facto, o sector da construção civil e obras públicas, porta de entrada no mercado de trabalho para a maioria dos imigrantes recém chegados, registou, durante este período, uma fase de intenso crescimento. O número de pedidos de licença entrados no Instituto do Mercado de Obras Públicas e Particulares saltou de 3.677 em 1999 para 11.149 em 2000 e para 18.588 em 2001 (Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório, 1 de Março de 2002, IGT, ACIME, SEF).

¹ SEF, Residentes Estrangeiros em Portugal - 1980/1998. Que Evolução. SEF, Lisboa, 1999; Baganha e Marques, 2001 e SEF, Estatísticas de 2000.

² Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, e S. Tomé e Príncipe.

Este acentuado crescimento na procura de mão-de-obra, causado por este *boom* no sector da construção e obras públicas, não foi em larga medida satisfeito pelas fontes de fornecimento tradicionais, imigrantes dos PALOP³ e do Brasil, mas sim por novas e inesperadas fontes, nomeadamente por imigrantes de países do leste europeu, e particularmente da Ucrânia.

Tendo em conta os padrões migratórios dos anos 80 e dos anos 90 esta mudança foi súbita e inesperada. Particularmente imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do leste europeu, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que se possa atribuir este súbito e, como veremos, intenso movimento de trabalhadores imigrantes desta região para Portugal.

Acresce que o número de cidadãos de países da Europa do Leste residentes em Portugal durante os anos 90 era diminuto, 2.373 pessoas em 1999 (SEF, Estatísticas de 1999), e além do mais encontrava-se disperso por várias nacionalidades, pelo que nenhuma nacionalidade da Europa de Leste tinha, em finais dos anos 90, relevância numérica suficiente para suportar uma rede migratória em que este súbito e sobretudo intenso movimento se pudesse basear.

O facto é que, no espaço de um ano (2001) e ao abrigo do artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de Janeiro, foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país⁴. Mais de metade destas autorizações de permanência foram concedidas a cidadãos do Leste da Europa (56 por cento) e 36 por cento a trabalhadores imigrantes de um país específico, a Ucrânia. Num só ano, o número de imigrantes residindo legalmente⁵ no país passou de 208.198 em 2000 para 350.503 em 2001, ou seja, registou-se um crescimento no volume da população estrangeira com residência legal de 68 por cento. Em 2002 o ranking das principais nacionalidades de imigrantes oriundos de países terceiros tinha sido drasticamente alterado, constituindo agora os imigrantes provenientes da Ucrânia o grupo mais numeroso. Os Quadros 1 e 2 exemplificam claramente essa mudança apresentando o ranking das 10 principais nacionalidades de imigrantes de países terceiros em 1999 e 2002.

Quadro 1

Residentes Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999	
Nacionalidade	Residentes
Cabo Verde	43.797
Brasil	20.887
Angola	17.695
Guiné-Bissau	14.140
EUA	7.975
S. Tomé e Príncipe	4.795
Moçambique	4.503
Venezuela	3.412
China	2.733
Canadá	2.012
Total de Países Terceiros	138.467
Total da UE	52.429
Total de Estrangeiros Residentes	190.896

Fonte: SEF, Estatística de 1999

³ Países africanos de língua oficial portuguesa.

⁴ O artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos sectores de actividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de Novembro de 2001] “e em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado “ e que reúnem diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência.

⁵ A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001 a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

Quadro 2

Residentes* Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002	
Nacionalidade	Residentes
Ucrânia	62.041
Cabo Verde	60.368
Brasil	59.950
Angola	32.182
Guiné-Bissau	23.349
Moldávia	12.155
Roménia	10.938
S. Tomé e Príncipe	9.208
China	8.316
EUA	8.083
Total de Países Terceiros	347.302
Total da UE	66.002
Total de Estrangeiros Residentes	238.746

Nº. Autorizações de Permanência, 2001 - 126.901

Nº. Autorizações de Permanência, 2002 - 47.657

*Nota: inclui detentores de autorização de residência e de permanência para 2001 e 2002

Fonte: SEF, Estatísticas 2001 e 2002 (para 2002 em: www.sef.pt/estatisticas.htm)

É este súbito e intenso movimento migratório da Europa de Leste para Portugal que iremos explicar e descrever neste trabalho com base, essencialmente, num inquérito elaborado especificamente para este efeito. O inquérito foi aplicado entre Junho e Dezembro de 2002, em todos os distritos continentais, com excepção de Castelo Branco, a imigrantes do leste europeu, falantes de ucraniano ou russo. Dos 816 inquéritos distribuídos 735 foram validados e posteriormente analisados (ver ficha técnica no anexo 1).

Porque vieram?

São várias as determinantes usualmente apontadas na literatura como propiciadoras da criação de novos fluxos migratórios ou como fomentadoras da sua manutenção no tempo – relações pós-coloniais, recrutamento directo, acordos bilaterais, relações históricas, culturais ou económicas, e preexistência de redes migratórias – contudo estas determinantes estão todas elas ausentes deste caso, o que nos obriga a procurar as suas raízes noutros factores.

Documentos oficiais atribuem este súbito e intenso fluxo migratório do Leste Europeu para Portugal a três causas principais, a saber: à falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia; à velocidade e facilidade de movimento dentro do Espaço Schengen; e ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob o disfarce de denominadas “agências de viagem”.

Assim, por exemplo, o *Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório* (1 de Março de 2002, IGT, ACIME, SEF) afirma:

No caso da Europa de Leste a imigração ilegal opera de forma massiva. Nos consulados alemães de Kúshmou (Moldávia), Kiev (Ucrânia) ou Moscovo (Rússia) milhares de cidadãos desses países, com os mais diversos pretextos, nomeadamente turísticos, solicitam vistos de curta duração, por vezes, através de agências de viagem ligadas ao tráfico de pessoas, que lhe são generosamente concedidos. Transportados rapidamente em camionetas de excursão ou através de outros meios de circulação rápida, ..., dirigem-se a Portugal e integram-se nas redes de trabalho informal ou clandestino, mantendo-se ligados pelas mais diversas obrigações aos que os trouxeram até nós, alguns sob o controlo de redes de imigração clandestina. (...)

A razão pela qual o seu número subiu tão significativamente prende-se com a facilidade que se verifica na concessão dos vistos de curta duração (...) e pela forma célere com que imigrantes atravessam o espaço Schengen. (...)

É este o contexto que explica a alteração da composição qualitativa da imigração em Portugal, que resulta não de uma opção nacional, mas das políticas de concessão de vistos de curta duração de outros Estados membros da União Europeia. (...)

Quanto à forma de actividade dos indivíduos que constituem as organizações criminosas com origem no Leste Europeu, tudo se processa a partir da origem, onde, desde a obtenção dos meios necessários para deslocação (i.e. documentos, vistos, viaturas, guias), normalmente através de “agências de turismo” criadas especificamente para o efeito, procedem ao seu controlo através de meios coercivos, passando por rotas previamente definidas até à chegada ao país de destino. (...)

Uma vez chegados ao país de destino – e no caso concreto, Portugal -, os grupos criminosos continuam a controlar a situação dos imigrantes, se necessário através da coacção, por meios da retenção dos respectivos passaportes e de ameaças sobre a família ou de denúncia às autoridades.

Estes factores são sem dúvida importantes. Um fluxo súbito e intenso só pode ocorrer se houver infra-estruturas organizadas para o transporte e se os documentos necessários à viagem poderem ser rápida e facilmente obtidos. De facto, os resultados da nossa pesquisa claramente confirmam a relevância destes factores. Assim, por exemplo, 96 por cento dos inquiridos ao nosso inquérito indicaram que tinham entrado em Portugal com um visto de curta duração (30 por cento com um visto Uniforme⁶ e 66 por cento com um visto de turismo) emitido por um consulado não português (57 por cento destes vistos tinham sido emitidos por um consulado alemão). Mais de metade dos inquiridos declarou que entrou em Portugal com a ajuda de uma «agência de viagens» e 86 por cento que tinham feito a viagem em autocarros ou mini-autocarros. Acresce que quando questionados directamente se tinham tido dificuldades com as máfias uma significativa percentagem, 16 por cento, respondeu afirmativamente.

Apesar de relevantes estes factores não explicam cabalmente porque é que estas pessoas resolveram deixar o seu país nem porque é que decidiram vir para Portugal. De facto, para responder a estas perguntas outros factores têm que ser também tomados em consideração.

Recorrendo a um modelo clássico de repulsão/atração podemos dizer que após o desmantelamento da União Soviética, os países da Europa de Leste entraram num período de transição para uma economia de mercado e para sistemas de governação democráticos que aumentaram consideravelmente a propensão para a emigração⁷. Primeiro, porque se tornou possível emigrar para um número muito substancial de pessoas, isto é, as barreiras legais à mobilidade externa foram sendo progressivamente desmanteladas em todos os países do Leste Europeu (Satzewich, 2002: 192). Segundo, porque as diferenças de salários e de níveis de vida entre os países da Europa de Leste e da União Europeia tornaram-se conhecidos do público em geral. Saliente-se a este propósito que 65 por cento dos inquiridos ao nosso inquérito indicaram ganhar menos de 100 euros por mês nos seus países de origem, o que é significativamente menos do que qualquer um dos salários mínimos em vigor nos países da União Europeia⁸. E terceiro, porque se reactivou em algumas regiões uma forte cultura emigratória tradicional. Estamos a pensar, por exemplo, na região Oeste da Ucrânia, que de há séculos tem uma forte cultura migratória e de onde provieram mais de 49 por cento dos inquiridos ao nosso inquérito.

Estas determinantes explicam, a nível macro, porque é que uma parte da população dos países do Leste Europeu decidiu emigrar. A razão porque alguns decidiram emigrar para Portugal pode ser atribuída ao seguinte conjunto de factores. Primeiro, à promoção de Portugal feita por “agências de viagens” dos países do Leste Europeu, particularmente da Ucrânia, que ofereciam pacotes atractivos que incluíam viagem, documentos, transporte e a promessa de trabalho no país de destino e que eram acessíveis a um largo segmento da população. Segundo, ao facto de os salários em Portugal serem várias vezes superiores aos praticados nos países de origem. Lembremos, por exemplo, que o salário mínimo médio de servente da construção civil e obras públicas, sector em que como dissemos se insere a grande maioria dos imigrantes recém chegados, era de 458 euros em

⁶ Visto conhecido pelos imigrantes como visto Schengen.

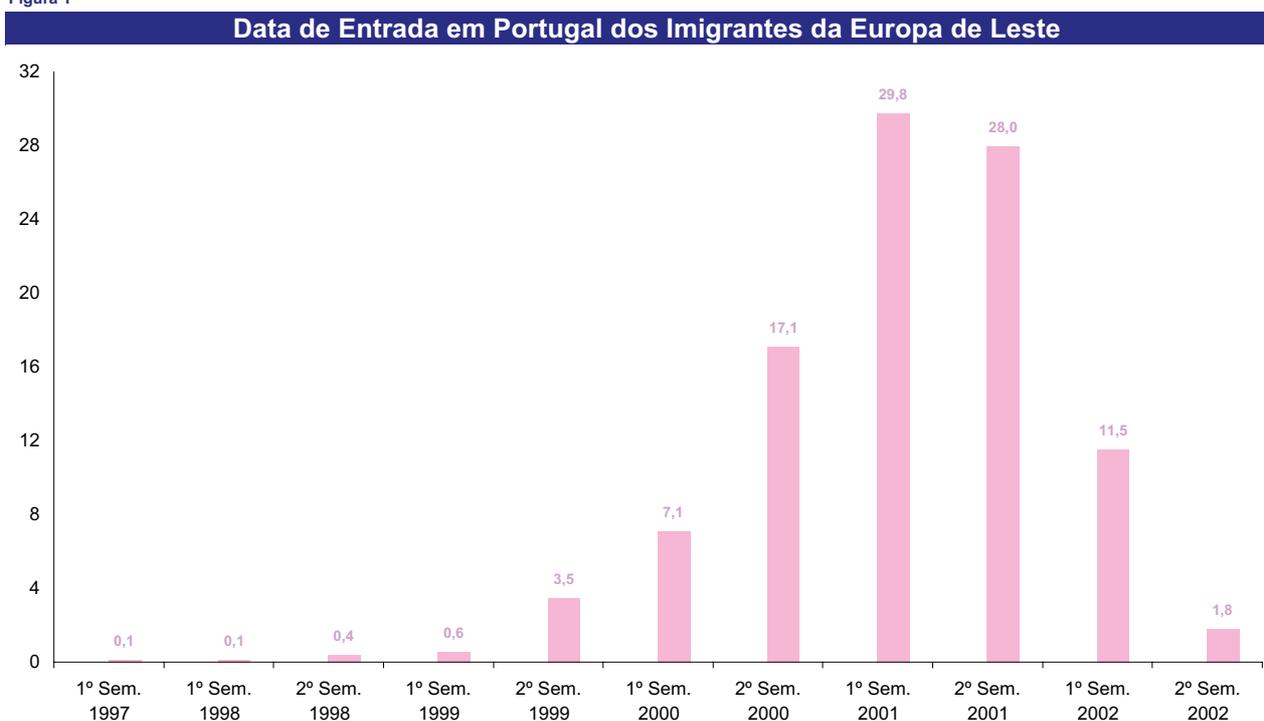
⁷ Em várias regiões, como por exemplo na Trans-Dniestra na Moldávia e na Abkhazia na Geórgia, os conflitos gerados pelo desmantelamento da União Soviética não foram totalmente ultrapassados continuando a não haver soluções políticas. A instabilidade existente nestas regiões é igualmente um factor propiciador de emigração (IOM, 2002)

⁸ Em 2002, os dois países com o salário mínimo médio por mês mais baixo (salário mínimo anual dividido por 12) foram Portugal (406 euros) e a Grécia (473 euros). EUOROSTAT, Statistics in Focus – Minimum wages in the European Union”, in A Economia Portuguesa, Junho de 2003, DGE, Ministério das Finanças. DGE.

Janeiro de 2001 e de 474 euros em Janeiro de 2002⁹, valores que caem sensivelmente no meio do intervalo 300 a 600 euros que 61 por cento dos inquiridos a trabalhar no momento do nosso inquérito declarou ganhar. E finalmente, o facto de que havia uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta em permanência de Janeiro a Novembro de 2001, que oferecia uma alternativa real a uma eventual estadia ilegal noutro país da União Europeia. A possibilidade de obter um documento de residência legal foi, aliás, indicada por 13 por cento dos inquiridos como a principal razão da escolha de Portugal como país de destino.

É a combinação de todos estes factores a nível macro e a nível micro que explicam o súbito e intenso movimento migratório da Europa do Leste para Portugal, movimento que como exemplificado pelas datas de entrada dos inquiridos ao nosso inquérito ocorreu essencialmente ao longo de 2001

Figura 1



Características dos Imigrantes

No resto deste texto iremos caracterizar os imigrantes do Leste Europeu com base nos resultados do inquérito aplicado. Esta caracterização irá explorar quatro aspectos: caracterização sócio-demográfica; inserção económica; adaptação à sociedade de acolhimento; e projectos futuros.

Mas primeiro uma breve nota metodológica sobre o inquérito. Embora entre os imigrantes que responderam ao inquérito tenhamos inquiridos de onze nacionalidades diferentes, a esmagadora maioria (89 por cento) provinha de um único país, a Ucrânia. Assim sendo, os nossos resultados reflectem essencialmente as características, a situação económica e as percepções dos imigrantes Ucrânicos em Portugal.

Características Socio-Demográficas

Como seria de esperar existe uma nítida preponderância dos elementos masculinos nesta população, isto é, 71 por cento dos inquiridos são homens e só 29 por cento são mulheres. Em termos de idades, o mais novo dos inquiridos tinha 15 anos e o mais velho 63 anos, a idade média era de 36 anos. Ou seja, estamos perante um fluxo migratório predominantemente, masculino e todo ele constituído por imigrantes em idades activas. Estas características são, como é sabido, típicas de novos fluxos laborais.

⁹ In, Inquérito aos salários por profissões na Construção Civil e Obras Públicas. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Janeiro de 2002.

A esmagadora maioria destes imigrantes é casada ou vive em união de facto (75 por cento) e tem pelo menos um filho (77 por cento). Estas características configuram num espaço temporal mais ao menos curto uma de duas situações: um movimento intenso de reunificação familiar ou um retorno significativo aos países de origem.

Quando comparados com a população nacional ou com a população imigrante proveniente de países terceiros estes imigrantes evidenciam um nível de educação muito superior. De facto, 69 por cento tinha completado o ensino secundário ou uma formação técnico/profissional equivalente. E 31 por cento tinham formação académica superior (10 por cento tinha cursos equivalentes a bacharelato e 21 por cento formação superior mais avançada).

Quadro 3

Nível de educação	
	Percentagem
Capaz de ler e escrever sem ter tido uma educação formal	0,1
Ensino secundário	12,4
Escola profissional	26,3
Ensino Politécnico	30,1
Licenciatura	9,9
Mestrado	19,9
Pós-graduação	0,4
Doutoramento	0,3
Outras habilitações	0,3
Sub-Total	99,6
Não sabe / não responde	0,4
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

À pergunta porque é que decidiu viver no estrangeiro, a esmagadora maioria (80 por cento), deu, como seria de esperar, razões económicas para a sua decisão. Uma percentagem substancial, 58 por cento declarou que esta decisão fora planeada com tempo, isto é, que não tinha obedecido a nenhum impulso súbito, o que demonstra a propensão latente para emigrar existente em algumas destas regiões e a que aludimos na primeira parte deste texto.

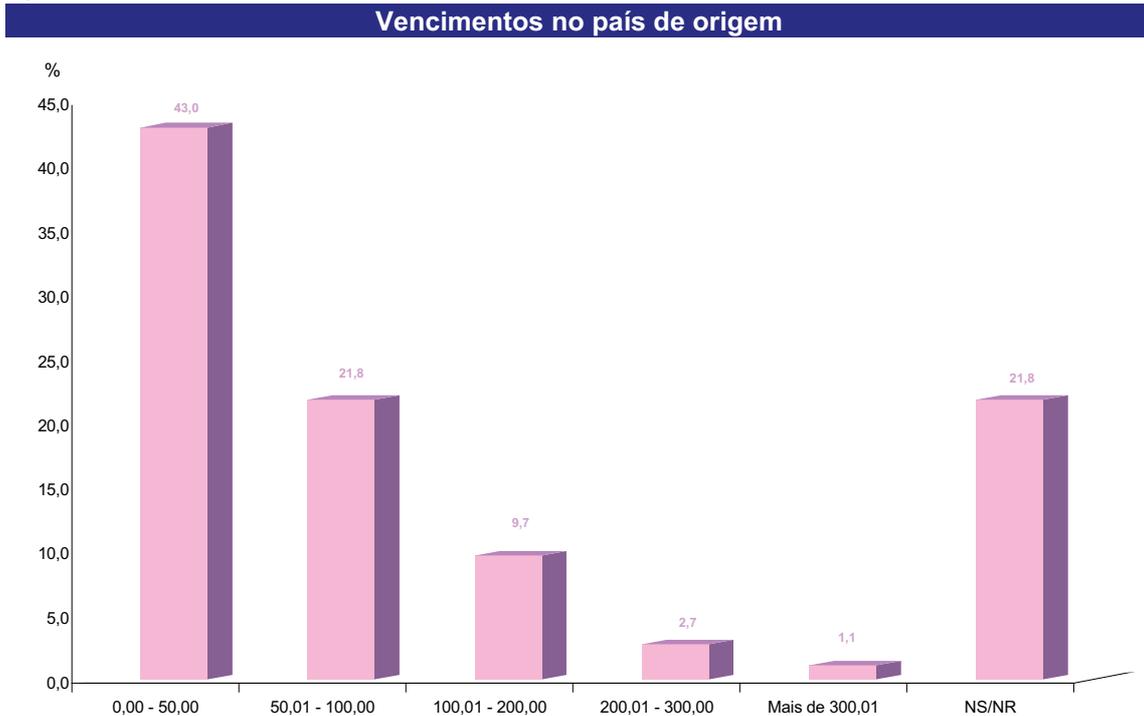
Antes da partida, 76 por cento dos inquiridos eram economicamente activos e 19 por cento estavam desempregados. Os dois grupos ocupacionais mais frequentes antes da partida eram o de operários, artífices e similares (29 por cento) e o de ocupações científicas e intelectuais (32 por cento). A esmagadora maioria declarou receber no seu país de origem salários extremamente baixos, sendo que 65 por cento recebiam mensalmente menos de 100 euros.

Quadro 4

Profissões no país de origem	
	Percentagem
Membro das Forças Armadas	1,2
Quadros Superiores e Dirigentes	1,1
Profissões Intelectuais e Científicas	32,4
Profissões de Nível Intermédio	7,2
Pessoal Administrativo e Similares	1,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	6,5
Operários, Artífices e Trab. Similares	28,6
Operadores Instalação de Máquinas	10,1
Trabalhadores Não Qualificados	2,3
Não sabe / não responde	9,4
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Figura 2



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Inserção económica

No momento em que foi efectuado o inquérito só 80 por cento declararam ter uma actividade económica, o que é relativamente surpreendente uma vez que os imigrantes têm de prover à sua subsistência e a economia portuguesa estava a gerar múltiplas oportunidades de emprego, particularmente no sector da construção civil e obras públicas e em sectores como o turismo, a restauração e o pequeno comércio. Talvez ainda mais surpreendente é o facto de só 13 por cento dos nossos inquiridos ter chegado depois de 2001, ou seja, depois de acabado o período de regularização de trabalhadores imigrantes, mas 26 por cento ter indicado encontrar-se em situação ilegal (10 por cento não responderam a esta questão), o que significa que pelo menos 13 por cento não pôde ou não quis entrar no mercado de emprego formal e regularizar a sua situação em Portugal.

A forma como os imigrantes obtiveram o seu primeiro emprego em Portugal variou bastante. De facto, 42 por cento obteve o seu primeiro emprego através da ajuda de familiares, amigos ou compatriotas já estabelecidos em Portugal, 22 por cento através de um angariador de mão-de-obra, 4 por cento através de uma «agência de viagens» sediada no país de origem e só 14 por cento encontrou o seu primeiro emprego por si próprio. De salientar que uma parte muito significativa, 44 por cento dos inquiridos declarou ter pago a um intermediário para obter o seu primeiro emprego.

Quadro 5

Contactos realizados para a obtenção do primeiro emprego em Portugal	
	Percentagem
Iniciativa própria	14,1
Ajuda de uma 'agência de viagem' no país de origem	4,4
Através da ajuda de um(a) português(a)	6,7
Através dos colegas	4,4
Amigos do país de origem já presentes em Portugal.	23,9
Familiares já presentes em Portugal	8,3
Compatriotas já presentes em Portugal	9,9
Angariador de mão-de-obra da comunidade imigrante	21,6
Outro contacto	2,0
Sub-total	95,4
Não sabe / Não responde	4,6
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos imigrantes economicamente activos no momento do inquérito, 62 por cento tinham uma ocupação não qualificada. O segundo grupo de ocupações mais frequente era o de operários, artífices e trabalhadores similares com 16 por cento.

Quadro 6

Profissão actual em Portugal (grandes grupos profissionais)	
	Percentagem
Profissões Intelectuais e Científicas	0,3
Profissões de Nível Intermédio	0,2
Pessoal Administrativo e Similares	0,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	2,5
Agricultores, Trab. Qual. Agri. e Pescas	1,7
Operários, Artífices e Trab. Similares	16,3
Operadores Instalação de Máquinas	2,0
Trabalhadores Não Qualificados	62,1
Sub-total	85,7
Não sabe / Não responde	14,3
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em termos de vencimentos, 3 por cento dos inquiridos, que tinham um trabalho remunerado, declaram ganhar menos de 300 euros por mês, 28 por cento entre 300 e 450 euros (de notar que o salário mínimo nacional era em 2002 de 348 euros por mês) e 33 por cento ganhava entre 450 e 600 euros. Somente 5 por cento dos inquiridos ganhava mais de 900 euros por mês. A distribuição de vencimentos mensais declarados foi a que a seguir se indica.

Quadro 7

Vencimentos mensais	
	Percentagem
0 - 150	0,5
151 - 300	2,2
301 - 450	28,0
451 - 600	33,3
601 - 750	13,9
751 - 900	9,9
Mais de 900	5,4
Sub-total	93,2
Não sabe / Não responde	6,8
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos inquiridos a trabalhar no momento do inquérito, 73 por cento tinham um contrato escrito e 23 por cento não tinha contrato. Destes contratos 35 por cento eram permanentes e 63 por cento temporários.

O número de horas de trabalho por semana era de 42 horas ou menos para 34 por cento dos inquiridos activos e de mais de 42 horas para 50 por cento de entre eles.

Em suma, estamos perante uma população que trabalha longas horas, auferе salários relativamente baixos, tem vínculos laborais extremamente precários e exhibe elevados índices de informalidade económica. De facto, pelo menos aproximadamente um quarto de entre estes imigrantes trabalha sem qualquer vínculo laboral, valor que está em consonância com o facto de 25 por cento ter declarado não fazer descontos para a segurança social e de 32 por cento ter indicado não pagar qualquer contribuição fiscal.

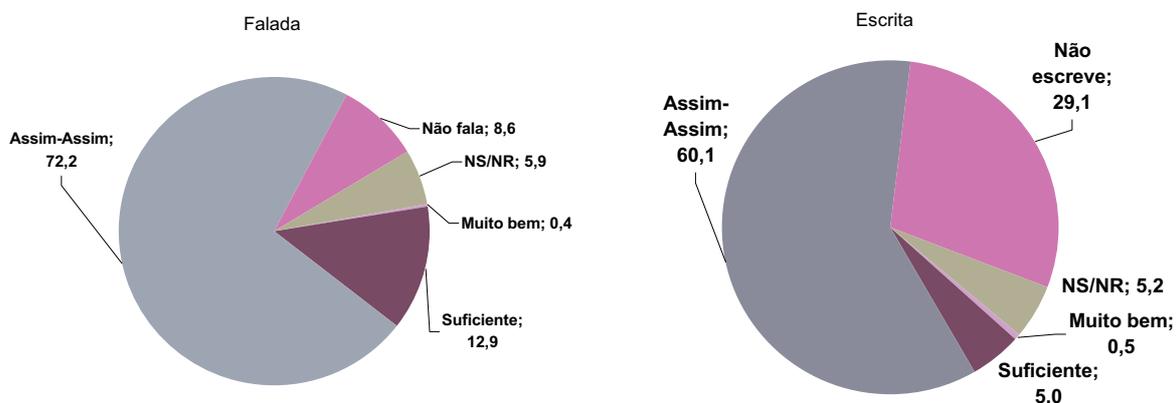
Adaptação à sociedade de acolhimento

Recolhemos igualmente alguns indicadores sobre a adaptação destes imigrantes à sociedade portuguesa. O primeiro destes indicadores é sobre atitudes discriminatórias no local de trabalho. A maioria dos inquiridos, 63 por cento, declarou não ter sofrido qualquer discriminação, contra 27 por cento que declarou ter sofrido atitudes discriminatórias no local de trabalho.

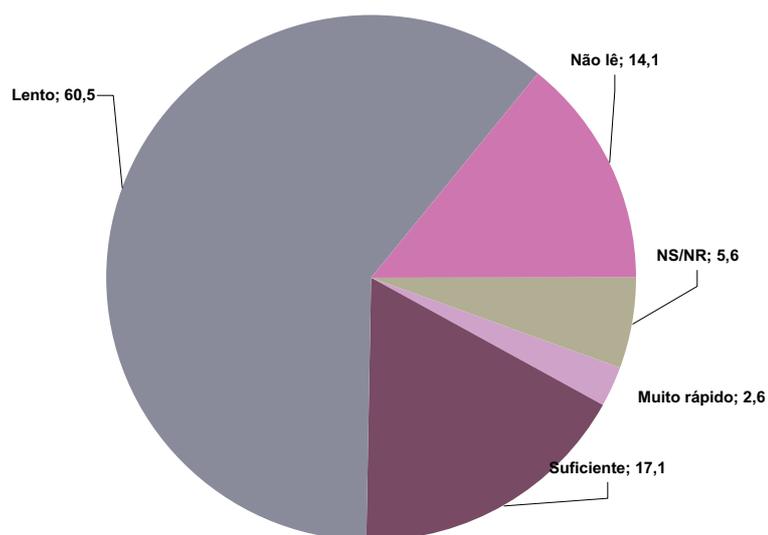
O segundo indicador incide sobre o domínio da língua portuguesa. É surpreendente que apenas depois de alguns meses em Portugal a esmagadora maioria destes imigrantes declare ter algum domínio da língua portuguesa. De facto apenas 9 por cento declarou não ser capaz de falar português, 29 por cento indicou não ser capaz de escrever e 14 por cento não ser capaz de ler.

Figura 3

Nível de fluência na língua portuguesa (falada e escrita) - %



Rapidez na leitura da língua portuguesa - %

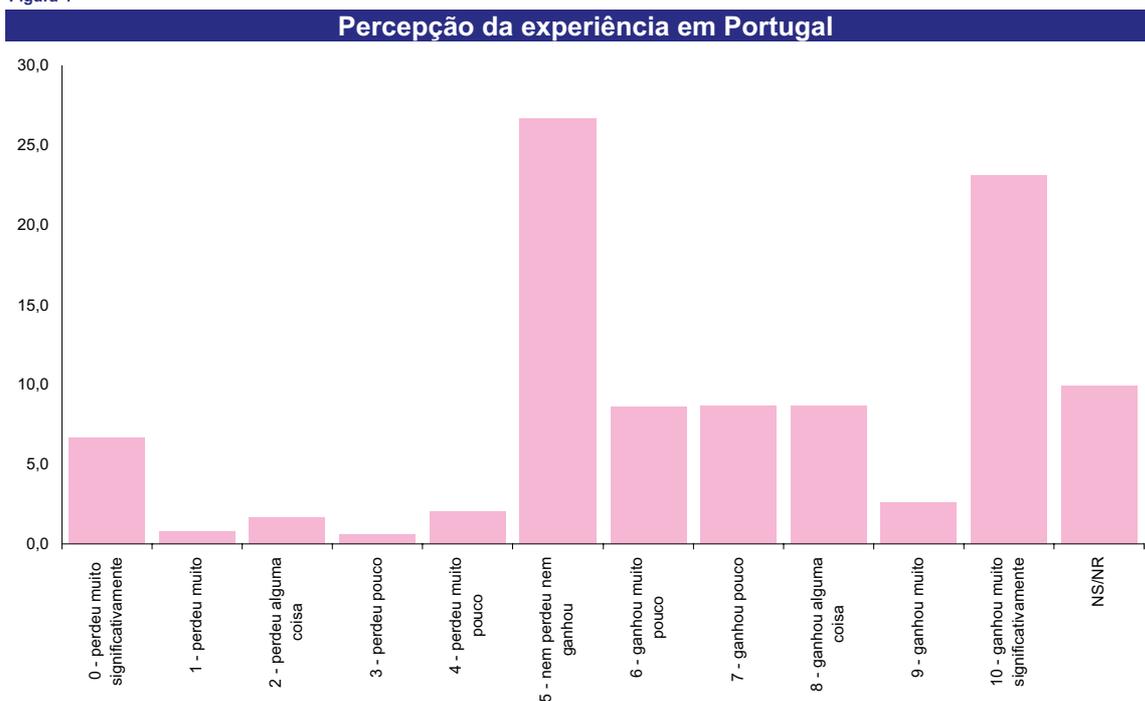


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É ainda cedo para podermos discutir a integração social destes imigrantes, não deixa contudo de ser surpreendente que num espaço tão curto de tempo uma larga maioria evidencie pelo menos fortes indícios de adaptação funcional

O terceiro indicador incidiu sobre a percepção que os imigrantes tinham da sua experiência em Portugal. 52 por cento considerou a sua experiência em Portugal como positiva ou muito positiva e só 7 por cento a considerou muito negativa.

Figura 4



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Planos Futuros

Quanto aos planos para o futuro, a maioria (51 por cento) dos inquiridos pensa regressar ao seu país de origem no futuro mais ao menos próximo e só 16 por cento tem intenções de permanecer em Portugal. É interessante notar que 4 por cento pretende migrar para outro país. A manter-se o projecto migratório, estes números indicam uma enorme propensão para o retorno ao país de origem.

Quadro 8

Perspectivas a longo prazo dos inquiridos	
	Porcentagem
Tentarei ganhar algum dinheiro e regressarei ao meu país	36,1
Tentarei obter uma Autorização de Residência para ficar em Portugal.	10,3
Tentarei conseguir pelo menos a pensão mínima portuguesa e regressarei ao meu país	2,0
Tentarei conseguir uma boa educação profiss. e uma Autorização de Residência para ficar em Portugal e conseguir um emp. qualificado	3,8
Tentarei conseguir o dinheiro suficiente para pagar as minhas dívidas e regressarei ao meu país	2,7
Tentarei montar um negócio em Portugal	1,6
Tentarei obter um passaporte português para poder emigrar para um outro país com melhores condições de vida	4,4
Ficarei em Portugal durante um certo período e regressarei ao meu país	10,2
Ainda não estão definidos	19,3
Outros planos	3,0
Sub-Total	93,5
Não Sabe / Não responde	6,5
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Conclusão

Como tivemos oportunidade de demonstrar a emigração do Leste Europeu para Portugal foi um movimento intenso que ocorreu essencialmente no decurso do ano de 2001 coincidindo grosso modo com o processo extraordinário de regularização de trabalhadores imigrantes que decorreu entre Janeiro e Novembro desse mesmo ano.

Desde então o movimento abrandou significativamente e dada a recessão económica que o país atravessa é de crer que continue a abrandar nos tempos mais próximos.

Como a nossa breve caracterização dos imigrantes indica, a emigração do Leste Europeu para Portugal pode ser qualificada como um movimento de trabalho baseado nas disparidades económicas existentes entre as duas regiões. O movimento ocorreu porque organizações com fins lucrativos, particularmente na Ucrânia, promoveram a emigração para Portugal, porque simultaneamente com esta promoção decorreu uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes e porque a economia portuguesa tinha claras necessidades de mão-de-obra em vários sectores, nomeadamente na construção civil e obras públicas e indústria do turismo.

Estes trabalhadores vieram inserir-se nas chamadas ocupações pesadas, sujas e mal pagas apesar dos elevados níveis educacionais que declararam possuir. Em última análise, tal significa que os imigrantes do leste europeu evidenciam um padrão de inserção ocupacional descendente em relação ao padrão que detinham nos seus países de origem e significa, também, que se está a perder uma oportunidade de requalificar parcialmente a estrutura ocupacional da população activa em Portugal.

É prematuro tentar prever qual vai ser a evolução desta última vaga migratória, contudo o que é hoje já um facto consumado é que, mesmo sem novas entradas e mesmo com algumas partidas, esta súbita e inesperada vaga migratória veio alterar drástica e substancialmente a composição da imigração em Portugal e inserir o país no sistema migratório europeu.

Anexo 1

Ficha Técnica do Inquérito

O inquérito que serve de suporte ao presente trabalho foi realizado tendo por base uma amostra de imigrantes em Portugal originários de países da Europa de Leste. Com base nos registos de contratos de imigrantes do Leste Europeu feitos na Inspeção Geral do Trabalho em 2001, o tamanho da amostra inicialmente calculada foi de 816 indivíduos, o que pressupunha um intervalo de confiança de 95,5% e uma margem de erro de 3,5%¹⁰. Após a verificação dos inquéritos realizados foram validados somente 735 inquéritos, o que aumentou ligeiramente a margem de erro para 3,7%.

O facto de ter existido desde o início a percepção de que estes imigrantes possuíam um fraco ou nulo domínio do português implicou que o inquérito tenha sido realizado exclusivamente em ucraniano e/ou russo, as línguas que a maior parte dos imigrantes de leste em Portugal dominam. O inquérito era anónimo e foi aplicado em Portugal continental por 20 entrevistadores de nacionalidade russa e ucraniana. A técnica de amostragem adoptada foi a de bola de neve. O trabalho de inquirição decorreu entre Junho e Dezembro de 2002, em todos os distritos continentais com excepção de Castelo Branco, havendo a assinalar, no entanto, uma sobre representação da região da Grande Lisboa em relação às outras regiões.

As dificuldades de aplicação do inquérito, designadamente a desconfiança em relação aos entrevistadores, de início muitas vezes confundidos com potenciais mafiosos, o facto de o inquérito ser longo e a volatilidade ou mobilidade geográfica de alguns dos entrevistadores levou a que uma parte dos inquéritos já preenchidos se tenha perdido ou tenha sido inutilizada. Todas estas contingências têm obviamente uma implicação na qualidade da amostra e condicionam os seus resultados. Por outro lado, o facto de os entrevistadores terem sido recrutados através de instituições ou organizações próximas dos imigrantes, designadamente organizações religiosas,

¹⁰ Dada a insuficiência de números exactos sobre a população imigrante dos países da Europa de Leste presente em Portugal, optou-se por utilizar a fórmula de cálculo da amostra para populações infinitas ou muito numerosas.

associações de imigrantes ou IPSS's, permitiu reduzir, mas não fazer desaparecer, o grau de desconfiança em relação aos objectivos do inquérito, uma vez que muitas vezes os entrevistados hesitavam em responder temendo que as suas respostas os pudessem prejudicar.

Tendo presentes estas limitações, foram, após uma primeira análise dos questionários, validados 735 inquéritos que depois de inseridos numa base de dados por colaboradores ucranianos, foram traduzidos e validados internamente de modo a servirem de suporte à presente apresentação de resultados. As não respostas não são na maioria dos casos significativas, mas dado que em alguns casos assumem valores relevantes, optou-se por apresentar, nos casos em que as Não Respostas apresentam valores relevantes, a totalidade das respostas obtidas, isto é, incluindo as não respostas nas percentagens totais.

Referências:

Baganha, Maria e Marques, José C.

Imigração e Política: o Caso Português. Lisboa, Fundação Luso Americana, 2001.

Inspecção Geral do Trabalho (IGT), Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Relatório Sobre a Evolução do Fenómeno Migratório. Março de 2002. In, http://www.idict.gov.pt/Docum_IGT.

International Labour Office (ILO)

Transformation and Migration in Central and Eastern Europe. Final Project Report, Geneva, ILO, 2002

Ministério das Finanças

Direcção Geral de Estudos e Previsão (DGEP)

A Economia Portuguesa. Lisboa, DGEP, Junho de 2003. In, http://www.dgep.pt/pteco/pt_jun03.pdf

Ministério da Segurança Social e do Emprego

Inquérito aos Salários por Profissões na Construção Civil e Obras Públicas. Janeiro de 2002. In, <http://www.detefp.pt/informacao/sistemas/salarios.php>

Satzewich, Vic

The Ukrainian Diaspora, London, Routledge, 2002.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Residentes Estrangeiros em Portugal – 1980/1998. Que Evolução?

SEF, Lisboa, 1999.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Estatísticas de 1999, 2000, e 2001. Lisboa, SEF, s/d (policopiado)

Estatísticas 2002. In, <http://www.sef.pt/estatisticas.htm>



Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)

Autor: Humberto Moreira

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete do Presidente – Relações com o Sistema Estatístico Nacional

Email: humberto.moreira@ine.pt

Resumo:

O objectivo deste artigo, com base na experiência profissional do autor e nos conhecimentos sobre métodos e fontes, é expor dois ou três assuntos, sobre a função estatística, no contexto das migrações e da situação demográfica em Portugal e apresentar alguns contributos para a reflexão sobre as perspectivas de acção futura nesta matéria.

No âmbito da cooperação institucional, entre o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Centro Europeu de Estatística para os Países em vias de Desenvolvimento (CESD-Lisboa) e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), realizou-se um estágio curricular na área das estatísticas migratórias, do qual o autor foi orientador, que se concretizou na constituição de uma base de dados sobre a emigração oficial portuguesa, relativa ao período de 1960 a 1988. A partir desta experiência positiva, foram surgindo referências, relacionadas com o tema, sobre factos, constrangimentos e benefícios, bem como sobre a dicotomia entre a informação estatística e os acontecimentos reais, na constante procura de desenvolver o domínio das migrações internacionais.

Palavras Chave: Estágio curricular, emigração oficial e não controlada, imigração legal e irregular, fluxos migratórios (entrada ou saída), saldo migratório, estimativas da população, recenseamento da população, controlo de fronteiras, inquérito às famílias, registos da população.

*Portuguese emigration
(Retrospective statistics and thematic reflections)*

Abstract

The purpose of this article, regarding the professional experience of the author and some knowledge on methods and sources, is shows two or three questions on the statistical function in the context of migrations and demographic situation in Portugal, and to present some contributions for consideration on the perspectives of future actions in this matter.

In the scope of institutional co-operation between NSI, CESD-Lisbon and ISEGI (Institute of Statistics and Information Management), a training project of which the author was the leader, in the field of migration statistics contributed to the creation of a database on official Portuguese emigration, during the period 1960 to 1988. From this positive experience, some references, related with the subject, have been appearing, concerning facts, constraints and benefits, as well as the dichotomy between the statistical data and the real events, in the permanent search to develop the international migration statistics.

Key words: Training Project, official and irregular emigration, documented and irregular immigration, migrant flows (inflows or outflows), net migration, population estimates, population census, borders control, household survey, population registers.

1. Nota prévia (*Instituições e pessoas*)

No enquadramento da actividade do CESD-Lisboa¹, que de acordo com os seus objectivos visava proporcionar a formação e o aperfeiçoamento profissional de quadros estatísticos, em particular dos países africanos de língua oficial portuguesa, realizaram-se no INE, ao longo de vários anos, **estágios curriculares** de alunos bolsheiros originários destes países. Tendo em conta esta articulação de utilidade recíproca entre o INE e o CESD-Lisboa, e inclusive com o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), onde a generalidade dos alunos bolsheiros daquele Centro se encontravam matriculados, foi solicitado, na altura (2º semestre de 2003), ao Director do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População (DECP), unidade orgânica da antecedente macroestrutura do INE, a realização de um estágio curricular para um aluno finalista do curso de licenciatura em Estatística e Gestão da Informação do ISEGI, e simultaneamente bolsheiro do CESD-Lisboa.

O aluno bolsheiro em causa, originário da Guiné-Bissau, manifestou preferência em realizar o seu estágio na área estatística da Demografia. Tendo em conta esta preferência e, em contrapartida, a necessidade existente, no âmbito das estatísticas migratórias, de se reconstituir a informação estatística sobre a **emigração portuguesa**, em séries cronológicas, foi proposto um programa de estágio curricular com esta temática, consensualmente aceite, com a duração de três meses.

O estágio decorreu entre 23 de Julho e 31 de Outubro de 2003. O programa e orientação do estágio foram efectuados pelo autor do presente artigo, na altura chefe do Serviço de Estatísticas Vitais e Migratórias (SEVM), um dos serviços integrados no DECP. O programa de estágio, como já foi mencionado, enquadrou-se no âmbito da actividade estatística da **Emigração** e visou a reconstituição de séries cronológicas, relativamente aos resultados anuais, para um determinado período de referência, que se situou entre 1960 e 1988, em função da limitada duração do estágio. Da totalidade das variáveis observadas² para a caracterização (demográfica, económica e social) da emigração portuguesa, igualmente pelas limitações inerentes ao tempo de estágio, seleccionaram-se apenas as seguintes: tipo de emigração (permanente e temporária), residência anterior (distrito/região autónoma), sexo e país de destino.

O decurso do estágio fez-se de forma harmoniosa e progressiva, com pontos de situação semanais, ou *briefings*, mais propriamente dito, para se avaliar do trabalho realizado, com eventuais correcções ou alterações, e delinear os passos seguintes e as consultas metodológicas ou os suportes de informação necessários para o prosseguimento do trabalho. É de realçar o empenhamento, o cumprimento atempado das diversas fases do trabalho e a pontualidade notória que o estagiário Sá Indeque imprimiu ao seu trabalho quotidiano ao longo dos três meses do estágio.

Esta abordagem, deliberadamente expressa, ao enquadramento institucional, entre o INE, o CESD-Lisboa e o ISEGI, tendo em conta a mencionada experiência positiva do estágio de um aluno bolsheiro, não obstante muitas outras bem sucedidas que também tenham ocorrido, pretende mostrar os benefícios da parceria e complementaridade de instituições convergentes na função estatística, tanto ao nível do espaço nacional, como ao nível do espaço lusófono, e na cooperação entre entidades e as pessoas envolvidas que se entendem na língua de Camões.

2. Fontes e metodologias (*Interrupção da tradicional recolha estatística da emigração e alternativa implementada*)

A metodologia adoptada para a recolha da informação estatística sobre a emigração, até ao final de 1988, baseava-se na **emissão do passaporte para emigrante**. Esta fonte administrativa abrangia todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa (originária ou adquirida) que pretendiam estabelecer-se no estrangeiro, salvo nos seguintes casos, em que os indivíduos que se ausentavam para o estrangeiro não eram considerados emigrantes:

- Missão de estudo ou de serviço oficial;
- Estudantes e seminaristas em estabelecimentos de ensino no estrangeiro;
- Profissionais liberais, artistas e desportistas por um curto período de tempo;
- Tripulantes de aeronaves ou navios mercantes;
- Trabalhadores de zonas fronteiriças;

¹ Cessação de actividade em 2004.

² *Verbete para Emigração* (fac-símile anexo)

Serviçais e motoristas que acompanhem os patrões ou proprietários em viagens de turismo ou culturais;
Estágios ou desempenho de funções de carácter transitório.

A notação estatística competia à então Junta da Emigração³, de quem dependia a respectiva autorização de emissão do passaporte de emigrante que por sua vez remetia, nos questionários adoptados para o efeito, os dados ao Instituto Nacional de Estatística. A partir de 1976, de acordo com as recomendações das Nações Unidas para as migrações internacionais, a informação estatística sobre a emigração portuguesa passou a estar desagregada em permanente (residir noutro país por um período igual ou superior a 1 ano) e temporária (residir noutro país por um período inferior a 1 ano).

A informação estatística sobre a emigração reportava-se única e exclusivamente aos dados oficiais recolhidos através do passaporte para emigrante. Com a abolição deste tipo de passaporte, a partir de 1989, e até 1991, a notação estatística ficou restringida aos candidatos a emigrantes que eventualmente solicitavam auxílio ao então Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas ou aos organismos congéneres nas Regiões Autónomas, cujo volume era inexpressivo.

A partir de 1992, ano de referência, de modo a obter a informação estatística sobre a emigração, iniciou-se a realização do **Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS)**⁴, como módulo específico do Inquérito ao Emprego (IE). Trata-se de um inquérito por amostragem, em que a modalidade de inquirição é a recolha directa (entrevista proxy, na generalidade). As estimativas referentes aos resultados globais sobre a emigração possuem um coeficiente de variação que, ao longo dos vários anos decorridos desta nova série, se situa entre os 7% e os 14%; parâmetros que correspondem aos critérios normais de fiabilidade. No espaço da União Europeia, anterior a 1 de Maio de 2004, data da entrada dos dez novos Estados Membros, Portugal e a República da Irlanda eram os únicos países que utilizavam o Inquérito ao Emprego, como fonte de informação estatística para a emigração.

Uma outra fonte alternativa para obtenção de dados estatísticos sobre a emigração portuguesa, refere-se à **disponibilização de dados sobre fluxos migratórios de entrada, na óptica do país de destino**. Nesta óptica há que salientar as questões resultantes da falta de harmonização da informação estatística nos diversos países de destino e na atenção a ter na interpretação dos dados, em particular na conceitualização que lhe está subjacente. O conceito de imigrante (país receptor) versus emigrante (país emissor) não são por vezes comparáveis, bem como na noção de imigrante nos diversos países de destino. Mesmo no espaço da União Europeia, nos países que já dispõem de sistemas de registo permanente dos fluxos migratórios, criados em função das suas necessidades internas, é visível a dificuldade e a disponibilidade na adopção de medidas de integração, tendo em conta as repercussões das mesmas nos seus próprios sistemas.

3. Avaliação dos fenómenos e/migratórios (ponto de vista estatístico)

As migrações internacionais são conhecidas, no âmbito da demografia portuguesa, comunitária ou extra-comunitária, como dos fenómenos mais difíceis de avaliar, do ponto de vista estatístico. Esta constatação é admitida e publicamente proferida, com menor ou maior veemência, de acordo com a sensibilidade ao tema e a determinação de desenvolver ou manter o *status quo*, tanto por demógrafos como por todos os que trabalham em Demografia, nomeadamente nos serviços de estatística nacionais, INE e outros organismos do Sistema Estatístico Nacional (SEN), ou internacionais, como o Eurostat, as Nações Unidas, a OCDE e outros de relevante importância.

Nos componentes das estatísticas demográficas do estado civil (nados-vivos, óbitos, casamentos e divórcios)⁵ existe uma cobertura estatística exaustiva, obviamente tratando-se da União Europeia e de outros países desenvolvidos, e uma convergência praticamente plena, exceptuando-se alguns casos muito pontuais de diferentes critérios e práticas estatísticas, como p. ex. a idade gestacional nos fetos-mortos. Enquanto que, no referente aos movimentos migratórios, estes caracterizam-se, em termos internacionais, por algumas dificuldades na

³ Antigo organismo da administração pública (ex-Ministério do Interior), posteriormente, após o 25 de Abril de 1974, designado por Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas (IAECP), tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁴ O enquadramento técnico do IMMS encontra-se disponível na publicação **Estatísticas Demográficas** e, em futuro próximo, o documento metodológico desta e de outras operações estatísticas encontrar-se-á disponível no serviço de informação *on-line* (*Infoline*) – www.ine.pt –.

⁵ Em alguns países da União Europeia e extra-comunitários já se encontram legalizados os casamentos (consequentemente os divórcios) entre pessoas do mesmo sexo. Certamente que, em futuro próximo, esta nova realidade será tratada em termos estatísticos (Eurostat).

qualidade e comparabilidade da informação estatística e na divergência intra-comunitária de critérios e práticas estatísticas comuns.

No cruzamento da informação estatística sobre os fluxos migratórios de entrada/saída bilaterais, as discrepâncias são generalizadas e por vezes bastante acentuadas. Até mesmo, quando se trata dos fluxos entre os países nórdicos (Dinamarca, Suécia e Noruega), que dispõem de registos informatizados e centralizados actualizados, há sensíveis diferenças, embora estes países colaborem entre si para melhorarem a respectiva compatibilização da informação.

Apesar das dificuldades, tendo em conta a existência de modelos e experiências diferentes ou a insuficiência de sistemas de informação sólidos para a monitorização das migrações internas ou internacionais, quer sejam de cidadãos estrangeiros quer de nacionais⁶, procura-se desenvolver no espaço comunitário acções de articulação e coordenação no âmbito das estatísticas migratórias europeias. Actualmente encontra-se em análise, em reuniões nacionais e internacionais, a **proposta de Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu relativo à recolha e publicação de estatísticas sobre as migrações, nacionalidade e asilo**. Esta proposta visa fornecer às instituições europeias informação sobre os fluxos migratórios, a integração e a participação dos migrantes na sociedade e no mercado de trabalho europeus. A presente proposta visa, sobretudo, disponibilizar informação comum sobre as migrações internacionais, com a adopção de medidas padronizadas no campo das definições, da cobertura estatística dos fenómenos e das respectivas variáveis de caracterização. No entanto, particularmente expressando, uma outra situação crítica, tanto ou mais relevante que as definições e variáveis, diz respeito à harmonização das fontes, tendo em conta as vantagens e os inconvenientes, das actuais experiências nos Estados Membros, de forma a se perspectivar uma acção comum nesta matéria para a obtenção de dados estatísticos consistentes e actualizados sobre migrações.

O historial português relativamente às estatísticas migratórias é bastante longo. A par das estatísticas sobre nascimentos, casamentos e óbitos, baseadas nos registos paroquiais, a emigração aparecia de igual modo, desde os finais do século XIX, nas publicações estatísticas nacionais de âmbito demográfico. Tendo em conta a grande relevância da emigração na altura, reconfirmada e até reforçada no século XX, os nossos antepassados estatísticos (apesar do neologismo recente) em Portugal encontraram uma solução muito oportuna, a emissão de passaporte, como fonte administrativa para a obtenção de dados estatísticos sobre a emigração oficial, dado que ninguém podia ausentar-se legalmente do país sem passaporte, nomeadamente o passaporte de emigrante, se o motivo de saída do país se relacionava com a emigração. Esta metodologia prolongou-se constante e sucessivamente ao longo de mais de um século, com apenas algumas alterações formais quanto ao tipo de passaporte e da entidade emissora, até se finalizar por decisão legislativa, e não por reformulação do ponto de vista estatístico, nos finais de 1988.

De volta ao ponto inicial do texto, apresentam-se seguidamente, de forma muito sucinta, alguns dos resultados estatísticos da emigração portuguesa, observados pela “lente” da emigração oficial. Não obstante que, no próximo ponto, se chame à atenção de determinados considerandos sobre os factos que condicionaram a representação estatística da emigração portuguesa em toda a sua globalidade. De forma que, em conjunto com os valores absolutos das ocorrências, passaportes de emigrante emitidos para nacionais portugueses (excluem-se os emigrantes estrangeiros), apresentam-se também os rácios referentes à **taxa bruta de emigração (TBE)**⁷ para um melhor enquadramento do fenómeno emigratório no contexto populacional respectivo. Em anexo ao presente artigo, encontra-se um **cartograma**⁸ onde se disponibilizam as taxas brutas de emigração nas décadas de 60, 70 e 80, bem como os valores globais entre 1960 e 1988. Além dos rácios referentes ao total do país, disponibilizam-se os valores regionais (distrito e região autónoma) para permitir uma melhor percepção das diferenças regionais face à “vocação” emigratória.

⁶ Portugal enquadra-se neste último cenário, não obstante as acções concretizadas sectorialmente, no âmbito das estatísticas migratórias correntes, em determinadas tipologias sobre população estrangeira e emigração.

⁷ Taxa Bruta de Emigração (TBE): N.º de emigrantes por 1000 habitantes (população média). População média: população calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, normalmente em dois finais de anos consecutivos.

⁸ TBE; país, distrito e região autónoma (cartograma em anexo).

Quadro 1

Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração (TBE) segundo o ano de saída; total do país (1960 a 1969).											
Residência	1960-69	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Portugal											
N.º	646 962	32 318	33 526	33 539	39 519	55 646	89 056	120 239	92 502	80 452	70 165
TBE (%)	7,1	3,6	3,7	3,7	4,4	6,1	9,7	13,1	10,0	8,7	7,7

Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração (TBE) segundo o ano de saída; total do país (1970 a 1979).											
Residência	1970-79	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Portugal											
N.º	406 011	66 360	50 400	54 084	79 517	43 397	24 811	19 469	19 543	22 112	26 318
TBE (%)	4,3	7,2	5,4	5,7	8,4	4,6	2,6	2,0	2,0	2,2	2,6

Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração (TBE) segundo o ano de saída; total do país (1980 a 1988).										
Residência	1980-88	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Portugal										
N.º	156 296	25 207	23 147	17 135	13 680	13 963	14 944	13 690	16 228	18 302
TBE (%)	1,7	2,6	2,3	1,7	1,4	1,4	1,5	1,4	1,6	1,8

Fonte: INE/Estatísticas Demográficas.

4. Dinâmicas migratórias e função estatística (*quo vadis?*)

Lições do passado (*dificuldades e consequências*)

Os dados estatísticos sobre a emigração oficial⁹, durante várias décadas, foram, na generalidade, sempre aceites na avaliação do fenómeno emigratório; até se chegar à década de sessenta do século transacto e às mudanças estruturais operadas nesta área. Assistiu-se neste período, segundo a **informação estatística da emigração oficial**, à viragem na escolha do país de destino. Até então, a emigração portuguesa era maioritariamente transatlântica, em direcção ao continente americano: o Brasil e os Estados Unidos da América, de preferência, mas também o Canadá e a Venezuela. Em 1964, verifica-se o ponto de inflexão, a mudança no sentido da Europa, e os emigrantes portugueses passam a optar maioritariamente pelos países europeus mais desenvolvidos: a França em primeiro lugar, mas também a Alemanha (RFA), a Suíça e o Reino Unido, inclusivamente, o pequeno Luxemburgo, mas com uma comunidade portuguesa muito numerosa. A título de exemplificação, observavam-se as seguintes estimativas do PIB *per capita* (dólares americanos), em 1966: Portugal apresentava um valor de 403 (USD); enquanto que nos países europeus mencionados, esse valor era de, respectivamente pela mesma ordem, 1 869, 1 798, 2 268, 1 669 e 1 944 (USD)¹⁰.

Também na década de sessenta, verificou-se o apogeu dos valores da emigração oficial, desde que houve conhecimento do facto. Nunca antes (até mesmo depois), e em tão pouco tempo, emigraram tantos portugueses (famílias inteiras), essencialmente para a Europa das melhores condições de vida e do melhor cumprimento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Apesar deste *boom* da emigração portuguesa, avaliado através das estatísticas oficiais, as estimativas intercensitárias da população residente continuaram na década de 60 com a tendência de crescimento, de acordo com o método do seguimento demográfico, baseado nos resultados definitivos do último censo da população e nas actualizações anuais dos componentes dos movimentos naturais e migratórios. A cobertura estatística dos movimentos migratórios externos limitava-se aos emigrantes e aos emigrantes retornados, embora estes últimos com um peso inexpressivo, e às saídas e entradas do *“movimento de passageiros entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas”*. O saldo natural, a diferença entre o número de nados-vivos e o de óbitos, que não proporcionava quaisquer dúvidas sobre a cobertura e a fiabilidade estatística,

⁹ Omissão dos emigrantes para as antigas colónias (antes da independência), que na época se convencionava território nacional.

¹⁰ Anuário Estatístico das Nações Unidas (1970).

apresentava valores bastante excedentários que cobriam largamente os défices do saldo migratório. Neste contexto, a população média residente, em 1969, estava estimada em 9 582,6 milhares de indivíduos.

Em 15 de Dezembro de 1970, realiza-se o 11º Recenseamento da População (1º Recenseamento da Habitação, simultaneamente), cujos resultados indicaram que a população residente era de 8 663 252 indivíduos. Face ao efeito de surpresa e ao impacto negativo causado por este resultado, surgiu novamente o velho argumento, *useiro e vezeiro*, que muita gente não tinha sido recenseada, argumento este que, inexplicavelmente, também foi assumido publicamente na altura pelo mais alto magistrado da Nação. Independentemente da pertinência relativa à questão da exaustividade dos recenseamentos da população, na implementação das metodologias de monitorização e da avaliação isenta do facto, a grande baixa verificada entre o valor das estimativas e o valor censitário da população residente, coadjuvada inclusive pela variação negativa, face ao valor dos censos de 1960 (8 889 392 residentes), a única na história dos recenseamentos da população em Portugal, a causa determinante do decréscimo populacional esteve no elevado volume da **emigração não controlada**, nomeadamente em termos estatísticos.

A mudança de direcção da emigração portuguesa, a partir dos anos 60, orientada essencialmente para a Europa, e na generalidade por via terrestre, em detrimento da via marítima ou aérea da emigração transatlântica, fez aumentar as potencialidades da emigração não controlada. Porque passar a fronteira terrestre clandestinamente, apresentava-se, sem dúvida, muito mais fácil do que entrar clandestino num navio ou numa aeronave. Em acréscimo a esta maior facilidade das condições geográficas para chegar ao país de destino, outros factores suscitaram a opção pela via não oficial de emigrar. Como já foi mencionado anteriormente, competia à Junta da Emigração, naquele tempo, a condução dos actos preparatórios e a autorização da emissão do passaporte de emigrante ou a sua suspensão. Aos homens, entre os 18 e os 45 anos, era exigida a satisfação dos regulamentos militares aplicáveis, ou seja o cumprimento do serviço militar obrigatório (num período de guerra existente na altura). As mulheres casadas careciam de autorização do marido e os menores de 21 anos de quem exercia o poder paternal. Todos estes condicionalismos inibidores proporcionavam a saída do país por meios não oficiais, apesar dos sérios riscos inerentes a essa opção. A determinação de muitos portugueses em emigrar, memo passando a fronteira “*a salto*”¹¹ (sem passaporte), por trilhos e veredas, com o apoio dos chamados “*passadores*”, era inabalável, fosse por razões económicas, sociais ou políticas.

Posteriormente, com base noutras fontes administrativas, fora do circuito da informação estatística da emigração oficial, o Secretariado Nacional da Emigração e a Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas disponibilizaram dados estatísticos sobre a emigração não controlada para França, entre 1960 e 1979, dados esses que constam na publicação do INE *Estatísticas Demográficas*, volumes de 1975 e de 1976-1979, respectivamente. De acordo com os dados disponibilizados, o peso da emigração irregular para França, em determinados anos, foi elevadíssimo. O valor máximo ocorreu no ano de 1971, em que para cada emigrante oficial correspondiam dez emigrantes não controlados. No período intercensitário, de 1961 a 1970, a proporção entre a emigração oficial e a não controlada indicava que para cada emigrante oficial existia um outro emigrante para França, sem ser portador do respectivo passaporte. No entanto, esta proporção sobe para o triplo, entre 1971 e 1979. Os resultados da emigração não controlada, referem-se exclusivamente a França, o principal país de destino nessa época, mas situação idêntica, certamente, sucedeu com outros países da Europa ocidental, que igualmente foram nesse período países de destino da emigração portuguesa.

¹¹ Esta situação encontra-se muito bem retratada no filme “O Salto” (*Le Saut*, filme francês, de 1968).

Quadro 2

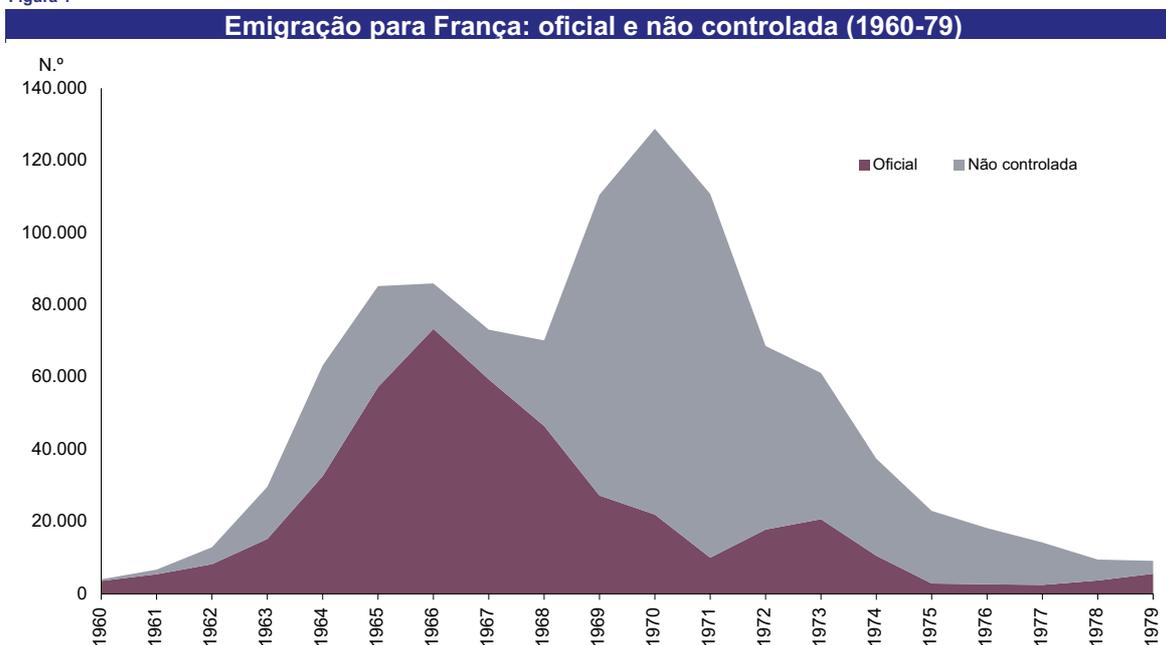
Emigração para França (1960 - 1969)										
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Oficial*	3 593	5 446	8 245	15 223	32 641	57 319	73 419	59 415	46 515	27 234
Não Controlada**	414	1 270	4 671	14 451	30 636	27 918	12 595	13 778	23 697	83 371

* Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; ** Fonte: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas.

Emigração para França (1970 - 1979)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Oficial*	21 962	10 023	17 800	20 692	10 568	2 866	2 637	2 489	3 695	5 560
Não Controlada**	106 907	100 797	50 892	40 502	26 876	20 107	15 573	11 763	5 802	3 591

* Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; ** Fonte: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas.

Figura 1



Na continuidade metodológica da avaliação estatística do movimento da população, as **estimativas intercensitárias provisórias**, entre os Censos de 1970 (15 de Dezembro) e os Censos de 1981 (16 de Março), calculavam-se, ano a ano, baseadas nos dados estatísticos oficiais disponíveis sobre os movimentos naturais e migratórios. Assim, em 31 de Dezembro de 1980, as estimativas provisórias indicavam a existência de 9 904,9 milhares de residentes em Portugal. Enquanto que os resultados definitivos do 12º Recenseamento da População contabilizaram 9 833 014 residentes. Desta vez, a relativa proximidade dos mencionados resultados, tendo em conta a falta de cobertura estatística da intensa emigração irregular, demonstrada pelo exemplo da França, deveu-se à compensação dos fluxos imigratórios, entre 1974 e 1975, relacionados com o retorno dos portugueses das ex-colónias e o regresso dos emigrantes, particularmente os que se encontravam numa situação de impedimento, antes do 25 de Abril de 1974, de voltarem a Portugal. O crescimento populacional de 1 169 762 indivíduos, verificado neste período intercensitário, o maior em termos absolutos entre dois censos consecutivos, conjugou um forte saldo natural com um saldo migratório excepcionalmente positivo.

A partir de 1981, tendo em conta os resultados definitivos dos Censos desse mesmo ano, o cálculo do crescimento efectivo da população anual (estimativas provisórias) associou um saldo natural e um saldo migratório, ambos positivos. Apesar do saldo natural, no período de 1981 a 1990, ter decrescido para cerca de metade, face à década imediatamente anterior, o respectivo valor mantinha-se elevado, aproximadamente 360 mil pessoas. Quanto aos saldos migratórios positivos estimados, que antecederam os dados definitivos dos Censos 1991, em parte foram influenciados por esta última experiência censitária, manifestamente positiva. No que se refere à diferença entre os fluxos migratórios externos e também pelos resultados das estatísticas da emigração

oficial, com a tendência decrescente verificada dos anos 80; e mais acentuadamente pelo crescimento relativo da emigração temporária, em detrimento da emigração permanente, que é um factor integrante do cálculo do saldo migratório externo, ao contrário da emigração temporária.

No entanto, tal como já foi referenciado anteriormente, os dados estatísticos da emigração oficial continuavam a não cobrir exaustivamente a emigração portuguesa. Muitos destes emigrantes recorriam ao passaporte normal, mais dispendioso, mas por outro lado mais célere, que o passaporte de emigrante, e deste modo não era efectuada a notação estatística do acontecimento. Aliás, o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, tutelar desta função, dava conta desta realidade e da dificuldade crescente no cômputo da saída dos portugueses por motivo de emigração. No fluxo inverso, do lado das entradas, verificou-se a partir de 1980 a presença da imigração estrangeira, originária principalmente de Cabo Verde e de outros países africanos de língua oficial portuguesa. Contudo, este novo tipo de fluxo de entrada começava ainda a desenvolver-se, sem atingir os valores tão elevados como os da década seguinte. De acordo com os dados disponíveis do saldo líquido das autorizações de residência concedidas pelo SEF¹², situava-se, em média (1981 – 1990), num valor de cerca de 6 mil pessoas/ano.

No seguimento dos resultados disponíveis dos movimentos naturais e das migrações internacionais, no final da década de 80 (31 de Dezembro de 1989), a população residente no território nacional era estimada (provisoriamente) em 10 337 milhares de habitantes. Entretanto, os resultados dos Censos de 1991 (15 de Abril) indicavam a existência de 9 867 147 habitantes em Portugal (mais 34 133 que nos Censos de 81). Porém, dever-se-á ter em conta, que aproximadamente 100 mil indivíduos não foram recenseados¹³. Esta discrepância demonstrou uma vez mais a falta de exaustividade estatística no que se refere aos fluxos migratórios externos de saída. O aproveitamento estatístico de acto administrativo “a emissão do passaporte de emigrante” estava desadequado face à dimensão real do fenómeno emigratório. Desta vez por razões diferentes dos anos 60 e da primeira metade dos anos 70, do século transacto. A época de atravessar a fronteira “a salto” era uma questão do passado, nos anos 80 já não era mais necessária. Os conditionalismos administrativos restritivos para a saída do país deixaram de ser exercidos, a maior mobilidade nas fronteiras, o desenvolvimento das infraestruturas e dos meios de transporte, a globalização da economia fizeram com que aumentasse a apetência para encontrar noutros países mais desenvolvidos melhores condições de vida e de trabalho. A partir de 1986, com a adesão de Portugal e da Espanha à Comunidade Europeia, bastava atingir a maioria e dispor do bilhete de identidade para atravessar as fronteiras dos respectivos Estados Membros, o que também contribuiu para uma menor cobertura estatística da emigração portuguesa.

A subavaliação estatística do fenómeno emigratório em Portugal ficou por certo demonstrada com os primeiros resultados do IMMS¹⁴, para o ano de referência de 1992, que apuraram a existência de 39 322 emigrantes, com um coeficiente de variação de 7%; distribuídos segundo o tipo de emigração em 22 324 permanentes e 16 998 temporários. Este valor é significativamente muito superior, face aos 18 302 emigrantes (9 540 permanentes; 8 762 temporários), apurados para 1988, último ano em que se utilizou a anterior fonte administrativa de dados.

Quadro 3

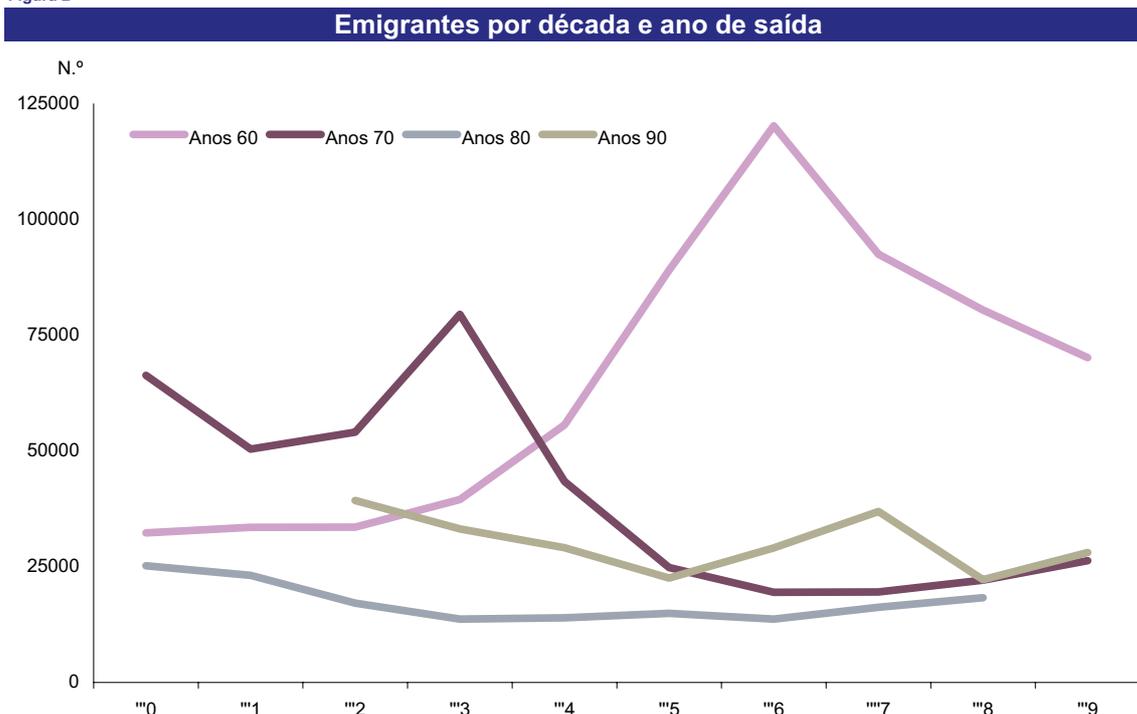
Emigrantes por década e ano de saída										
Década/Ano	""0	""1	""2	""3	""4	""5	""6	""7	""8	""9
Anos 60	32 318	33 526	33 539	39 519	55 646	89 056	120 239	92 502	80 452	70 165
Anos 70	66 360	50 400	54 084	79 517	43 397	24 811	19 469	19 543	22 112	26 318
Anos 80	25 207	23 147	17 135	13 680	13 963	14 944	13 690	16 228	18 302	
Anos 90			39 322	33 171	29 104	22 559	29 066	36 935	22 196	28 080

¹² Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Ministério da Administração Interna.

¹³ Informação resultante do *Inquérito de Qualidade aos Censos 91*, onde se detectou uma taxa de cobertura (nível nacional) de 99,04% para a unidade estatística indivíduo.

¹⁴ *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída*, fonte sucedânea, após a abolição do passaporte de emigrante (1989), para a obtenção de dados estatísticos sobre a emigração.

Figura 2



Quadro 4

Emigração em Portugal: Total, Permanente e Temporária (1976 - 1988)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Total (N.º 10³)	19,469	19,543	22,112	26,318	25,207	23,147	17,135	13,680	13,963	14,944	13,690	16,228	18,302
Permanente													
(N.º 10 ³)	17,493	17,226	18,659	20,574	18,071	16,513	10,276	7,096	6,556	7,149	6,253	8,108	9,540
%	89,9%	88,1%	84,4%	78,2%	71,7%	71,3%	60,0%	51,9%	47,0%	47,8%	45,7%	50,0%	52,1%
Temporária													
(N.º 10 ³)	1,976	2,317	3,453	5,744	7,136	6,634	6,859	6,584	7,407	7,795	7,437	8,120	8,762
%	10,1%	11,9%	15,6%	21,8%	28,3%	28,7%	40,0%	48,1%	53,0%	52,2%	54,3%	50,0%	47,9%

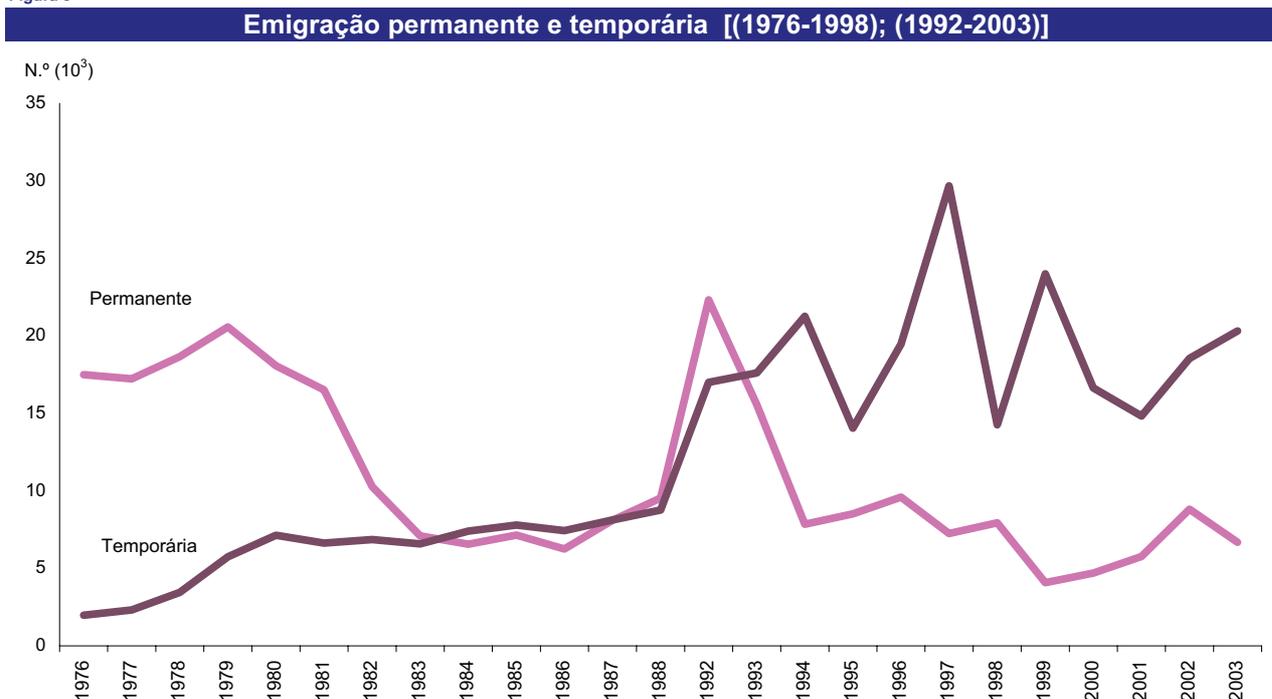
Fonte: Emissão do passaporte de emigrante

Emigração em Portugal: Total, Permanente e Temporária (1992 - 2003)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total (N.º 10³)	39,322	33,171	29,104	22,559	29,066	36,935	22,196	28,080	21,333	20,589	27,358	27,008
Permanente												
(N.º 10 ³)	22,324	15,562	7,845	8,516	9,598	7,254	7,935	4,077	4,692	5,762	8,813	6,687
%	56,8%	46,9%	27,0%	37,7%	33,0%	19,6%	35,7%	14,5%	22,0%	28,0%	32,2%	24,8%
Temporária												
(N.º 10 ³)	16,998	17,609	21,259	14,043	19,468	29,681	14,261	24,003	16,641	14,827	18,545	20,321
%	43,2%	53,1%	73,0%	62,3%	67,0%	80,4%	64,3%	85,5%	78,0%	72,0%	67,8%	75,2%

Fonte: IMMS

Figura 3



As estimativas provisórias da população subsequentes aos Censos 91, tendo em conta o impacto do saldo migratório externo negativo, observado no período entre os dois recenseamentos anteriores (1981 e 1991), conforme a **equação de concordância** para o respectivo período, e contrário ao que era expectável, adoptaram uma vez mais, nos dois primeiros anos saldos migratórios negativos. Nos anos seguintes, apesar de positivos, mas diminutos, não corresponderam à globalidade e diversidade dos movimentos migratórios internacionais de entrada e de saída. No âmbito das várias categorias de migrações internacionais, os fluxos externos de cidadãos nacionais, de 1992 a 2001, segundo a informação estatística disponível, apresentavam valores líquidos positivos (média anual de 9000 indivíduos, aproximadamente) entre a emigração portuguesa permanente e a imigração de portugueses residentes no estrangeiro (1 ano antes)¹⁵, excepto no ano de 1992, em que o respectivo valor foi quase coincidente, mas mesmo assim ligeiramente positivo. Por outro lado, do ponto de vista estrutural, a emigração temporária passou a ser sistemática e acentuadamente maioritária. Em 2000, para cada emigrante permanente existiam 3,5 emigrantes temporários. A emigração passou a exercer-se de forma individual, e não familiar como no passado, e com carácter sazonal em função das actividades económicas exercidas no estrangeiro: agricultura; construção; alojamento e restauração; e outras actividades.

Na componente da imigração de cidadãos estrangeiros, de acordo com os valores líquidos das autorizações/cartões de residência (solicitações deduzidas de cessações), o acréscimo populacional de estrangeiros com estatuto de residência foi cerca de 100 mil indivíduos, entre 1991 e 2000, que corresponde a um acréscimo relativo de mais de 75%, face à década imediatamente anterior. Não obstante o crescimento verificado nas autorizações ou cartões de residência¹⁶ existentes (*stock*), outras formas legais eram possíveis, entre 1991 e 2000, para entrada e estada em Portugal e que não eram objecto de notação estatística. À semelhança da emigração em situação irregular, já mencionada em parágrafos anteriores, sucede o mesmo com a imigração irregular, a qual não é objecto de notação estatística; a não ser posteriormente por processos de regularização ou avaliada após os resultados dos recenseamentos da população.

¹⁵ Fonte: Inquérito ao Emprego

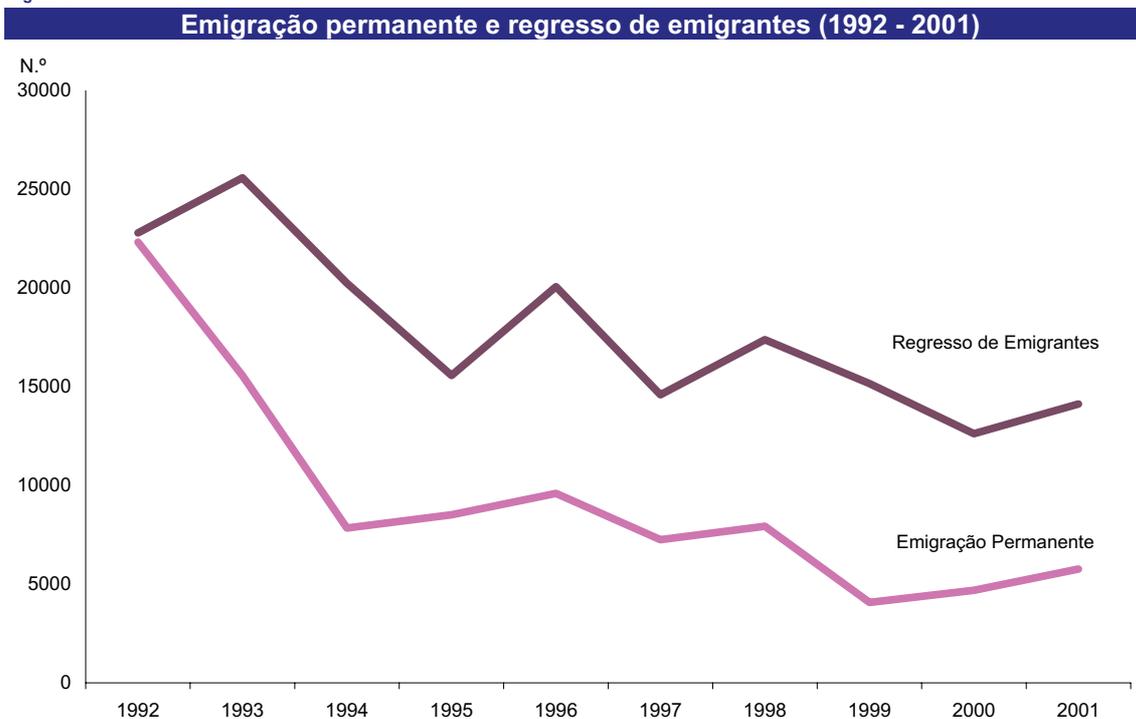
¹⁶ Cartão de residência: aplicável a cidadãos com nacionalidade de países da União Europeia; autorização de residência: aplicável aos cidadãos de países terceiros.

Quadro 5

Emigração Permanente ^(a) e Regresso de Emigrantes ^(b) (1992 - 2001)										
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Emigração Permanente	22 324	15 562	7 845	8 516	9 598	7 254	7 935	4 077	4 692	5 762
Regresso de Emigrantes	22 798	25 586	20 252	15 576	20 068	14 598	17 387	15 163	12 623	14 125

Fonte: a) INE/Estatísticas Demográficas; b) INE/Inquérito ao Emprego.

Figura 4

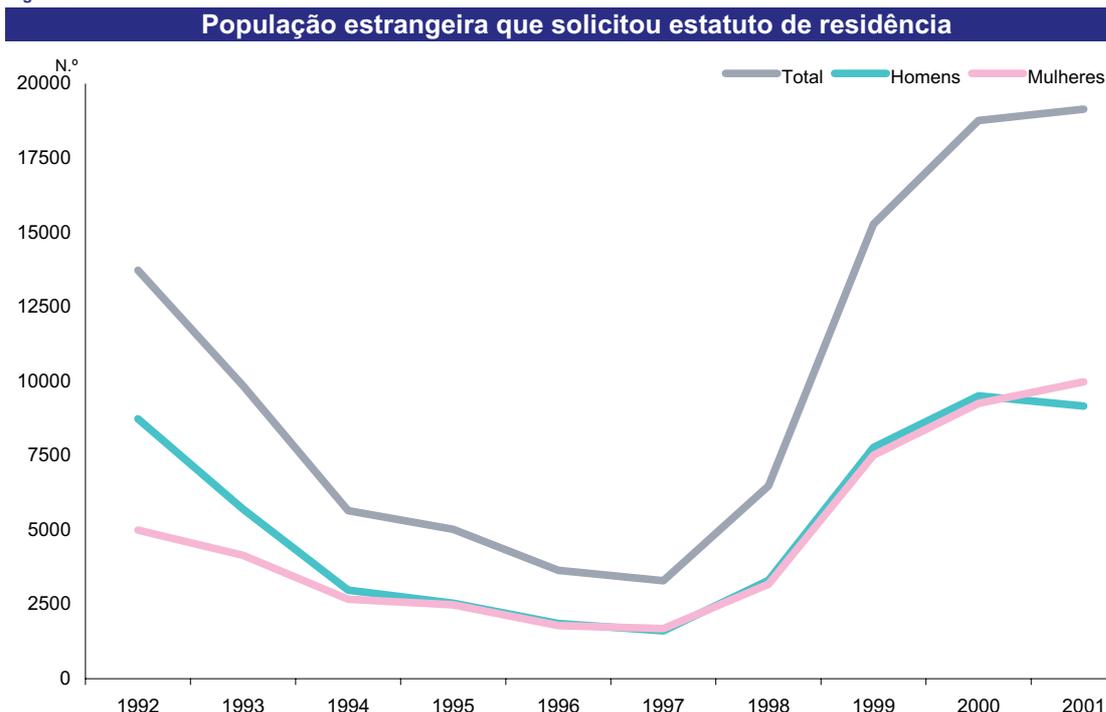


Quadro 6

População Estrangeira que solicitou estatuto de residência (1992 - 2001)										
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	13 735	9 852	5 653	5 025	3 644	3 298	6 485	15 289	18 771	19 154
Homens	8 738	5 701	2 980	2 541	1 856	1 610	3 307	7 776	9 510	9 168
Mulheres	4 997	4 151	2 673	2 484	1 788	1 688	3 178	7 513	9 261	9 986

Fonte: INE; SEF.

Figura 5



Dentro deste contexto, as estimativas provisórias da população residente em Portugal (31 de Dezembro de 1999) apontavam para cerca de 9 997,6 milhares de indivíduos, enquanto que os Censos 2001 registaram 10 356 117 residentes¹⁷, em 12 de Março de 2001 (momento censitário). O crescimento intercensitário, entre 15 de Abril de 1991 e 12 de Março de 2001, deveu-se essencialmente ao grande volume do saldo migratório externo, novamente calculado pela equação de concordância. Neste período de referência, o saldo natural revelou-se bastante diminuto, aproximadamente 90 mil pessoas, o menor desde que há disponibilidade de registos estatísticos sobre nascimentos (nados-vivos) e óbitos.

Perspectivas e desafios (*saber decidir, saber executar*)

O desfasamento (frequente) dos valores nacionais das estimativas provisórias e dos censos da população é por natureza causado, de acordo com os fundamentos já expressos, por insuficiências na cobertura das estatísticas correntes sobre migrações internacionais. A actual disponibilidade de informação estatística nesta esfera, circunscreve-se à recolhida através de inquéritos por amostragem junto das famílias, como a emigração (IMMS) e a população estrangeira residente (total e há menos de 1 ano) por país de nacionalidade, obtida através do Inquérito ao Emprego. Em ambas as operações estatísticas a disponibilidade dos dados está condicionada por parâmetros de fiabilidade, daí que a sua interpretação está sujeita a margens de erro. Sobre a população estrangeira (dados administrativos), o INE, em parceria com o SEF, disponibiliza informação estatística sobre autorizações ou cartões de residência, respectivas cessações e stock; as concessões de autorizações de permanência, para os anos de 2001 a 2003, e a partir de 2004¹⁸, as respectivas prorrogações anuais. Evidentemente, também há que referir os recenseamentos da população e o manancial de informação recolhida sobre população estrangeira e imigração. Contudo dada a sua periodicidade decenal, a informação disponível rapidamente é desactualizada. Com os presentes condicionalismos, é compreensível a precariedade da avaliação do saldo migratório externo. Como acertar as agulhas e minorar estas dissonâncias requer novas actividades e metodologias estatísticas, bem como novas formas de cooperação institucional para que a função estatística seja assumida como necessidade nacional de esforços e benefícios comuns, no que se refere à cobertura e à complementaridade da avaliação numérica das migrações internacionais.

¹⁷ Segundo os resultados do *Inquérito de Qualidade aos Censos 2001*, a taxa de cobertura (%) [$100 + \text{Diferença líquida}$ (diferença entre o que foi recenseado e o que deveria ter sido e não foi)] estimou um valor de 100,7% (nível nacional) para a unidade estatística indivíduo.

¹⁸ Trabalhos preparatórios em curso (INE, SEF).

No decurso actual da 1ª década do século XXI, a perspectiva de desenvolvimento das estatísticas migratórias oficiais é uma questão de necessidade inequívoca, quer no âmbito nacional quer no âmbito comunitário ou internacional. No contexto das migrações internacionais, de acordo com a informação disponível referente ao período de transição do século XX para o século XXI, a componente imigratória passou a ter maior proporcionalidade no saldo migratório externo. No entanto, a emigração total não passou a ser irrelevante, os valores têm oscilado nos últimos anos, entre 20 000 e 30 000 ocorrências, ou seja, em parte Portugal passou a ser uma placa giratória de movimentos migratórios: saem cidadãos nacionais para os habituais países de destino da emigração portuguesa e entram os cidadãos estrangeiros originários maioritariamente dos países africanos de língua portuguesa, do Brasil e dos países de leste e do extremo oriente.

Porém a realidade portuguesa nestes últimos anos foi alterada. A crise económica e o desemprego são factores que incentivam a emigração, que por sua vez vai ganhando maior heterogeneidade na sua composição. Nos anos mais recentes, a proporcionalidade dos emigrantes portugueses com maior nível de instrução vai aumentando, ou seja, os jovens portugueses universitários e recém-licenciados procuram nos países desenvolvidos, dentro e fora da Europa, alternativas mais atractivas para as suas carreiras académicas e profissionais. Por outro lado, no campo das entradas, a atracção pela União Europeia, onde Portugal se encontra inserido, continua em alta no que se refere à pressão imigratória, não sendo viável construir uma muralha obstrutora, como fizeram os EUA na fronteira com o México. Aliás, é de constatação comum que as medidas restritivas, adoptadas por Portugal num passado próximo, não impediram a imigração, surgindo esquemas alternativos aos oficiais para entrada no país. De acordo com o princípio “*contornar o obstáculo se não for possível passá-lo*”, surgem as redes internacionais que fomentam a imigração irregular, eventualmente ligadas a pontos de contacto nacionais de recrutamento ilícito de mão-de-obra; e também um outro caso frequente de imigração irregular, como a entrada no espaço Schengen¹⁹ por uma fronteira externa (p. ex. aeroporto), apesar do destino final da viagem ser o aeroporto de Lisboa ou outro aeroporto nacional²⁰.

No entanto, resta saber se as tendências de um passado recente se mantêm ou se alteram e em que dimensão. Tendo em conta o nosso historial, mencionado anteriormente por várias vezes, será necessário esperar pelos resultados definitivos do próximo recenseamento da população para avaliar a real dimensão do saldo migratório externo. Ou se entretanto se realizar um microcenso à população e, assim, com maior proximidade se poderá fazer nova reavaliação dos fluxos migratórios externos (e internos) e da composição da população por nacionalidades. Questões que se encontram em aberto à definição de novos rumos para as estatísticas migratórias.

De acordo com as recomendações das Nações Unidas sobre migrações internacionais, existem, em termos genéricos, três fontes principais para a recolha de dados estatísticos sobre migrações internacionais:

Controlo das fronteiras;

Recenseamentos da população ou inquéritos às famílias;

Registos da população ou outros registos administrativos.

Sobre o **controlo de fronteiras**, tendo em conta a inserção de Portugal no espaço Schengen, as fronteiras terrestres estão totalmente abertas e situação idêntica sucede nas marítimas e aéreas para passageiros que viajam entre os respectivos Estados Membros. Por outro lado, atendendo ao grande e crescente volume de passageiros internacionais seria incomportável implementar em Portugal processos de inquirição estatística sobre migrações (saídas e entradas). O cartão internacional de embarque e desembarque (SEF) utilizado por cidadãos de países terceiros nas fronteiras externas, excepto EUA e Canadá, não está vocacionado, nem dispõe da informação suficiente para aproveitamento na produção de estatísticas migratórias.

Os **recenseamentos da população**, pelo seu carácter exaustivo, são considerados como a principal fonte de informação sobre a imigração e a população residente por país de nacionalidade ou de naturalidade. A grande variedade de informação disponível e o detalhe classificativo (nomenclaturas territoriais e outras) vão ao encontro das necessidades estatísticas dos utilizadores (indivíduos e instituições) nacionais e internacionais. No entanto, à medida que a distância do momento censitário se vai acentuando, a informação vai ficando cada vez mais desactualizada, a menos que haja um refrescamento com a realização de um **microcenso** intercensitário, conforme já referido.

¹⁹ Acordo comunitário com o objectivo de realizar a livre circulação de pessoas, que a partir de 1997 passou a abranger 13 Estados Membros da União Europeia (Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Portugal, Itália, Espanha, Grécia, Áustria, Dinamarca, Suécia e Finlândia).

²⁰ Tentativa de ludibriar as autoridades fronteiriças, tendo em vista a imigração irregular, de um outro país menos sensível a esta questão, de forma a não ser possível comprovar, se o estrangeiro entra com fins turísticos ou para imigração irregular.

Relativamente aos **inquéritos por amostragem junto das famílias**, existe essa experiência nacional com a realização do IMMS e do Inquérito ao Emprego (IE). O IMMS (módulo específico do IE) foi preparado e executado para ultrapassar a ausência de informação estatística sobre a emigração, mas não deixa de ter sérias limitações quanto à disponibilidade por questões de fiabilidade (*vide: notas metodológicas*). Situação semelhante ocorre com o Inquérito ao Emprego, apesar de conter variáveis relacionadas com migrações como residência actual e residência há um ano, país de nacionalidade e de naturalidade, embora a difusão dos dados esteja sempre condicionada pelas margens de erro. A selecção da amostra do IE não foi programada para a observação deste fenómeno, mas para a avaliação do emprego e desemprego a nível nacional e regional (NUTS II). Os inquéritos para a observação das migrações (internas ou internacionais) ou se realizam por dedicação exclusiva, ou então, se incorporam outros objectivos de avaliação, as variáveis migratórias devem ser consideradas de base essencial, como eventuais outras mais, e não de carácter complementar em termos da importância dos resultados.

Quanto à fonte recomendada pelas Nações Unidas relativa à utilização dos **registos da população** ou de **outros registos administrativos**, no primeiro caso não existe qualquer experiência nacional em curso ou em projecto, mas quanto aos registos administrativos existem vários que dispõem de informação individual (pessoas) de acordo com os respectivos objectivos e as especificidades orgânicas e funcionais das entidades públicas administradoras. Nesta última tipologia de ficheiros administrativos, já há alguma experiência no desenvolvimento de projectos para fins estatísticos na área da população estrangeira, após a assinatura do protocolo de colaboração entre o INE e o SEF (6 de Maio de 1999), mas ainda de forma limitada, com alguma subutilização quanto à plenitude das acções possíveis nesta área. No ano transacto, o CSE²¹ atribuiu ao **Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia** o mandato de analisar uma proposta de acção na área das estatísticas das migrações, no âmbito do SEN. Este Grupo de Trabalho, constituído por algumas entidades directamente relacionadas com as migrações, realiza um trabalho de levantamento dos ficheiros administrativos, variáveis disponíveis e metodologias para uma coordenação de esforços comuns, com vista ao aproveitamento estatístico, a curto-prazo, da informação disponível nesses registos. Entretanto, é conveniente salientar que esta via para a recolha estatística, apesar de alargar a actividade estatística nas diversas categorias das migrações, não deixa de observar factos parciais com alguma dificuldade de harmonização e consolidação.

Em vários países da UE-15²² (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Espanha, e Suécia), do EEE²³ (Noruega, Islândia e Liechtenstein) e Suíça são utilizados registos da população que servem de base para a produção de estatísticas migratórias. Esta fonte de dados é também utilizada por grande parte dos novos Estados Membros, o que significa, que cada vez mais no contexto da UE se utilizam os registos da população para a recolha de informação estatística sobre migrações. Segundo as recomendações das Nações Unidas, um registo administrativo da população é um sistema de dados que permite a actualização contínua de determinadas informações sobre cada membro da população, de acordo com a organização e exploração definidas por fundamentos jurídicos, e estabelecido por lei. Em Portugal, se eventualmente for esta a via futura a desenvolver, também à semelhança do verificado noutros países, a adopção e implementação de um registo de população terão de ser asseguradas por lei. O modelo e as regras adoptar em matéria de inscrição e funcionalidades fazem determinar a intervenção e articulação de vários ministérios ou das câmaras municipais, na hipótese de se pôr em prática um registo centralizado, descentralizado ou misto.

Há poucos anos, verificou-se em Portugal uma experiência gratificante e estimulante, tratou-se da criação da *Loja do Cidadão*, cuja disseminação já se estendeu a várias cidades e vilas do país. A instalação num único local de um conjunto de serviços públicos tornou mais próxima e mais fácil a respectiva utilização, bem como o cumprimento das responsabilidades de cada cidadão. Esta experiência de convergência de serviços prestados ao público, poderia ser equacionada no que se refere aos inumeráveis e diversos actos registrais e respectivas renovações que cada cidadão nacional ou estrangeiro realiza ao longo da vida, ou da residência em território nacional, com a integração dos dispersos e fraccionados registos administrativos actualmente existentes no contexto da cidadania.

²¹ Conselho Superior de Estatística.

²² União Europeia, até 1 de Maio de 2004, formada por 15 Estados Membros.

²³ Espaço Económico Europeu.

Anexos:

Cartograma

Verbete para Emigração

Bibliografia:

Eurostat. *Statistiques de population (édition 2004)*.

INE, *Estatísticas Demográficas*.

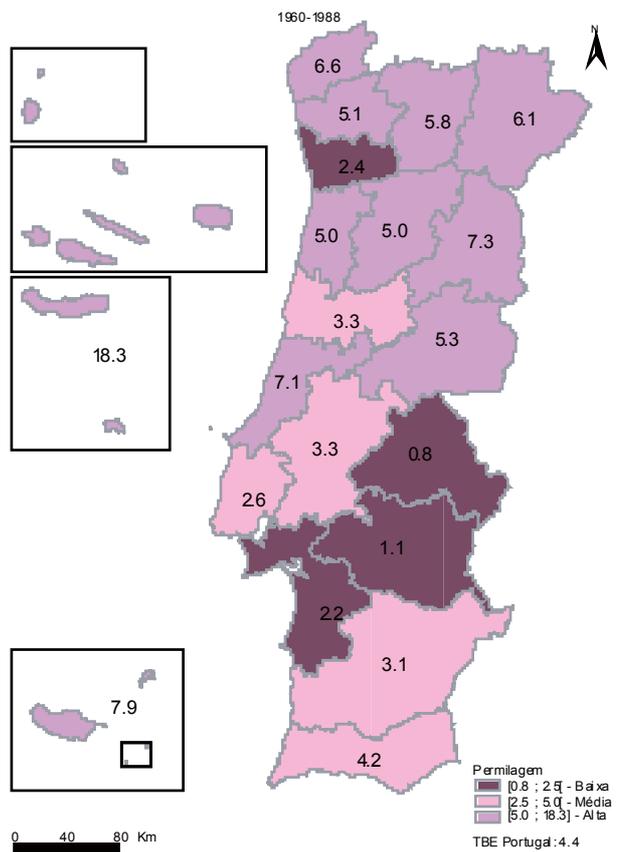
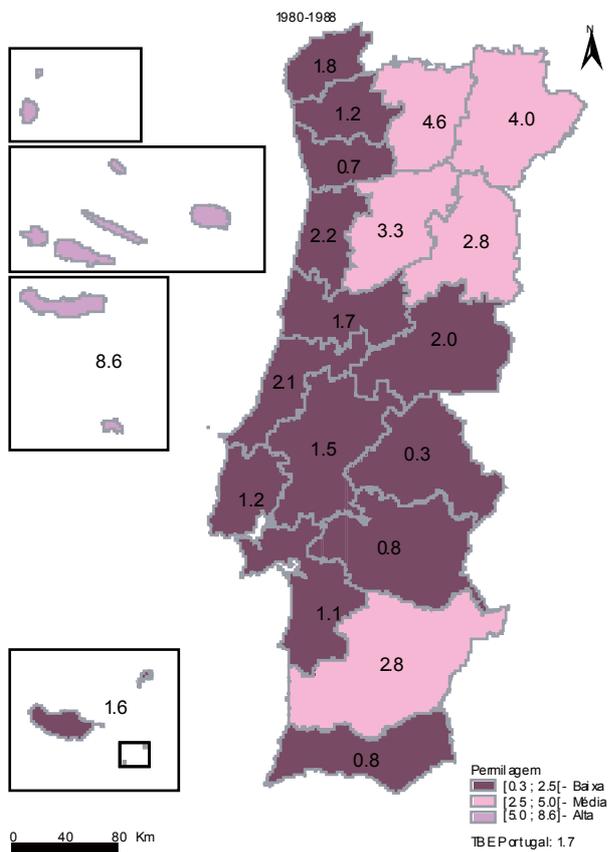
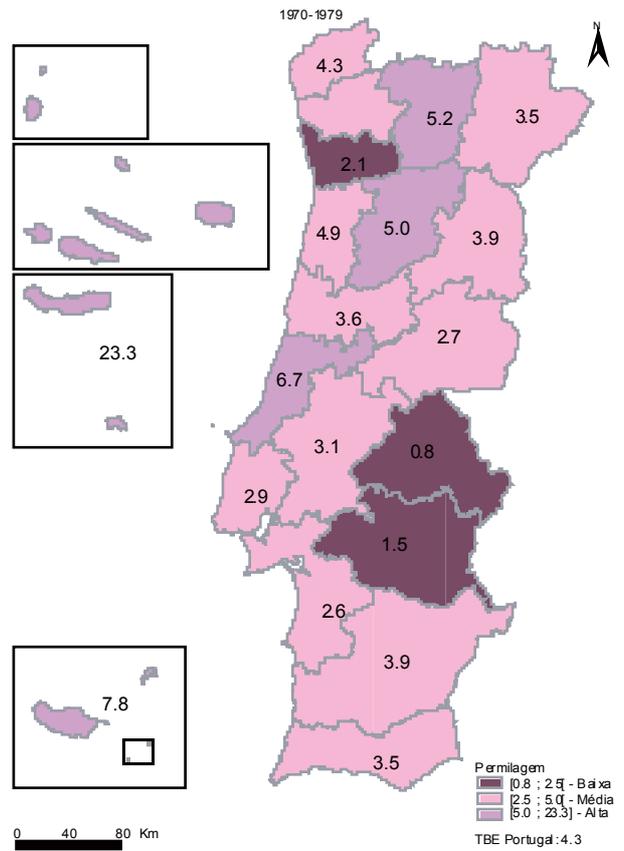
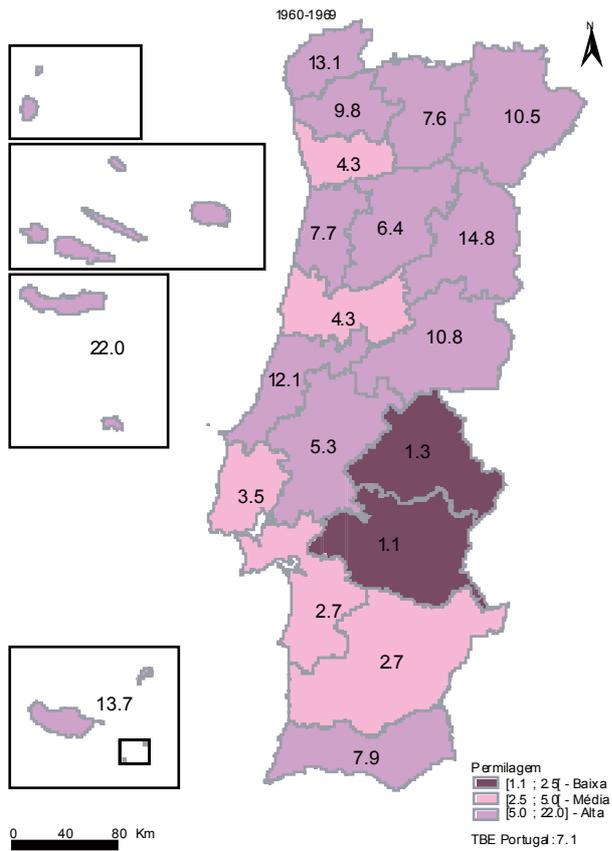
INE, *Estimativas da População Residente*.

INE, *Resultados Definitivos dos Censos*.

Nazareth, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença (1ª Edição, Lisboa, 1988).

United Nations, *Recommendations on Statistics of International Migration (Revisão 1, 1998)*.

Taxa Bruta de Emigração





Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Decreto n.º 42873, de 25 de Agosto, artigo 68.º, n.º 1, alínea a)), de resposta obrigatória. Registo no I. N. E. sob o n.º 5034. Válido até 31-12-1987

Processo n.º _____ / _____ / _____

Ano _____ Mês _____

Passaporte(s) n.º(s) _____ / _____

Emitido em _____ / _____ / 19____

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS
DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

VERBETE PARA EMIGRAÇÃO

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

1. Preencher apenas os espaços em branco.
2. Marcar com o sinal **X** a quadrícula correspondente à resposta correcta.
3. Escrever 100 [] [1] [0] [0] e 10 [] [] [1] [0].
4. No sexo **H** refere-se a homem e **M** a mulher.
5. No quesito *Deixa pessoas de família a seu cargo* inscreva só os cônjuges e (ou) filhos solteiros e menores.
6. No quesito *Instrução* pretende-se o mais elevado grau de ensino completo possuído.
7. O ensino básico inclui o primário e o complementar.
8. Na rubrica *Ramo de actividade* não devem usar-se termos vagos, tais como: oficina, fábrica, serviço público, etc. Deverá especificar-se o tipo de empresa: exploração agrícola, mina, fábrica de curtumes, comércio de curtumes, lagar de azeite, alfaiataria, armazém, oficina de carpintaria, hotel, repartição de finanças, etc.
9. Se este verbete for um *verbete continuação*, emende por favor os números de sequência respeitantes aos filhos inscritos.

4 referência	5 Ano	8 Mês	9 Número de ordem	15 16	17
				TIPO DE EMIGRAÇÃO	QUALIDADE DA EMIGRAÇÃO
S D D 4				PERMANENTE <input type="checkbox"/> 1	TEMPORÁRIA <input type="checkbox"/> 3
				ISOLADA <input type="checkbox"/> 1	FAMILIAR <input type="checkbox"/> 3

18	PRINCIPAL VIA UTILIZADA NA VIAGEM
TERRESTRE-RODOVIÁRIA <input type="checkbox"/> 1	TERRESTRE-FERROVIÁRIA <input type="checkbox"/> 2
MARÍTIMA <input type="checkbox"/> 3	AÉREA <input type="checkbox"/> 4

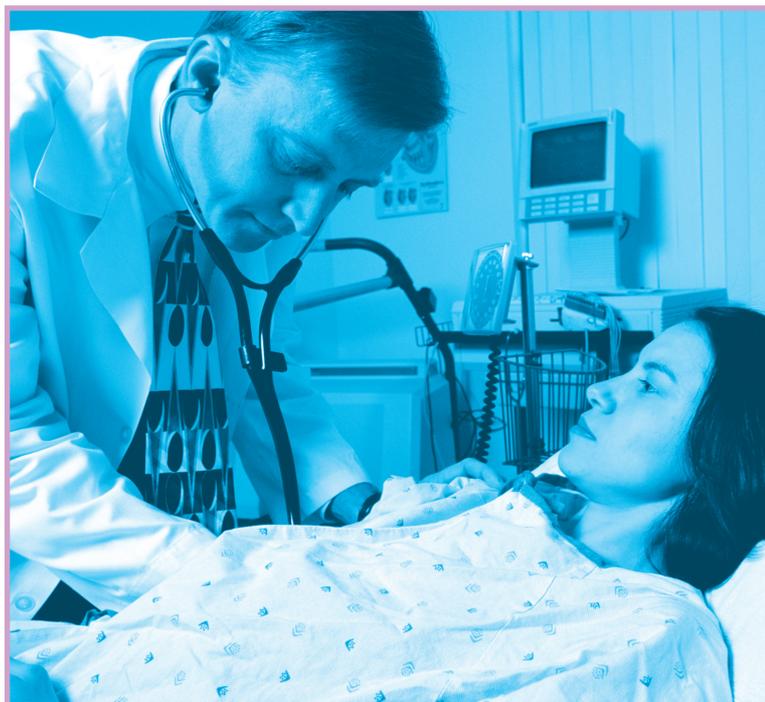
19-21	PAÍS DE DESTINO	LOCAL DE FIXAÇÃO
[] [] []	_____	_____

22	23
NÚMERO DE PESSOAS A QUE SE REFERE ESTE VERBETE [] []	DEIXA PESSOAS DE FAMÍLIA A SEU CARGO EM PORTUGAL (A preencher apenas para chefe de família ou isolado)
	SIM <input type="checkbox"/> 1 NÃO <input type="checkbox"/> 3

24-27	RESIDÊNCIA (concelho)
[] [] [] []	_____

28-29	30	31	32	33-37	38	39	40	41-43	44-46	47	48-52	53
	A manutenção no destino e garantia por	Sexo	Estado civil	Data de nascimento	Grau de instrução	Emigra pela	Condições pessoais e trabalho	Profissão principal	Ramo da actividade	Situação na profissão	Último salário auferido	Periodicidade do salário
01	REP. FAM./ISOLADO. Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
02	CÔNJUGE Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
03	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
04	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
05	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
06	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
07	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4
08	FILHO Contrato de trab. <input type="checkbox"/> 1 Núcleo familiar <input type="checkbox"/> 2 Outra garantia <input type="checkbox"/> 3	H <input type="checkbox"/> 1 M <input type="checkbox"/> 5	Solteiro <input type="checkbox"/> 1 Casado <input type="checkbox"/> 2 Separado <input type="checkbox"/> 3 Viúvo <input type="checkbox"/> 4 Divorciado <input type="checkbox"/> 5	Mês <input type="checkbox"/> 1 Ano <input type="checkbox"/> 2	Analfabeto <input type="checkbox"/> 1 Sabendo ler e escrever <input type="checkbox"/> 2 Com curso básico <input type="checkbox"/> 3 Com curso secund. ou médio <input type="checkbox"/> 4 Com curso superior <input type="checkbox"/> 5 Outros cursos <input type="checkbox"/> 6	(Só temporários dentro do mesmo ano) 1.ª vez <input type="checkbox"/> 1 2.ª vez <input type="checkbox"/> 2 3.ª vez ou mais <input type="checkbox"/> 3	Empregado <input type="checkbox"/> 1 A procura do 1.º emp. <input type="checkbox"/> 2 A proc. de novo emp. <input type="checkbox"/> 3 Doméstico <input type="checkbox"/> 4 Estudante <input type="checkbox"/> 5 Outra <input type="checkbox"/> 6			Parêro <input type="checkbox"/> 1 Isolado <input type="checkbox"/> 2 Trab. por c/ outrem <input type="checkbox"/> 3 Trab. fam. não rem. <input type="checkbox"/> 4 Memb. coop. prod. <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6		Dia <input type="checkbox"/> 1 Sem. <input type="checkbox"/> 2 Mês <input type="checkbox"/> 3 Varáv. <input type="checkbox"/> 4

Visto da Secretaria de Estado da Emigração:



A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária

The mortality by HIV/AIDS in Portugal: changes in structure age

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: manjos.campos@ine.pt

Resumo:

O objectivo deste estudo é encontrar alterações na estrutura etária da mortalidade por VIH/SIDA ao longo do período 1988-2003, em Portugal.

Com base nas estatísticas oficiais de óbitos ocorridos por esta causa, procurou-se analisar em termos evolutivos os dados desagregados segundo o sexo e por grupos etários salientando características imutáveis ao longo do período, tal como a sobremortalidade masculina, e outras que se alteram com o passar do tempo, como por exemplo, as idades de maior frequência de mortalidade por VIH/SIDA.

Palavras Chave: Óbitos por VIH/SIDA, taxas de mortalidade, idade média, idade mediana.

Abstract

The aim of this study is to evaluate the changes in the age structure of mortality caused by HIV/AIDS over the period 1988-2004, in Portugal.

Based on the official statistics we try to analyse the trends of disaggregated data by sex and age. The immutable characteristics, such as over mortality of males and others that changed over time, e.g., the ages with the highest frequency of deaths due to HIV are highlighted.

Key words: Deaths by HIV/AIDS, mortality rates, mean age, median age.

Algumas causas de morte assumem grande importância na mortalidade da população, pelo seu impacto em termos numéricos, constituindo o grupo das principais causas de morte. A causa “Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)”, apesar de não fazer parte deste conjunto, não deixa, no entanto, de ter a sua importância relativa, quer pelas suas características específicas, quer pela evolução que apresenta ao longo do tempo.

O presente trabalho tem como objectivo uma breve análise sobre as idades dos indivíduos que faleceram por VIH/SIDA, em Portugal, analisando a evolução das estruturas etárias ao longo do tempo e assenta na informação recolhida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O âmbito geográfico restringe-se apenas a Portugal e o período considerado compreende os anos de 1988 a 2003.

Apesar da importância destes dados ser inquestionável, na medida em que permitem determinar tendências e captar características que muitas vezes se mantêm invariáveis ao longo de determinado período do tempo, a interpretação dos resultados deve ser cuidadosa pois os valores em questão são bastante reduzidos, podendo inviabilizar uma análise mais rigorosa dos números.

A mortalidade por VIH/SIDA

Desde 1988 que o INE dispõe de informação sobre o número de óbitos causados por infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH/SIDA). A base de dados é ainda constituída por um conjunto de informação que permite uma caracterização demográfica e social dos indivíduos falecidos por esta causa de morte, bem como a desagregação de todas as variáveis a nível regional.

A recolha desta informação faz-se a partir do verbete para óbito preenchido nas Conservatórias do Registo Civil com base na certidão de óbito passada pelo médico que o atesta.

Durante a vigência em Portugal da 9.^a revisão (1975) da Classificação Internacional de Doenças (CID-9), da Organização Mundial da Saúde (OMS), no período 1988-2001, as causas de morte por VIH/SIDA foram codificadas no intervalo 042.0-044.9 da lista detalhada a quatro algarismos, correspondendo ao código 57 da lista básica para tabulação. A partir de 2002, inclusive, com entrada em vigor no nosso país da 10.^a revisão da Classificação, essas causas de morte passaram a ser codificadas no intervalo B20.0-B24.9 da lista tabular de inclusões e subcategorias de quatro caracteres da CID-10.

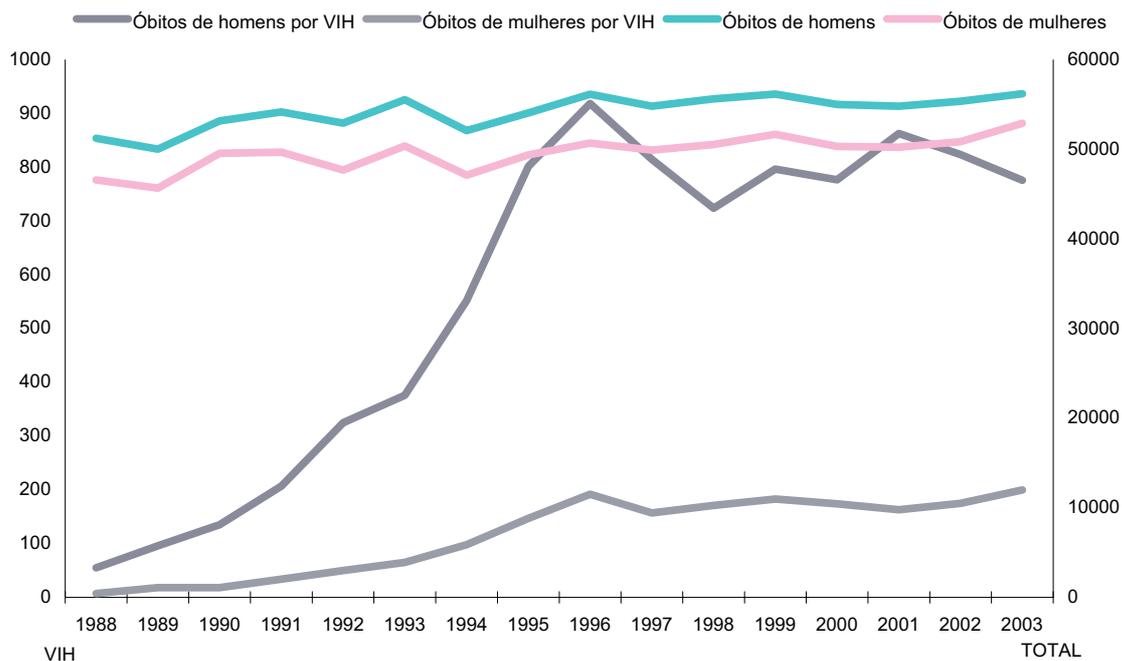
Tendência de crescimento exponencial dos óbitos por VIH/SIDA interrompida em 1996

Em Portugal, assiste-se a uma tendência de crescimento acentuado no número de óbitos por VIH/, entre 1988 e 1996, apresentando nos anos posteriores algumas oscilações, não atingindo, contudo, os valores máximos verificados em 1996.

Depois de, em 1996 e 2001, o número total de óbitos causados por VIH/SIDA ter ultrapassado o milhar, no ano 2003, recuou-se para os 976 óbitos, dos quais 776 casos (79,5%) se referem a óbitos de homens.

Figura 1

Evolução do número total de óbitos e dos óbitos por VIH/SIDA (1988 – 2003)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Enquanto o número de óbitos anuais registados no período 1988-1996 apresenta elevadas variações anuais positivas, chegando a atingir os 84%, nos anos posteriores a 1996 as variações foram reduzidas, e nos anos mais recentes estas variações foram negativas, com diminuições bruscas no número de óbitos.

Em 1996, a trajectória de crescimento exponencial foi interrompida, verificando-se nos últimos anos do período uma maior estabilidade no número de óbitos, apresentando nos dois últimos anos do período uma ligeira diminuição nos óbitos por VIH/SIDA de homens, não observada nos óbitos de mulheres, onde, pelo contrário, se constata uma ligeira subida na mortalidade por esta causa de morte.

Comparando a evolução dos óbitos por VIH/SIDA ao longo do período com a do total de óbitos por todas as causas, constata-se que não existe correlação, ou seja, as variações são totalmente independentes.

Quadro 1

Evolução dos óbitos por VIH/SIDA e da relação de masculinidade (1988-2003)							
Anos	Total		Homens		Mulheres		Relação de masculinidade
	N.º	Variação anual (%)	N.º	Variação anual (%)	N.º	Variação anual (%)	
1988	62	-	55	-	7	-	786
1989	114	83,9	96	74,5	18	157,1	533
1990	153	34,2	135	40,6	18	0,0	750
1991	241	57,5	207	53,3	34	88,9	609
1992	375	55,6	325	57,0	50	47,1	650
1993	441	17,6	376	15,7	65	30,0	578
1994	650	47,4	552	46,8	98	50,8	563
1995	949	46,0	802	45,3	147	50,0	546
1996	1 111	17,1	919	14,6	192	30,6	479
1997	972	-12,5	815	-11,3	157	-18,2	519
1998	895	-7,9	724	-11,2	171	8,9	423
1999	980	9,5	797	10,1	183	7,0	436
2000	951	-3,0	777	-2,5	174	-4,9	447
2001	1 026	7,9	863	11,1	163	-6,3	529
2002	999	-2,6	824	-4,5	175	7,4	471
2003	976	-2,3	776	-5,8	200	14,3	388

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Decréscimo sucessivo na relação de masculinidade

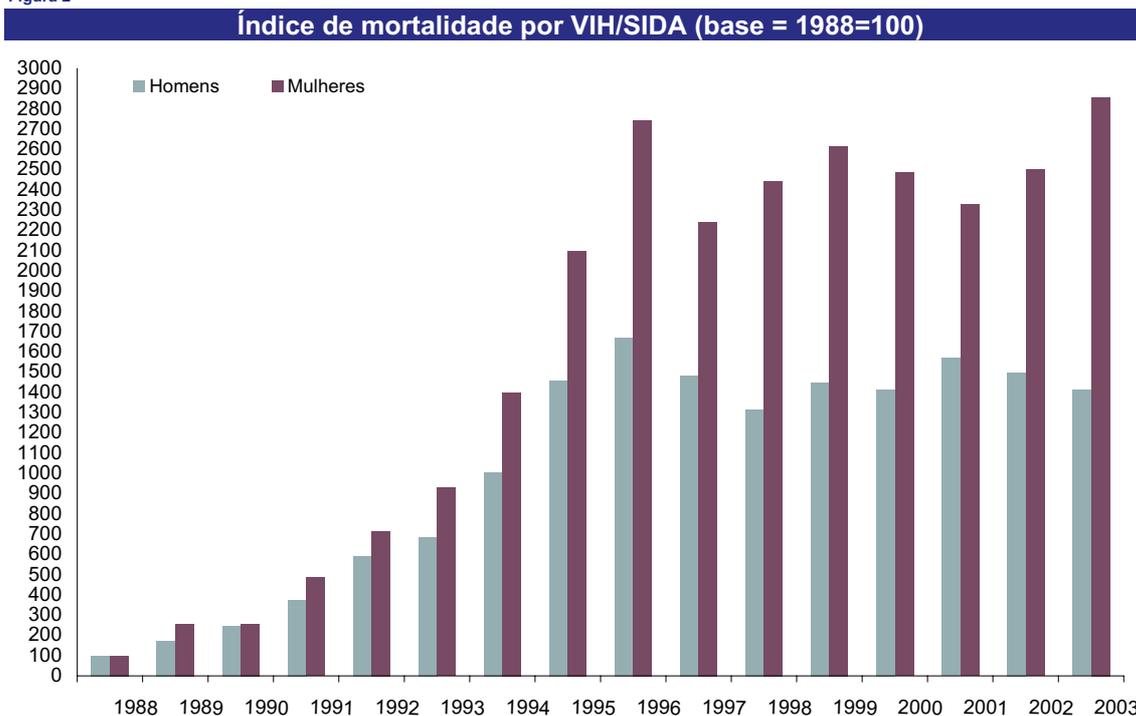
A relação de masculinidade (quociente entre o número de óbitos de homens e óbitos de mulheres x 100) observada nesta causa de morte assume valores mais elevados nos primeiros anos do período, ou seja, entre 1988 e 1992, apresentando posteriormente valores cada vez mais baixos, tendo atingindo, em 2003, o valor mínimo de 388 óbitos de homens para cada 100 óbitos de mulheres. A tendência decrescente deste indicador revela um aumento progressivo da mortalidade por VIH/SIDA nas mulheres, observando-se, em 2003, uma redução para metade da relação de masculinidade relativamente ao início do período em análise.

Aumento na mortalidade por VIH/SIDA nas mulheres

Para analisar a evolução deste tipo de óbitos construiu-se ainda um índice de mortalidade por VIH/SIDA, segundo o sexo (quociente entre o número de óbitos ocorridos em cada ano e o número de óbitos observado no ano base x 100), neste caso com base no primeiro ano de registo de óbitos (1988). Constata-se a particularidade de o índice de mortalidade registar consecutivamente valores superiores para as mulheres e afastar-se continuamente do índice de mortalidade dos homens.

O índice de mortalidade atinge o valor máximo mais cedo nos homens, em 1996, enquanto nas mulheres só o alcança em 2003. Neste ano, o índice de mortalidade foi 29 vezes mais elevado do que o do ano base nas mulheres e 14 vezes superior nos homens.

Figura 2



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Importância crescente da mortalidade por VIH/SIDA

Torna-se pois essencial verificar a importância que os óbitos por VIH/SIDA assumem no total de óbitos ocorridos no País, em cada ano do período considerado, tanto para os homens como nas mulheres. Por outro lado, interessa saber se a importância dos óbitos por VIH/SIDA tem vindo a acentuar-se ou a perder terreno no panorama da mortalidade geral.

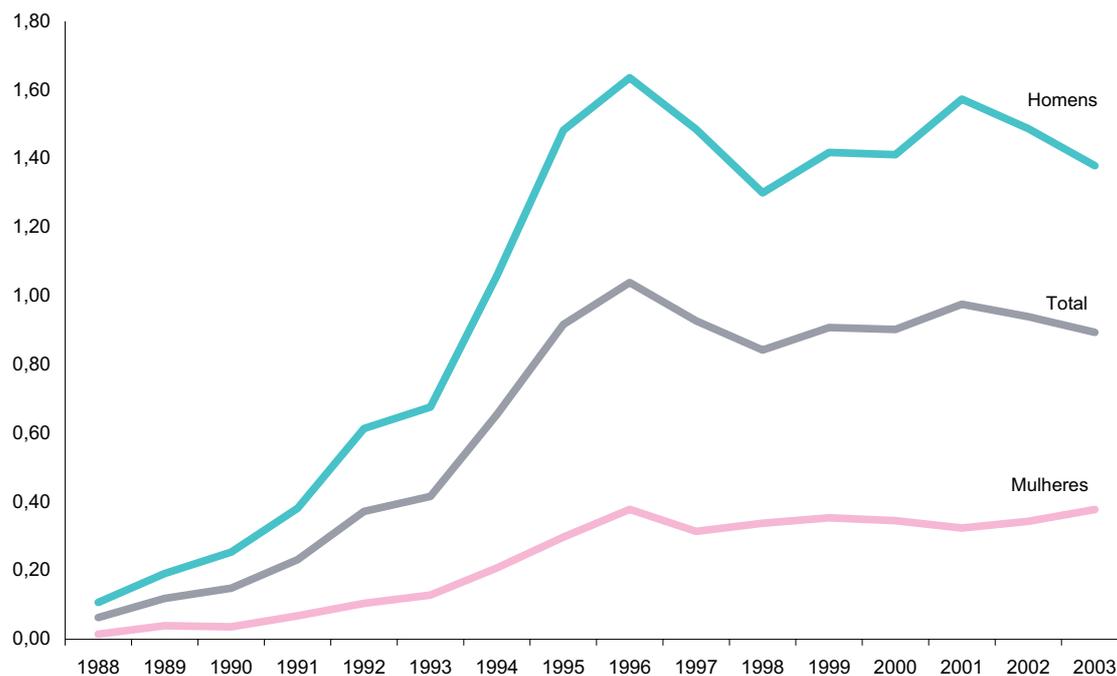
As percentagens de óbitos por VIH/SIDA verificaram inicialmente valores bastante reduzidos, em 1988, mas já indicando uma diferença substancial entre homens e mulheres, correspondendo nesse ano a 0,06% do total de óbitos (0,11% nos homens e apenas 0,02% nas mulheres).

Ao longo do período assiste-se ao aumento gradual da importância deste tipo de óbitos, atingindo, em 1996, a proporção mais elevada, 1,04% do total de óbitos (1,64% nos homens e 0,38% nas mulheres). Em 2003, a importância reduziu-se para 0,89% (1,38% nos homens e 0,38% nas mulheres, valor este idêntico ao observado em 1996).

A evolução deste indicador, quer para os homens quer para as mulheres, apresenta inicialmente um crescimento progressivo, entre 1988 e 1996, denotando nos anos posteriores algumas oscilações, mas, em termos gerais, os óbitos por VIH/SIDA revelam alguma estabilidade nos últimos anos. A superioridade relativa a este tipo de óbitos nos homens está presente em todo o período.

Figura 3

Evolução percentual dos óbitos por VIH/SIDA, Portugal (1988-2003)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

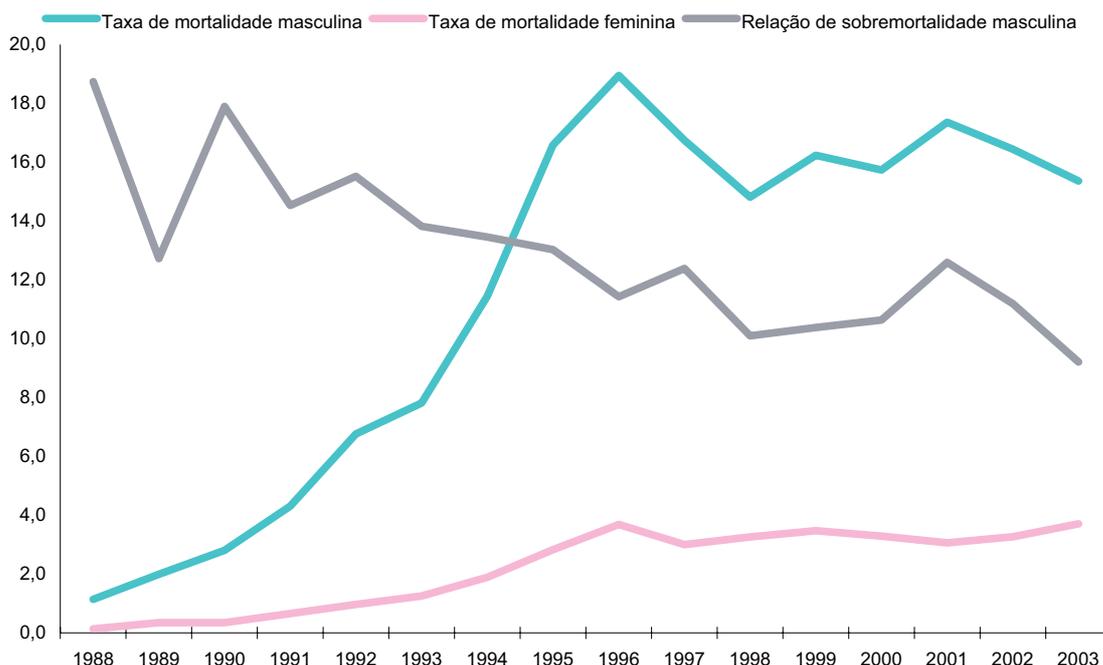
Taxas de mortalidade superiores nos homens

As taxas de mortalidade (quociente entre o número de óbitos ocorridos num determinado número de anos e a população média do mesmo ano, por 100 000 habitantes) por VIH/SIDA apresentam valores bastante diferenciados nos homens e nas mulheres, sendo as taxas substancialmente superiores nos homens, em todo o período aqui considerado.

Essas taxas apresentam ainda uma tendência de crescimento contínuo nos primeiros anos, atingindo o valor máximo em 1996, sendo de 11,0 óbitos (19,0 óbitos de homens e 3,7 óbitos de mulheres) por cada 100 000 habitantes. Nos anos posteriores, as taxas estabilizaram em torno de cerca de 9 óbitos por cada 100 000 habitantes (cerca de 16 óbitos nos homens e de 3 nas mulheres). Em 2003, as taxas de mortalidade foram mais baixas do que em 1996, (9,3 para ambos os sexos, 15,4 para os homens e 3,7 para as mulheres) à excepção da taxa relativa às mulheres, a qual se manteve muito semelhante à de 1996.

Figura 4

Evolução das taxas de mortalidade por VIH/SIDA (por 100 000 habitantes) e relação de sobremortalidade masculina, Portugal, 1988-2003



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

A relação de sobremortalidade (quociente entre a taxa de mortalidade masculina e a taxa de mortalidade feminina x 100) apresenta valores que mostram a superioridade na mortalidade masculina por VIH/SIDA, no entanto, esta supremacia tem vindo a atenuar-se ao longo do período. A tendência é nitidamente no sentido de decréscimo gradual, em que o valor mais elevado ocorreu em 1988, com 844 mortes de homens por esta causa por cada 100 mulheres, reduzindo-se para metade em 2003, ou seja, para 414 óbitos masculinos em cada 100 óbitos femininos, mostrando assim a importância crescente da mortalidade feminina.

Maioria dos indivíduos falecidos com VIH/SIDA tinha entre 25 e 44 anos

Entre 1988 e 2003, as distribuições etárias anuais dos indivíduos que faleceram por HIV/SIDA apresentam duas características comuns: maior expressividade nos óbitos a partir dos 20 anos e frequências mais elevadas nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos. A evolução ao longo do tempo mostra uma alteração nas estruturas etárias, ou seja, assiste-se a uma perda de importância nos óbitos com idades compreendidas entre os 20 e os 44 anos (com exceção do grupo dos 30 a 34 anos), assumindo cada vez mais importância os óbitos nas idades mais elevadas, principalmente acima dos 55 anos, destacando a importância crescente da mortalidade por HIV/SIDA nos indivíduos com idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos. Acrescenta-se ainda que se, nos primeiros anos do período 1988-2003, não existiu nenhum registo de óbitos com idades superiores a 70 anos, nos anos mais recentes, torna-se cada vez mais frequente ocorrerem óbitos de indivíduos com idades bastante elevadas.

Em 1988, entre os jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos, os óbitos foram nulos ou bastante reduzidos; no entanto, nos jovens adultos com idades entre os 20 e os 24 anos, a ocorrência de óbitos por HIV/SIDA já é mais expressiva do que nos grupos etários anteriores, representando cerca de 5% do total de óbitos ocorridos nesse ano. Até 1995, este valor aumentou para cerca de 11% do total de óbitos, mas, nos últimos anos, verificou-se uma tendência contrária, correspondendo, em 2003, apenas a 2,5% dos óbitos totais.

Ao longo do período em análise, constata-se que a maior frequência de óbitos por HIV/SIDA ocorre em indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos; contudo, neste conjunto de grupos etários, alguns grupos apresentam tendências contrárias ao longo do período. No grupo etário dos 25 aos 29 anos, este tipo de óbitos, em 1988, representava cerca de 16% dos óbitos totais, baixando para cerca de 12%, em 2003. O grupo etário dos 30 aos 34 anos apresenta uma tendência contrária à do grupo anterior, registando, em 1988, cerca de 16%

do total desses óbitos, passando para cerca de 20%, em 2003. O grupo etário dos 35 aos 39 anos revela uma tendência de diminuição nos valores percentuais, decrescendo de cerca de 27 %, em 1988, para cerca de 19%, em 2003.

No grupo etário dos 40 aos 44 anos, é visível o aumento do peso dos óbitos por HIV/SIDA, evoluindo de cerca de 10%, em 1988, para 16%, em 2003.

Um aspecto relevante a reter é o do aumento deste tipo de óbitos nas idades mais avançadas ao longo do período 1988-2003, pelo que se verifica que, em todos os grupos etários posteriores ao dos 45 aos 49 anos, aumenta a importância relativa destes óbitos, principalmente nas idades acima dos 65 anos.

Quadro 2

Evolução percentual dos óbitos por HIV/SIDA nos grupos etários de maior frequência (1988-2003)				
	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos
1988	16,1	16,1	27,4	
1989	9,6	16,7	15,8	
1990	13,7	17,6	18,3	
1991	15,8	21,6	11,2	
1992	4,3	17,1	21,1	
1993	21,3	18,1	15,2	
1994	18,5	22,5	14,6	
1995	23,4	19,6	16,0	
1996	21,5	22,9	16,7	
1997	20,5	25,1	17,9	
1998	21,7	24,8	17,1	
1999	20,8	23,4	17,0	
2000	17,2	22,1	18,8	
2001	17,4	19,7	18,8	
2002	12,1	19,8	20,2	
2003	12,0	20,2	18,9	

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Nos grupos etários acima dos 55 anos, verifica-se um aumento de importância nos óbitos por HIV/SIDA, destacando-se em particular os grupos dos 60 aos 64 anos – onde, em 1988, os óbitos por esta causa de morte representavam 1,6% do total, passando para 1,4%, em 2003 – e dos 70 aos 74 anos – que, embora em 1988 não tivesse qualquer registo de ocorrência, em 2003 já representava 2,6% dos óbitos verificados por esta causa.

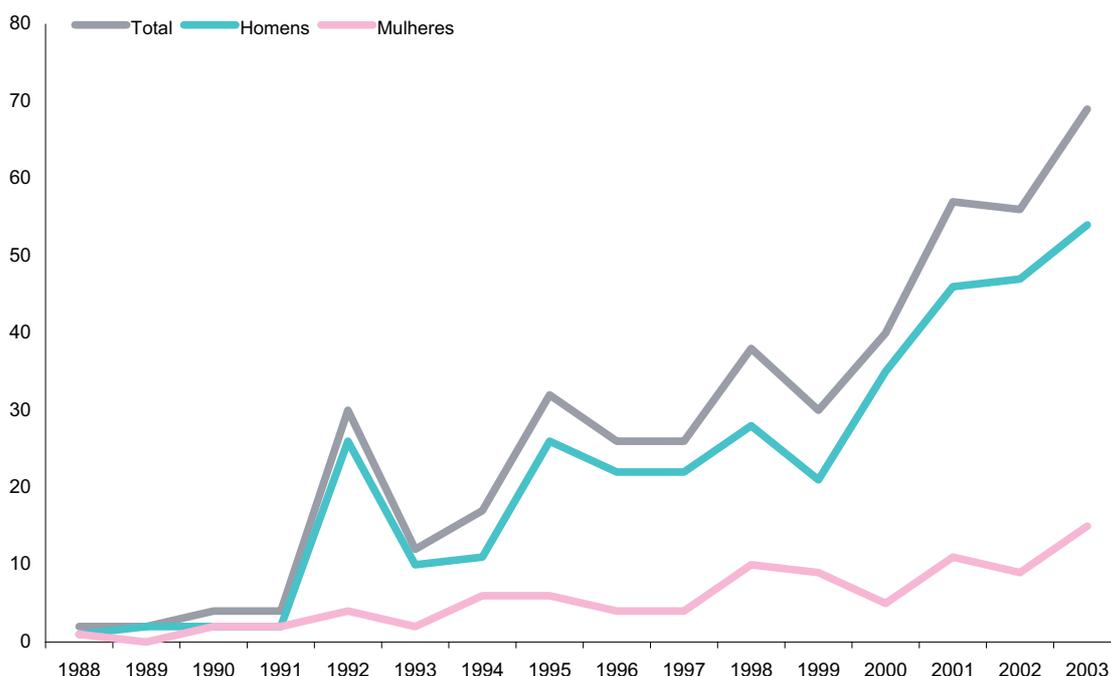
Desagregando os dados segundo o sexo, obtêm-se conclusões semelhantes, ou seja, a maior frequência de óbitos por HIV/SIDA, tanto nos homens como nas mulheres, ocorre nas idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Ao longo de todo o período, o peso dos óbitos tem vindo a diminuir neste conjunto de grupos etários, (excepto no dos 30 aos 34 anos).

Aumento da mortalidade por VIH/SIDA nos idosos

Nos anos mais recentes é cada vez maior a frequência de óbitos por VIH/SIDA em idades mais elevadas, sobretudo a partir dos 55 anos e em particular na população idosa, ou seja, nos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos. A tendência de crescimento progressivo está presente tanto nos óbitos de idosos do sexo masculino como do sexo feminino, contudo o número de óbitos nos homens idosos é substancialmente superior ao das mulheres com esta idade. Nos primeiros anos de registo desta causa de morte o número de óbitos era muito semelhante entre ambos os sexos, contudo, ao longo do período esta situação não se manteve, surgindo um crescimento acentuado no número de óbitos de homens idosos, pelo que nos últimos três anos este número triplicou relativamente ao das mulheres.

Figura 5

Número de óbitos por VIH/SIDA com mais de 65 anos, por sexo, Portugal, 1988-2003



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Passa-se seguidamente à análise do peso dos óbitos por VIH/SIDA dos idosos relativamente ao total dos óbitos por essa causa.

Em 1988 a frequência de óbitos com 65 e mais anos era bastante reduzida, correspondendo a 3,2% do total de óbitos com VIH/SIDA, mas, a partir de 1992 aumenta significativamente, pelo que, até 2003, estes óbitos mais que duplicam, representando, 7,1% do total de óbitos. Neste mesmo ano, a percentagem de homens idosos que faleceram por HIV/SIDA foi de 1,8%, valor este que subiu para 7,0% em 2003. Com exceção dos anos de 1988, 1989 e 1990, a percentagem de óbitos por esta causa nas mulheres idosas foi superior à dos homens, nos restantes anos do período, pelo que em 2003 representavam 7,5% dos óbitos totais por HIV/SIDA, o que indica a importância crescente na morte por HIV/SIDA das mulheres com 65 ou mais anos.

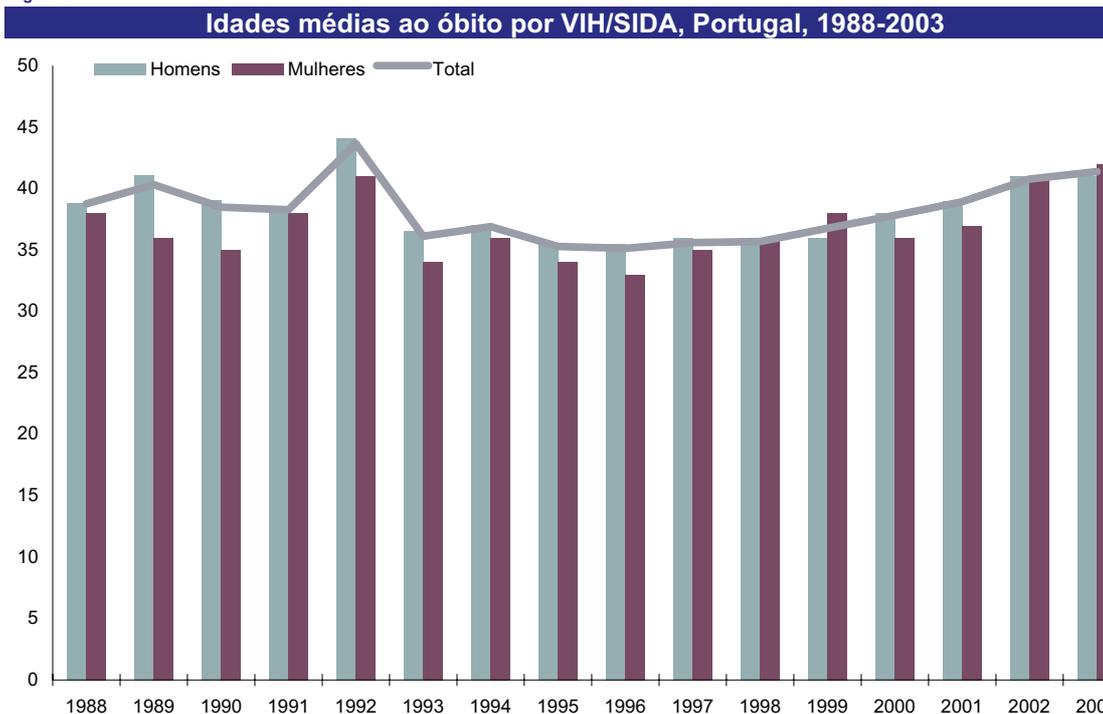
Enquanto no início do período a frequência de óbitos por VIH/SIDA de indivíduos com mais de 70 anos era nula ou bastante reduzida, constituindo apenas 1,6% do total deste tipo de óbitos, nos últimos anos verificou-se um acréscimo significativo, correspondendo a 4,7% do total deste tipo de óbitos.

Aumento nas idades médias e medianas ao óbito

Para cada ano do período 1988-2003 foram calculadas as idades médias e medianas dos indivíduos que faleceram por VIH/SIDA. No início do período, o número de óbitos era reduzido, principalmente procedendo à desagregação dos mesmos segundo o sexo e os grupos etários. A média revela ser, nesta situação, uma medida estatística muito sensível aos valores extremos, pelo que a sua interpretação deve ser mais cuidadosa, não deixando, entretanto, de ser aqui apresentada.

A idade média ao óbito por VIH/SIDA foi de 39 em 1988, para posteriormente baixarem para 35 e 36 anos, revelando nos últimos anos uma tendência de crescimento, sendo, em 2003, de 41 anos (41 anos nos homens e 42 anos nas mulheres). Ao longo de todo o período, as idades médias no homem são sempre superiores às das mulheres.

Figura 6

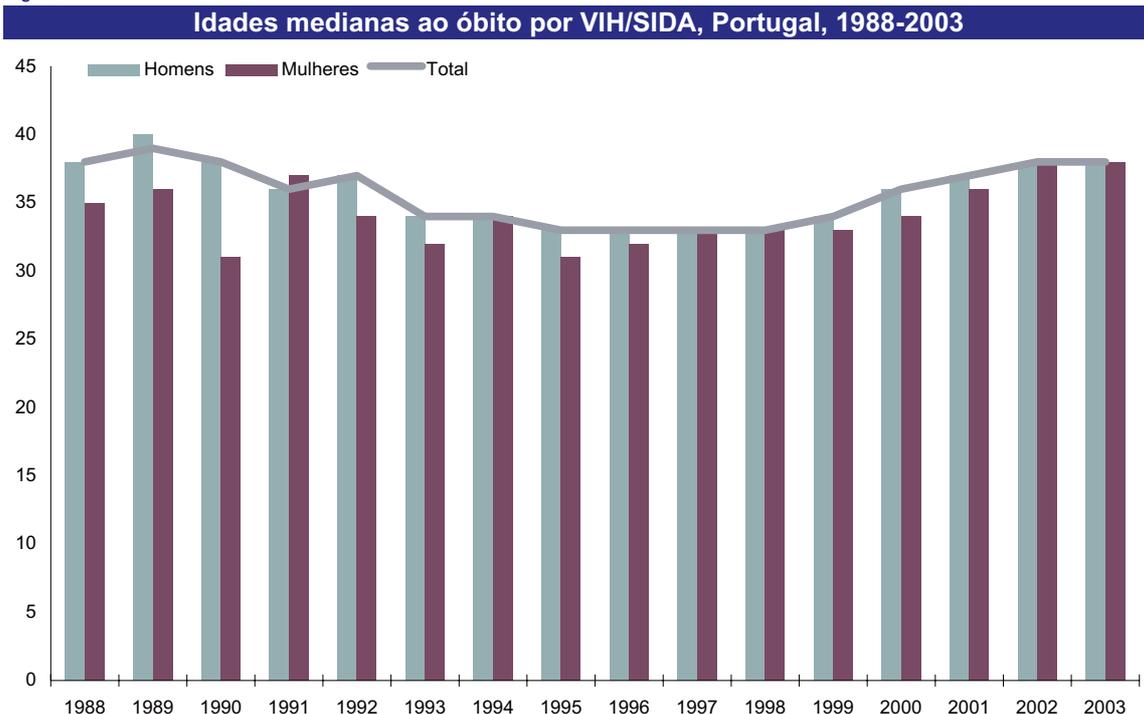


Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

A idade mediana constitui uma medida estatística mais robusta no presente caso. Por se tratar de distribuições etárias anuais assimétricas, as idades médias e medianas ao óbito por VIH/SIDA foram sempre diferentes ao longo do período, apresentando as idades médias uma ligeira superioridade.

Em 1988, a idade mediana ao óbito por VIH/SIDA situava-se nos 38 anos (38 anos nos homens e 35 anos nas mulheres). Nos anos seguintes a 1992, assiste-se a uma diminuição nas idades medianas, mas recentemente constatou-se uma ligeira subida neste indicador, situando-se, em 2003, de 38 anos (valor igual nos homens e nas mulheres).

Figura 7



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Taxas de mortalidade por VIH/SIDA nos idosos com tendência crescente

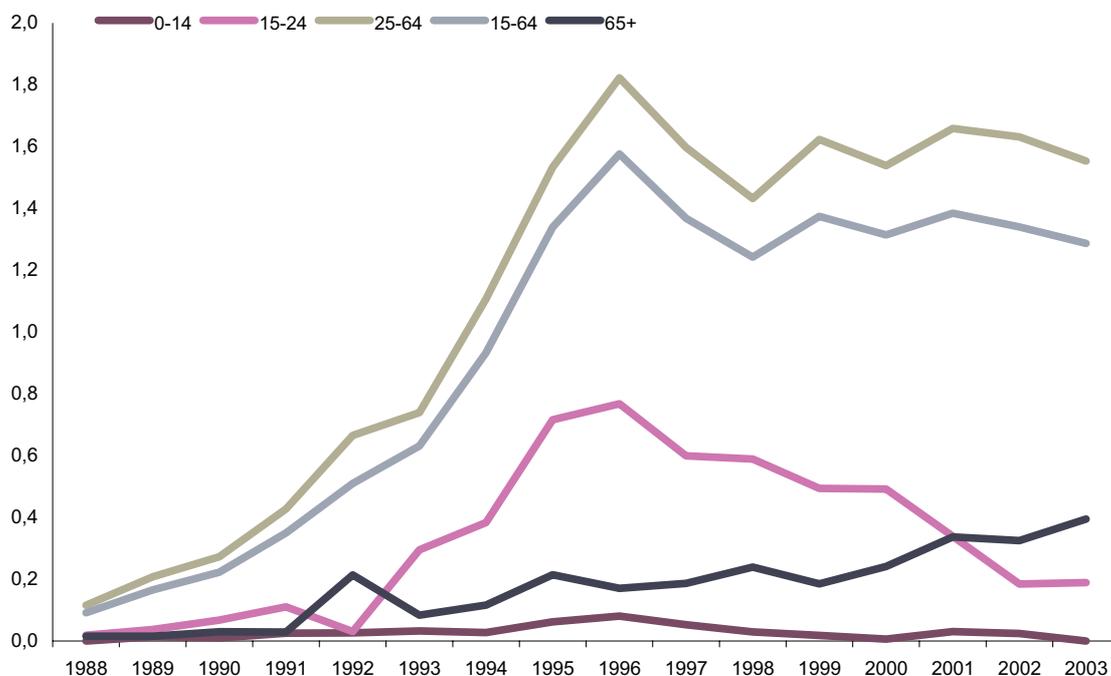
Para melhor conhecimento do impacto da mortalidade por VIH/SIDA na estrutura da população portuguesa, construíram-se taxas de mortalidade por grandes grupos etários, por forma a distinguirem-se várias faixas da população: a população jovem dos 0 aos 14 anos, os jovens adultos com 15 a 24 anos, a população em idade activa com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, a população com 25 a 64 anos – que constitui uma faixa importante, pelo facto de incluir os jovens adultos com idades a partir dos 25 anos, que, em termos gerais, indica a idade de entrada no mercado de trabalho – e, por fim, os idosos com 65 e mais anos.

Ao longo do período em análise, pode verificar-se que, após a subida exponencial da mortalidade por esta causa (até 1996), as taxas de mortalidade baixaram, com excepção da taxa referente aos 65 e mais anos. A redução das taxas foi bastante visível nos jovens adultos com 15 a 24 anos, sendo também de realçar a diminuição das taxas de mortalidade na população em idade activa.

A mortalidade por VIH/SIDA nos idosos apresenta um aumento continuado, principalmente desde 1993, acelerando o ritmo a partir de 2000. Em 1988, esta taxa situava-se nos 0,02 óbitos por 100 000 habitantes, passando para 0,39, em 2003.

Figura 8

Evolução das taxas de mortalidade por HIV/SIDA (por 100 000 habitantes), por grandes grupos etários, Portugal, 1988-2003



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Conclusão

Após uma tendência de crescimento de óbitos por VIH/SIDA até 1996, nos anos mais recentes verifica-se uma estabilização na mortalidade por VIH/SIDA, acompanhada por um ligeiro crescimento de óbitos de mulheres.

No período em análise constata-se algumas alterações nas estruturas etárias na mortalidade por esta causa, com aumento das idades médias e medianas ao óbito por VIH/SIDA. Por outro lado, assiste-se a uma ligeira perda de importância dos óbitos por VIH/SIDA nas classes de idade mais frequentes – dos 25 aos 44 anos – e uma relevância crescente desses óbitos em classes de idade mais elevadas, acima dos 55 anos, e em particular nos indivíduos com mais de 65 anos.

As taxas de mortalidade por VIH/SIDA na população idosa apresentam uma tendência de crescimento gradual, pelo que, pelos factos apresentados, se pode concluir que cada vez se morre mais tarde com VIH/SIDA.



Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários

Autora: Sónia Cardoso

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa / Departamento de Sociologia

Email: sonia.cardoso@iscte.pt

Fertility and nuptiality in Mozambique: calendar analysis

Resumo:

Este artigo, centrado no caso moçambicano, incidirá na análise do calendário da fecundidade à luz do que se considera ser uma das condições demográficas prévias à quebra dos valores fecundos: a limitação dos casamentos. As alterações ao nível dos padrões nupciais terão uma significação abrangente que se articula e, sobretudo, revela as transformações da vida familiar, da relação entre os sexos e do próprio estatuto da mulher. Considerando que as alterações incidirão, antes de mais, no valor do calendário e, só posteriormente, na intensidade, e sabendo que Moçambique é um dos poucos países africanos que viu rejuvenescer o seu calendário nupcial, centrar-nos-emos, exactamente, na análise do calendário de ambos os fenómenos.

Palavras Chave: Moçambique, Fecundidade, Nupcialidade, Calendário.

Abstract

This article, based in the Mozambique case, will focus in the analysis of the fertility calendar in face of what's considered to be one of the previous demographic conditions to the fertile values breakdown: the weddings limitations. The changes of the standard nuptial patterns will have a broad meaning, which bodes well and, above all, reveals the changes in the family living, from the sex relationships and from the female own status. Considering that the changes will focus, before any further considerations, in the calendar value and, only later, in the intensity, and knowing that Mozambique is one of the few Africans countries, which saw the re-birth of its nuptial calendar, we will focus, precisely, in the analysis of both phenomena calendar.

Key words: Mozambique, Fertility, Nuptiality, Calendar.

1. Fecundidade e nupcialidade em África

O continente africano será o último a ver a sua população estabilizar-se. Com efeito, a emergência de comportamentos de maior controlo na fecundidade começa a fazer-se notar mas ainda em contextos muito específicos, nomeadamente nas capitais de alguns países. Em termos gerais, os níveis do indicador conjuntural da intensidade da fecundidade mantêm-se elevados, assumindo valores de 5 a 8 filhos por mulher, em média. Esta forte fecundidade, conjugada com uma diminuição da mortalidade, explica a aceleração do crescimento demográfico das populações africanas entre meados e o final do séc. XX, atingindo, mais recentemente, os níveis mais elevados¹ (Hertrich, 1996, p.1 e 2).

Foi, exactamente, a quebra da mortalidade – encetada no início dos anos 1930, que se intensificou a partir dos anos 50 e se estendeu por todo o continente africano, graças aos progressos médicos, com a introdução de vacinas e antibióticos – a romper o equilíbrio relativo do regime demográfico antigo, definindo o início da transição demográfica (Hertrich, 1996; Locoh, 2002 ; Thiriati, 1998).

Pelo princípio da Teoria da Transição Demográfica², esta quebra nos valores da mortalidade deverá ser seguida de uma diminuição da fecundidade no sentido de um estado de semi-equilíbrio entre fracos níveis de mortalidade e fecundidade. Este modelo de regulação demográfica foi o seguido pelos países ocidentais e em muitos países em desenvolvimento mas tarda a generalizar-se na região da África subsariana, pela pouca adesão das populações a um padrão de restrição deliberada da descendência (Hertrich, 1996; Thiriati, 1998).

Analisando a fecundidade por grandes regiões africanas, Locoh distingue o Oeste Africano, como a região com os mais altos níveis de fecundidade de todo o Continente, com países a atingir descendências superiores a 6,5 filhos por mulher.³ Na região do Leste africano, identificaram-se também países de forte fecundidade⁴, sendo a região da África Central a que apresentava os níveis mais baixos de fecundidade⁵. Em cada região e país podem encontrar-se sub-regiões que se pautam por padrões de infecundidade acentuada que, entre outras razões, pode dever-se à presença epidémica de doenças esterilizantes (Locoh, 1984, p.6).

Já em 2002, Locoh afirma que a África subsariana⁶ entrou na segunda fase da transição demográfica, a de uma quebra progressiva da fecundidade. Foi apenas desde meados dos anos 80 que esta quebra se tornou evidente em vários países da região da África subsariana, como o Botswana, o Quênia e o Zimbábue. Estas primeiras quebras eram essencialmente devidas à mudança de comportamento da minoria de mulheres que viviam nas cidades e com maior nível de escolaridade. Mas, progressivamente, a quebra da fecundidade atingiu, se bem que a diferentes níveis e com amplitudes diferentes, um maior número de países e de subregiões, nomeadamente alguns contextos rurais, por todo o continente africano (Locoh, 2002, p.3).

Na verdade, apesar da persistência do regime de fecundidade característico do Antigo Regime, é cada vez mais evidente que a inversão da tendência se vai expandindo pelo conjunto da região africana. Essa tendência geral de recuo da fecundidade assume amplitudes variáveis em função dos países. É perceptível nos países do Sahel, muito visível na África Austral e desigual nos países da África de Leste e Oeste. No interior de cada país, o declínio da fecundidade varia fortemente segundo o local de residência e o nível de instrução das mulheres⁷ (Hertrich, 1996, p.2; Locoh, 2002, p.3).

¹ A taxa de crescimento médio anual, em África estimava-se em menos de 0,1% no período 1750-1850, 0,4% entre 1850-1900 e 1,0% no período 1900-1950. Entre 1950 e 1955, o crescimento médio anual cifrava-se nos 2,2%, ultrapassando no final do séc.XX os 3% (El-Badry, 1991 em Hertrich, 1996, p.1).

² Para um aprofundamento das questões em torno da Teoria da Transição Demográfica, v. Bandeira (1996a, 1996b)

³ Estes níveis encontram-se em países como o Bénin, a Guiné, o Burkina-Faso, o Mali, o Níger e o Togo.

⁴ O Quênia, o Malawi, o Uganda, o Ruanda, a Zâmbia e o Zimbábue eram os países daquela região que apresentavam os níveis de fecundidade mais elevados, com descendências iguais ou superiores a 6,5 filhos por mulher. Na mesma região, as ilhas – Camarões, Madagascar, Seychelles, Maurícias e Reunião – eram as que apresentavam uma menor fecundidade, sentida desde a década de 1960. Os restantes países situar-se-iam em níveis entre os 5,7 e 6,4 filhos por mulher.

⁵ A autora refere-se à falta de informação quanto aos países lusófonos e apresenta o Zaire como o país que ultrapassa os 6 filhos por mulher, de entre todos os que disponibilizam informação sobre os seus comportamentos fecundos.

⁶ Por África subsariana, entendamos o conjunto dos países africanos, com excepção da África do Sul e dos países do Norte de África: Egipto, Líbia, Marrocos, Tunísia e Argélia.

⁷ Locoh apresenta como países de fecundidade intermédia (ICF já com níveis inferiores a 5 filhos por mulher) o Gana, o Quênia e o Zimbábue (países para os quais se conhece informação mais completa e comparável, relativa a datas sucessivas), África do Sul (3,1), Botswana (4,9), Comores (4,6) e Gabão (4,5) (países com informação referente apenas a um ano ou período). Países ou regiões do oeste africano, identificados como sendo os que protagonizam uma descida mais lenta da fecundidade são, entre outros : Mali, Níger, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões e Togo (Locoh, 2002, p.3).

Estes factores são também critérios de diferenciação dos níveis assumidos pelos indicadores de nupcialidade. Desde a década de 1960 foi possível identificar padrões regionais de nupcialidade, apesar das características de casamento quase universal e precoce, sobretudo para as mulheres do continente africano.

Assim, vem-se registando uma diferença de idades entre cônjuges particularmente acentuada na África Ocidental, com as mulheres a casar particularmente cedo (em média, antes dos 17,5 anos) e os homens tarde (em média depois dos 26 anos), para o que concorre a forte adesão a práticas poligâmicas, nesta região. Numa situação intermédia, encontramos a região do Norte, Centro e Leste Africano, com idades médias ao casamento superiores nas mulheres e inferiores nos homens, face ao exemplo referido e com uma menor incidência da poligamia. Na África Austral, a situação é oposta à do Oeste Africano, encontrando-se aí níveis de celibato definitivo não negligenciáveis (superiores a 5%) e uma idade média ao casamento mais elevada para os dois sexos (entre 20 e 23 anos para as mulheres e entre 26 e 30 anos para os homens) (Hertrich e Pilon, 1997).

De então para cá, as diferenças regionais vêm-se esbatendo, sendo que, se, por um lado, o celibato se mantém marginal, por outro, em todas as regiões se regista um aumento de, pelo menos, 0,5 anos por década da idade média das mulheres no casamento, à excepção de quatro países – Cabo Verde, Burundi, Comores e Moçambique – onde se verifica antes um rejuvenescimento da idade ao casamento. A mais rápida subida do indicador sintético do calendário da nupcialidade no caso feminino propicia uma diminuição da diferença de idades entre cônjuges (em três décadas a diferença de idades entre cônjuges superior a 6 anos, que se registava em dois terços dos países, passou a vigorar em apenas um terço), o que, por si, se revela favorável à diminuição da poligamia mas que pode indiciar novas formas de organização familiar que mantenham viáveis as práticas adquiridas (Hertrich e Pilon, 1997, p.2).

Às alterações no calendário da nupcialidade feminina associam-se sobretudo factores como o prolongamento da escolaridade e a crise económica nas cidades – que limita a possibilidade de instalação dos casais ou mesmo a possibilidade de pagar a compensação matrimonial à família da noiva. Nos meios rurais, a crise que motiva a saída dos jovens rumo aos centros urbanos é, também aí, um factor que, indirectamente, propencia o retardar da entrada em união. O adiamento no casamento, motivado pelo prolongamento dos estudos pode, no entanto, funcionar tão só como o refinamento das estratégias enraizadas de aquisição de dote ou compensação matrimonial por parte das famílias, na medida em que o investimento na educação das filhas é superior. Uma forma de ajustamento dos modelos tradicionais à emergência de novas condições sociais (Hertrich e Pilon, 1997).

Ora, assumida a alteração no calendário da nupcialidade, sobretudo feminino, até que ponto é visível uma implicação dessas mudanças nos padrões da fecundidade? A resposta não é linear e para ela concorrem, para além de outros calendários demográficos, toda a organização da estrutura familiar.

No Norte de África, região africana mais avançada no processo de transição da fecundidade, a alteração nos padrões do calendário da nupcialidade conjugou-se muito claramente com um atraso na entrada na vida fecunda. As gerações do início da década de quarenta e as nascidas cerca de 20 anos depois apresentam diferenças de entrada quer na nupcialidade quer na fecundidade de cerca de 5 anos (as mais velhas com idades médias de entrada na nupcialidade e fecundidade, respectivamente, de 16,3 e 18,6 e as mais novas de 21,2 e 23,3). Nesse contexto, a fecundidade atingida nas idades mais jovens sofre um recuo muito considerável (diminui cerca de 4 vezes até aos 20 anos e entre os 20 e 24 passa para metade) (Hertrich e Pilon, 1997, p. 3).

Já no caso da restante região africana, nomeadamente a designada África subsariana, a relação entre os dois fenómenos é mais modesta, podendo mesmo encontrar-se uma verdadeira desconexão entre os dois calendários (casos de Lomé, capital do Togo, e dos países da Costa do Marfim, Quênia e Senegal, entre outros) que dita o aumento de nascimentos fora do casamento associado a idades no primeiro nascimento inferiores à idade no casamento (Hertrich e Pilon, 1997, p. 3).

Este artigo, centrado no caso moçambicano, incidirá na análise do calendário da fecundidade à luz do que se considera ser uma das condições demográficas prévias à quebra dos valores fecundos: a limitação dos casamentos. As alterações ao nível dos padrões nupciais terão um significado abrangente que se articula e, sobretudo, revela as transformações da vida familiar, da relação entre os sexos e do próprio estatuto da mulher. Considerando que as alterações incidirão, antes de mais, no valor do calendário e, só posteriormente, na intensidade, e sabendo que Moçambique é um dos poucos países africanos que viu rejuvenescer o seu calendário nupcial (Hertrich e Pilon, 1997), centrar-nos-emos, exactamente, na análise do calendário de ambos os fenómenos.

A análise centra-se, como referido, em Moçambique, país de língua oficial portuguesa da região leste africana. As razões que nos levaram a seleccionar este país articulam-se em dois critérios. O primeiro tem que ver com a produção científica, a nível demográfico, existente até ao momento, sobre a realidade a estudar. O segundo prende-se, sobretudo, com a riqueza da informação para a análise empírica.⁸

2. Aspectos metodológicos

2.1. O Inquérito IDS

Para o desenvolvimento empírico da investigação que está na base do artigo que se apresenta, obtiveram-se os dados resultantes da aplicação do designado Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), aplicado em Moçambique, em 1997.

O Inquérito Demográfico e de Saúde faz parte de um “programa internacional de inquéritos desenvolvido pela Macro International Inc., através de um contrato com a USAID – Washington” que concede apoios aos governos e instituições privadas dos países em desenvolvimento, na realização de inquéritos nacionais por amostragem, nas áreas da população e saúde. A funcionar desde 1984, o programa estende-se já a mais de 60 países da América Latina, África, Ásia e Leste Europeu (Gaspar *et al.*, 1998, p.ii).

Os objectivos do inquérito, nomeadamente aquele que foi aplicado, em 1997, em Moçambique, passavam por: “Subsidiar a formulação de políticas e implementação de programas nas áreas de população e saúde; aumentar a base internacional de dados sobre população e saúde para acompanhamento e avaliação e consolidar a capacidade técnica do pessoal do INE e do MISAU [Ministério da Saúde] em matéria de inquéritos por amostragem.” (Gaspar *et al.*, p.11) As informações recolhidas pelos inquéritos IDS referem-se, essencialmente, às questões da fecundidade, saúde materno-infantil e características sócio-económicas da população entrevistada (Gaspar *et al.*, p.xvii).

2.2. Opções metodológicas

A recolha da informação deu-se através da aplicação de questionários de três tipos – questionário de agregados familiares, questionário de mulheres e questionário de homens – nos agregados familiares. A amostra foi desenhada no sentido de ser representativa a três níveis: nacional, provincial e quanto ao meio de residência (urbano-rural), prevendo contemplar 9000 entrevistas a mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos completos e um terço dos homens⁹, com idades entre os 15 e os 64 anos, dos agregados visados. Da previsão inicial, quanto ao número de entrevistas realizadas a mulheres, resultou a consulta a 8779 inquiridas (Gaspar *et al.*, p.12 e 13), tendo todo o processo sido iniciado em Julho de 1996, altura da actualização cartográfica e listagem dos agregados familiares, e a aplicação final dos questionários decorrido entre Março e Julho de 1997 (Gaspar *et al.*, p.xvii).

O tratamento dos dados para o presente estudo, após a obtenção¹⁰ da base de dados relativa ao IDS aplicado em 1997, permitiu os cálculos de taxas específicas, a construção de tábuas demográficas (resumidas), e o cálculo de indicadores associados ao calendário e intensidade da fecundidade e nupcialidade, quer nos casos de análises longitudinais, quer transversais. Na construção das tábuas demográficas, considerámos as taxas específicas de 2.^a categoria que são, por definição, equivalentes aos acontecimentos de uma tábua¹¹.

⁸ Cf. Cardoso (2004, 1-3).

⁹ Esta análise, contudo, deixou de lado os resultados do inquérito aos homens, não por falta interesse dessa exploração mas por limitações definidas *a priori* para este estudo, que se definiu centrado apenas no inquérito às mulheres pela possibilidade de aprofundamento do estudo que o material, em bruto, permitia. No entanto, seria de toda a pertinência a articulação e a leitura, em paralelo, dos inquéritos a homens e mulheres o que ficará, desde já, como recomendação para trabalhos futuros.

¹⁰ Junto da *Macro International Inc. – DHS Program*.

¹¹ Pelo que os acontecimentos resultam do produto entre a taxa e amplitude dos intervalos etários, neste caso 5, na medida em que as taxas têm uma dimensão anual e a observação dos acontecimentos ocorre ao longo de 5 anos.

3. O país

Moçambique, país situado na faixa sul-oriental do continente africano, faz fronteira com a Tanzânia (a Norte), com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábwe e a Swazilândia (a Oeste) e com a África do Sul (a Oeste e a Sul). A Este, é banhado pelo Oceano Índico.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997* (RDH 1997) publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classificava Moçambique, ao nível do Índice de desenvolvimento Humano (IDH) como o 116º em 175 países, colocando este país no conjunto dos sete em que a pobreza humana afecta mais de 50% de toda a população (através do Índice de Pobreza Humana: IPH). Estes indicadores são reveladores de uma profunda crise económica que resultou de sucessivas recessões económicas; de uma situação política e militar muito instável (um conflito armado assolou o país durante década e meia); de um conjunto de factores climáticos desfavoráveis, particularmente a seca, com fortes implicações na agricultura, que absorve a maior parte dos recursos humanos do país e de cuja produção depende grande parte da população.

Na década de 1990, implementou-se uma reforma económica, concretizada através de um crescente controlo dos mecanismos económico-financeiros e da reactivação da produção nacional. Os resultados têm-se reflectido no forte controlo da inflação e das taxas de câmbio, no aumento do PIB per capita (de 1,4% em 1995, para 6,4% em 1996), na recuperação e consolidação da actividade agrícola e industrial, no aumento das exportações e no crescente investimento (interno e externo) no país.

Consideramos onze, as províncias de Moçambique, a analisar ao longo do trabalho, apresentadas em função da sua localização geográfica, do Norte para o Sul do país. São elas: a Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula; ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala; a Sul, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Esta última, não sendo uma região, pela particularidade da suas características, merece ser tratada isoladamente, facto já considerado na recolha e disponibilidade da base de dados.

As regiões mais populosas, nomeadamente, Nampula e Zambézia, situam-se no Norte e Centro do país. Com efeito, as suas populações representavam 19,48% e 18,43% do total dos 15.278.334 indivíduos recenseados em Moçambique, em 1997.

Quadro 1

População residente em Moçambique, por província, e proporção face ao total do país, 1997		
Província	População	Proporção (%)
Niassa	756 287	4,95
C. Delgado	1 287 814	8,43
Nampula	2 975 747	19,48
Zambézia	2 891 809	18,93
Tete	1 144 604	7,49
Manica	974 208	6,38
Sofala	1 289 390	8,44
Inhambane	1 123 079	7,35
Gaza	1 062 380	6,95
Maputo	806 179	5,28
Cid. Maputo	966 837	6,33
Total país	15 278 334	100

INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos – Moçambique, INE, Maputo, Agosto de 1999

As restantes províncias, Cidade de Maputo incluída, equilibram-se entre os 5% (Niassa e Maputo) e os 8% (Cabo Delgado e Sofala) de peso na população total. Quando avançamos para os valores da densidade populacional, contudo, verificamos que a região do Sul é a que regista mais habitantes por Km² (23 hab/Km²) seguida da do Centro (20 hab/Km²) e, só depois da do Norte do país (17,4 hab/Km²), segundo os resultados decorrentes do censo de 1997.

A análise das características das inquiridas de cada região revelou-se pertinente quando considerámos variáveis como o meio de residência (urbano/rural)¹², a religião e o grau de escolaridade. Estes factores revelaram¹³, com efeito, disparidades regionais que, a outros níveis, também se mostraram discriminantes de características e comportamentos.

¹² No inquérito IDS, considerou-se “população urbana”, a que residia nas cidades mais importantes de cada província (Gaspar *et al.*, p.16).

¹³ Para uma caracterização aprofundada das mulheres inquiridas, v. Cardoso (2004, 109-124).

4. A fecundidade por geração

Pequena introdução e questões de carácter metodológico

Centrando a análise numa perspectiva longitudinal, e considerando a fecundidade como fenómeno renovável, isto é, sem distinção da ordem de nascimento dos filhos, vamos, neste artigo, aprofundar a análise dos calendários fecundos dos diferentes grupos de gerações considerados (definiram-se grupos quinquenais, desde o grupo geracional mais velho – 1948-52, ao mais novo – 1978-82), entrando, também, em linha de conta com a região ou província de residência, na medida em que esta variável congrega, em si mesma, diferenciações importantes na caracterização das inquiridas, que poderão ajudar a estruturar os seus calendários fecundos.

Para a análise, partimos do cálculo de taxas específicas de fecundidade geral, de segunda categoria (os efectivos das inquiridas em cada geração consideraram-se os efectivos médios totais para o cálculo das taxas em todas as idades), que permitiram a construção de tábuas brutas resumidas de fecundidade geral.

O grupo etário quinquenal em que decorre, à altura do inquérito, a fase procriativa das inquiridas não será considerado no calendário, na medida em que os valores aí apresentados não serão ainda os correspondentes a uma versão definitiva, por nem todas as mulheres terem alcançado a idade correspondente ao limite superior dessa classe etária.

4.1. Calendário por geração – resultados diferenciais da análise da fecundidade

Considerando o calendário¹⁴ da fecundidade de todos os grupos geracionais¹⁵ abordados no estudo, em cada uma das províncias do país, é possível perceber, numa primeira abordagem, que há uma tendência generalizada no conjunto das províncias, e que parece sistematizada no calendário de Moçambique, para, por um lado, os acontecimentos se concentrarem, sobretudo nas classes etárias 20-24 e 25-29 anos exactos e, por outro, serem as gerações mais velhas a protagonizar o maior número de acontecimentos em cada grupo etário quinquenal. Mas esta leitura, para além de breve, revela-se muito simplista. Aprofundemo-la um pouco mais.

Quadro 2

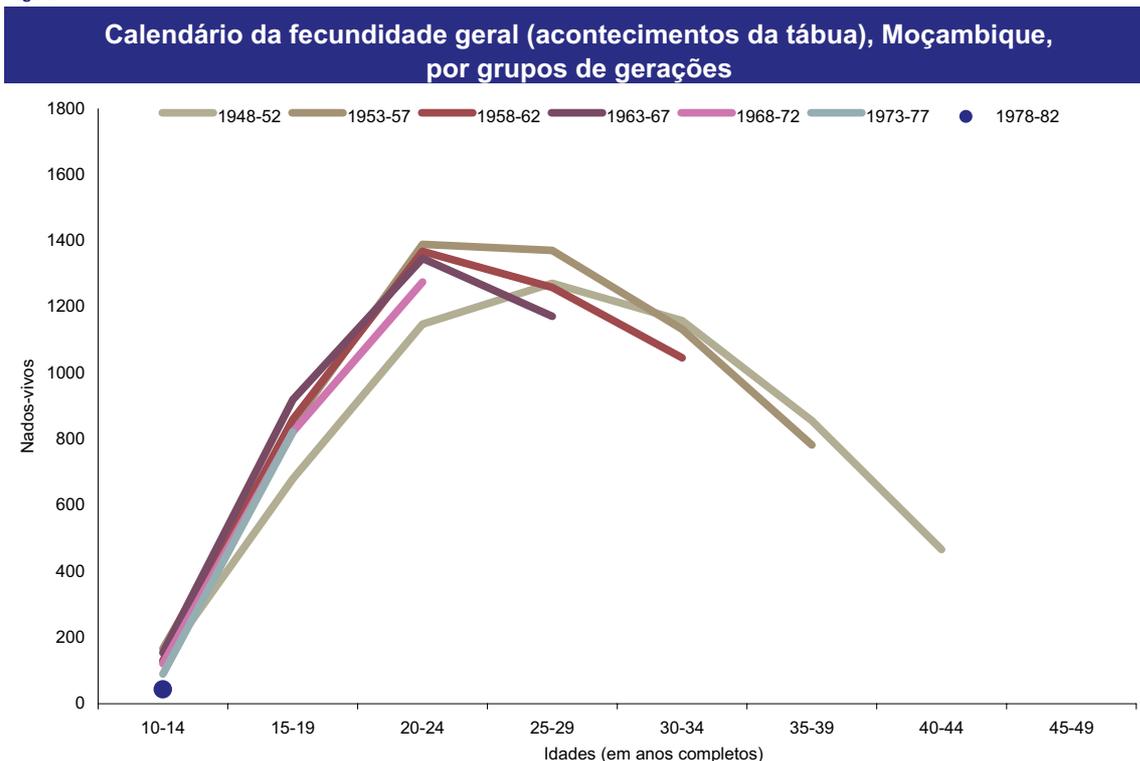
Calendário da fecundidade geral (acontecimentos da tábua), Moçambique, por grupos de gerações							
Idades	Grupos de gerações						
	1948-52	1953-57	1958-62	1963-67	1968-72	1973-77	1978-82
10-14	128	166	131	154	121	90	43
15-19	680	844	860	920	822	823	
20-24	1 148	1 390	1 369	1 347	1 276		
25-29	1 272	1 372	1 259	1 172			
30-34	1 159	1 133	1 047				
35-39	856	783					
40-44	466						
45-49							

Com efeito, olhando para o conjunto do país, encontramos a excepção no grupo de gerações mais velho (1948-52). Na verdade, enquanto em todos os restantes grupos de gerações, o maior número de acontecimentos se dá entre os 20 e os 24 anos completos, o grupo de mulheres mais velhas protagonizou um comportamento como que simétrico ao longo das idades, situando-se o ponto de inversão nos 25-29 anos completos. Isto é, aquele grupo etário é o que concentra mais nascimentos sendo que nos anteriores e posteriores, os acontecimentos aumentam e diminuem, respectivamente, de forma linear, encontrando-se, assim, algum equilíbrio entre o número de acontecimentos e a sua distribuição ao longo das idades que antecedem e sucedem os 25-29 anos. Este grupo de gerações concentra, face às restantes gerações consideradas, em dois grupos etários, dos mais velhos (30-34 e 35-39), o maior número de acontecimentos.

¹⁴ O calendário demográfico reporta-se à distribuição dos acontecimentos de uma tábua, ao longo das idades dos indivíduos, em que vão ocorrendo. Uma tábua descreve a forma como os riscos e os acontecimentos se sucedem ao longo das idades.

¹⁵ Entende-se por geração o conjunto de indivíduos nascidos no mesmo ano civil (Bandeira, 2004, p.125). No caso do presente estudo, agrupámos a população inquirida em grupos quinquenais, contemplando, cada um, um conjunto de cinco gerações diferentes.

Figura 1

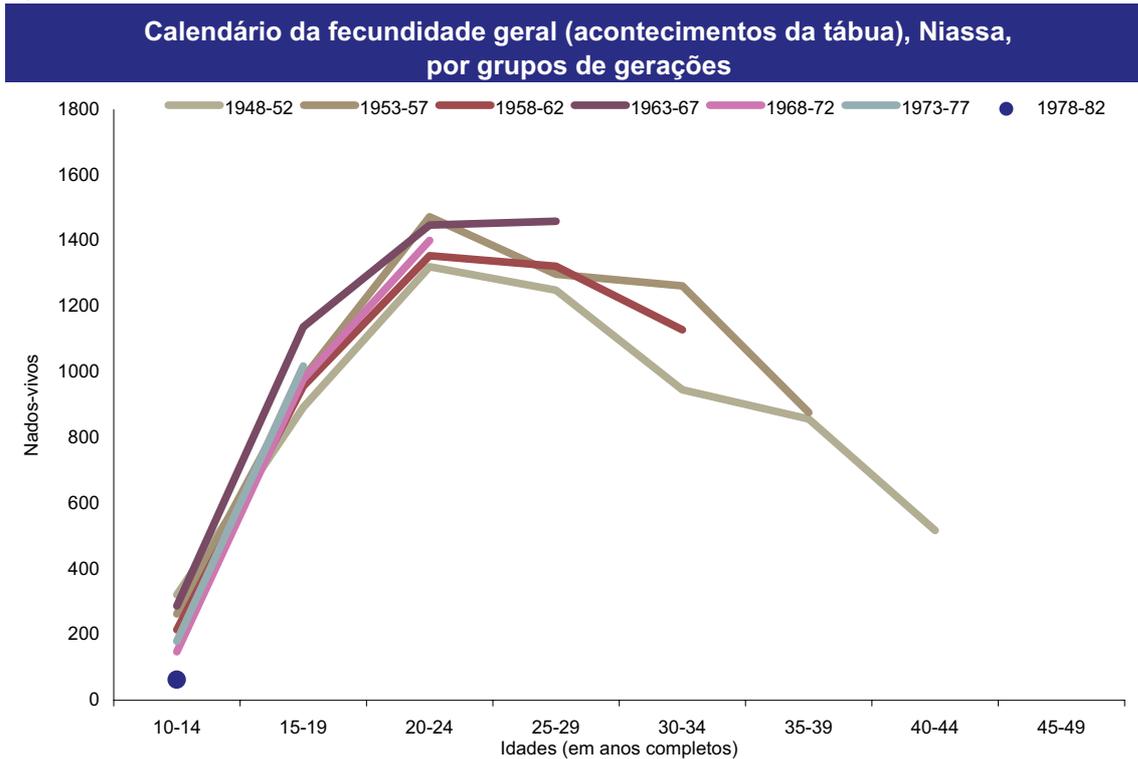


O que, de resto, reforça a constatação seguinte que vai no sentido de que os restantes grupos de gerações parecerem concentrar um maior número de acontecimentos nos grupos de idades mais jovens face aos mais velhos, perdendo-se, assim, o equilíbrio constatado no primeiro grupo. Inclusivamente, todos os restantes grupos para os quais existe informação, concentram mais nascimentos no grupo etário anterior ao do primeiro conjunto de gerações, isto é, entre os 20 e os 24 anos completos. Simultaneamente, parece poder dizer-se que quanto mais se recua nos grupos etários (dos mais velhos para os mais jovens) mais se concentram os acontecimentos nos grupos etários mais jovens também (à excepção do grupo etário 10-14 anos completos).

Quando nos concentramos nas diferentes províncias, a análise complexifica-se pelos maiores desequilíbrios encontrados.

Na verdade, e começando por Niassa, será possível, desde logo, ensaiar uma divisão entre grupos de gerações em função de algumas características das suas fecundidades. E, apesar da pouca informação que temos para as gerações mais jovens, que poderão assumir comportamentos diferentes dos previstos, agruparíamos, de um lado, os três conjuntos de gerações mais velhos e, de outro, os 4 mais jovens. As diferenças estarão, essencialmente, na concentração de mais nascimentos nas idades mais jovens dos grupos mais jovens, sendo que os grupos mais velhos, apesar de terem, como grupo etário com maior frequência de acontecimentos, o dos 20 aos 24 anos completos (um dos grupos etários iniciais), concentram, depois, a maior fatia de acontecimentos mais nas classes seguintes do que nas anteriores. O que parece articulado, de alguma forma, com uma entrada mais tardia na fecundidade, mas com recuperação da intensidade nas idades mais avançadas (os segundos grupos etários com mais acontecimentos são os de 25-29 e 30-34 anos completos) ditando um calendário "pesado" até ao fim da carreira procriativa.

Figura 2



As inquiridas das gerações mais jovens (definimo-las a partir do grupo de 1963-67, que parece ser o que marca a transição), então, procriam mais do que as suas antecessoras nas idades mais jovens, nomeadamente entre os 15 e os 19 anos, e essa maior concentração de nascimentos arrasta-se até ao grupo etário dos 25 aos 29 anos completos (para as gerações 1963-67, para as restantes mais jovens não há informação a partir de idades anteriores). Ora, esta antecipação da procriação poderá, de alguma, forma, estar associada à antecipação da idade no casamento verificada para Moçambique, o que, mais uma vez, reforçará os laços estreitos entre fecundidade e nupcialidade e a importância da nupcialidade para legitimar a entrada numa carreira reprodutiva. Sendo que a intenção de antecipar a procriação (favorecida, eventualmente, por melhores condições económicas, sociais ou sanitárias para o efeito) poderá ditar a, já constatada, entrada mais precoce no casamento.

Os três grupos de gerações que considerámos mais velhos (1948-52, 1953-57 e 1958-62) atestam ainda outra particularidade que os distingue dos restantes. A curva dos seus calendários sofre um decréscimo, ou uma estagnação, em idades em que nos outros grupos se registam acréscimos de nascimentos face a idades anteriores. Esse retrocesso ou impasse reprodutivo manifestado, se feita a correspondência entre idades das gerações e os anos de observação (o que se operacionaliza no que se designa de diferença de milésimos), terá ocorrido, fundamentalmente, no período de 1978 a 1986. Ora, para essa “infecundidade” verificada nessas gerações poderá ter concorrido uma grave crise diagnosticada a vários níveis, nomeadamente ao nível económico.

Com efeito, à altura da independência política de Moçambique, em 1975, o país “herdava um desenvolvimento dos recursos naturais fraco e uma grande pobreza de capital humano qualificado, mesmo quando comparado com outros países da África Austral”. A economia da altura era largamente dependente de “receitas provenientes dos serviços de ferro-portuários e dos contratos de fornecimento de mão-de-obra barata para os países vizinhos” (in Gaspar *et al.*, 1998, p.3). O período pós-independência foi, também, marcado por uma recessão económica profunda, apesar da introdução de novas políticas com medidas como a nacionalização dos principais meios de produção e infra-estruturas económicas e sociais e a concepção da agricultura (que absorvia e absorve a maior parte dos recursos humanos do país) como a base do desenvolvimento e a indústria como factor dinamizador do país.

À recuperação da recessão instalada, não ajudaram, na década de 1980, por um lado, um conjunto de factores climáticos desfavoráveis (como a seca) e, por outro, a instabilidade política e militar. “A produção agro-pecuária decresceu para níveis alarmantes e a sobrevivência duma parte significativa da população passou a depender da ajuda alimentar externa. O conflito armado que assolou o país, durante cerca de uma década e meia, não só destruiu infra-estruturas económicas e sociais, como também não permitiu uma consolidação dos programas de saúde e de educação iniciados nos primeiros anos de independência. No início da década de 90, o Banco Mundial classificou Moçambique como o país mais pobre do mundo, pois o seu rendimento *per capita* tinha

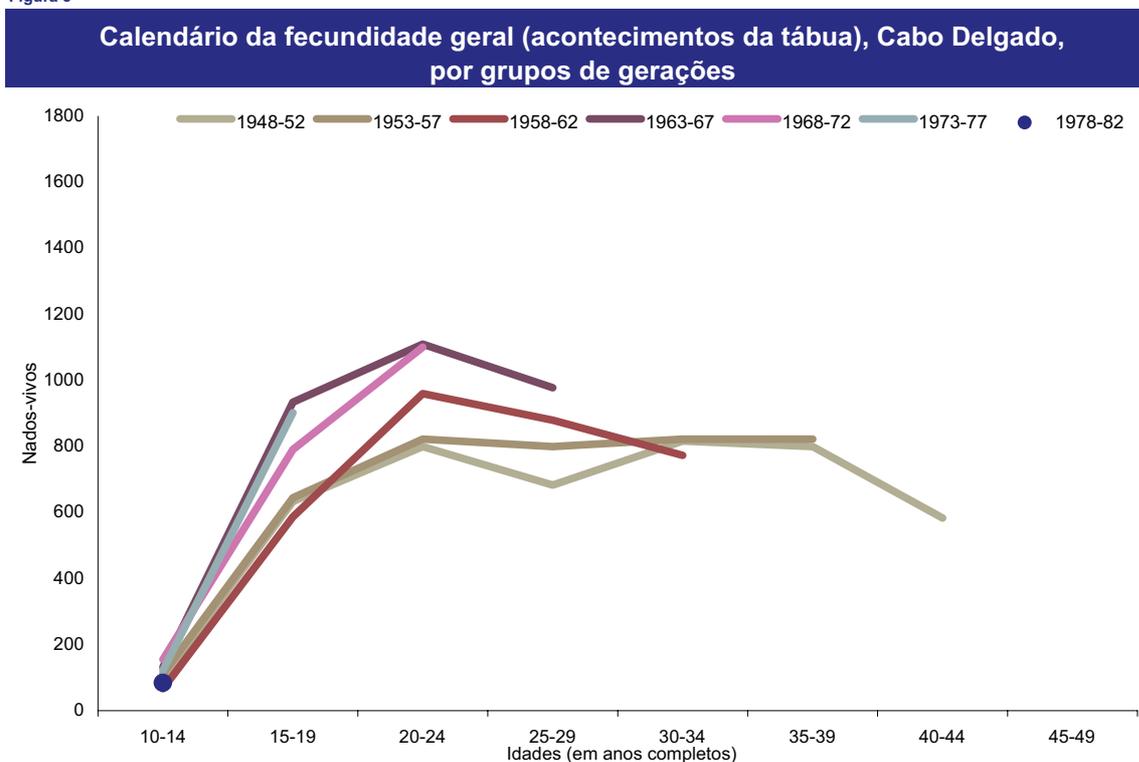
decrecido para cerca de 80 US dólares”, contra os 129 US dólares que caracterizavam o país em 1960 (in Gaspar *et al.*, 1998, pp.3-5).

Poderão, certamente, estes factores ter comprometido as reais intenções de fecundidade de populações que, numa lógica de racionalidade procriativa, não terão encontrado viabilidade para, em determinadas idades, se reproduzirem, tendo, mais tarde, em idades posteriores, recuperado, de algum modo, a descendência, numa lógica de fecundidade tardia que, embora distorcesse o modelo de calendário, tentaria minimizar os riscos associados à intensidade.

De referir que, sendo Niassa uma região do Norte do país, com uma muito forte proporção de população rural, e tendo sido as actividades agrícolas largamente penalizadas pelos factores referidos, é compreensível a maior incidência desses factores na fecundidade das mulheres em idade de procriar nesse período nas gerações referidas. O grupo de gerações mais velhas terá sido o mais penalizado, na medida em que é aquele, nos três considerados, que, à excepção do grupo etário 10-14 anos completos, regista menos nascimentos em todas as classes etárias, o que terá repercussões ao nível da descendência final das gerações, face às dos restantes dois grupos.

Avançando para a província de Cabo Delgado, a província situada mais a Norte do país, fazendo fronteira com o Oceano Índico, bastante ruralizada – como Niassa e, sobretudo, todas as províncias a Norte do rio Zambeze – constatamos que esta é, sem sombra de dúvida, a região de Moçambique onde se registam menos nascimentos, em todos os grupos de gerações e em todos os grupos etários.

Figura 3



O que, conseqüentemente, terá fortes implicações nas descendências das gerações, ao nível da intensidade da fecundidade. Essa menor fecundidade em todas as idades é, sobretudo, perceptível nos três grupos que considerámos mais velhos sendo que, nas gerações mais jovens e, essencialmente, nas de transição (1963-67) temos uma frequência de acontecimentos, em todas as idades para as quais dispomos de informação, superior às de todos os grupos geracionais. O que parece querer indiciar o início da superação da crise a partir desses grupos de inquiridas, com a recuperação de nascimentos do que resulta um calendário de nascimentos reforçado e apresentando uma curva mais consentânea com a do conjunto do país, assim como uma tentativa de aproximação dos valores de fecundidade. Os grupos mais velhos, sobretudo os primeiros dois (1948-52 e 1953-57) apresentam, a partir dos 20 anos (o grupo 20-24 anos é o que regista mais acontecimentos em todos os grupos geracionais) uma verdadeira estagnação, se não recuo, na distribuição dos acontecimentos pelas idades, o que não tem recuperação até ao fim da carreira reprodutiva. A recuperação das gerações mais jovens não é ainda suficiente

para acompanhar as fecundidades das restantes regiões, tal era o desfasamento existente entre os grupos mais velhos desta e das restantes regiões.

Figura 4

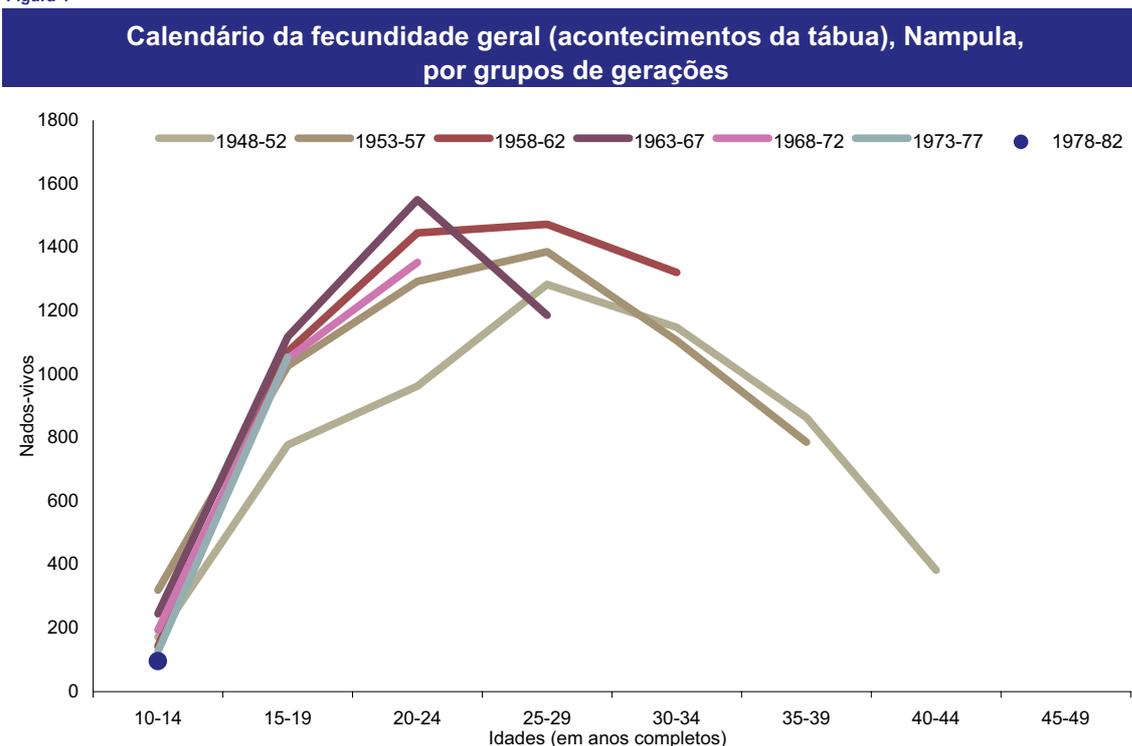
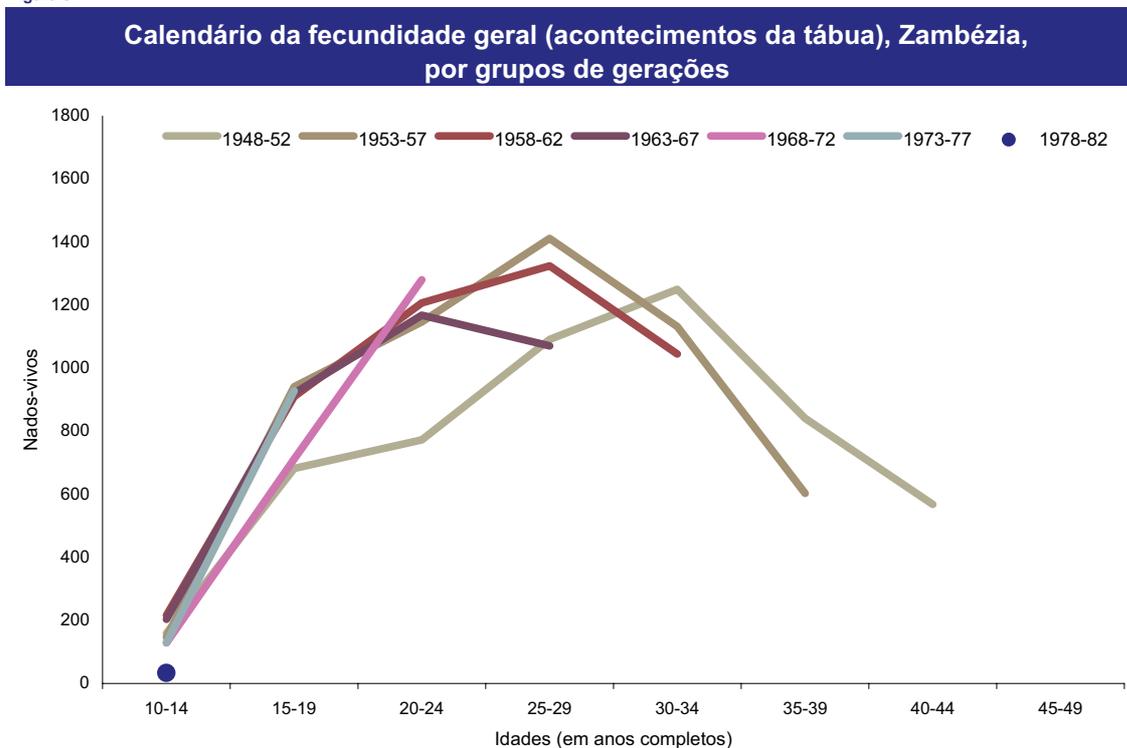


Figura 5



Nampula (Norte) e Zambézia (Centro), ambas regiões situadas ainda a Norte do rio Zambeze e ambas, como Cabo Delgado, províncias costeiras, apresentam algumas tendências comuns. Em primeiro lugar, apresentam níveis de fecundidade superiores aos de Cabo Delgado e mais próximos dos de Niassa, ao longo das idades das mulheres. Por outro lado, parecem destacar-se da descrição feita para Niassa na medida em que também apresentam sinais de crise (isto é, de quebras aparentemente “atípicas” na curva da fecundidade ao longo das

idades) nas mesmas gerações (os três grupos mais velhos) mas mais cedo (sobretudo entre os 20 e os 24, mas também entre os 25 e os 29 anos completos das gerações de 1948-52, o que corresponderá ao período que vai desde o final da década de 1960 – altura em que vigorava ainda o regime colonial – até ao início dos anos oitenta) e sendo aqui o grupo mais afectado o das gerações mais velhas, evidenciando os dois seguintes, já, sinais de recuperação, com aumento substancial dos valores nas diferentes idades.

As gerações mais jovens revelam-se mais fecundas, sobretudo nas idades também mais jovens, o que evidencia uma progressiva recuperação de nascimentos desde a altura de maior quebra – o caso da Zambézia é, contudo, significativamente menos expressivo face ao de Nampula.

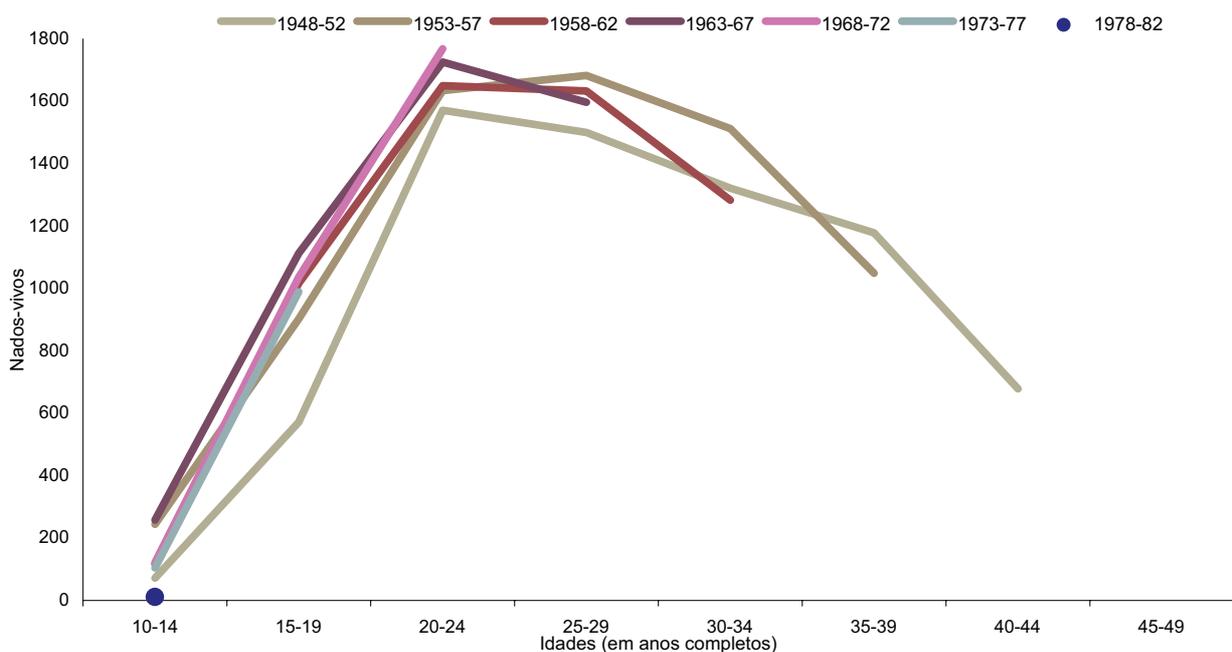
Assim, encontramos uma maior concentração de acontecimentos nas gerações mais jovens (e, apesar da informação não existir aqui para todas as idades, parece registar-se também um maior equilíbrio na distribuição dos acontecimentos ao longo dos grupos etários) nas idades mais jovens e nas gerações mais velhas nas idades mais velhas, sendo que a classe etária em que se regista o maior número de acontecimentos em cada grupo de gerações diminui com o rejuvenescer das gerações.

Tete será a província que, contrariamente ao caso de Cabo Delgado, apresenta um maior número de nascimentos, na generalidade das classes etárias das diferentes gerações, o que tem fortes repercussões ao nível da descendência final nas gerações das mulheres aqui em causa, como veremos mais à frente.

Tete é uma província do centro interior do país, fronteiriça com países vizinhos mais do que com outras províncias do seu próprio país, o que dita algum isolamento, pelo menos geográfico, no seio do mesmo. Talvez por isso, esta província parece não ter sido afectada, na fecundidade das suas gerações, por factores de crise, evidenciando calendários relativamente semelhantes nos diferentes grupos de gerações aqui considerados, que, sinteticamente, configuram uma curva crescente até aos 20-24 anos (25-29 no caso das gerações 1953-57), altura do pico dos nascimentos (o número de nascimentos aqui alcançado – chegando aos 1768 filhos por mil mulheres, valor da série dos nascimentos da tábua – é o mais elevado se comparado com os das restantes idades das gerações desta região mas, também, com os de todas as regiões), começando a fase descendente daí em diante, mas com quebras menos abruptas do que a subida, pelo que os nascimentos nas idades mais avançadas se mantiveram significativos nas diferentes gerações. O grupo de gerações que parece ter acusado o efeito de fenómenos perturbadores que terão ditado uma menor fecundidade, sobretudo entre os 15 e os 19 anos, terá sido o mais velho (1948-52) que manifesta, contudo, mais tarde, vontade de recuperação de nascimentos, assumindo valores superiores aos das restantes gerações mais velhas, em classes etárias seguintes.

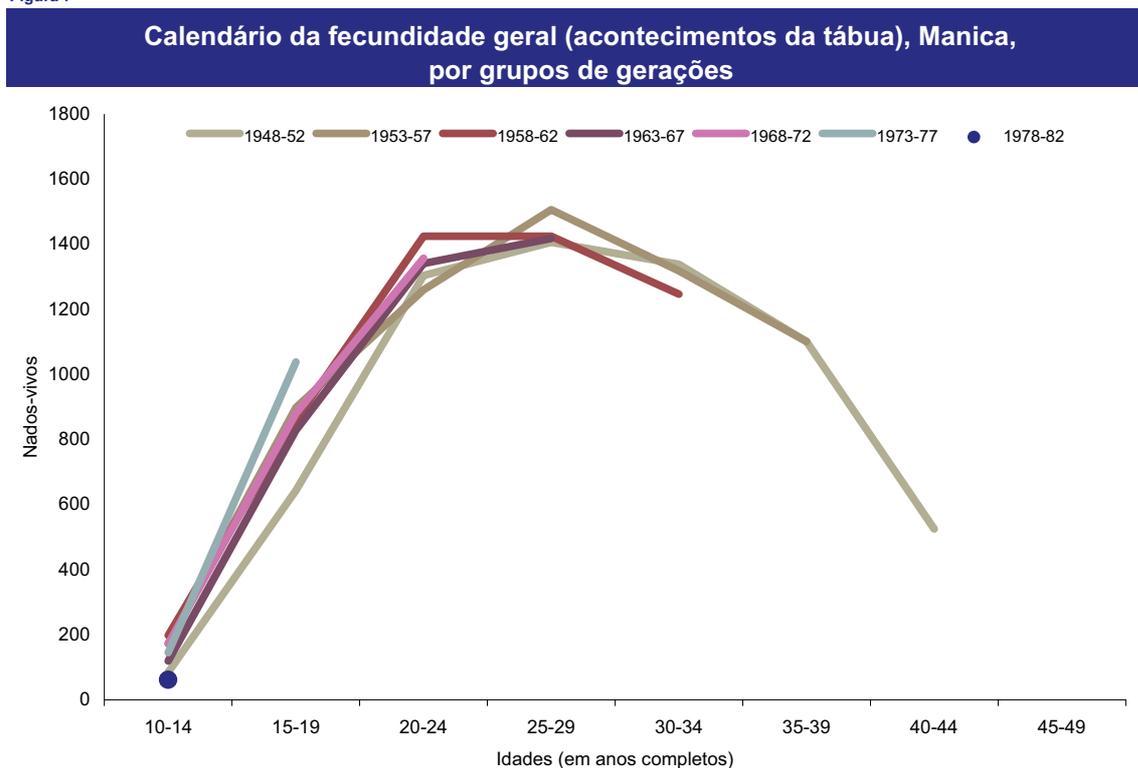
Figura 6

Calendário da fecundidade geral (acontecimentos da tábua), Tete, por grupos de gerações



Manica, província do interior e Centro do país, como Tete, é a que apresenta, no conjunto de todas as regiões consideradas, uma maior consonância nos calendários de todos os grupos de gerações, com valores de nascimentos muito próximos nas mesmas classes etárias dos diferentes grupos.

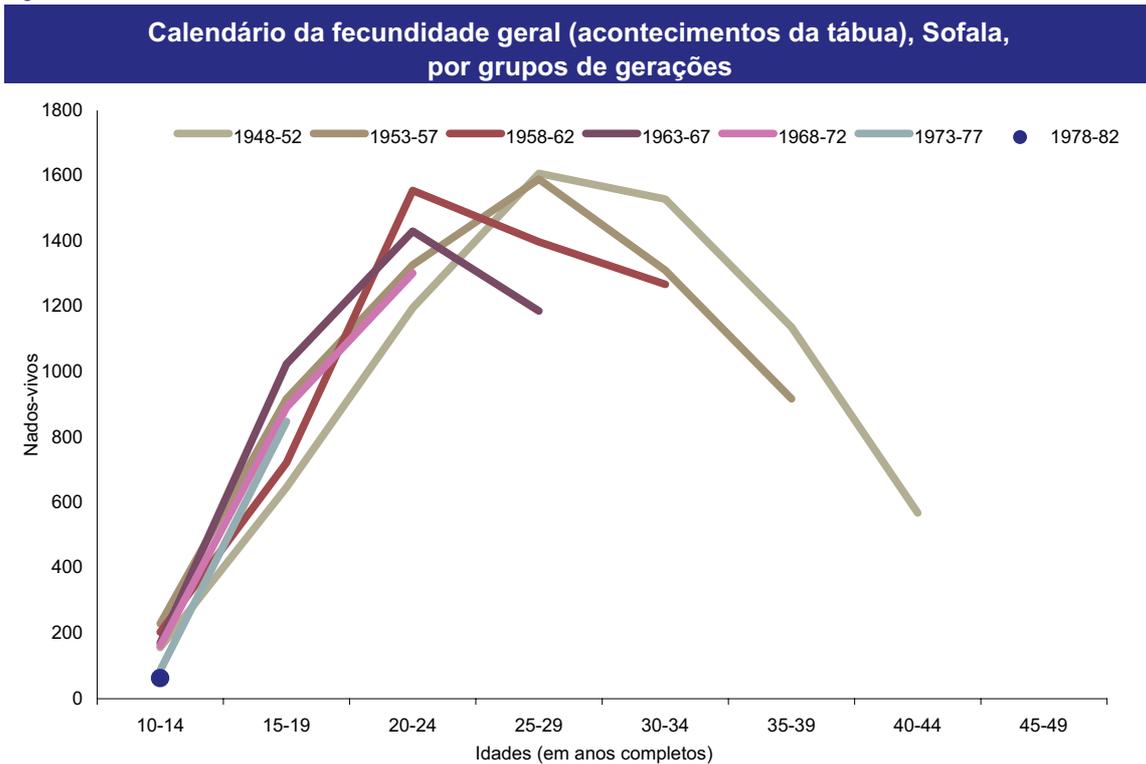
Figura 7



Ao mesmo tempo, as curvas do calendário assemelham-se às do conjunto do país, com comportamentos lineares na subida e na descida, todos os grupos geracionais atingindo o número máximo de nascimentos no grupo etário dos 25 aos 29 anos completos. De realçar, mais uma vez, uma maior concentração (embora pequena a diferença) de mais nascimentos nas idades mais jovens dos grupos mais jovens relativamente às dos mais antigos e, simultaneamente, uma menor e uma maior fecundidade num desses grupos etários – 15-19 anos – no grupo de gerações mais velho e no mais novo (para o qual já existe informação), respectivamente, face a todos os restantes grupos que aí apresentam valores muito próximos.

Em Sofala, província do centro do país, paralela a Manica mas junto ao litoral, regista-se uma precocização dos nascimentos, não acompanhada de forma expressiva pelos grupos mais jovens.

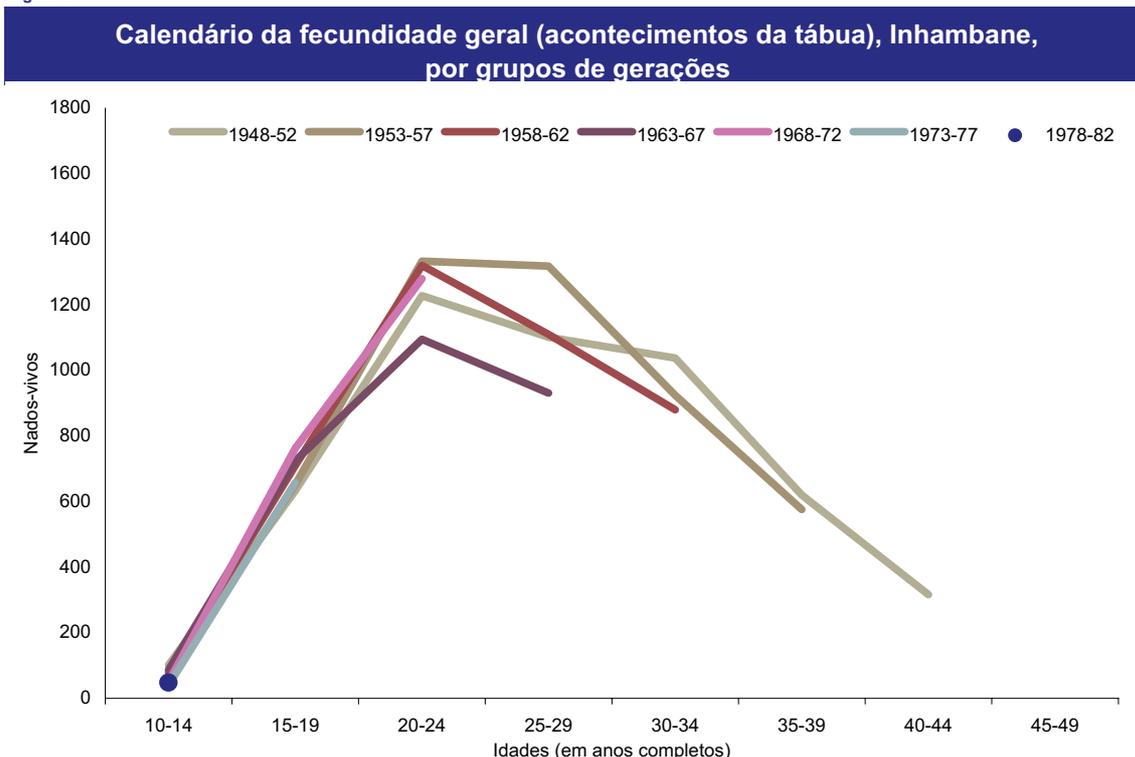
Figura 8



Os dois conjuntos de gerações mais velhas mostram pouca variação face aos restantes, com pouco menos nascimentos nas idades mais jovens, com um pico de nascimentos num grupo etário posterior face às restantes gerações, e com uma recuperação dos nascimentos nas idades mais avançadas, o que era já notório nas províncias anteriores. A característica que parece destacar Sofala das restantes regiões ou províncias, e que começava a destacar-se já em Manica, tem, sobretudo, que ver com uma homogeneização de comportamentos nas primeiras classes etárias dos diferentes grupos de gerações, não havendo forte antecipação dos mais jovens face aos mais velhos, na medida em que parece que os mais velhos não tiveram que atrasar o seu calendário, como nas províncias mais a Norte, de forma a concentrar muitos nascimentos em idade mais avançadas, face às gerações mais jovens.

Esta uniformização de comportamentos nas idades mais jovens reforça-se quando avançamos para a província de Inhambane (província costeira a sul de Sofala), com valores muito próximos nos nascimentos dos diferentes grupos de gerações, sobretudo quando falamos nas idades entre 15 e 19 anos completos e com todos os grupos de gerações a concentrarem mais nascimentos entre os 20 e os 24 anos completos.

Figura 9

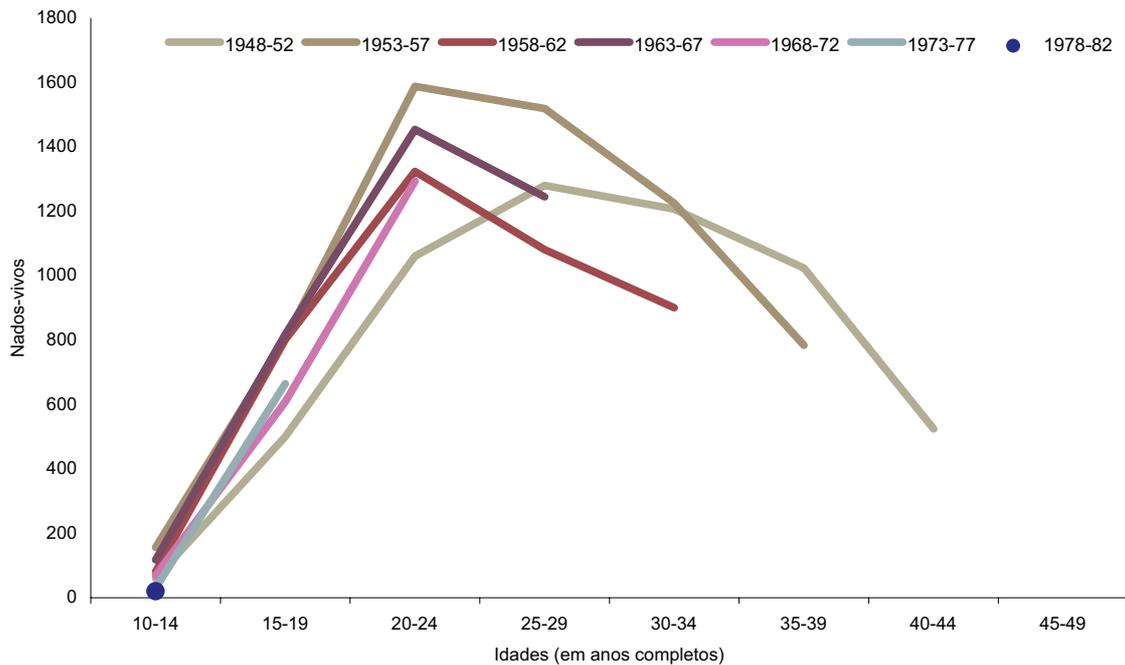


Esta sintonia desfaz-se nas idades seguintes sendo que a fecundidade do grupo de gerações mais velho parece ser afectada dos 25 aos 34 anos completos. As gerações que definimos como o grupo de transição parecem aqui dar uma nova indicação, no sentido de uma quebra de nascimentos nas diferentes classes etárias que coloca quase sempre este grupo a um nível inferior (em termos de nascimentos) do grupo de gerações mais velhas, sendo que parece acompanhado pelas restantes gerações mais jovens, apesar de a falta de informação não deixar comprovar totalmente a tendência. Simultaneamente, todos os grupos de gerações, em todas as idades, registam um menor número de acontecimentos face às três províncias descritas anteriormente.

Em Gaza, que fica junto a Inhambane para o lado interior, que faz já fronteira, a Sul, com Maputo e que ocupa, também, uma parte litoral importante, intensificam-se já os acontecimentos, face a Inhambane, o que, de acordo com a análise feita até aqui, parece indicar que as províncias a Oeste/Interior escapam com maior facilidade a uma infecundidade eventualmente forçada ou motivada por razões que se prendam com os motivos em cima apontados.

Figura 10

Calendário da fecundidade geral (acontecimentos da tábua), Gaza, por grupos de gerações



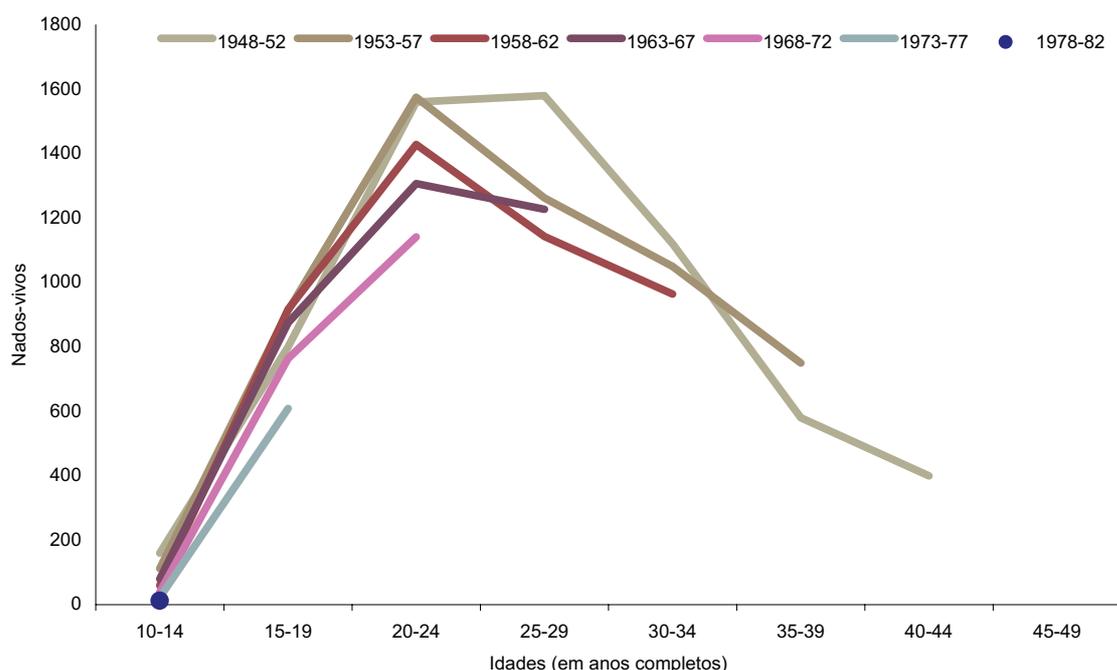
Contudo, neste caso, as gerações mais velhas, parecem ter sido afectadas na sua fecundidade inicial (mas ainda no decorrer da década de 60 e até inícios de 71, altura da guerra colonial, mais cedo face a Inhambane) tendo, depois, mantido uma carreira reprodutiva compensadora dessa falta, intensa até às idades mais avançadas e sendo o único grupo de gerações a atingir o pico de nascimentos entre 25 e 29 anos (todos os outros registaram essa máxima no grupo etário anterior).

Este facto, juntamente com outro – o que revela que o grupo de gerações seguintes (1953-57) regista uma franca recuperação de nascimentos face ao mais velho, sendo, na maioria dos grupos etários, o grupo de gerações com mais nascimentos – mostram uma talvez mais rápida superação das consequências de crise motivadora de alguma quebra de nascimentos. Mas parece existir aqui um ciclo que se renova, pois o terceiro grupo de gerações mais velho – 1958-62 – revela novamente quebras nos nascimentos, como aconteceu no grupo de gerações mais velhas mas, agora, com características diferentes. Com efeito, essa quebra acontece em idades mais tardias relativamente à do grupo mais velho, coincidindo com um período bastante mais recente que abrange toda a década de 1980. Este novo ciclo, aí iniciado, parece ter alguma continuidade nos grupos geracionais seguintes que, apesar de recuperarem alguma intensidade nos nascimentos ao longo das diferentes idades, mantêm uma tendência de quebra face ao grupo de gerações de 1953-57, o segundo mais velho.

Em Maputo, a província mais a Sul do país, junto à orla costeira e onde se situa a capital, este cenário revela-se ainda mais nítido.

Figura 11

Calendário da fecundidade geral (acontecimentos da tábua), Maputo, por grupos de gerações



O grupo de gerações mais velhas, nas outras regiões bastante afectado na sua descendência face às restantes, aqui revela-se como o mais fecundo em várias classes etárias, só sendo ultrapassado pelos dois grupos geracionais seguintes (gerações nascidas entre 1953-57 e 1958-62), estes sim, parecendo acusar algum constrangimento que os terá impedido de procriar, sobretudo entre os 25 e os 34 anos completos (idades correspondentes a um longo período que começa no fim da década de 70 e alcança já afirmadamente a década de 90), de forma a acompanhar as suas antecessoras.

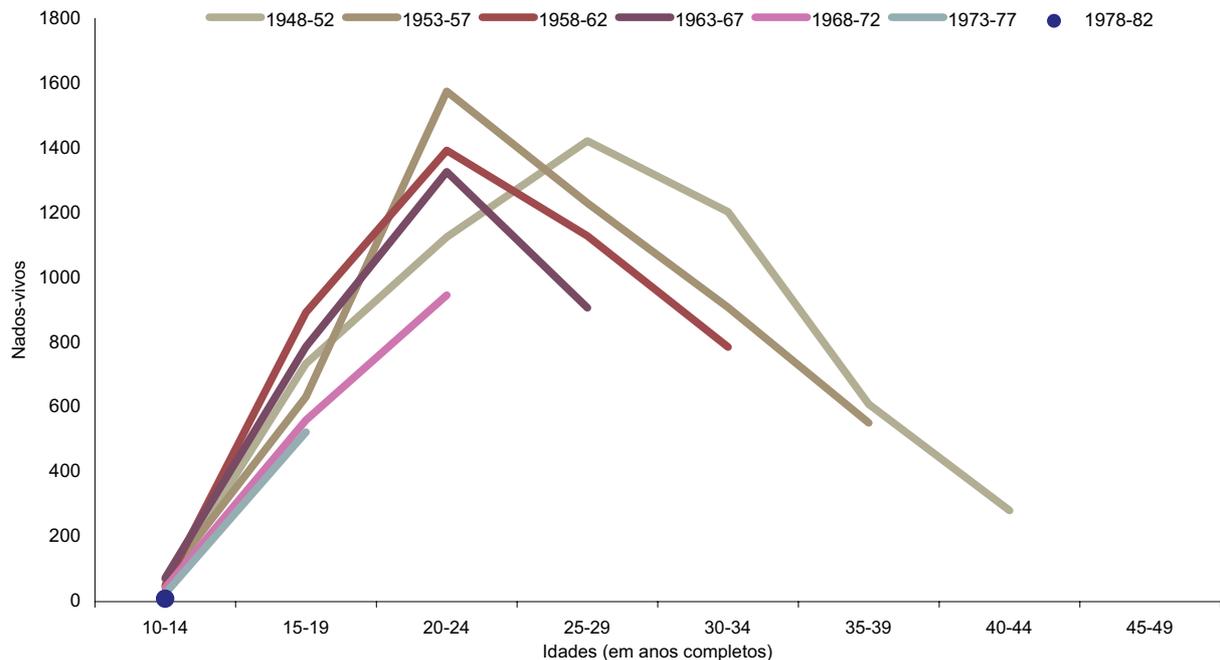
Ora, esta mudança, acompanhada claramente e de forma progressiva (isto é, cada vez mais acentuada), pelas gerações mais jovens, parece revelar mudanças mais estruturais do que conjunturais, nos comportamentos fecundos das mulheres, na medida em que é cada vez mais precoce a redução da fecundidade nas gerações mais jovens e, nas gerações para as quais há informação para as idades mais avançadas, não se regista uma nítida tentativa de recuperação dos níveis de fecundidade do grupo de gerações mais velhas, por exemplo. A transição parece até começar mais cedo – logo no grupo de gerações que considerámos mais velho – face ao que fomos constatando nas restantes províncias, sendo que, em Gaza, parecia haver já alguns indícios de mudanças protagonizados pelas gerações mais velhas.

Contudo, será de realçar que a mudança que tentamos evidenciar não é, pelo menos para já, muito expressiva em termos de uma forte redução no número de nascimentos ao longo das idades, o que significa que os efeitos na descendência final não serão indicadores de uma forte transição. Pena é que não tenhamos ainda indicação da fecundidade das gerações mais jovens nas idades mais avançadas para se apurar, definitivamente, o teor da mudança.

Mudança que se mantém com os mesmo traços na Cidade de Maputo, capital do país, e cujos dados são tratados em separado e de forma exclusiva (pelo que a informação analisada de seguida não consta da análise da província anterior).

Figura 12

Calendário da fecundidade geral (acontecimentos da tábua), Cidade de Maputo, por grupos de gerações



Importa, desde já, realçar que a Cidade de Maputo regista menos acontecimentos em todos os grupos de gerações e em todas as classes etárias face a Maputo província. Mas os quatro grupos de gerações mais jovens (desde as gerações 1963-67 até 1978-82) parecem acusar uma diminuição maior nos acontecimentos em quase todas as idades face à diminuição dos nascimentos dos grupos mais velhos. Parecendo indicar um não desejo de total recuperação dos níveis de fecundidade que não puderam ser alcançados pelo grupo mais velho que aqui pareceu fortemente penalizado na sua fecundidade face aos dois seguintes, estes registando uma franca recuperação e face ao mesmo grupo mas na província de Maputo.

Com efeito, e, como já se referiu, de forma mais expressiva do que no caso apresentado atrás, as mulheres mais velhas da Cidade de Maputo, adiaram o máximo dos nascimentos para o grupo etário dos 25-29 anos (todos os outros se quedaram pelo grupo dos 20 aos 24 anos), e protagonizaram um arrastamento da carreira reprodutiva que ditou mais nascimentos destas mulheres entre os 30-34 do que entre 20 e 24 anos completos. Mas, será, talvez, importante realçar que este grupo de gerações mais velhas parece isolado, em termos de comportamento fecundo, ao nível do calendário, na medida em que os outros grupos geracionais parecem seguir uma tendência semelhante e progressiva que vai no sentido da limitação e precocização dos acontecimentos, em termos etários.

Em resumo, talvez possamos afirmar que, consoante percorremos o país de Norte para Sul, encontramos uma maior uniformização dos acontecimentos entre grupos de gerações, parecendo serem Manica e Sofala as províncias que marcam a transição no sentido dessa maior homogeneização. Simultaneamente, as regiões do Sul apontam outras tendências, como sejam, por um lado, uma maior precocização dos acontecimentos nas gerações mais jovens e um destacamento do grupo de gerações mais velho face aos restantes outros, na medida em que retarda a intensificação dos acontecimentos para idades posteriores e mantém, até mais tarde, padrões de uma mais intensa carreira reprodutiva.

Contudo, este desequilíbrio na fecundidade das gerações mais velhas não é aqui tão notório como nas províncias a Norte do país onde se verificam, nitidamente, em certas idades (nem sempre nas mesmas classes, variando de província para província) falhas pouco "naturais", atendendo à idade em que ocorrem, na fecundidade das mulheres. Essas falhas acontecem tão mais tarde, em termos etários, quanto mais nos aproximamos do Norte do país.

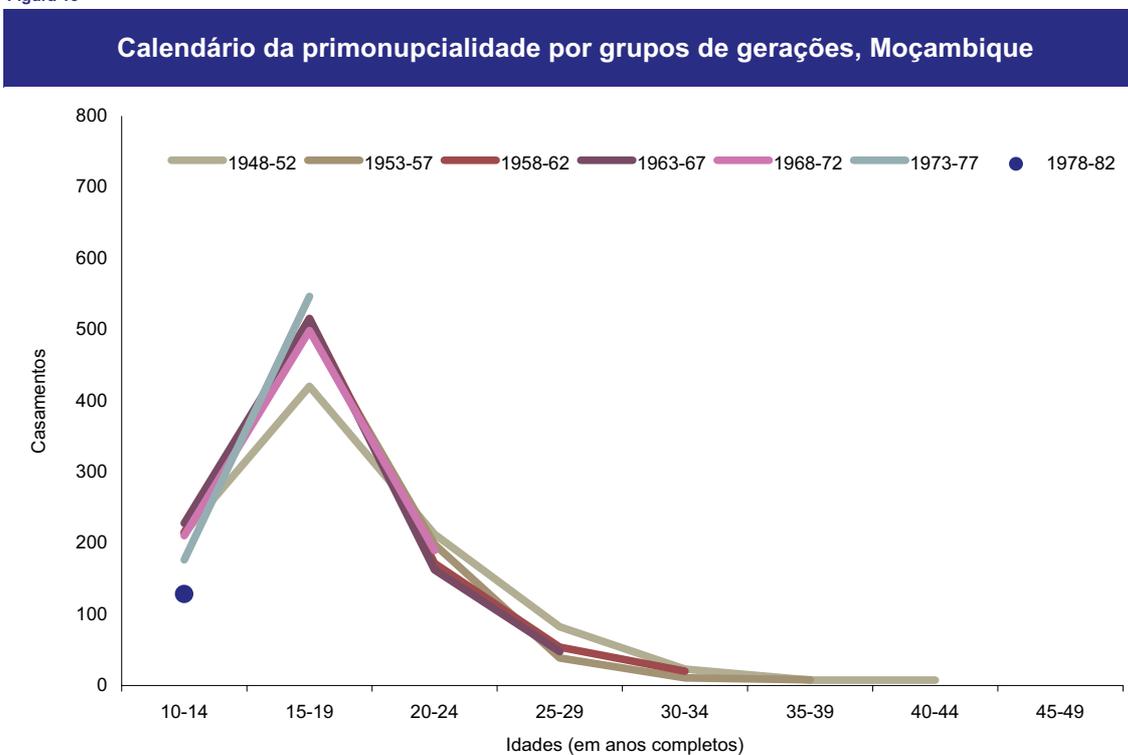
As regiões mais afectadas na sua fecundidade, quando comparadas todas as regiões entre si, parecem ser, sobretudo, províncias ou regiões situadas na costa litoral do país, a oriente.

5. Primonupcialidade e fecundidade: encontros e desencontros nos calendários

A análise da primonupcialidade¹⁶ das inquiridas, em confrontação com a leitura já feita para a fecundidade, deixa perceber algumas tendências de articulação entre os dois fenómenos que, de resto, já se havia revelado perceptível numa análise, aqui não apresentada¹⁷, que considerou o indicador sintético dos calendários (idade média) de iniciação sexual, nupcial e fecunda que permitiam dar conta da forte ligação entre primonupcialidade e primofecundidade, a esse nível.

A articulação entre calendários primonupciais e fecundos (não se trata de analisar a fecundidade de ordem um, isto é, a fecundidade como fenómeno não renovável em que se consideram os primeiros nascimentos, mas a fecundidade, sem distinção de ordem de nascimento, logo, fenómeno renovável) também mostra existir. Nomeadamente, no sentido de o calendário primonupcial se distribuir de forma a concentrar, quase sempre, mais casamentos no grupo etário imediatamente anterior ao grupo etário em que se registam mais nascimentos. Inclusivamente, a intensidade da primonupcialidade parece ter uma menor articulação com o calendário da fecundidade do que o próprio calendário primonupcial. Na verdade, a quase universalidade do casamento, bem patente na realidade africana, não permite que o critério da intensidade seja aqui um dos critérios moderadores do calendário e da intensidade fecunda ou, pelo menos, não como é o calendário e os seus indicadores sintéticos.

Figura 13



Em Moçambique, essa relação aparece como muito linear. É, com efeito, muito perceptível, ao acompanhar as curvas dos calendários primonupcial e fecundo, que um maior número de primeiros casamentos num determinado grupo etário, num dado grupo de gerações, implica o aumento do número de nascimentos nesse mesmo grupo de gerações no grupo etário seguinte. Essa linearidade é também visível nas quebras. Exemplifiquemos. O grupo de gerações mais velho (mulheres nascidas entre 1948 e 1952) apresenta, nos dois primeiros mas, sobretudo, no segundo grupo etário considerado (15-19 anos completos), um número de casamentos claramente inferior ao protagonizado por todos os grupos de gerações seguintes e mais novos, sendo que só a partir dos 25 anos se coloca na dianteira em termos de número de acontecimentos face aos outros grupo de gerações.

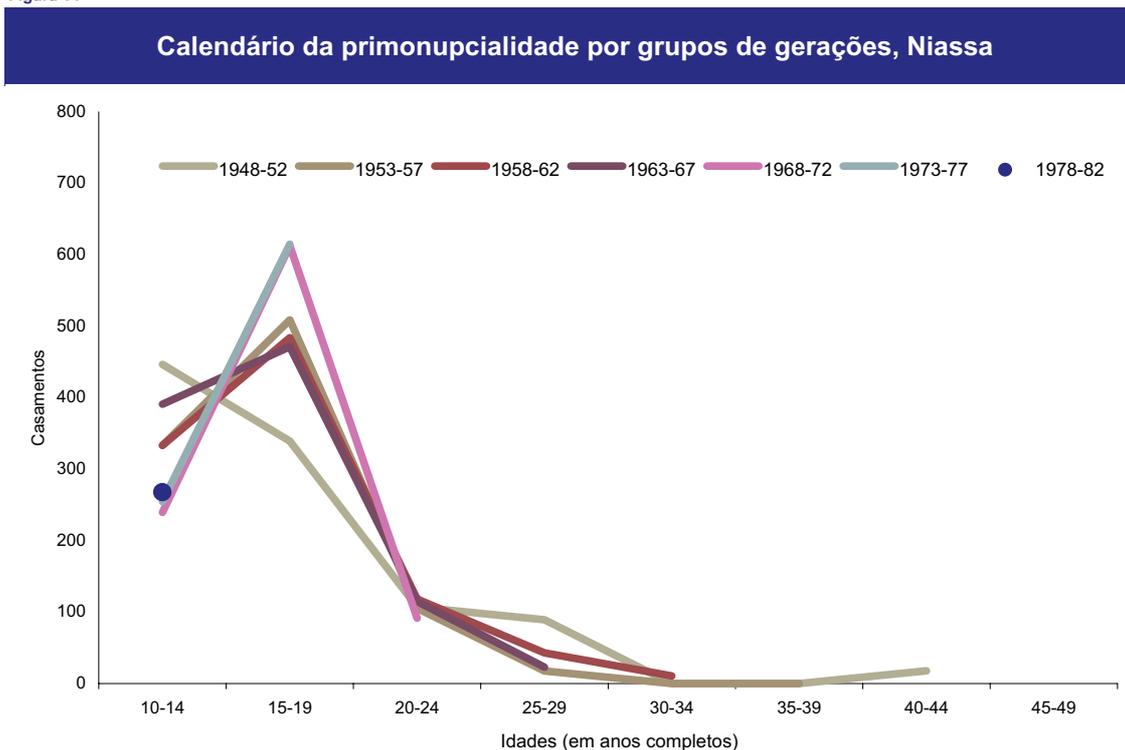
¹⁶ A falta de informação, ao nível do inquérito realizado, acerca da forma de celebração do casamento, não permite caracterizar nem distinguir, a esse nível, a forma de entrada em união das mulheres (celebração religiosa, tradicional, com registo,...). Assim, consideram-se casadas e tendo entrado em união, todas as que responderam à questão relativa à idade no momento do primeiro casamento, sendo essa a informação que viabiliza o cálculo das medidas específicas relativas à primonupcialidade (neste caso, taxas específicas de segunda categoria, na medida em que, no denominador, considerámos toda a população feminina da amostra, por idades, independentemente do estado civil declarado). A falta de informação relativa a questões nupciais é frequentemente referido nas análises de inquéritos IDS.

¹⁷ Cf. Cardoso (2004, 125-150)

Ora, essa diferença nos grupos etários mais jovens (10-14 e 15-19) ao nível da primonupcialidade reflecte-se, na fecundidade das mulheres das gerações de 1948-52, entre os 15-19 e 20-24 anos completos, em que apresentam níveis fecundos consideravelmente mais baixos face às restantes gerações, mas sobretudo entre as idades 20 e 24 anos, que decorrem também do grupo mais penalizado na primonupcialidade. A recuperação de casamentos das mulheres destas gerações, a partir dos 25 anos, permite que se coloquem na dianteira da fecundidade face às outras gerações, para as quais temos informação, até ao fim do calendário fecundo. Uma análise semelhante podia ser feita para as restantes gerações que se assemelham muito mais no comportamento quer nupcial como fecundo. Na verdade, todas elas vivem mais acontecimentos referentes à primonupcialidade no grupo etário dos 15-19 anos completos e todas são mais fecundas entre os 20 e os 24 anos.

Em Niassa, a diferença entre o calendário nupcial das gerações mais velhas (1948-52) face ao das restantes é ainda mais acentuada, sendo a irregularidade do calendário referido tão acentuada que não encontra muita consonância com o calendário fecundo.

Figura 14



Curiosamente, este último mostra alguma resistência no sentido de não permitir que a conturbação que limitou o calendário nupcial, interferisse totalmente na fecundidade, ao nível do calendário. Como se a fecundidade fosse um bem maior a preservar mesmo se os meios que permitem alcançar esse fim não sejam devidamente accionados. Com efeito, o calendário fecundo não segue, neste caso, o nupcial que se revela irregular face aos seguintes e ao que havíamos encontrado em Moçambique. Vejamos: As idades em que a nupcialidade é mais intensa, nessas gerações, são as situadas entre os 10 e os 14 anos completos – o que revela alguma precocidade no casamento, nesta província que, na verdade, será confirmada pelo indicador sintético do calendário, que ditará o Norte do país como aquele em que as idades médias no primeiro casamento são mais precoces.

Daí em diante, o número de casamentos tende sempre a decrescer, sendo que a quebra mais brusca se situa dos 15-19 para os 20-24 anos completos, havendo uma ligeira recuperação, depois, para os 25-29 anos. Ora, na fecundidade, estas gerações (1948-52) registam níveis sempre inferiores aos das restantes gerações, à excepção do primeiro grupo etário, revelando essa maior concentração de nascimentos entre os 10 e 14 anos talvez influência do maior número de casamentos também aí verificados, com efeitos temporais imediatos na descendência – podemos mesmo estar a falar de situações de correcção de gravidez pré-nupcial que se converte, depois, em nascimento conjugal, isto é, legitimado pelo casamento ocorrido entre a notícia de gravidez e o nascimento do filho.

O que não será de negligenciar se considerarmos que Niassa tem uma das iniciações sexuais mais precoces do país (esta província e Nampula são as únicas em que as mulheres inquiridas se iniciam sexualmente antes dos 15 anos, em média) e que 85,8% das mulheres inquiridas desta província, no conjunto das gerações, nunca

usou qualquer método contraceptivo, aumentando essa percentagem para 94,6% quando nos concentramos apenas no grupo de gerações mais velhas (que se revela, de todos, o menos adepto de práticas contraceptivas). É ainda a província em que mais de $\frac{3}{4}$ das mulheres não têm escolaridade (76,8%) e em que a utilização de métodos contraceptivos só começou (e de forma muito escassa, como se comprova pela percentagem apresentada) a partir do terceiro filho e não antes.

Ainda em Niassa, se olharmos para as curvas nupciais e fecundas das restantes gerações, verificamos que todas concentram mais casamentos entre os 15 e os 19 anos completos, sendo que, nesse grupo etário, evidenciam-se, com mais acontecimentos, as gerações mais jovens. A quebra nos acontecimentos para o grupo etário seguinte é ainda mais abrupta do que a verificada no grupo mais velho, na medida em que os grupos de gerações agora analisados vêm de situações de maior número de acontecimentos para valores muito próximos aos das gerações 1948-52. Daí em diante, a diminuição é gradual.

No que toca à fecundidade, ela atinge sempre o ponto máximo nos 20-24 anos, ou seja, no grupo etário seguinte àquele em que se protagonizaram mais primeiros casamentos, sendo que a quebra abrupta de casamentos dos 20-24 para os 25-29 anos faz-se aqui sentir dos 25-29 anos para os 30-34, sobretudo nas gerações mais velhas. Sendo difícil apurar a tendência de algumas das mais jovens, pela falta de informação, podemos, no entanto, dizer que se revelam bastante adeptas do casamento – os grupos de gerações 1968-72 e 1973-77 registaram os níveis mais elevados de nupcialidade no grupo etário 15-19 anos, não havendo ainda informação suficiente para o grupo mais jovem – com níveis fecundos também perto ou acima da média verificada.

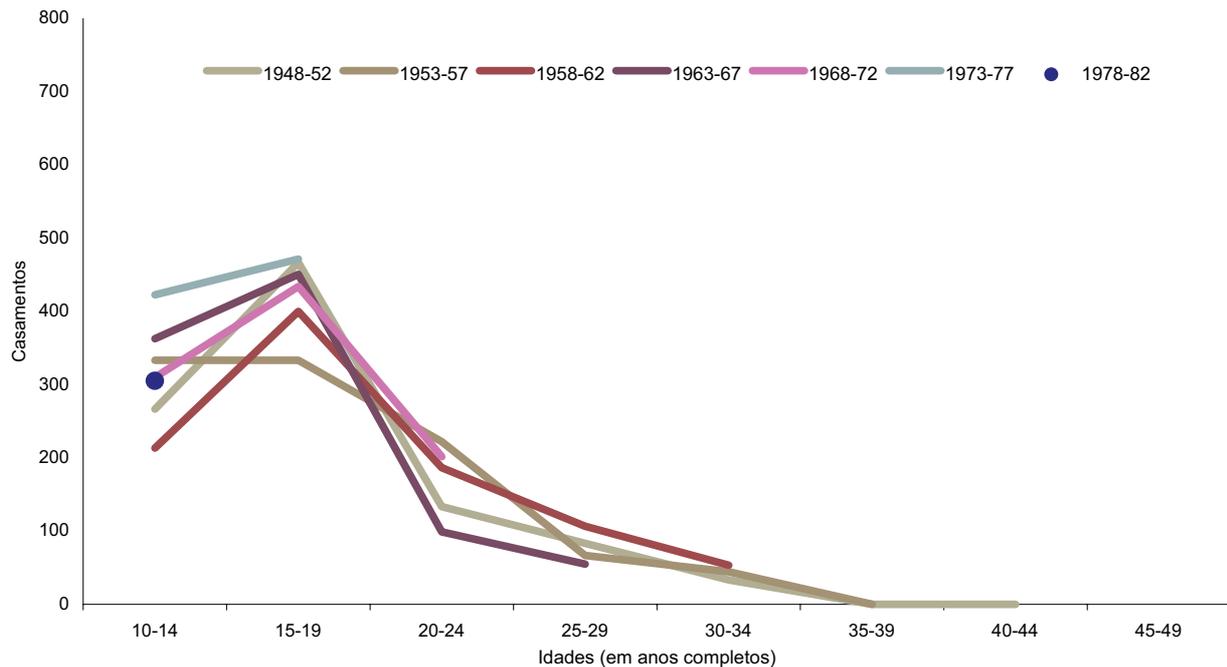
Aquele que temos vindo a definir como o grupo de transição (gerações 1963-67) revela, aqui, alguma semelhança com o mais velho, com uma nupcialidade acima da média, entre os 10 e 14 anos, reflectida no maior valor do calendário da fecundidade entre os 15 e 19 anos. Contudo, acompanha as restantes gerações, com mais casamentos no grupo etário 15-19 anos e mantém níveis fortes de fecundidade ao longo das idades. Inclusivamente, é quando os grupos mais velhos começam a decair que este grupo regista mais nascimentos (grupo etário 25-29 anos).

De referir, ainda, que o grupo de gerações mais velhas, sendo aquele para o qual está reunida mais informação, não é o mais fecundo. As gerações seguintes (1953-57) atingem aos 40 anos uma descendência superior à das mais velhas aos 45 anos exactos, o que deixa antever alguma interferência do calendário da nupcialidade na intensidade da fecundidade para além da interferência no seu calendário (calendário primonupcial precoce P intensidade da fecundidade mais fraca).

Em Cabo Delgado, a relação entre calendários nupcial e fecundo revela, novamente, alguma linearidade, perceptível em quase todos os grupos de gerações que apresentam, em termos nupciais, tendências semelhantes. Com efeito, o grupo de gerações mais velho, o mais irregular em Niassa, apresenta, aqui, um calendário nupcial com uma curva cujos contornos são acompanhados pelos grupos de gerações seguintes.

Figura 15

Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Cabo Delgado



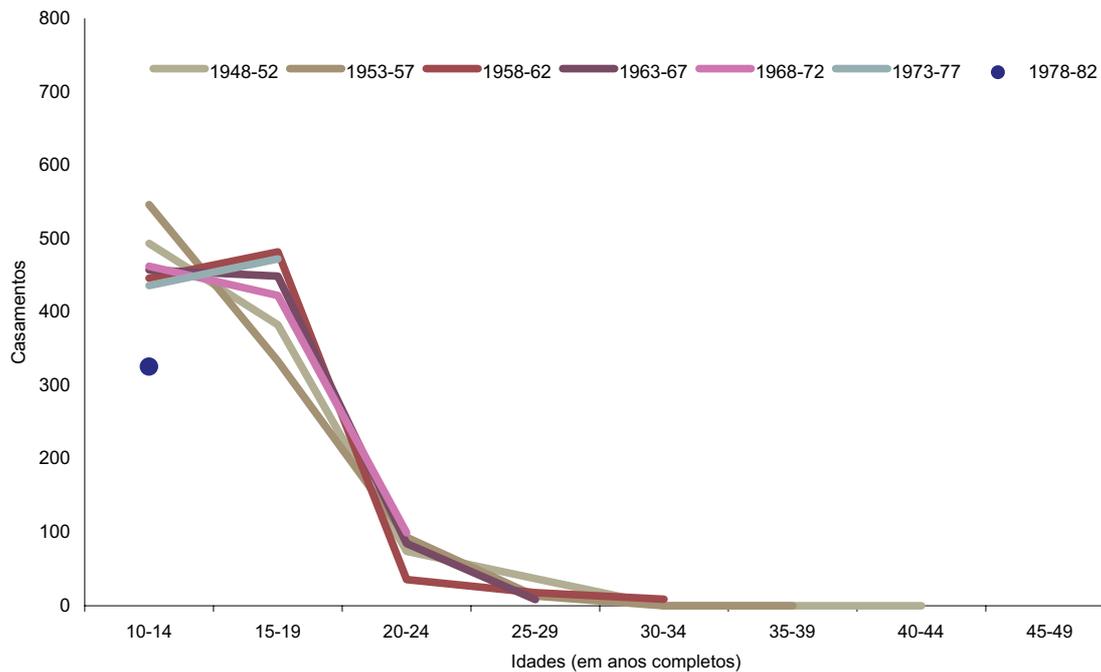
Todos os grupos geracionais se apresentam com mais acontecimentos entre os 15 e os 19 anos sendo que aqui, como em Niassa, se regista, uma precocidade nos acontecimentos, com todas as gerações a registarem mais casamentos no primeiro grupo etário (10-14 anos) (o grupo de inquiridas nascidas entre 1953-57 protagonizou, aliás, o mesmo número de casamentos nos dois primeiros grupos etários) do que no terceiro (20-24 anos), o que se articula com uma quebra abrupta de acontecimentos do segundo para o terceiro grupo etário.

Simultaneamente, as gerações mais novas são mais adeptas do casamento nas idades mais jovens, apresentando, aí, mais casamentos face às mais velhas. Esta descrição encontra algum eco no calendário fecundo que encontra sempre mais nascimentos entre os 20 e os 24 anos completos e na passagem para o grupo etário seguinte também regista uma quebra em todos os grupos geracionais, sendo que as quebras mais bruscas são as dos grupos que perdiam casamentos também mais repentinamente, de um grupo etário para o seguinte – 1948-52, 1958-62 e 1963-67. Os grupos mais jovens são aqueles que protagonizam mais acontecimentos (nascimentos) mais cedo, como acontece na nupcialidade, sendo que as inquiridas de 1953-57, também aqui revelam estagnação nos acontecimentos, agora de forma mais prolongada, por diferentes grupos etários.

Em Nampula, registamos novamente a precocidade da nupcialidade, com mais de metade dos grupos de gerações a concentrar a maior fatia de casamentos entre os 10 e os 14 anos.

Figura 16

Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Nampula



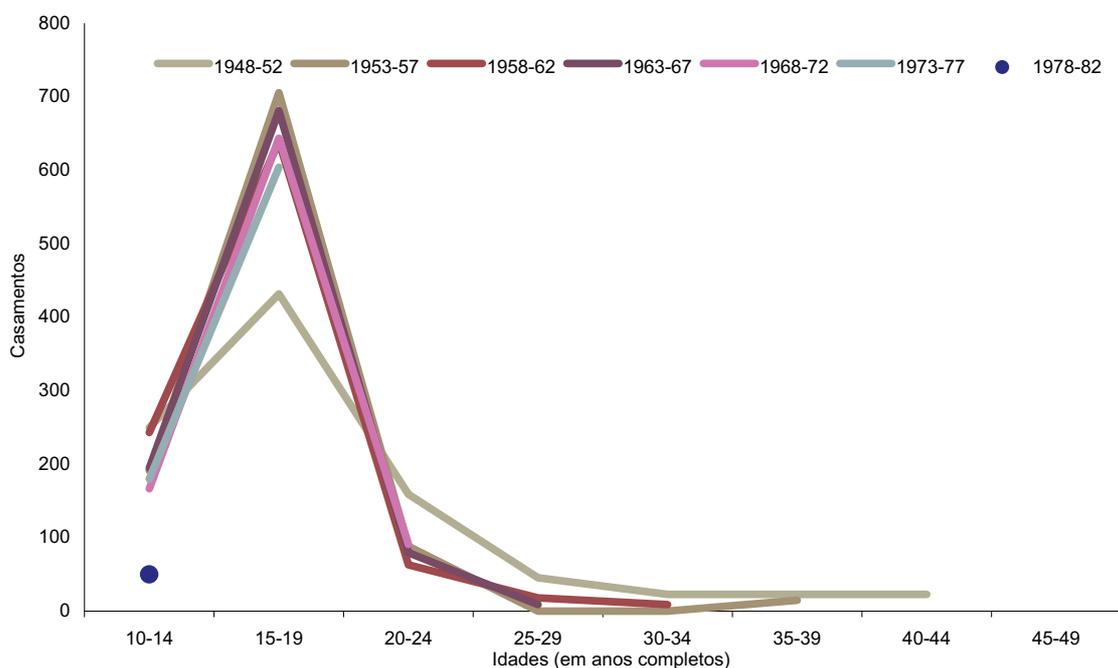
E com uma nupcialidade negligenciável a partir dos 20-24 anos, *inclusive*. Nos calendários de iniciação, já havíamos dado conta desta província como a mais precoce na entrada na sexualidade e no casamento, e a segunda mais precoce na primofecundidade. Contudo, a precocidade na fecundidade não se mostra tão evidente. Na verdade, a fecundidade abundante desta província e alguns condicionamentos que limitaram os acontecimentos nas idades mais jovens das gerações mais velhas, levam as inquiridas a prolongar a sua carreira fecunda até mais tarde, sendo que os dois grupos geracionais mais velhos concentram mais nascimentos, não um, como sugerimos atrás como padrão, mas três grupos etários depois da mais forte nupcialidade. Com efeito, o maior número de nascimentos nos três grupos de gerações mais velhos situa-se entre os 25 e 29 anos, sendo que as gerações mais jovens se revelam mais procriativas entre os 20 e os 24 anos, mais perto dos 10-14 ou 15-19 anos, altura em que casam mais. As gerações mais jovens revelam-se mais fecundas mais cedo, aproximando, assim, mais os calendários nupcial e fecundo, o que parece reforçar os laços entre os fenómenos. A ligeira menor expressão dos casamentos no grupo mais velho reflecte-se, fortemente, na fecundidade desse grupo que, só no fim da carreira reprodutiva, ultrapassa o grupo imediatamente mais jovem.

Na Zambézia, o calendário nupcial parece perder o carácter precoce face ao de províncias anteriores.

Ao mesmo tempo, a homogeneidade entre grupos geracionais é mais evidente, com todos eles a concentrarem mais casamentos nas idades 15-19 anos completos, ensaiando um salto considerável do grupo etário anterior e uma quebra abrupta para o seguinte. Apenas o grupo mais velho se destaca na diferença pela inferioridade de casamentos face aos restantes grupos, nessa classe etária, e pela superioridade em todas as outras.

Figura 17

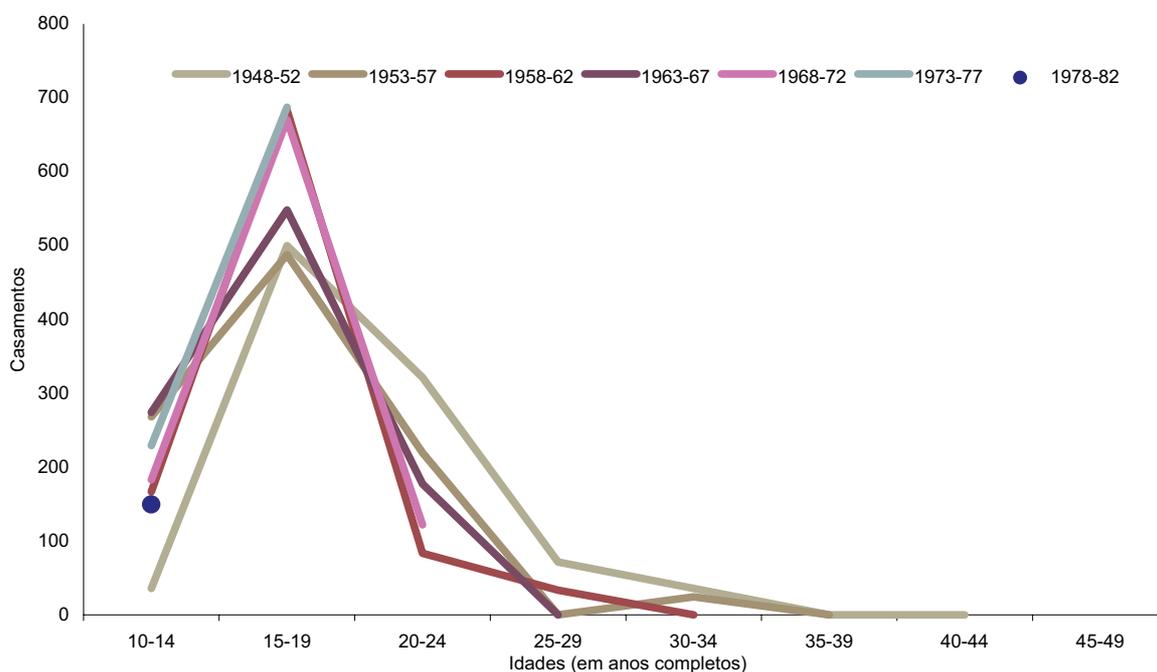
Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Zambézia



Na fecundidade, este grupo de gerações (1948-52) só assume o maior número de nascimentos no grupo etário 30-34 anos, mais tarde que os restantes, acompanhando diferenças anteriores. Os dois grupos de gerações seguintes concentram mais nascimentos entre os 25 e 29 anos, sendo que, de seguida, isto é, nas inquiridas mais jovens, verificamos uma maior fecundidade entre os 20 e os 24 anos, o que faz aproximar os dois calendários analisados, nas mulheres mais jovens, e afastá-los, nas mais velhas, em termos de concentração de acontecimentos. Sendo que, não se perdendo articulação entre fenómenos, verificam-se ajustamentos, com o rejuvenescer das gerações (gerações mais jovens \Rightarrow acontecimentos mais precoces \Rightarrow acontecimentos mais próximos entre si).

Figura 18

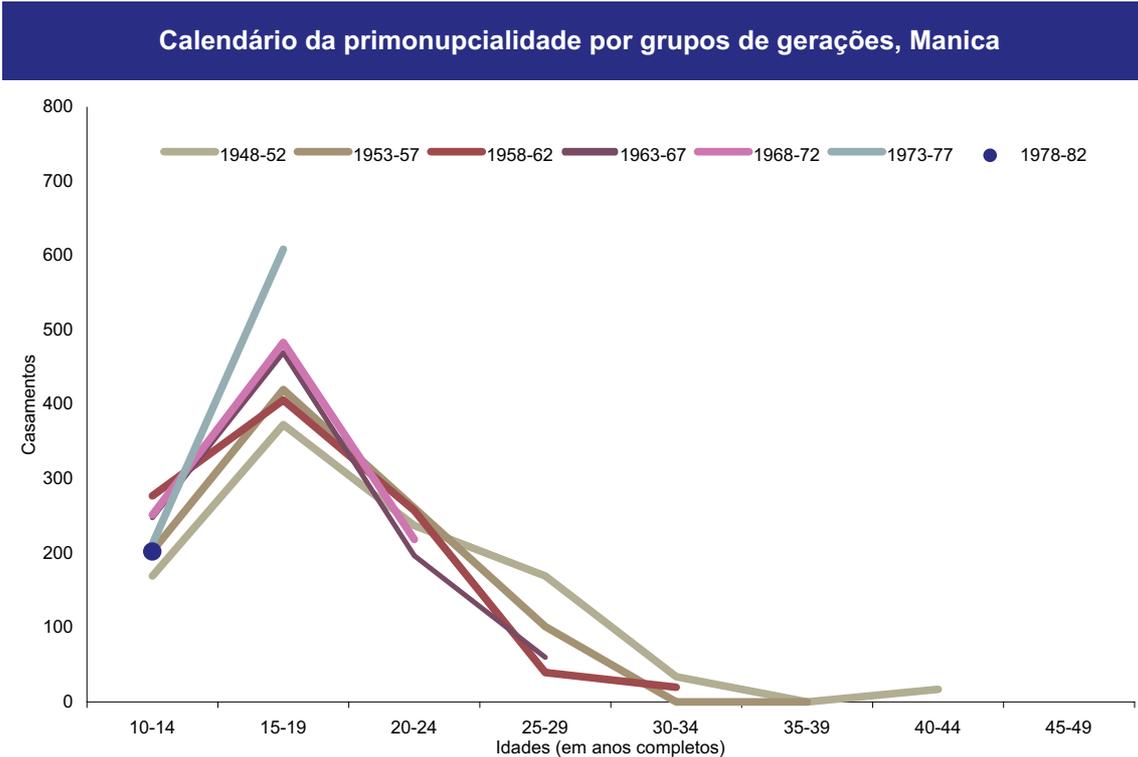
Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Tete



Na província de Tete, todos os grupos de gerações concentram mais casamentos entre os 15 e 19 anos e revelam-se mais fecundos entre os 20 e os 24 anos, voltando ao constatado para as províncias mais a Norte do país. O número mais reduzido de casamentos, nas gerações mais velhas, nas idades 10-14 anos, limita os nascimentos entre os 15 e os 19 anos dessas inquiridas, sendo que dos 15 em diante, nota-se a tentativa destas inquiridas de manter níveis mais elevados quer de casamentos quer de nascimentos o que se traduz no facto de, a partir dos 20 anos, estas serem as gerações que mais casam e, dos 35 aos 39 as mais fecundas. As gerações mais jovens são as que protagonizam mais acontecimentos nas idades mais jovens (até aos 19 anos na nupcialidade e até aos 24 na fecundidade).

A análise dos calendários de Manica, permite-nos perceber que a uma maior dispersão de acontecimentos relativos à nupcialidade, isto é, a uma distribuição mais repartida dos mesmos pelas diferentes classes etárias, corresponde também uma distribuição mais uniforme de nascimentos ao longo das idades.

Figura 19

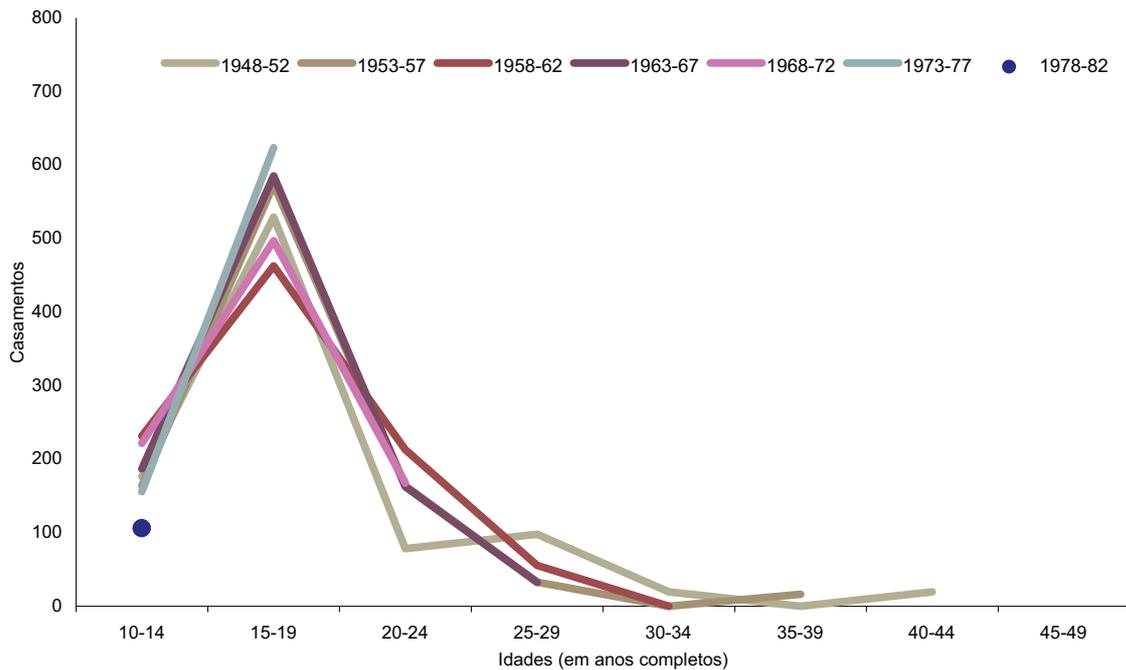


Isto apesar de, em Manica, se verificar, claramente, que existe um grupo etário que concentra mais casamentos, neste caso o dos 15 aos 19 anos. Na fecundidade, esta província concentra, essencialmente, mais nascimentos não no grupo etário seguinte mas no dos 25 aos 29 anos, sendo que entre os 20 e os 40 anos exactos os nascimentos têm uma repartição bastante equilibrada (com uma situação, inclusive, de um grupo de gerações que regista o mesmo número de nascimentos, em dois grupos etários – gerações de 1958-62, nas idades 20-24 e 25-29).

Em Sofala, verificamos já uma maior concentração de casamentos, também no grupo etário dos 15 aos 19 anos completos, com quebras de acontecimentos para o grupo etário seguinte, mais marcada para o grupo mais velho que depois volta a recuperar entre os 25 e 29 anos, com uma ligeira subida nos acontecimentos.

Figura 20

Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Sofala

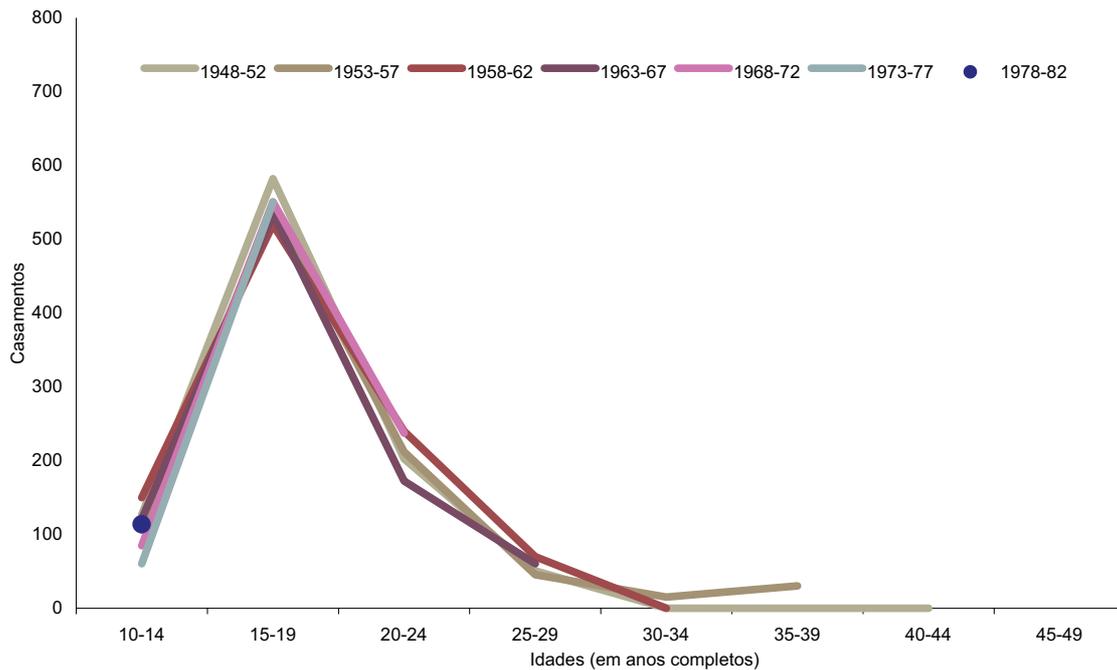


No que respeita ao calendário fecundo vamos ao encontro do que havíamos verificado para a província de Zambézia: as gerações mais velhas (grupo 1948-52 e 1953-57) fomentam um maior espaço de tempo entre o grosso dos casamentos e o dos nascimentos, sendo que as mais jovens têm calendários mais aproximados, situando, então os nascimentos, logo a seguir à maior fatia de casamentos, no grupo etário dos 20 aos 24 anos completos, começando os acontecimentos a decrescer daí em diante. O incremento de casamentos já constatado para o grupo de gerações mais velhos entre os 25 e os 29 anos, não verificado em mais nenhum grupo, reflecte-se, na fecundidade, num prolongamento de nascimentos, a partir dos trinta anos, não verificado pelas gerações imediatamente mais jovens, que registam valores consideravelmente inferiores desde essa idade.

Em Inhambane, encontramos calendários nupciais muito semelhantes, entre os diferentes grupos de gerações. Nem o grupo mais velho se destaca pela diferença. Todos registam mais acontecimentos entre os 15 e os 19 anos, sendo que o grupo seguinte com mais acontecimentos é o de 20-24 anos, e só de seguida aparecendo o de 10-14 anos. O que revela uma menor precocidade de acontecimentos face a províncias anteriores. Assim, também os nascimentos no primeiro grupo etário (10-14) são em número muito escasso, concentrando-se, essencialmente, entre os 20 e os 24 anos completos, sendo que, até aos 34 anos, se registam mais acontecimentos do que até aos 20, o que atesta, por um lado, o protelar do atraso nos acontecimentos, já herdado da primonupcialidade e, por outro, o arrastamento da carreira reprodutiva até idades mais tardias.

Figura 21

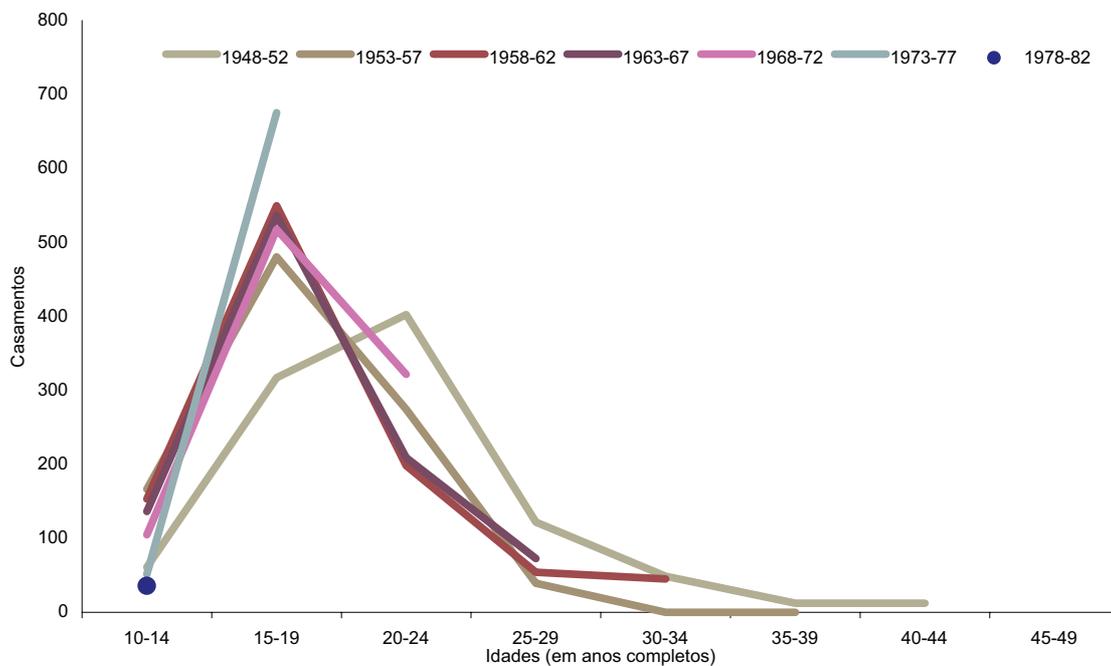
Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Inhambane



Em Gaza, verifica-se desde logo um desajustamento do comportamento do grupo de gerações mais velho (1948-52) face aos restantes.

Figura 22

Calendário da primonupcialidade por grupos de gerações, Gaza



As inquiridas destas gerações, registam muito poucos casamentos até aos 14 anos, verifica-se depois uma subida no número de acontecimentos até aos 19 mas é entre os 20 e os 24 anos que estas mulheres casam mais, regressando, de seguida, a valores inferiores aos registados entre os 15 e os 19 anos. A este calendário nupcial corresponde um calendário fecundo de progressão de acontecimentos até aos 25-29 anos, altura em

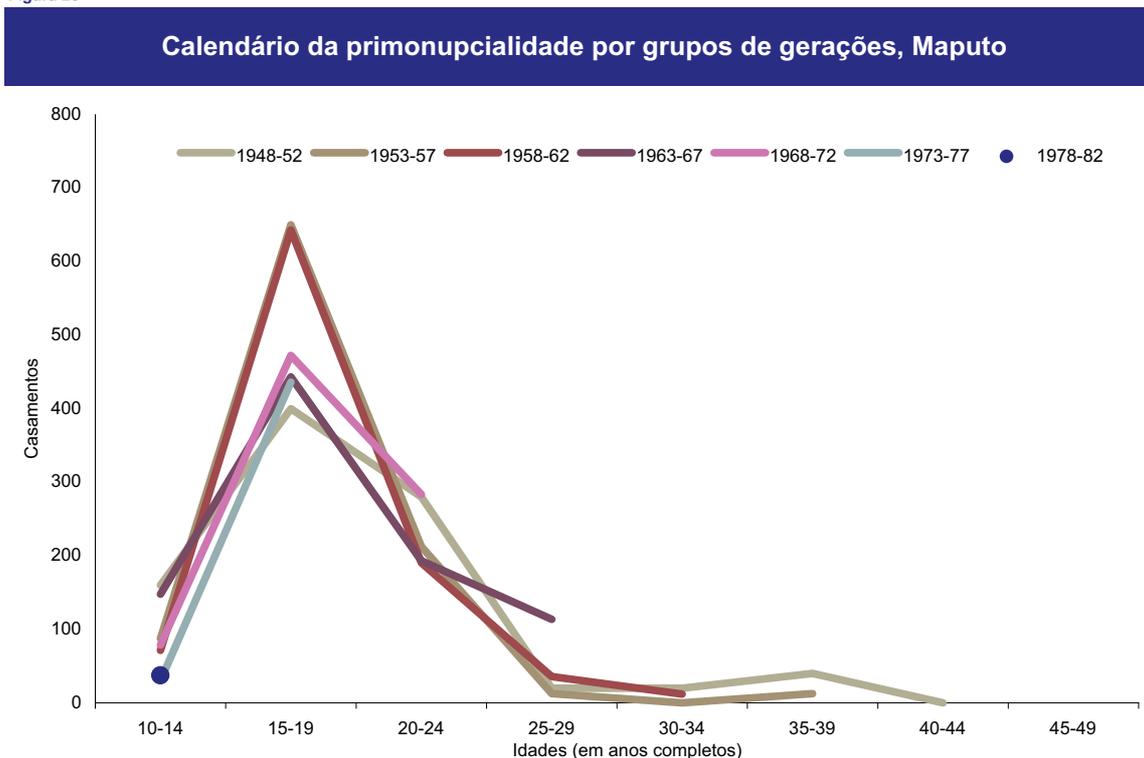
que ocorrem mais nascimentos, o que corresponde ao grupo etário imediatamente a seguir àquele que se revelou mais propício para os casamentos. Ora, nos restantes grupos de gerações, verifica-se uma antecipação, num grupo etário, para o maior número de acontecimentos quer nupciais, quer fecundos, sendo que, em todos, se verificam, assim, mais casamentos entre os 15 e os 19 anos e mais nascimentos entre os 20 e os 24.

Em Maputo começa, já, a fazer sentido introduzir o conceito de intensidade da primonupcialidade pois vemos que (apesar da falta de informação não nos permitir uma leitura definitiva) nenhum grupo de gerações se aproxima do valor máximo dos casamentos, se comparados com os das restantes províncias.

Quadro 3

Calendário da primonupcialidade (acontecimentos da tábua), Maputo, por grupos de gerações							
Idades	Grupos de gerações						
	1948-52	1953-57	1958-62	1963-67	1968-72	1973-77	1978-82
10-14	160	88	71	148	79	30	38
15-19	400	650	643	443	472	436	
20-24	280	213	190	193	283		
25-29	20	13	36	114			
30-34	20	0	12				
35-39	40	13					
40-44	0						
45-49							
TOTAL	920	975	952	898	835	466	38

Figura 23



Verificamos, também, que esse facto terá alguma implicação na intensidade da fecundidade de Maputo que, como vimos atrás, não será das províncias moçambicanas mais fecundas. Voltando ao calendário, encontramos um tendência semelhante à de Gaza, no sentido de todos os grupos geracionais concentrarem mais primeiros casamentos entre os 15 e os 19 anos completos, sendo que as idades entre os 20 e os 24 anos se revelam mais propícias para o casamento do que as anteriores aos 15 anos. Aqui, as inquiridas mais velhas só marcam a diferença na fecundidade ao serem mais fecundas entre os 25 e 29 anos enquanto todas as outras se ficam pelos 20-24 anos. Em Maputo, é já evidente uma tendência que parecia estar em ebulição em Gaza: as gerações

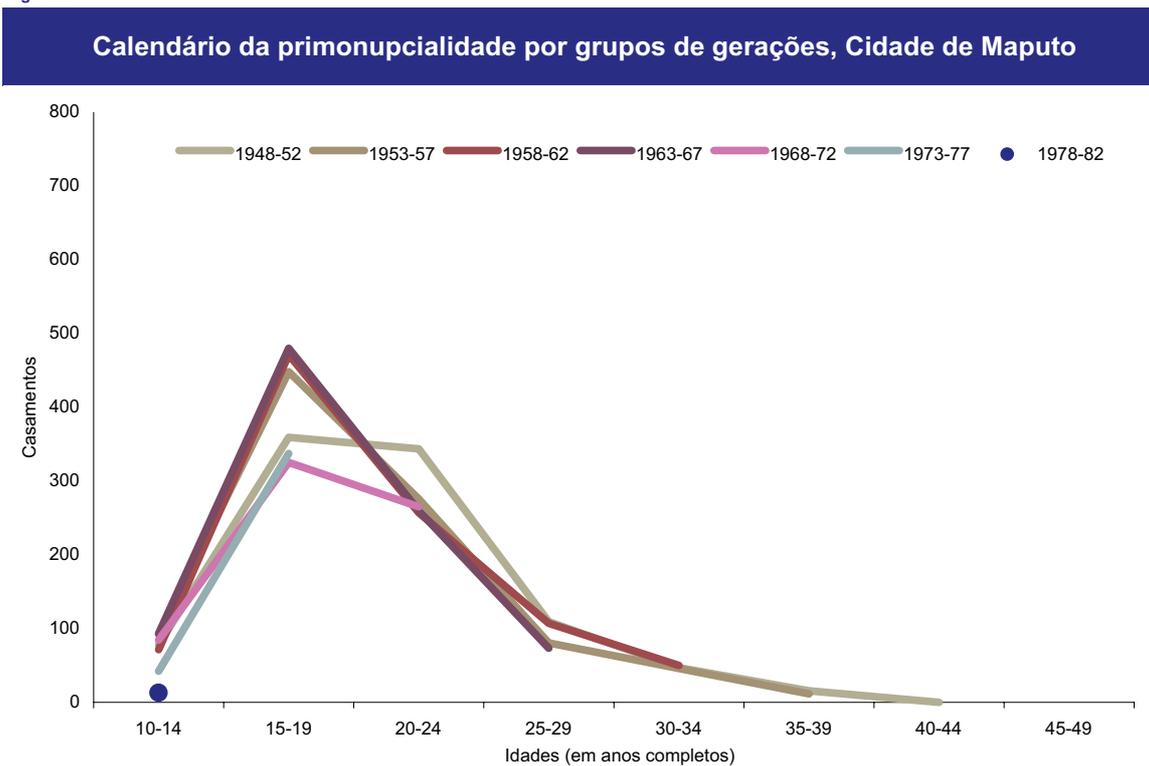
mais jovens são as que protagonizam o menor número de acontecimentos quer nupciais quer fecundos, parecendo, também, retardá-los ligeiramente face às mais velhas.

Na Cidade de Maputo, o que apontámos para a província que lhe confere nome, ganha ainda mais peso, quer ao nível da intensidade, quer ao nível dos calendários.

Quadro 4

Calendário da primonupcialidade (acontecimentos da tábua), Cidade de Maputo, por grupos de gerações							
Idades	Grupos de gerações						
	1948-52	1953-57	1958-62	1963-67	1968-72	1973-77	1978-82
10-14	78	92	71	93	84	42	13
15-19	359	448	471	480	325	338	
20-24	344	276	257	260	265		
25-29	109	80	107	73			
30-34	47	46	50				
35-39	16	11					
40-44	0						
45-49							
TOTAL	953	954	957	907	675	380	13

Figura 24



Verifica-se, aqui, um atraso ainda maior nos casamentos, com uma concentração dos mesmos, em todos os grupos geracionais, entre os 15 e os 19 anos, mas com uma diferença bastante mais acentuada entre o primeiro e este grupo etário do que entre este e o seguinte. Simultaneamente, verificamos a não existência de fortes picos nos casamentos sendo que há uma maior tendência para a sua dissipação nas diferentes classes etárias, nomeadamente as mais velhas. As gerações mais jovens revelam-se aqui, mais uma vez, como as menos voltadas para a celebração do matrimónio, com registo de menos casamentos, sobretudo nas idades mais jovens, o que vem verificar-se, também ao nível da fecundidade. Os nascimentos estão, essencialmente, mais concentrados entre os 20 e os 24 anos completos, sendo o grupo de gerações mais velho o único que situa mais nascimentos entre os 25 e os 29 anos.

5.1. Novos perfis

A nossa análise, pobre em indicadores relativos à família, como um todo, na medida em que se centra, essencialmente, nas mulheres e nos comportamentos nupciais e fecundos a que se vinculam, vem salientar, acima de tudo, no que toca à emergência de novos comportamentos em matéria de fecundidade, mudanças ao nível do posicionamento da mulher em contextos particulares das diferentes formas de organização social. Nessas mudanças, as novas características poderão indiciar a inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, decorrentes da nuclearização emocional da família, como sustentado por Caldwell (1976). Ou, sobretudo, poderão ser um contributo para essa inversão.

Esta afirmação tem sustentação, sobretudo, em contextos muito particulares, como sejam os de mulheres fundamentalmente de meio urbano, mais escolarizadas, com maior recurso à contracepção, a métodos modernos, mais cedo e, no final da carreira reprodutiva, com o objectivo de definitivamente interromper a carreira fecunda. Contextos em que a limitação do acesso a alojamento é muito forte¹⁸, sendo que imperam os agregados familiares com dimensão alargada mas também a articulação desse factor com a escolaridade mostra que o aumento da instrução dita uma diminuição do agregado. Contextos em que a poligamia perde expressão (e, na sua existência impera a situação de 1 co-esposa), em que ganha expressão a não adesão a qualquer fé religiosa e em que o protestantismo é a religião com maior adesão.

Contextos em que a agricultura se dissipa como ocupação maioritária e em que, sobretudo, o emprego se reveste de uma forte dispersão por novas áreas e serviços (e em que as gerações mais velhas e intermédias, como as mais jovens, acedem a empregos qualificados), em que o marido tem mais escolaridade, em que a prática da circulação de crianças é menos evidente, em que as gerações mais velhas já revelam características próximas das mais inovadoras, em que o celibato se prolonga no tempo, em que a educação das crianças se reparte pelas mães, por outros familiares e, novidade, por cuidados de terceiros (empregadas).¹⁹

Outras questões parecem, mesmo em contextos em que se revelam mais fortes os novos comportamentos fecundos, enraizadas no que designamos de sociedades tradicionais, como sejam a ainda falta de solidariedade entre cônjuges (as mudanças são ainda muito ténues e mais ao nível dos grupos mais escolarizados, tanto ao nível de decisões domésticas como ao nível de decisões em matéria de contracepção ou representações quanto à fecundidade), o que remete para uma mais forte alteração do estatuto da mulher, de forma isolada, cujas repercussões na forma de organização familiar não serão ainda totalmente visíveis (de referir que as mulheres da Cidade de Maputo revelam autonomia na tomada de decisão quanto ao dinheiro, sobretudo as gerações mais jovens).

Mas será, sem dúvida, uma condição ou um factor motivador para essas alterações. Chesnais alertava para a importância do estatuto relativo dos sexos e das condições e modos de vida como factor influenciador de mudanças nos valores da esperança de vida dos indivíduos (passagem de padrões tradicionais para semelhantes aos dos países desenvolvidos), portanto ainda antes das alterações nos comportamentos fecundos (Chesnais, 1986, p.355). Indicadores possíveis para a redefinição desse estatuto passarão por mudanças nos padrões demográficos, económicos, sociais e culturais, que se operacionalizam, por exemplo na elevação da idade média no casamento (Chesnais, 1986, p.356, 357; Hertrich, 1997; Locoh, 2002; Chojancka, 1993); no aumento do nível de instrução; no acesso a meio urbano; no acesso a ocupações não agrícolas. Esses indicadores e respectivas evoluções em determinados contextos ditarão mudanças na fecundidade.

¹⁸ Gaspar *et al* (1998, p.18), apontam, na verdade, para a carência de habitação, nas áreas urbanas e para o elevado custo de construção nesse meio.

¹⁹ Para um aprofundamento desta análise, cf. Cardoso (2004, 208-210).

Bibliografia

- BANDEIRA, Mário Leston (2004), *Demografia. Objecto, teorias e métodos*, Lisboa: Escolar Editora.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996a), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Colecção Análise Social, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- BANDEIRA, Mário Leston (1996b), “Teorias da população e modernidade: o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXI (135): 7-43.
- BONGAARTS, John (1978), “A framework for analyzing the proximate determinants of fertility”, *Population and development review*, Vol. 4, n.º 1: 105-132
- BONGAARTS, John, FRANK, Odile, e LESTHAEGHE, Ron (1984), “The proximate determinants of fertility in sub-Saharan Africa”, *PDR*, Vol. 110, n.º 3: 511-537
- CALDWELL, John C. (1968), *Population Growth and Family Change in Africa. The New Urban Elite in Ghana*, Canberra: Australian National University Press.
- CALDWELL, John C. (1976), “Toward a restatement of demographic transition theory”, *Population and Development Review*, Vol. 2, n.º 2-3: 321-366.
- CALDWELL, John C et al. (1999), “The Bangladesh fertility decline: an interpretation”, *Population and Development Review*, Vol. 25, n.º 1: 67-84.
- CARDOSO, Sónia (2004), *Demografia Africana: o caso da fecundidade em Moçambique*, ISCTE, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Demografia e Sociologia da População.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1986), *La Transition Démographique. Étapes, formes, implications économiques*, col. Travaux et Documents, nº 113, Paris : INED/PUF.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1998), “La population des États-Unis depuis 1945”, *Population & Sociétés*, n.º 336, Paris : INED.
- CHOJNACKA, Helena (1993), “La nuptialité dans les premières étapes de la transition démographique”, *Population*, n.º 2, Paris, INED : 307-324.
- DUPAQUIER, Jacques (1972), “De l’animal à l’homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles”, *Revue de l’Institut de Sociologie*, n.º 2, Éditions de l’Université de Bruxelles : 177-221.
- FIALHO, José (1987), “Sexualidade e Antropologia – A sexualidade como fundamento de ordem e fonte de perigo. O caso dos Thonga do Sul de Moçambique” in GOMES, Francisco Allen, ALBUQUERQUE, Afonso de, e NUNES, J. Silveira (coords.), *Sexologia em Portugal*, Lisboa: Texto Editora.
- GASPAR, Manuel da Costa, Humberto. A. Cossa, Clara Ribeiro dos Santos, Rosa Marlene Manjate e Juan Schoemaker, (1998). *Moçambique, Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997*. Calverton, Maryland, USA: Instituto Nacional de Estatística e Macro International Inc.
- HAJNAL, John (1965), “European Marriage Patterns in Perspective”, in GLASS, D. V., EVERSLEY, D. E. C. (eds.), *Population in History*, Londres: 101-143.
- HERTRICH, Véronique (1996), *Permanences et Changements de l’Afrique Rurale: Dynamiques familiales chez les Bwa du Mali*, Les Études du CEPED, n.º 14, Paris : CEPED.
- HERTRICH, Véronique, e PILON, Marc (1997), “Les changements matrimoniaux en Afrique”, *La Chronique du CEPED*, n.º 26, Paris : CEPED.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998), *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Indicadores Sócio-Demográficos – Cidade de Maputo*, Maputo: INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999), *II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Resultados Definitivos – Moçambique*, Maputo: INE

LOCOH, Thérèse (1989), “La fécondité en Afrique Noire: un progrès rapide dans la connaissance du phénomène mais un avenir encore difficile à discerner”, *Étude de la Population Africaine*, n.º 2, Paris: CEPED/Unité de recherche Démographique (URD) – Lomé: 37-66.

LOCOH, Thérèse, e MAKDESSI, Yara (1995), “Baisse de la fécondité: la fin de l’exception africaine”, *La Chronique du CEPED*, n.º18, Paris : CEPED.

LOCOH, Thérèse, e MAKDESSI, Yara (1996), *Politique de population et baisse de la fécondité en Afrique Sub-Saharienne*, Les Dossiers du CEPED, n.º 44, Paris : CEPED

LOCOH, Thérèse (1997), “Structures Familiales : l’Apport de la Démographie”, in PILON, Marc, LOCOH, Thérèse, VIGNIKIN, Émilien, e VIMARD, Patrice (dirs.), *Ménages et familles en Afrique. Approches des dynamiques contemporaines*, Les Études du CEPED, n.º 15, Lomé, Paris: CEPED/ENSEA/INS/ORSTOM/URD : 11-29

LOCOH, Thérèse, e VALLIN, Jacques (1998), “Afrique noire: la baisse de la fécondité”, *Population & Sociétés*, n.º 338, Paris: INED

LOCOH, Thérèse (2002a), “Structures familiales et évolutions de la fécondité dans les pays à fécondité intermédiaire d’Afrique de l’Ouest”, *Expert Group Meeting on Completing the fertility transition*, Population Division, New York: Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.

LOCOH, Thérèse (2002b), “Les facteurs de la formation des couples”, in CASELLI, Graziella, VALLIN, Jacques, e WUNSCH, Guillaume (dirs.), *Démographie: Analyse et synthèse. II – Les Déterminants de la Fécondité*, Paris: INED: 103-142

PILON, Marc, LOCOH, Thérèse, VIGNIKIN, Émilien, e VIMARD, Patrice (dirs.) (1997), *Ménages et familles en Afrique. Approches des dynamiques contemporaines*, Les Études du CEPED, n.º 15, Lomé, Paris: CEPED/ENSEA/INS/ORSTOM/URD

VAN DE WALLE, Etienne (1996), “L’âge au mariage: tendances récentes”, in FOOTE, Karen, HILL, Kenneth H., e MARTIN, Linda (eds.), *Changements Démographiques en Afrique Subsaharienne*, Travaux et Documents, cahier n.º 135, Paris: INED/PUF: 119-150



A Situação Demográfica Recente em Portugal

The demographic changes in Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete do Presidente

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

A população portuguesa continua a crescer embora com um ritmo mais modesto e a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional. A baixa da fecundidade e da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, sobretudo entre os homens, e as fortes correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente. A diminuição do número de casamentos e o acréscimo, tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios, confirmam as mudanças nos modelos familiares em Portugal.

Analisam-se, no presente trabalho, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade Infantil, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento

Abstract

The pace of population growth is slowing down but the immigration flows

remain its most important component. The low fertility, the increase of expectancy of life, more rapid among men, and the substantial immigratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal. The fall in the number of marriages and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces confirm the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, infant mortality, expectancy of life, migrations, ageing

Introdução

A nova *Situação Demográfica Recente em Portugal* dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 36 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2004, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 1994 e 1 de Janeiro de 2005 com o objectivo de abarcar a primeira fase de implementação do Programa de Acção adoptado na Conferência de População e Desenvolvimento bem como das Recomendações da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizadas, respectivamente, em 1994, no Cairo e 1995, em Pequim. Deste modo, consegue-se uma avaliação das metas demográficas alcançadas em Portugal. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, uma análise das variáveis para um período de tempo mais vasto do que o período seleccionado.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas provisórias pós-censitárias para os anos de 2001-2004 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade. As referidas estimativas de população residente reportam-se à geografia existente à data da realização dos Censos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 1994-2004, caracteriza-se pela redução do saldo natural, provocada pela queda da natalidade, por fortes saldos migratórios positivos, para os quais se estima a inversão da tendência em 1993, e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1993-2004						
Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
População Residente Média (milhares)	9 982,6	10 004,1	10 030,4	10 057,9	10 091,1	10 129,3
População Residente em 31.XII (milhares)	9 990,6	10 017,6	10 043,2	10 072,5	10 109,7	10 148,9
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,1	93,1	93,1
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Saldo Natural	7 999	9 981	3 609	3 362	8 155	7 186
Saldo Migratório	8 000	17 000	22 000	26 000	29 000	32 000
Acréscimo Populacional	15 999	26 981	25 609	29 362	37 155	39 186
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,10	0,04	0,03	0,08	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,08	0,17	0,22	0,26	0,29	0,32
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,16	0,27	0,26	0,29	0,37	0,39

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Residente Média (milhares)	10 171,9	10 225,8	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0
População Residente em 31.XII (milhares)	10 195,0	10 256,7	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3
Relação de Masculinidade (%)	93,2	93,3	93,4	93,5	93,7	93,7
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 262
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932
Saldo Natural	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720	7 330
Saldo Migratório	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240
Acréscimo Populacional	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,14	0,07	0,08	0,04	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,37	0,46	0,63	0,68	0,61	0,45
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,45	0,60	0,71	0,75	0,64	0,52

Fonte: INE, Estimativas de População Residente, 1993 - 2004, aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

Em 31 de Dezembro de 2004, a população residente em Portugal foi estimada em 10 529 255 indivíduos, dos quais 5 094 339 homens e 5 434 916 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 54 570 indivíduos, ou seja 0,52%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo manteve-se mais acentuado nos homens (0,55%) do que nas mulheres (0,49%).

A principal causa do crescimento da população, à semelhança do que se vem observando desde 1994, foi o saldo migratório positivo (0,45%), dado que o saldo natural permaneceu fraco (0,07%). De notar que o excedente dos nados vivos sobre os óbitos, durante o período em estudo, apenas ultrapassou os 10 000 indivíduos em 2000.

Tanto o número de nados vivos (-2,9%) como o de óbitos (-6,3%) registam evoluções negativas face a 2003, sendo esta última a que explica o aumento do saldo natural para quase o dobro do observado no ano anterior (7330). Se a variação dos nados vivos se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos exprime um significativo recuo da mortalidade. Curiosamente, idêntica baixa ocorreu na mesma variável dez anos antes.

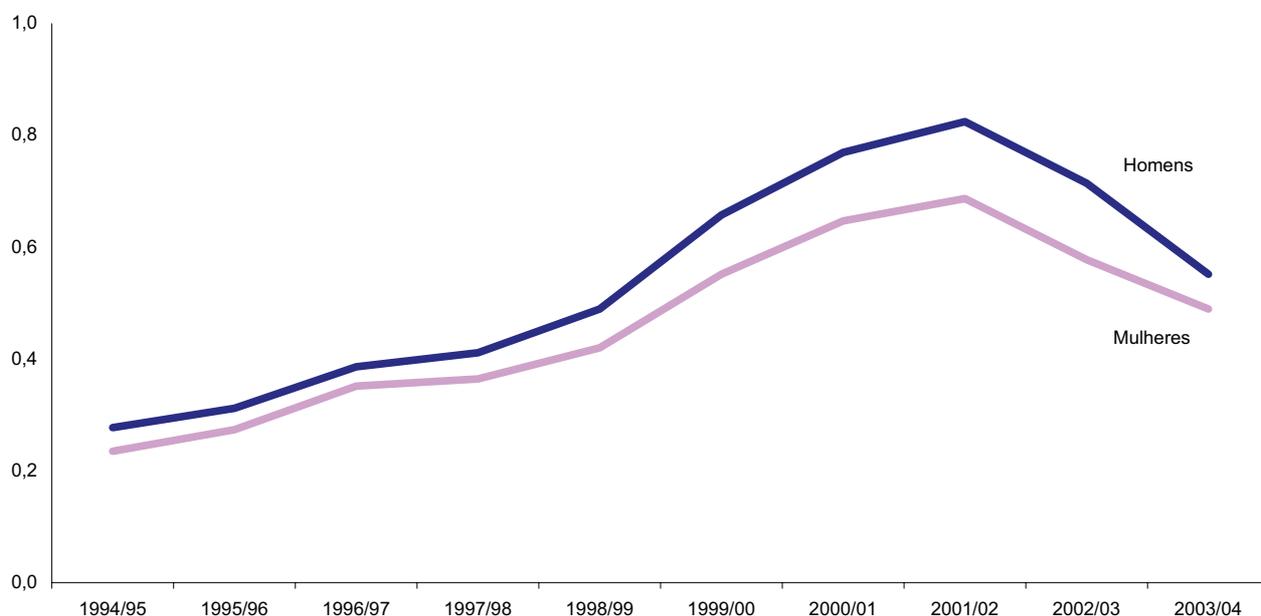
Estima-se que em 2004, o saldo migratório tenha atingido cerca de 47 240 indivíduos (57 920 entradas e 10 680 saídas), valor inferior em 16 260 ao do ano anterior, como consequência do desacelerar dos fluxos de entrada e o aumento dos fluxos de saída. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste, do Brasil, China e São Tomé e Príncipe.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos dois últimos anos observados.

De 1 de Janeiro de 1995 a 31 de Dezembro de 2004 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 540 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa moderada de 0,56%, média anual. O ritmo é mais acentuado nos homens, correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), Portugal 1994 - 2004



Entre 1994 a 2004 o saldo natural reduziu-se 27% apesar dos aumentos conjunturais da natalidade nos últimos anos do século passado. O acréscimo populacional registado reparte-se entre 15% para o saldo natural e 85 % para o migratório.

As diferentes evoluções das variáveis demográficas não foram uniformes e permitem dividir o período em análise em três fases:

Na primeira fase, de 1994 a 1996, a variação da população atingiu cerca de 82 mil indivíduos, sendo 79% explicada pelo saldo migratório. Este período é marcado por saldos naturais tendencialmente mais fracos, pertencendo aos anos de 1995 e 1996 os menores valores. A taxa média anual de crescimento da população foi fraca (0,27%).

Os anos de 1996 a 2000, correspondem à *segunda fase* de evolução demográfica recente, durante a qual o ritmo de crescimento da população acelera (0,45%) e quase duplica comparativamente à fase anterior. Tanto a componente natural como a migratória observam uma recuperação de níveis e a primeira reforça ligeiramente a sua importância relativa no crescimento da população, apesar de apenas justificar apenas 19% do mesmo.

A *última fase* coincide com os quatro primeiros anos do século XXI durante os quais a população evoluiu segundo uma taxa média anual de 0,64%. Caracteriza-se por fortes saldos migratórios, com tendência para desacelerar o ritmo, mas que contribuem para 90 % do crescimento da população, e diminutos saldos naturais.

Tendo como comparação a Europa alargada a 25 países, Portugal revela uma evolução no mesmo sentido embora com um ritmo superior ao da média estimada pelo Eurostat¹ (UE25= 0,50% em 2004). O Chipre detém a taxa de crescimento mais alta (2,5%), seguida da Irlanda (2,0%) da Espanha (1,6%) enquanto a Estónia (-0,30%), Hungria (-0,19%), Polónia e Alemanha (-0,04%) registam variações negativas. A Grécia continua a observar aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

As comparações internacionais devem ser cautelosas, pois o documento do Eurostat não clarifica se os países membros que realizaram a última vaga de Censos 2000 concluíram a revisão da série retrospectiva das estimativas de população e indicadores com base nos novos resultados.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2004, nas NUTS Norte e Centro (52,4%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,5%, percentagem praticamente igual à observada em 1994.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (4,8%). Ao contrário, o Alentejo e a região Autónoma da Madeira observaram perdas de população, sendo a mais significativa a ocorrida nesta última.

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.² Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo, no Centro, e no Algarve que se localizam as taxas de crescimento natural negativas, acumulando esta última região a taxa migratória mais forte e tripla da do país.

Descendo a um nível geográfico mais fino, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

¹ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 15/2005.

² Sobre esta temática consultar INE (2005) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2005.

2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal diminuiu em 2004 para 109 262, mantendo-se praticamente estável face a 1994. A variável confirmou a tendência em baixa retomada em 2003, sendo o ritmo de variação negativo inferior ao verificado no ano anterior.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 1993-2004						
Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Relação de masculinidade à nascença	105	107	108	108	106	107
Nados vivos fora do casamento	19 298	19 464	19 972	20 563	22 063	22 802
Nados Vivos fora do casamento (%)	16,9	17,8	18,7	18,7	19,5	20,1
Nados Vivos fora do casamento com coabitação			15 297	15 534	16 774	17 196
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)			76,6	75,5	76,0	75,4
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação			4 675	5 029	5 289	5 606
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)			23,4	24,5	24,0	24,6
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,4	10,9	10,7	11,0	11,2	11,2
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,51	1,44	1,41	1,44	1,47	1,48
Idade média ao nascimento do 1º filho	25,2	25,4	25,6	25,8	25,9	26,1
Idade média ao nascimento de um filho	27,5	27,6	27,8	28,0	28,1	28,3
Taxa de Reprodução Bruta	0,738	0,704	0,688	0,705	0,719	0,717
Taxa de Reprodução Líquida	0,717	0,685	0,669	0,685	0,700	0,698

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 298
Relação de masculinidade à nascença	106	108	107	108	107	106
Nados vivos fora do casamento	24 186	26 642	26 814	29 117	30 236	31 766
Nados Vivos fora do casamento (%)	20,8	22,2	23,8	25,5	26,9	29,1
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	18 028	20 190	20 062	23 308	24 219	25 408
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,5	75,8	74,8	80,0	80,1	80,0
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 158	6 452	6 752	5 809	6 017	6 358
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,5	24,2	25,2	20,0	19,9	20,0
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,51	1,56	1,46	1,47	1,44	1,40
Idade média ao nascimento do 1º filho	26,4	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5
Idade média ao nascimento de um filho	28,5	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4
Taxa de Reprodução Bruta	0,736	0,760	0,712	0,719	0,705	0,685
Taxa de Reprodução Líquida	0,718	0,743	0,697	0,704	0,695	0,676

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

A taxa bruta de natalidade que permanecia estável nos últimos anos e a rondar os 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 10,4‰ em 2004, nível ligeiramente inferior ao estimado pelo Eurostat³ para o conjunto dos 25 países membros (10,5‰). A taxa varia entre os 15,9 e os 8,9 continuando a mais elevada a pertencer à Irlanda (15,9‰ valor estimado para 2004), país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,6 nados vivos por mil habitantes. Tendo presente a limitações do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução contrária registada na maioria outros países da Europa Comunitária. De notar que a Espanha, Grécia e Itália, que no passado recente detinham taxas com níveis muito fracos, apresentam uma ligeira tendência em alta nos valores do indicador. E apenas a Itália observa níveis inferiores. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em comparação.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2004, ano a que ascenderam a 7,8%.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) continuam a deter a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 1,3 % em 1995 contra 2,9% em 2004.

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (0,06% em 1995 e 1,6% em 2004). Os filhos de mães nacionais da Ucrânia assumem-se, entre estes, como os mais importantes e representam quase metade.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 1995-2004												
Continente / País de Nacionalidade	1995		1997		1999		2001		2003		2004	
	nº	%										
TOTAL	107 097	100,00	112 933	100,00	116 002	100,00	112 774	100,00	112 515	100,00	109 356	100,00
Europa	105 139	98,17	110 586	97,92	111 758	96,34	107 934	95,71	106 816	94,93	103 332	94,49
UE 15	105 078	98,11	110 516	97,86	111 629	96,23	107 553	95,37	105 299	93,59	101 625	92,93
Portugal	104 717	97,78	110 161	97,55	110 894	95,60	106 869	94,76	104 484	92,86	100 863	92,23
Alemanha	61	0,06	59	0,05	115	0,10	101	0,09	110	0,10	113	0,10
Bélgica	14	0,01	6	0,01	15	0,01	14	0,01	17	0,02	18	0,02
Espanha	81	0,08	69	0,06	120	0,10	99	0,09	147	0,13	119	0,11
França	53	0,05	73	0,06	333	0,29	280	0,25	330	0,29	300	0,27
Itália	14	0,01	15	0,01	17	0,01	24	0,02	31	0,03	27	0,02
Países Baixos	42	0,04	42	0,04	25	0,02	44	0,04	44	0,04	54	0,05
Reino Unido	74	0,07	73	0,06	79	0,07	95	0,08	108	0,10	103	0,09
Outros países UE 15	22	0,02	18	0,02	31	0,03	27	0,02	28	0,02	28	0,03
Moldava					5	0,00	63	0,06	223	0,20	238	0,23
Roménia	7	0,01	9	0,01	23	0,02	83	0,07	384	0,34	492	0,48
Ucrânia	1	0,00	4	0,00	8	0,01	120	0,11	590	0,52	664	0,64
Rússia	7	0,01	9	0,01	15	0,01	46	0,04	131	0,12	139	0,13
Outros países Europa	61	0,06	70	0,06	130	0,11	381	0,34	1 517	1,35	1 707	1,56
África	1 425	1,33	1 788	1,58	3 387	2,92	3 649	3,24	3 469	3,08	3 391	3,10
Angola	376	0,35	542	0,48	1 353	1,17	1 396	1,24	1 277	1,13	1 205	1,10
Cabo Verde	665	0,62	697	0,62	931	0,80	1 136	1,01	1 119	0,99	1 092	1,00
Guiné Bissau	206	0,19	281	0,25	464	0,40	495	0,44	483	0,43	492	0,45
Moçambique	34	0,03	58	0,05	244	0,21	218	0,19	163	0,14	146	0,13
S.Tomé e Príncipe	112	0,10	166	0,15	276	0,24	278	0,25	279	0,25	285	0,26
<i>Total dos PALPS</i>	<i>1 393</i>	<i>1,30</i>	<i>1 744</i>	<i>1,54</i>	<i>3 268</i>	<i>2,82</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 220</i>	<i>2,94</i>
Outros Países África	32	0,03	44	0,04	119	0,10	126	0,11	148	0,13	171	0,16
América	425	0,40	406	0,36	653	0,56	920	0,82	1 856	1,65	2 178	1,99
América do Norte	54	0,05	70	0,06	91	0,08	78	0,07	107	0,10	86	0,08
América Central e do Sul	371	0,35	336	0,30	562	0,48	842	0,75	1 749	1,55	2 092	1,91
Brasil	281	0,26	267	0,24	412	0,36	711	0,63	1 568	1,39	1 909	1,75
Outros Países América												
Ásia e Oceania	81	0,08	123	0,11	182	0,16	255	0,23	372	0,33	444	0,41
China	45	0,04	86	0,08	119	0,10	160	0,14	257	0,23	292	0,27
Outros Países Ásia e Oceania	36	0,03	37	0,03	63	0,05	95	0,08	115	0,10	152	0,14
Apátridas e Desconhecida	27	0,03	30	0,03	22	0,02	16	0,01	2	0,00	11	0,01
<i>Total de nados vivos de mães estrangeiras</i>	<i>2 380</i>	<i>2,22</i>	<i>2 772</i>	<i>2,45</i>	<i>5 108</i>	<i>4,42</i>	<i>5 905</i>	<i>5,24</i>	<i>8 031</i>	<i>7,14</i>	<i>8 493</i>	<i>7,77</i>

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

³ Eurostat (2005- Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

Se se considerar a variação positiva da natalidade ocorrida no período entre 1995 e 2004 (2 259) consta-se que é explicada exclusivamente pelo nascimento de filhos de mães estrangeiras. Este incremento atenuou os efeitos no saldo natural resultantes da baixa de natalidade das mães portuguesas registada desde 2001.

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores (12,5‰) e da Madeira (12,2‰) que o indicador regista, em 2004 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (8,8‰) no caso das NUTS antigas.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que a Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 1995, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 64,5‰ e no final do período em análise, ou seja em 2004, situava-se em 48,2‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 68,4‰ para 83,6 ao longo do mesmo período.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que entre 1995 e 2004 as taxas depois dos trinta anos praticamente duplicaram no que se refere aos primeiros nascimentos, os quais determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. Em 2004, e tendo como referência o ano anterior, a taxa de fecundidade de segunda ordem só aumentou na faixa etária dos 35-39 anos.

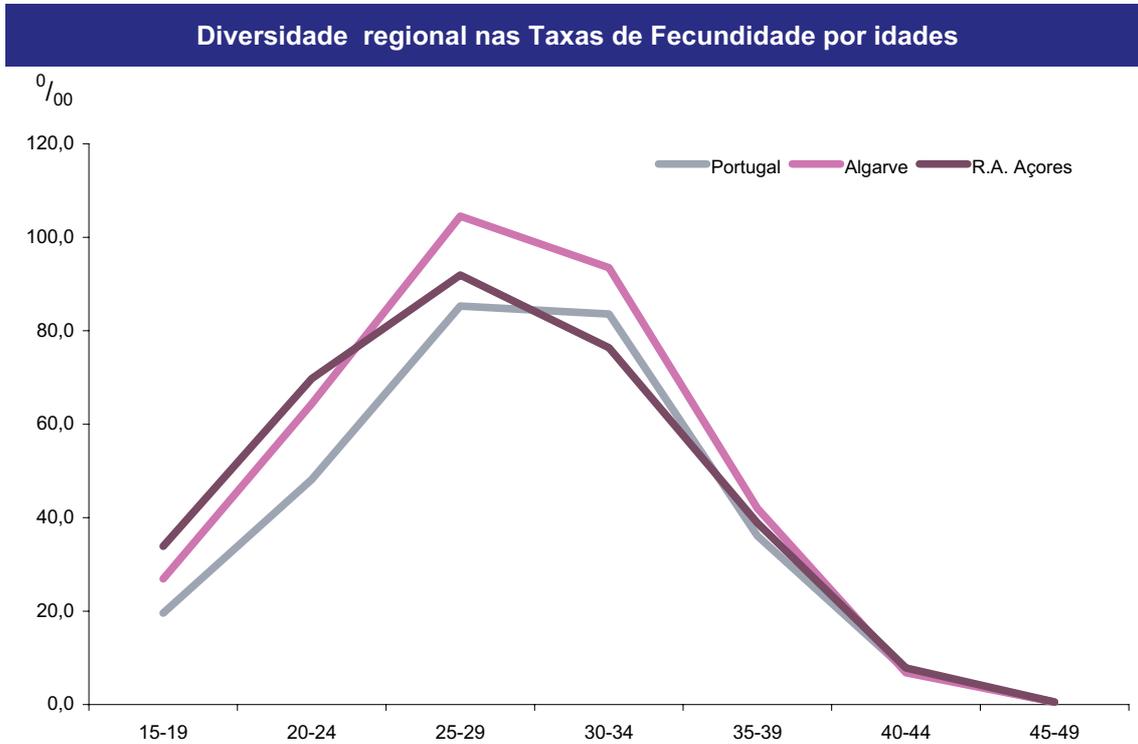
Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 1995-2004										
Idades	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1ª. ordem										
20-24	48,7	48,1	47,6	45,8	46,7	47,8	41,9	40,9	37,7	35,5
25-29	53,7	55,5	56,7	56,7	60,1	61,3	56,0	58,0	56,4	53,3
30-34	20,8	22,3	23,8	25,6	27,9	30,7	30,1	33,1	35,5	35,3
35-39	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,4	8,0	8,7	9,3	9,2
2ª. ordem										
20-24	12,7	12,7	12,9	12,7	12,2	12,3	12,0	11,3	10,9	10,3
25-29	34,3	34,3	34,1	32,6	31,6	31,8	29,4	28,0	26,6	25,3
30-34	32,9	35,5	37,3	39,0	39,0	40,7	38,3	38,2	37,7	37,2
35-39	9,3	10,4	11,5	13,1	14,0	15,2	15,5	16,0	16,2	16,5
Total										
20-24	64,5	63,8	63,5	61,3	61,6	63,0	56,7	54,6	51,2	48,2
25-29	98,0	99,3	100,3	98,1	99,5	100,7	92,7	93,1	89,7	85,3
30-34	68,4	72,8	75,6	79,2	80,2	84,5	80,9	83,4	84,6	83,6
35-39	24,7	26,5	28,3	30,1	32,8	34,3	33,8	35,1	35,7	36,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 1995-2004

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2004, 33,9‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (15,3‰) e no Norte (16,9‰). Lisboa e Vale do Tejo agravou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (20,2‰ em 1994 para 21,5‰ em 2004). Aos Açores pertence igualmente a maior frequência de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-24 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Algarve é a única região com taxa superior a 100 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos. O Alentejo apresenta, em 2004, um padrão de fecundidade quase coincidente com o do país.

Figura 2



O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,40 em 2004.

O indicador é inferior ao estimado para a UE⁴ (1,50 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior, em particular na Suécia (1,75) que mantém a tendência em alta (1,57 em 2001, 1,65 em 2002 e 1,71 em 2004) o Reino Unido, igualmente com 1,74 (contra 1,71 em 2003 e 1,64 em 2002). O nível mais elevado permanece na Irlanda (1,99) e os mais baixos na Eslovénia 1,22 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Polónia e na República Checa (1,22). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2004, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro e o Norte (1,3 crianças por mulher) e os mais elevados mantêm-se na Região Autónoma dos Açores e no Algarve (1,6 e 1,7 crianças por mulher).

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

⁴ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 1994 e 2004 as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 2,1 anos. As mulheres tiveram em 2004, o primeiro filho com a idade de 27,5 anos em média.

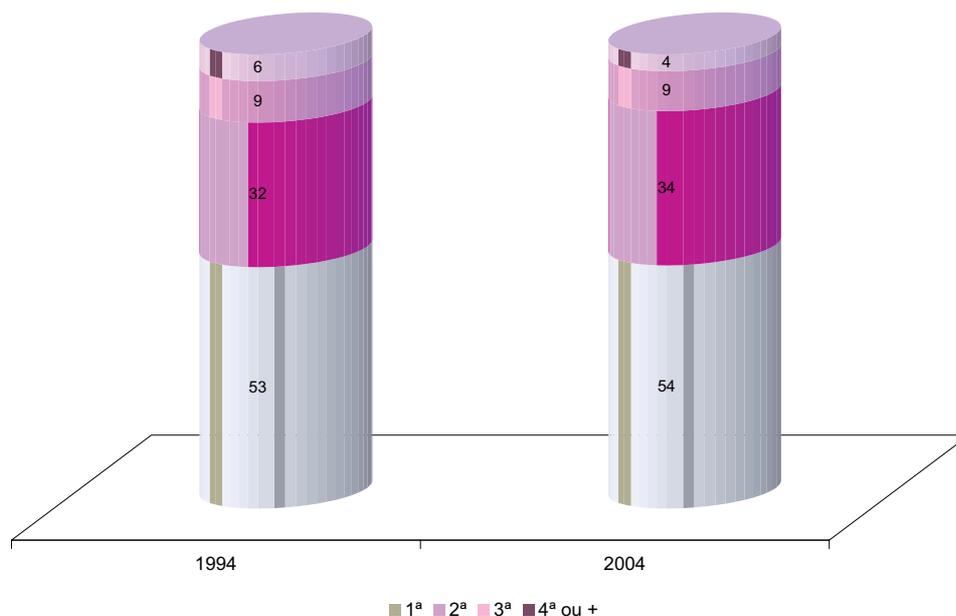
É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, rondando a idade média à primeira maternidade os 25 anos e é em Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28 anos.

Quase 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 17,8% em 1994 para 29,1% em 2004 surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (30,2% em 2003). Dentro dos países com informação disponível para 2003 a Grécia ocupa a posição mais fraca (4,3%) e a Suécia a mais elevada (56,0%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento, traduzido numa taxa de variação no período em análise, de cerca de 60%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (45,8%) e de Lisboa e Vale do Tejo (38,9%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (19,5 %) e na Região Autónoma dos Açores (20,4%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Figura 3

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 1994 e 2004



Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,5% em 2004, contra 53,1% em 1994. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de

segunda ordem no período em análise (34,0% em 2004 contra 31,8 em 1994), reflectindo o andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,8% em 2004. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2004, celebraram-se 49 178 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior tendo a taxa bruta de nupcialidade descido para 4,7‰.

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casamentos	68 176	66 003	65 776	63 672	65 770	66 598
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6
Idade média ao 1º casamento						
Homens	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2
Mulheres	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4
Idade média ao casamento						
Homens	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0
Mulheres	25,6	25,7	25,9	26,2	26,4	26,5
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,81	0,78	0,77	0,73	0,76	0,76
Mulheres	0,82	0,79	0,78	0,75	0,78	0,79
Divórcios	12 093	13 582	12 322	13 429	14 078	15 098
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5
Idade média ao divórcio						
Homens	39,7	39,7	40,5	41,4	41,0	40,9
Mulheres	37,6	37,2	38,2	39,0	38,5	38,3
Divórcios/Casamento	17,7	20,6	18,7	21,1	21,4	22,7
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	3,0	2,7	2,9	2,9	2,8	2,8
Mulheres	6,5	6,1	6,3	6,5	6,4	6,3

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Casamentos	68 710	63 752	58 390	56 467	53 735	49 178
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,2	5,7	5,4	5,1	4,7
Idade média ao 1º casamento						
Homens	27,3	27,5	27,8	28,0	28,4	28,6
Mulheres	25,6	25,7	26,1	26,4	26,8	27,0
Idade média ao casamento						
Homens	29,1	29,3	29,8	30,0	30,5	30,9
Mulheres	26,7	26,9	27,4	27,6	28,2	28,5
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,79	0,72	0,65	0,64	0,63	0,53
Mulheres	0,82	0,76	0,69	0,67	0,67	0,57
Divórcios	17 676	19 104	18 851	27 708	22 818	23 614
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,7	1,9	1,8	2,7	2,2	2,2
Idade média ao divórcio						
Homens	40,3	40,9	40,8	40,3	40,5	43,0
Mulheres	37,8	38,4	38,2	37,8	39,3	40,4
Divórcios/Casamento	25,7	30,0	32,3	49,1	42,1	48,0
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5
Mulheres	6,4	6,3	6,2	6,2	6,2	5,9

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Importa referir que Portugal observa a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2003⁵. O valor mais elevado é pertença da Dinamarca (6,5‰) e o mais baixo, da Eslovénia (3,4‰, valor provisório) e da Bélgica (4,0‰, valor provisório). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,4‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 1993-2004						
Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casamentos de mulheres solteiras	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07
Casamentos de homens solteiros	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63
Casamentos de mulheres viúvas	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00
Casamentos de homens viúvos	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66
Casamentos de mulheres divorciadas	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93
Casamentos de homens divorciados	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Casamentos de mulheres solteiras	92,94	92,33	91,46	91,89	90,15	89,19
Casamentos de homens solteiros	90,64	90,03	89,09	89,16	87,73	86,90
Casamentos de mulheres viúvas	0,94	0,94	1,04	0,82	0,93	0,97
Casamentos de homens viúvos	1,54	1,59	1,66	1,38	1,42	1,45
Casamentos de mulheres divorciadas	6,12	6,74	7,49	7,28	8,92	9,84
Casamentos de homens divorciados	7,82	8,38	9,25	9,46	10,85	11,65

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 9,8% entre as mulheres e 11,7% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,5%), com tendência para subir, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver em coabitação.

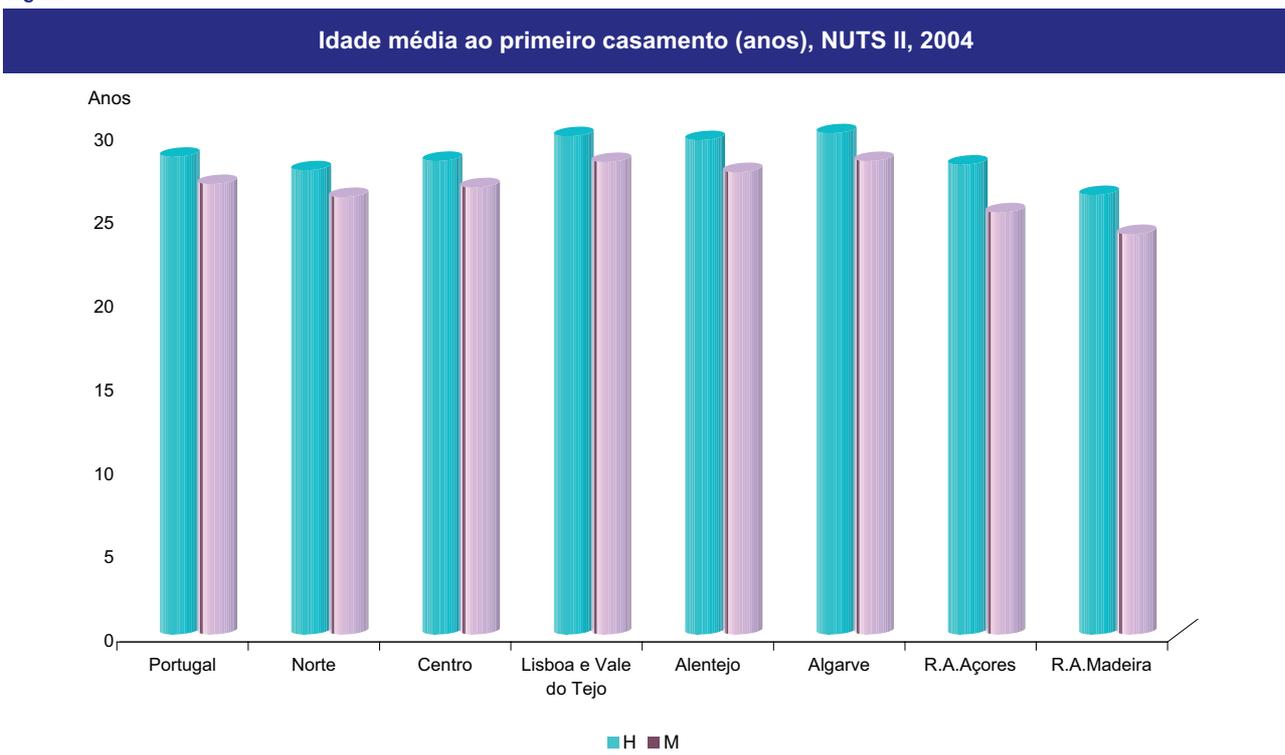
O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 57% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2004, valor que baixa para 53% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 1994, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 26,7 anos, idade que se elevou para os 28,6 anos em 2004. Nas mulheres o adiamento é mais forte, com a idade a aumentar dos 24,8 para os 27,0 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (26,3 anos para os homens e 24,0 para as mulheres em 2004).

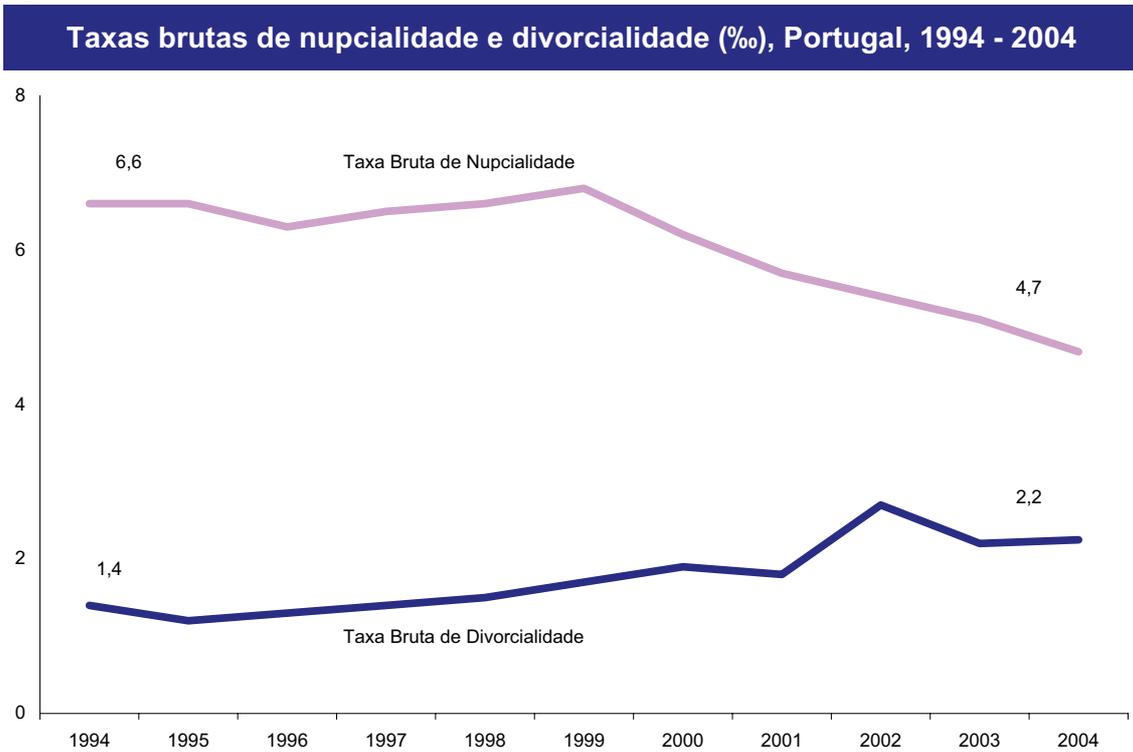
⁵ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Figura 4



Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2004, a variável retoma a tendência anterior, situando-se a taxa bruta de divorcialidade em 2,2 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Figura 5



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

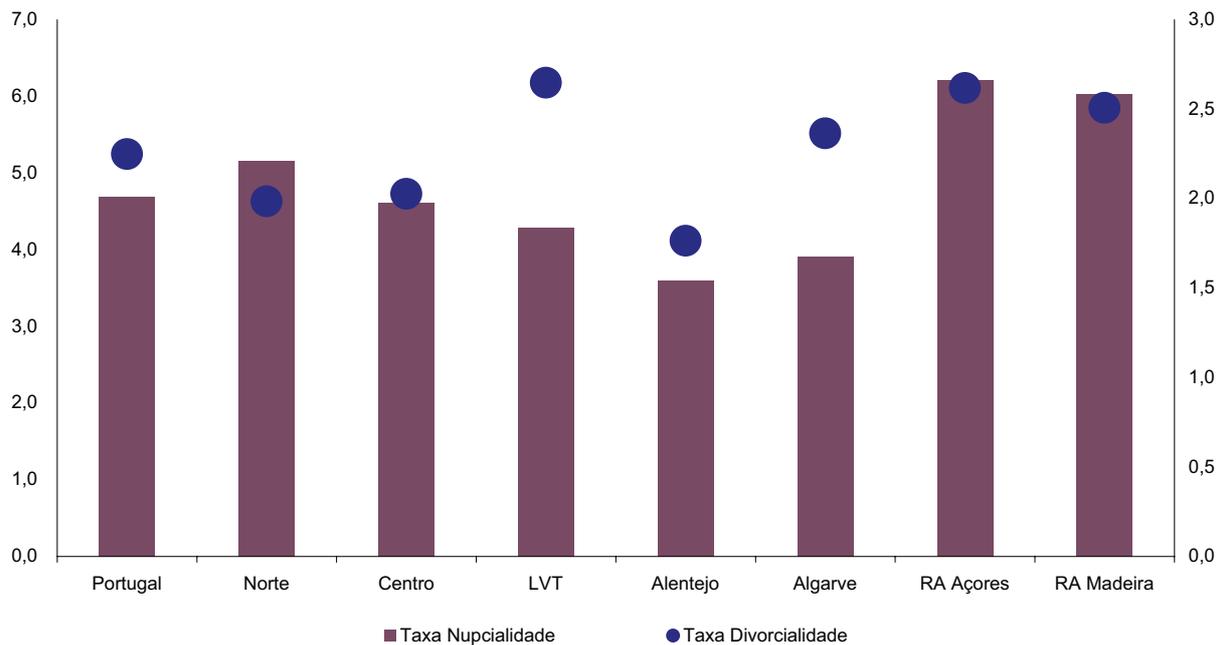
Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2004 em 2,1 %) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A Bélgica, República Checa, Estónia Lituânia, e Dinamarca com níveis iguais ou superiores a 3 % possuem as taxas mais elevadas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, actualmente, os 43 anos para os homens e os 40 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 1994 por cada 100 casamentos celebrados havia 21 divórcios em 2004, a relação ascende a 48.

Figura 6

Taxas Brutas de Nupcialidade e Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2004



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é no Centro, em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas que se encontram os valores mais expressivos. O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (5,2%) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (2,0%).

Estas taxas, sendo brutas, não têm em conta a estrutura etária de cada região e devem ser interpretadas com reservas, como anteriormente mencionado. Por outro lado, a diferente incidência do fenómeno de coabitação nas regiões do país não aconselha a retirada de ilações directas.

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12, 5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2004, registaram-se 101 932 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um decréscimo de 6,3 % face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 1993-2004						
Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,6	9,9	10,3	10,6	10,4	10,5
Óbitos com menos de um ano	985	867	796	747	726	682
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	8,6	7,9	7,4	6,9	6,4	6,0
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	71,00	71,45	71,83	71,65	71,86	72,23
Mulheres	78,24	78,51	78,95	78,97	79,13	79,40
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	30,10	30,32	30,72	30,63	30,76	31,03
Mulheres	35,35	35,59	35,96	35,90	36,06	36,32
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	14,32	14,43	14,71	14,66	14,76	14,94
Mulheres	17,65	17,82	18,11	18,05	18,22	18,43

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7
Óbitos com menos de um ano	651	662	567	574	464	412
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	72,46	72,89	73,39	73,68	74,00	74,53
Mulheres	79,57	79,90	80,37	80,56	80,57	80,98
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	31,14	31,40	31,78	31,91	31,94	32,26
Mulheres	36,40	36,60	36,98	37,13	37,10	37,39
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	14,97	15,18	15,55	15,68	15,68	15,95
Mulheres	18,46	18,64	19,01	19,15	19,07	19,30

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária⁶ (UE25= 9,5‰ em 2004). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (13,6‰) e a mais baixa na região do Norte (8,3‰) em 2004.

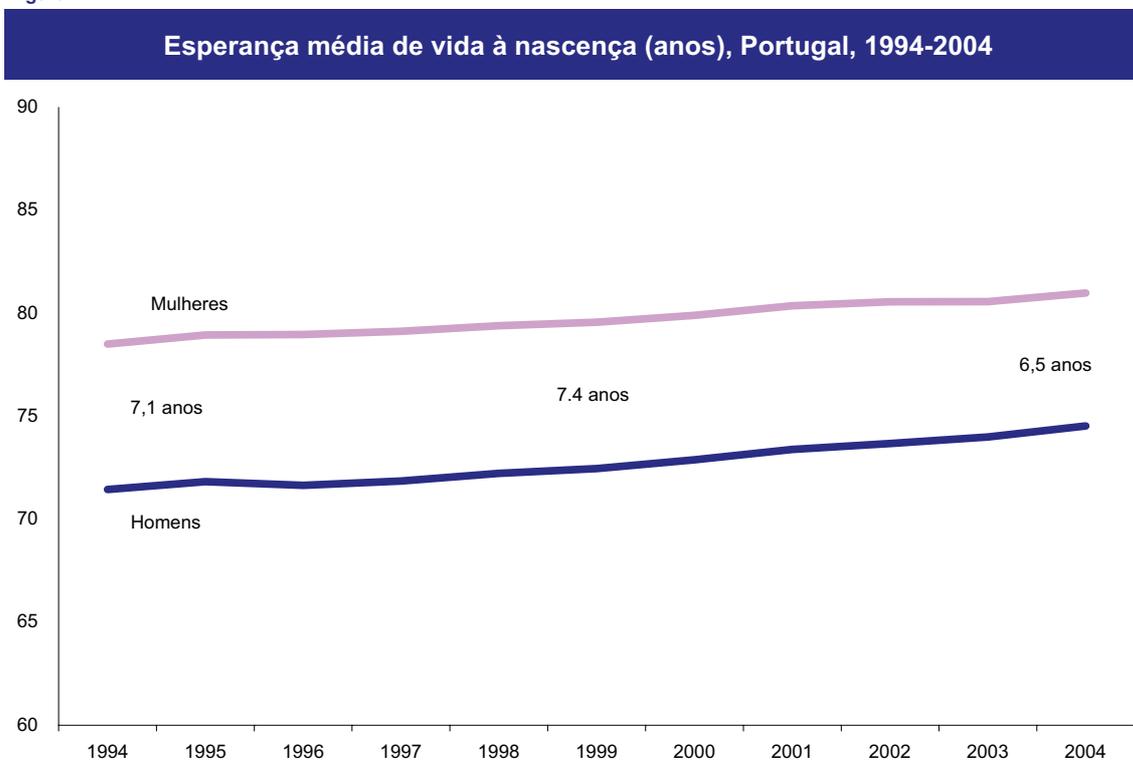
Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se na Letónia (13,8‰), Estónia (13,2‰) e na Hungria (13,1‰) seguidas, pela Lituânia (12‰) e mais afastadas, pela República Checa (10,5‰), Dinamarca (10,3‰) e a Suécia (10,1‰), países que registaram diminuições face ao ano anterior. Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se no Chipre (7,1‰), na Irlanda (7,2‰).

A partir de 1995 Portugal deixou de possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada entre os países da UE, aproximou-se dos padrões europeus, rondando os 5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Em 2004, o nível de Portugal situa-se nos 3,8 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, valor que coloca o país, pela segunda vez consecutiva com uma taxa inferior à média comunitária, estimada⁷ para o mesmo ano (UE25 =4,5‰). A Letónia (9,4‰), Lituânia (6,8‰), Eslováquia (6,8‰), surgem com as taxas mais elevadas, enquanto a Suécia (3,1‰), Finlândia (3,3‰) e Espanha (3,5‰) observam os níveis mais baixos. De ressaltar que a Grécia (3,9‰) e a Itália (4,1‰), ainda recentemente com níveis inferiores aos portugueses assumem, no presente valores ligeiramente mais elevados. Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu aconselham alguma prudência na sua análise anual e explicam as mudanças de posicionamento dos países.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 1994 e 2004 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,1 anos para os homens e 2,4 anos para as mulheres e situou-se em 74,5 anos e 81,0 respectivamente, valores próximos da média europeia⁸ (74,9 anos nos homens e 81,3 anos nas mulheres em 2004) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

Figura 7



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

^{6,7 e 8} Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (4,3%) do que entre as mulheres (3,1%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

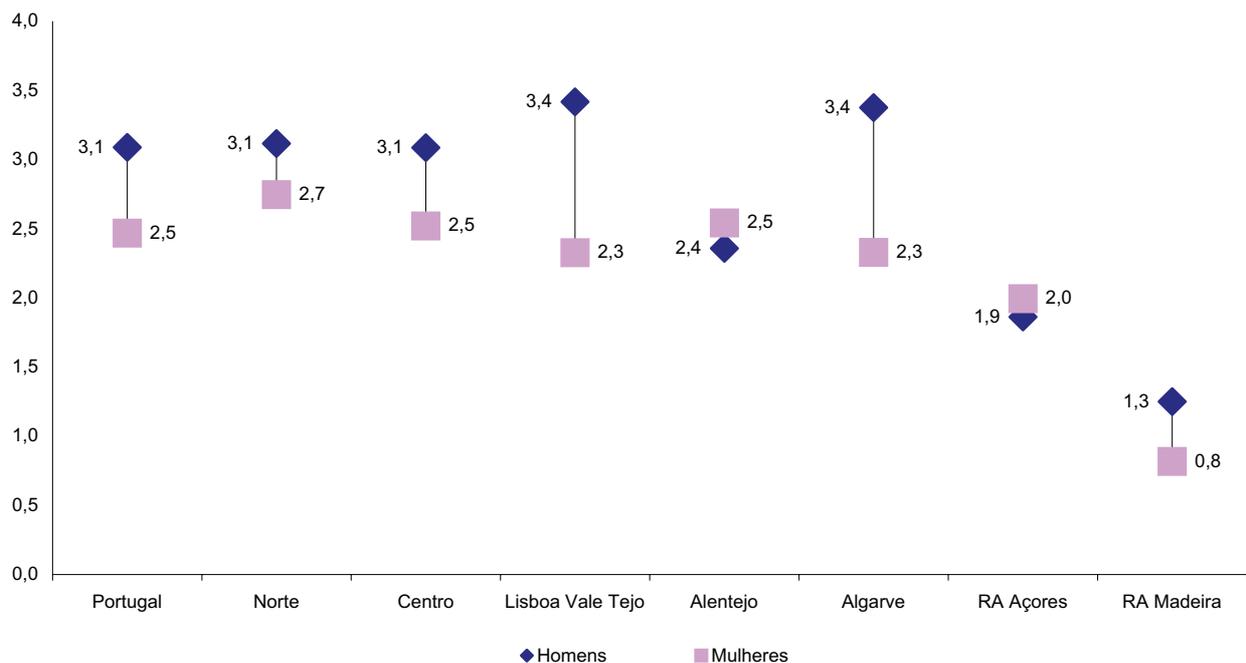
Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,4 nos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres viviam em média, em 2003/2004, o maior número de anos (75,2 anos e 81,5 anos, respectivamente). Ao contrário, é nas regiões autónomas que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 77,7 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida no período analisado observam-se, no caso dos homens, em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve e quantificaram-se em 3,4 anos para os homens. Para as mulheres o maior acréscimo regista-se no Norte e cifra-se em 2,7 anos. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,3 nos homens e 0,8 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 68,8 anos.

Figura 8

Ganhos em esperança de vida à nascença (anos), NUTS II, 1994 - 2004



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 19,8 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 23,7 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior.

Nota-se um retrocesso na esperança de vida em 2003/2004, em algumas regiões sobretudo nas idades mais avançadas. A partir dos 65 anos os ganhos de vida em relação ao período anterior sofreram ligeiras quebras em todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo as mulheres.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem.

A sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2004 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

O aumento da esperança de vida tem sido transversal a todas as idades, destacando-se os aumentos às idades exactas dos 20 e dos 45 anos, em ambas superiores a dois anos. Entre 1994 e 2004 o aumento de anos de vida dos homens que sobreviveram até aos 50 anos ultrapassou os dois anos e o das mulheres foi mais ténue.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para 19 anos. Enquanto que os homens que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que dez anos antes, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,7 anos).

Espera-se que em 2004, de 100 000 nados vivos, só 92 010 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (96 563).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (44 177), em 2004, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1994 (57 779).

Quadro 8

Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 1994-2004												
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₅₀		e ₆₀		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
1993/94	71,45	78,51	52,88	59,57	25,99	30,96	17,99	22,06	11,19	13,85	5,99	7,35
1995/96	71,65	78,97	52,94	59,90	26,33	31,27	18,26	22,31	11,41	14,05	6,14	7,46
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
Anos	l ₀ anos		l ₂₀		l ₅₀		l ₆₀		l ₇₀		l ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
1993/94	100 000	100 000	97 814	98 580	89 898	95 284	81 886	91 373	65 271	82 398	35 881	57 779
1995/96	100 000	100 000	98 026	98 746	89 489	95 541	81 871	91 857	65 748	83 201	37 147	59 316
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

As principais causas de morte⁹, registadas em 2003, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório (37,6%), os tumores/neoplasias (21,3%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (10,0%). Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (17,5% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (8,8%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2003, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal, 2002 e 2003							
Causas de Morte	CID - 10 Lista Europeia	2002 (%)			2003 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	4	0,32	0,49	0,15	0,32	0,48	0,15
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	7	0,94	1,48	0,34	0,89	1,38	0,38
Tumores Malignos	9	20,88	23,71	17,79	20,81	24,02	17,40
Tumor maligno do esófago	10	0,51	0,81	0,18	0,48	0,76	0,18
Tumor maligno do estômago	11	2,37	2,83	1,86	2,27	2,71	1,80
Tumor maligno do colon	15	2,07	2,21	1,92	2,12	2,20	2,03
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	17	3,20	5,04	1,19	3,30	5,32	1,14
Tumor maligno da mama feminina	21	1,45	0,00	3,04	1,43	0,00	2,94
Tumor maligno da próstata	24	1,59	3,05	0,00	1,56	3,03	0,00
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	27	1,66	1,72	1,60	1,70	1,78	1,62
Diabetes Mellitus	33	4,17	3,31	5,11	4,17	3,45	4,94
Doenças do Aparelho Circulatório	34	38,44	33,58	43,74	37,60	32,78	42,71
Cardiopatias Isquémicas	35	8,94	9,45	8,38	8,82	9,03	8,59
Outras doenças cardíacas	36	6,59	5,33	7,97	6,44	5,21	7,75
Doenças cerebro-vasculares	39	18,34	15,15	21,81	17,51	14,62	20,59
Pneumonia	40	3,32	3,42	3,20	3,49	3,58	3,39
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	44	2,55	3,22	1,81	2,48	3,17	1,75
Doenças Crónicas do Fígado		1,56	2,19	0,87	1,46	2,08	0,81
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratoriais, classificados em outra parte	55	9,40	8,26	10,65	9,98	8,83	11,19
Outras Causas de Morte		18,44	20,35	16,34	18,80	20,23	17,28
TOTAL DE ÓBITOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Acidentes de transporte	60	38,67	41,18	31,69	35,47	38,72	27,28
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,11	22,42	17,46	20,52	22,02	16,71
Outras Causas de Morte Externas		40,22	36,40	50,86	44,01	39,26	56,01
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE	58	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

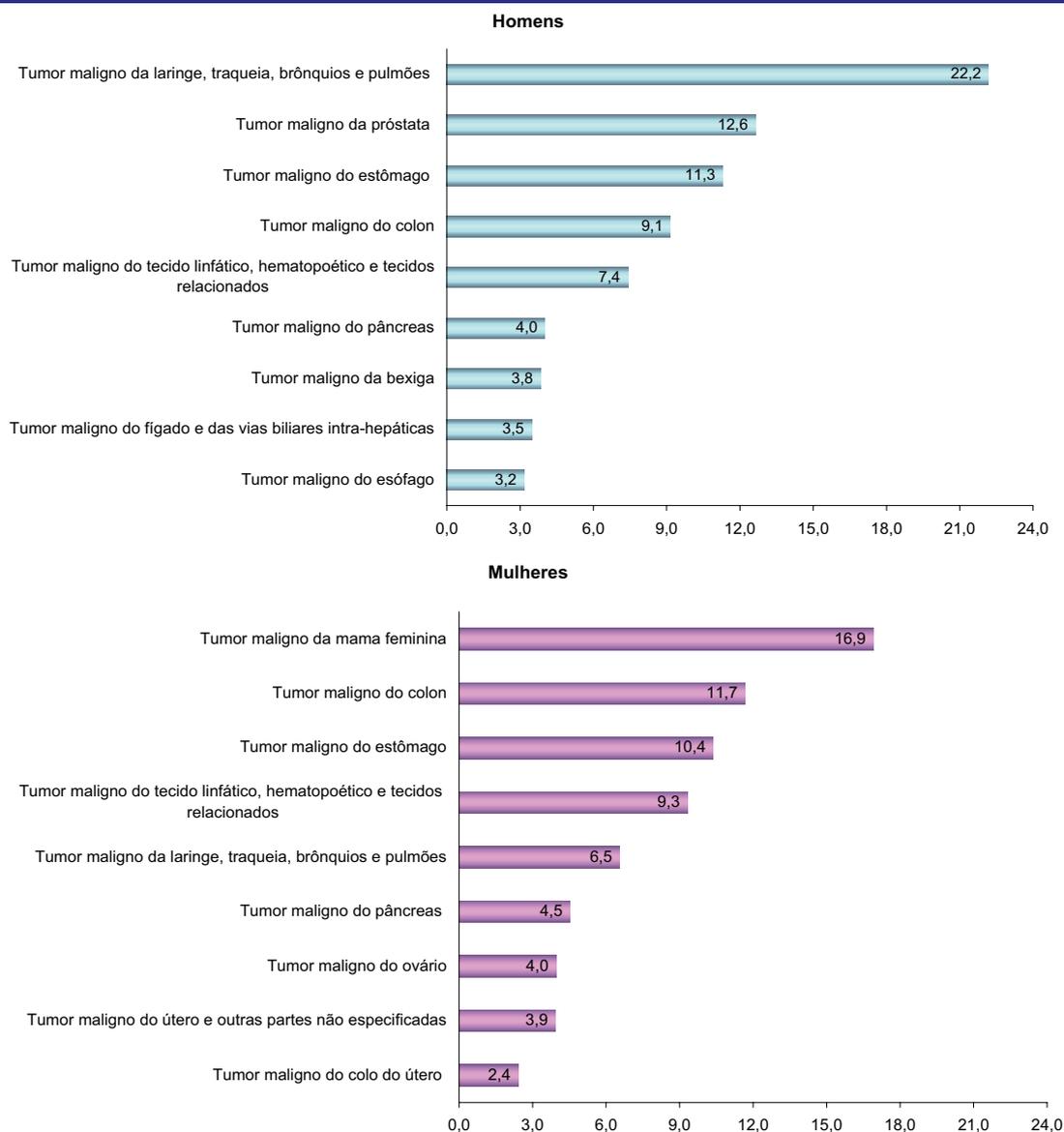
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002 e 2003

Entre os tumores malignos, em 2003, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,2%) seguido do tumor da próstata (12,6%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,9%) e ao do cólon (11,7%). O tumor do estômago adquire um peso mais expressivo nos homens (11,3%) do que nas mulheres (10,4%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

⁹ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Figura 9

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2003 (CID - 10)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2003

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e ao do cólon, para as mulheres, não cessam de aumentar, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos.

Em 2003, registaram-se 1 997 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 24 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por acidentes de transporte (CID - 10), Portugal, 2002 - 2003						
Idades	2002			2003		
	HM	H	M	HM	H	M
15-19	158	130	28	110	82	28
20-24	242	209	33	241	207	34
25-29	233	195	38	195	157	38
30-34	177	155	22	158	139	19
35-39	160	143	17	146	120	26
15-39	970	832	138	850	705	145
TOTAL	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1
TOTAL	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002 e 2003

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

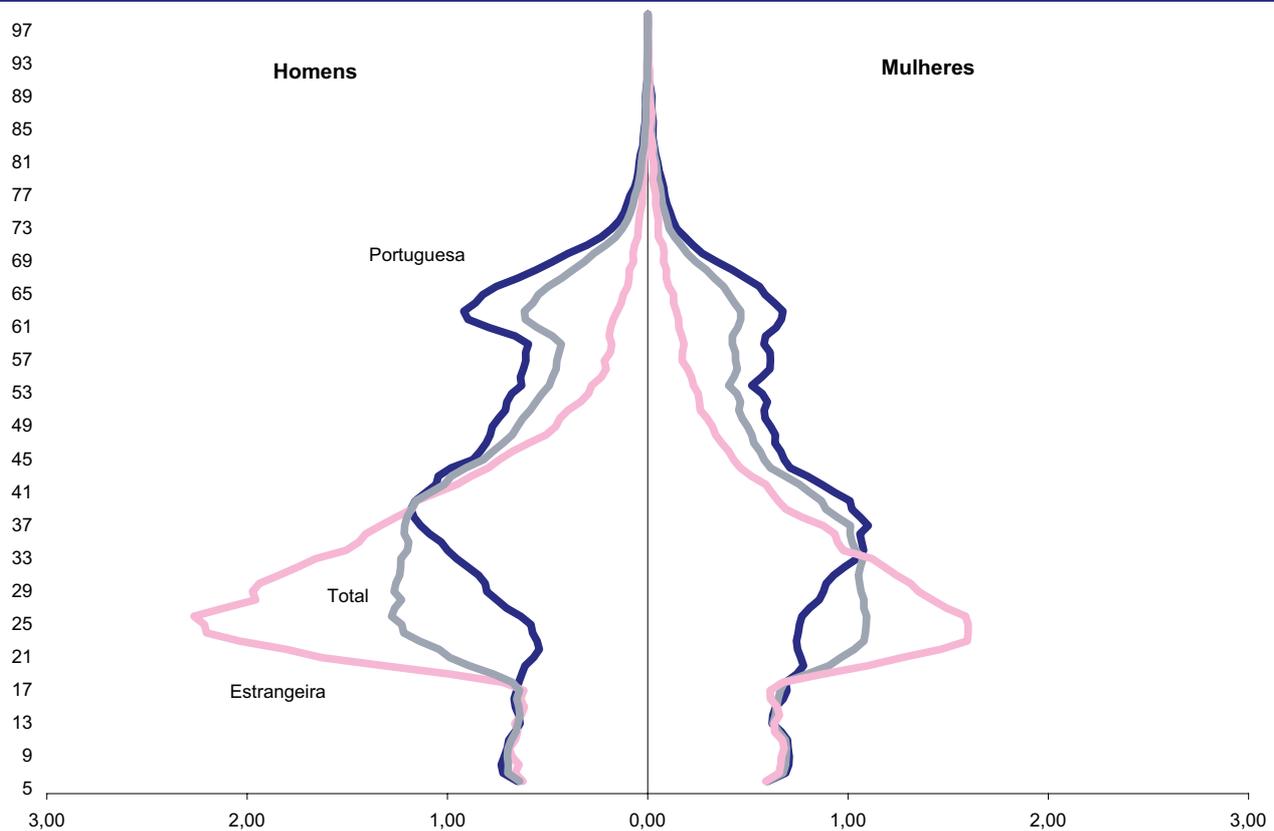
As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Figura 10

Pirâmide etária da população que em 31.XII.1995 residia no estrangeiro



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001; Em percentagem do respectivo total.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹⁰.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2004 ascendia, segundo o SEF, a 265 361 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 6,0% comparativamente ao ano anterior, e superior à registada de 2002 para 2003 (4,7%).

¹⁰ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos.

Quadro 11

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 1990-2004							
Continente / País de Nacionalidade	1990	1995	2000	2001	2002	2003*	2004*
Total	107 767	168 316	207 607	223 976	238 944	250 231	265 361
Europa	31 412	44 869	61 709	67 121	72 229	77 216	83 859
Alemanha	4 849	7 426	10 384	11 160	11 871	12 549	13 128
Bélgica	1 036	1 490	2 115	2 278	2 434	2 553	2 658
Espanha	7 462	8 887	12 232	13 653	14 607	15 307	15 916
França	3 239	4 743	7 194	7 818	8 381	8 856	9 312
Itália	1 181	1 918	3 032	3 384	3 775	4 192	4 592
Moldávia			15	45	97	270	1 042
Países Baixos	1 827	2 736	4 077	4 459	4 811	5 106	5 366
Reino Unido	8 457	11 486	14 096	14 946	15 896	16 870	18 005
Roménia	28	123	369	508	618	771	1 211
Rússia	166	313	519	596	699	862	1 158
Suécia	634	1 017	1 235	1 317	1 371	1 406	1 458
Suíça	605	1 095	1 363	1 405	1 470	1 556	1 622
Ucrânia		57	163	203	299	529	1 497
Outros Países Europa	1 928	3 578	4 915	5 349	5 900	6 389	6 894
África	45 255	79 231	98 754	107 273	114 386	118 012	123 093
Angola	5 306	15 829	20 407	22 736	24 767	25 626	26 702
Cabo Verde	28 796	38 746	47 092	49 830	52 227	53 454	55 590
Guiné Bissau	3 986	12 291	15 936	17 783	19 222	20 056	20 825
Moçambique	3 175	4 368	4 619	4 726	4 865	4 917	5 010
S. Tomé e Príncipe	2 034	4 082	5 437	6 304	6 968	7 279	7 928
Total dos Palops	43 297	75 316	93 491	101 379	108 049	111 332	116 055
Outros Países África	1 958	3 915	5 263	5 894	6 337	6 680	7 038
América	26 369	36 720	37 620	39 043	40 567	42 577	45 161
América Norte	8 993	10 853	10 201	10 187	10 143	10 119	10 129
EUA	6 935	8 484	8 026	8 027	8 004	7 999	7 998
América Central e do Sul	17 376	25 867	27 419	28 856	30 424	32 458	35 032
Brasil	11 413	19 901	22 222	23 439	24 784	26 559	28 956
Venezuela	5 145	4 554	3 501	3 515	3 515	3 526	3 470
Ásia	4 509	7 218	9 247	10 258	11 480	12 141	12 963
China	1 232	2 202	3 281	3 953	4 529	4 827	5 309
Índia	600	1 035	1 288	1 358	1 358	1 611	1 699
Japão	379	639	789	800	800	838	853
Paquistão	733	843	954	1 032		1 278	1 358
Oceânia	357	490	526	537	545	557	553
Austrália	336	442	470	746	483	489	485
Outros Países Ásia e Oceânia	1 565	2 499	2 935	3 115	4 793	3 587	3 744
Apátridas e Desconhecida	222	278	277	281	282	285	285

Fonte: Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

* Valores Provisórios

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP's), proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 46,4%, em 2004. A população cabo-verdiana (20,9%) constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 1990 (menos 6 pontos percentuais), à semelhança da moçambicana (menos um ponto percentual). Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 4,9% para 10,1% e os guineenses de 3,7% para 8,1%. Os nacionais de São Tomé e Príncipe revelam uma tendência em alta, de 1,9% para 3,0%, no mesmo período, mas em número substancialmente inferior às nacionalidades mais relevantes.

Da Europa tiveram origem 31,6% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2004, representando uma variação positiva de 9% face ao ano anterior. Este acréscimo resulta do aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia; Moldávia; Rússia e Roménia¹¹.

¹¹ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis "Imigrantes de Leste em Portugal" neste número da RED

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,8%), Espanha (6,0%) e Alemanha (4,9%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores nos últimos anos. Os nacionais do Brasil subiram 30 % entre 1990 e 2004 e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 4,7% em 2004, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2004, 54,4% eram indivíduos do sexo masculino e 44,6% do sexo feminino contra 55,1% e 44,9% no ano anterior continuando o atenuar da sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 133 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 119 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (110 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (110) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos. A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP's) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹² e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século¹³.

Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias deduzida do Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS) realizado pelo INE, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2003¹⁴, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

¹² Decreto-lei 438/88

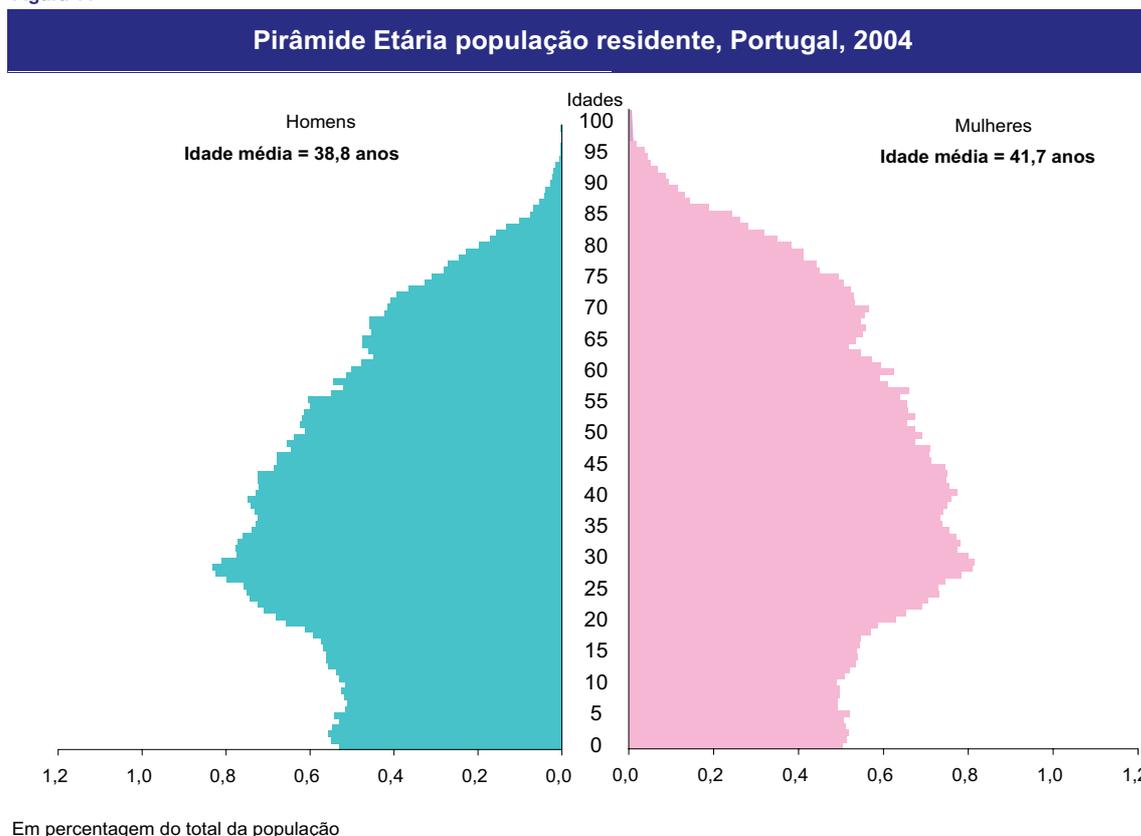
¹³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto " Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas) neste número da RED

¹⁴ A informação para 2004 não está disponível

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,8 anos, em 2004, nos homens, e de 38,2 anos para 41,7 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2004, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 1994 tinha um peso relativo de 17,9 % na população total e em 2004 apenas 15,6 %.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, manteve a importância relativa entre 1994 e 2004, sendo de 67,3%, registando uma ligeira baixa comparativamente a 2003. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 12,6% em 2004 (13,0% em 2003) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 54,7% (54,5% em 2003). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 43,0 % em 2004 (de 43,3 % em 2003). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 24,1% para 24,3% no mesmo período. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava no início do período de observação, cerca de 14,7 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,0% em 2004, proporção que ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem evidenciado na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 5,7 % em 1994 para 7,3% em 2004. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (6,8 % em 1994 e 8,8 % em 2004). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2004 eleva-se a 22,8 % sendo 19,4% nos homens e 25,2 % nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 18,5% e 24,2%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 1994 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 82 idosos, em 2004 o rácio eleva-se para 109 idosos.

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente(%) e índices resumo, Portugal, 1993-2004												
Indicadores	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0 - 14	18,4	17,9	17,5	17,1	16,8	16,5	16,2	16,0	15,9	15,8	15,7	15,6
15 - 64	67,2	67,3	67,5	67,6	67,7	67,7	67,7	67,6	67,6	67,5	67,4	67,3
65 e +	14,5	14,7	15,0	15,3	15,6	15,8	16,0	16,4	16,5	16,7	16,8	17,0
75 e +	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3
80+	2,9	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7
Índice de envelhecimento	78,7	82,1	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7
Índice de dependência total	48,9	48,5	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1	48,3	48,5
Índice de dependência jovens	27,4	26,6	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4	23,3	23,2
Índice de dependência idosos	21,5	21,9	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7	24,9	25,2

Fonte: Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 98 idosas por cada 100 jovens em 1994, para 130 em 2004. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 12

Índice de Envelhecimento, Portugal, 2004

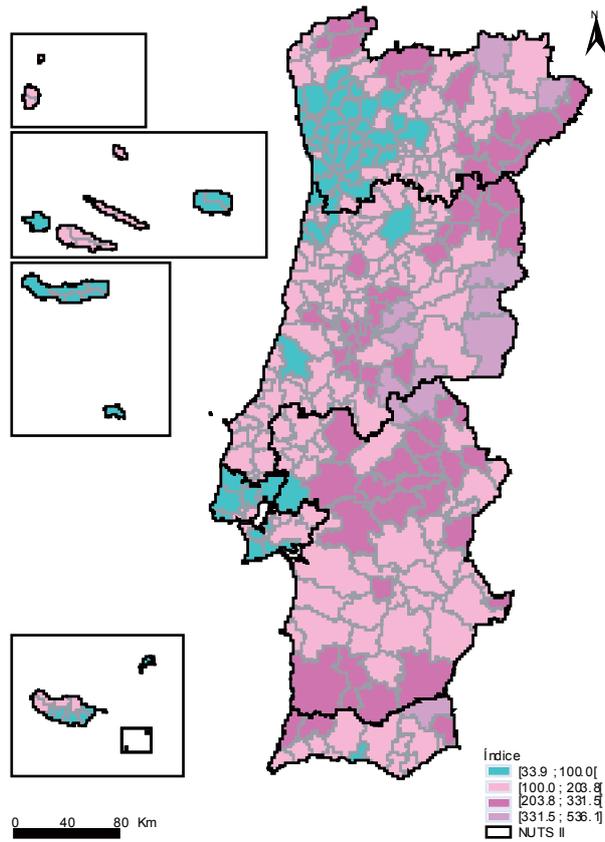
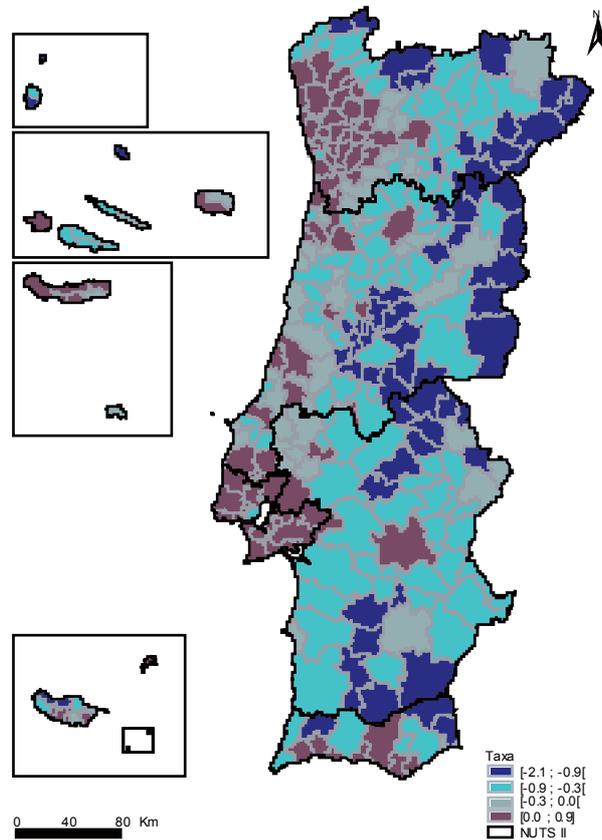


Figura 13

Taxa de crescimento natural, Portugal, 2004



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 49 dependentes em 1994 e 2004. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 27 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 22 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

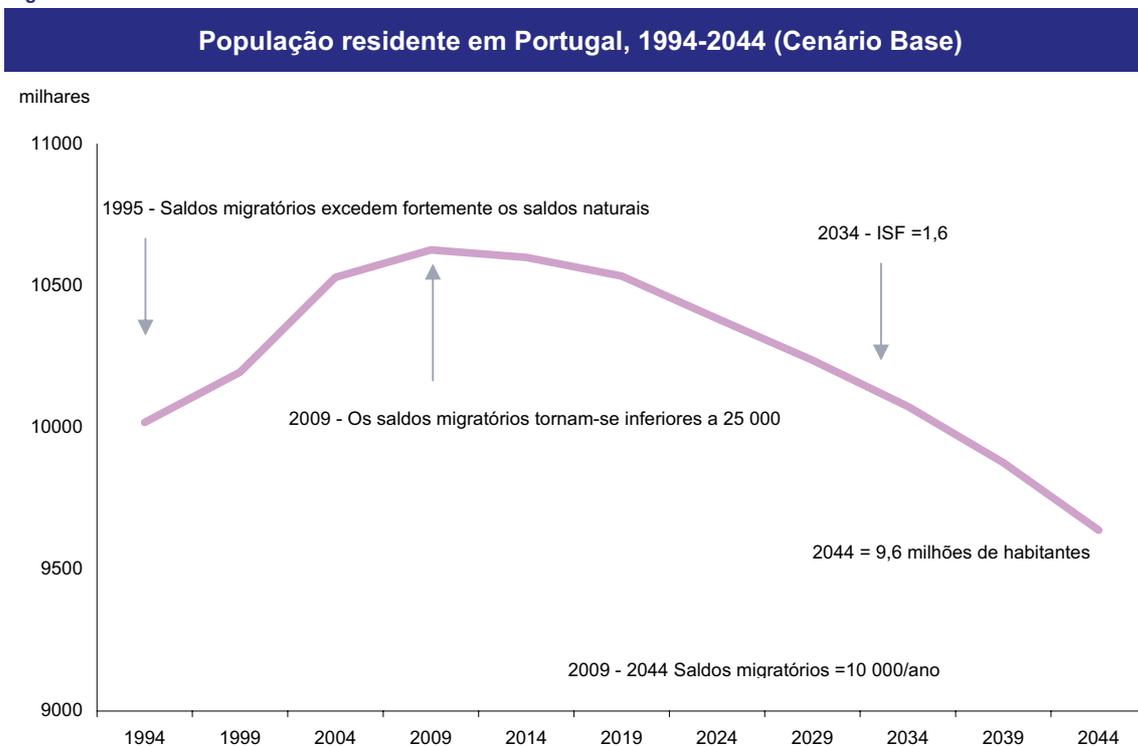
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2004 de 62 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 183 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Descendo a um nível geográfico mais fino, o município, as assimetrias regionais estão bem retratadas no índice de envelhecimento. Os valores do índice mais elevados correspondem às regiões do Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e algumas zonas interiores do Alentejo e Algarve. Em oposição, os menores valores localizam-se nas zonas do Tâmega, Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e regiões autónomas. Aos municípios de Alcoutim, Vila Velha de Ródão e Penamacor, com 5 idosos por cada jovem, pertencem os níveis mais fortes. Câmara de Lobos e Ribeira Grande, ambos com 34, Paços de Ferreira (45) Lousada (46) detêm os valores mais baixos.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes aos níveis de envelhecimento mais fortes coincidem com as que representam as taxas de crescimento natural mais negativas.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁵.

Figura 14



O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

¹⁵ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Prevê-se que a população residente em 2044 diminua para 9 688,3 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao de 1993. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,0% e a população idosa aumentará para 30,0% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 231 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,92 criança por mulher a população situar-se-á em 10 265,2 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (28,3%) e o índice fixar-se-á em 187 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

Conclusões

Assiste-se em Portugal, a um crescimento contínuo da população, tendo o ritmo acelerado a partir do final dos anos noventa, para se tornar mais lento em 2004. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses. Desde 1994, que o saldo migratório excede largamente o saldo natural.

Há mais de vinte anos que a fecundidade é baixa, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal. Desde 2000 que a proporção de pessoas idosas excede a de população jovem. Dentro da população idosa, maioritariamente feminina, o ritmo de crescimento é mais forte na mais idosa.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta é mais frequente e a das adolescentes mantêm-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. A predominância masculina nos fluxos de entrada tem enfraquecido.

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos.

O envelhecimento demográfico e a imigração são os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais se tem que encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, pp 127-151, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2003) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 32, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos n.º 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ?, Presses Universitaires de France, Paris.
- CONSEIL DE L'EUROPE (2004), *Evolution Démographique Récente en Europe 2003*, Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos n.º 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg.
- INE (2005), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE (2004), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2001), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (1999), “**As Gerações Mais Idosas**”, Série Estudos n.º 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.
- PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.
- SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ?, 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.
- TRIBALAT, Michèle (1996) in Chronique de l'Immigration, Population, n.º1, 1996, INED, Paris.
- SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), *The Methods and Materials of Demography*, Academic Press Inc., Washington DC.



Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa / Departamento Métodos Quantitativos

Email: isabel.oliveira@iscte.pt

Resumo:

Apresenta-se, neste artigo, uma série de indicadores demográficos relativos à fecundidade, à nupcialidade (masculina e feminina), e às migrações (emigração legal e saldos migratórios para a população total, masculina e feminina). Estes indicadores, com estimativas quinquenais, foram calculados para os distritos do continente e os dois arquipélagos durante o período 1890 a 1981.

Palavras-chave: Indicadores Demográficos, Fecundidade, Nupcialidade, Emigração, Saldos Migratórios.

Abstract:

Demographic rates for fertility, nuptiality (male and women's), and migration (legal emigration and net migration, for total population, male and female population), are presented for Portuguese regions between 1890 and 1981.

Key-words: Demographic Rates, Fertility, Nuptiality, Legal Emigration, Net Migration.

Demographic Indicators
in Portuguese Regions:
1890 and 1981

Nas páginas seguintes apresenta-se uma série de indicadores demográficos sobre a fecundidade, a nupcialidade e as migrações. Estes indicadores, calculados para o período entre 1890 e 1981, respeitam aos distritos do continente e às duas regiões insulares.

O cálculo dos valores agora apresentados constituiu a primeira etapa de uma análise sobre o declínio da fecundidade e as suas relações com a nupcialidade e as migrações¹.

Nesta análise era fundamental a datação do início da descida da fecundidade (dentro e fora do casamento), do aumento da nupcialidade e das variações ocorridas nas saídas populacionais das várias regiões. A necessidade de datar o início e final das tendências, em especial no que respeita ao declínio da fecundidade dos casais, levou à estimativa de indicadores para o meio dos períodos intercensitários. Por outro lado, era também importante perceber a evolução da região de Setúbal e de Lisboa de forma clara, o que implicou a reconstituição dos dois distritos ao final dos anos 20 do século passado, para que as séries de ambas as regiões apresentassem coerência.

Os indicadores disponibilizados oferecem aos utilizadores, fundamentalmente, duas vantagens: a reconstituição dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal desde 1890 e indicadores quinquenais.

Notas Metodológicas

A maioria dos indicadores demográficos baseia-se na conjugação de dados dos recenseamentos gerais da população e das estatísticas demográficas.

Relativamente aos dados dos recenseamentos foram efectuados apenas os cálculos necessários à reconstituição do distrito de Setúbal e estimativas da população intercensitária (total, sexos separados e segundo o estado civil).

Sobre as estatísticas demográficas foram efectuadas estimativas quando existiam valores em falta (nível concelhio, ou sem especificar a natureza dos nascimentos segundo a legitimidade, etc.).

O cálculo dos indicadores baseou-se em acontecimentos médios de 4 anos sobre os recenseamentos (ou sobre as estimativas das populações intercensitárias²).

Alguns casos particulares merecem uma referência específica:

1. O cálculo de Indicadores Quinquenais

Para o cálculo destes indicadores foi preciso estimar populações para o meio cada período intercensitário, o que se fez, supondo uma evolução linear entre cada dois recenseamentos, calculando-se por isso a média simples.

Para os indicadores de fecundidade dentro e fora do casamento a população feminina em idade fértil segundo o estado civil foi estimada em função da percentagem casamentos ocorridos no primeiro e segundo quinquénio de cada período intercensitário. Considerou-se que a diferença entre os quantitativos de recenseamentos consecutivos devia ser distribuída proporcionalmente à percentagem de casamentos em cada um dos quinquénios³.

¹ O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas, dissertação de doutoramento apresentada pela autora na FCSH-UNL, e orientada pela Professora Maria Luís Rocha Pinto.

² Excepto no caso das populações intercensitárias das décadas de 1900-11 e de 1911-20 em que se utilizaram acontecimentos médios de 3 anos centrados sobre o momento a que se referiam as estimativas populacionais.

³ Se num distrito 65% dos casamentos entre dois censos ocorreu nos primeiros 5 anos, então a população casada, o meio do período, corresponde à do primeiro censo mais 65% do aumento (da população casada) verificado entre os dois censos. A população não casada foi calculada por diferença entre a total e a casada.

2. Nascimentos no Casamento e Fora do Casamento

Na quase totalidade do período em análise foram publicados dados relativos aos nascimentos de acordo com o estado civil das mães. Só em alguns anos (1911-12 e 1926-28) isso não se verificou. Para os anos nos quais não foram publicados os nascimentos segundo o estado civil, foram efectuadas estimativas de forma a que a percentagem de nascimentos fora do casamento, estimada para os anos em falta, se aproxima progressivamente da encontrada nos anos adjacentes conhecidos⁴.

Nos anos de 1911-12, dado que o aumento do número de nascimentos registados atingiu de forma diferente os nascimentos dentro e fora do casamento, os indicadores de fecundidade dentro e fora do casamento foram calculados com base nos acontecimentos médios de 1909-10 e de 1913-14.

3. Reconstituição dos Distritos de Setúbal e de Lisboa

O distrito de Setúbal foi reconstituído até 1926, data da sua criação, a partir dos valores dos concelhos que o vieram a integrar. Os dados concelhios, para os vários fenómenos considerados, foram publicados entre 1887 e 1895, tal como entre 1913 e 1925. Para os anos em falta (de 1896 a 1912) não foram publicados dados a nível concelhio pelo que foi necessário efectuar estimativas.

Esta estimativa obedeceu ao mesmo princípio básico da questão da legitimidade/ilegitimidade atrás referida. Para cada um dos fenómenos em questão, foram calculadas as percentagens que os concelhos de Setúbal representam no total do distrito de Lisboa, nos anos de 1894-5 e 1913-4. A partir destas percentagens estimaram-se as percentagens que estes concelhos representariam nos anos de 1896 a 1912, se sua evolução fosse linear. São tanto mais próximas de 1894-5 quanto mais antigas e tanto mais próximas de 1913-14 quanto mais recentes⁵.

Estas ponderações, estimadas em separado para cada um dos fenómenos demográficos, foram depois aplicadas aos totais de Lisboa entre 1896 e 1912, de forma a obter valores para Setúbal. Em 1926 foi usado o mesmo processo tendo como balizas as percentagens de Setúbal em 1925 e em 1929. As séries de Lisboa, foram depois corrigidas a partir da subtracção dos valores de Setúbal em todo o período compreendido entre 1896 e 1926.

Apenas relativamente à emigração tal não aconteceu. Sendo poucos os anos para os quais se encontrou informação concelhia e dado o reduzido número de emigrantes nos vários concelhos de Setúbal optou-se por aplicar a percentagem observada na década de 30 (5%) ao total do distrito de Lisboa e atribui-lo a Setúbal - apesar se tratar de um procedimento *ad-hoc* valor em questão era muito próximo da importância relativa dos emigrantes dos concelhos que vieram a constituir o novo distrito, nos anos para os quais foram encontrados valores.

4. Outros casos de reconstituição de dados

Para o cálculo dos saldos migratórios segundo o sexo, foi necessário estimar também os óbitos masculinos nos anos de 1887-8-9 e de 1901, os quais não existiam por distritos. Foi seguido o mesmo processo a partir das percentagens relativas a cada sexo nos anos de 1886, 1900 e de 1902.

⁴ Por exemplo, no caso de 1926-28, foi calculada a percentagem de nascimentos fora do casamento nos anos adjacentes e estimados as percentagens de ilegítimos para os anos em falta de forma ponderada:

- em 1926 corresponde a $PNFC_{1926} = ((3 * PNFC_{1925}) + (1 * PNFC_{1929})) / 4$, onde PNFC corresponde à percentagem de nascimentos fora do casamento, e assim sucessivamente:

- e em 1928 corresponde a $PNFC_{1928} = ((1 * PNFC_{1925}) + (3 * \%PNFC_{1929})) / 4$.

⁵ No cálculo da importância relativa dos concelhos que vieram dar origem ao distrito de Setúbal, as fórmulas foram:

- em 1896 - $PCS_{1896} = ((17 * PCS_{1894/5}) + (1 * PCS_{1913/4})) / 18$, PCS corresponde percentagem de acontecimentos verificada nos concelhos que vieram a integrar Setúbal, e sucessivamente;

- até que, para 1912 - $PCS_{1912} = ((1 * PCS_{1894/5}) + (17 * PCS_{1913/4})) / 18$.

5. Fontes de informação

Para os dados referentes às populações censitárias foram utilizados os recenseamentos à população portuguesa:

- Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Lisboa,
- Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, Lisboa.
- Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Lisboa.
- Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920, Lisboa.
- Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930, Lisboa.
- Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Lisboa.
- Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, Lisboa.
- Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 Horas de 15 de Dezembro de 1960, Lisboa.
- Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1970. Estimativa a 20%, Lisboa.
- Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 16 de Março de 1981, Lisboa.

Relativamente às estatísticas do movimento natural e migratório foram utilizados os dados publicados:

- Arquivos do Instituto Central de Higiene. - Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (1900-1910), Lisboa.
- Arquivos do Instituto Central de Higiene, 1914 a 1926. - Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal, anos de 1913 a 1925.
- Direcção Geral do Comércio e Industria - Movimento da População, anos de 1888 a 1896, e de 1907 a 1921, Lisboa.
- Direcção Geral de Estatística - Anuário demográfico, anos de 1929 a 1966, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, - Estatísticas Demográficas, anos de 1967 a 1992, Lisboa.

Os indicadores apresentados são os habituais em demografia. Em alguns casos foram ensaiados alguns com ligeiras diferenças, de seguida especificadas:

- 1 - Taxa Bruta de Natalidade
- 2 - Taxa de Fecundidade Geral
- 3 - Taxa de Fecundidade no Casamento
- 4 - Taxa de fecundidade Fora do casamento
- 5 - Taxa de Fecundidade no Casamento (Homens)⁶
- 6 - Índice de Coale de Fecundidade Geral
- 7 - Índice de Coale de Fecundidade Legítima
- 8 - Índice de Coale de Fecundidade Ilegítima
- 9 - Índice de Coale de Nupcialidade Feminina
- 10 - Taxa Bruta de Nupcialidade

⁶ Toma como denominador os homens casados de 15-49 anos, além da leitura em função do sexo masculino, é similar à correcção para emigração de homens casados proposta por Livi Bacci (1971, 66-7) para a fecundidade legítima.

- 11 - Taxa de Nupcialidade de Não Casadas (Mulheres)⁷
- 12 - Taxa de Nupcialidade de Não Casados (Homens)⁸
- 13 - Percentagem de Mulheres Casadas (15-49 anos)⁹
- 14 - Percentagem de Homens Casados (15-49 anos)
- 15 - Taxa do Bruta de Emigração
- 16 - Taxa do Bruta de Emigração (Homens)
- 17 - Taxa do Bruta de Emigração (Mulheres)
- 18 - Taxa do Saldo Migratório Intercensitário
- 19 - Taxa do Saldo Migratório Intercensitário (Homens)
- 20 - Taxa do Saldo Migratório Intercensitário (Mulheres)
- 21- Taxa Bruta de Emigração Intercensitária
- 22- Taxa Bruta de Emigração Intercensitária (Homens)
- 23- Taxa Bruta de Emigração Intercensitária (Mulheres)

⁷ Tem como denominador as mulheres não casadas dos 15-49 anos.

⁸ Tem como denominador os homens não casados dos 15-49 anos.

⁹ Além da leitura directa este indicador apresenta uma correlação de 99,5% com o Índice de Nupcialidade Feminina de Coale.

Quadros com os Indicadores Demográficos

Quadro 1

Taxa Bruta de Natalidade																			
TBN	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	31,6	29,6	31,7	33,2	32,6	31,3	31,1	31,3	29,9	29,1	26,5	27,2	27,7	26,8	28,5	27,7	23,4	20,9	17,1
Beja	32,2	29,2	32,2	30,0	38,5	34,4	33,8	32,6	28,7	28,4	23,7	24,0	21,6	19,9	18,4	17,1	15,1	14,9	13,1
Braga	31,1	29,1	29,5	28,1	31,5	31,9	32,4	34,2	34,4	33,7	29,7	32,4	33,7	33,2	33,9	34,2	28,7	24,7	20,2
Bragança	34,6	34,5	32,2	28,6	35,3	35,1	36,7	39,9	35,6	34,5	30,6	31,1	29,9	29,4	28,3	24,5	19,2	17,1	15,3
Castelo Branco	36,1	33,4	33,1	35,6	37,0	34,2	34,5	35,2	31,7	29,5	26,2	25,6	23,4	21,6	20,1	17,8	14,2	13,2	12,5
Coimbra	28,5	26,3	27,4	24,7	28,3	27,1	27,2	28,5	25,7	23,8	21,3	21,3	21,1	19,3	19,7	19,6	18,1	17,5	14,7
Evora	27,5	26,6	29,7	31,0	36,4	33,0	33,3	32,4	30,5	28,4	23,3	22,8	19,9	17,4	17,3	16,9	15,9	16,1	13,4
Faro	36,0	33,1	34,3	32,5	38,9	34,4	32,7	31,7	26,8	24,7	21,2	21,1	18,9	17,0	16,4	16,4	15,8	16,5	13,4
Guarda	36,6	34,1	32,7	35,7	37,9	34,9	35,4	36,4	33,2	32,2	28,6	29,7	26,0	24,2	22,9	20,5	15,9	14,5	13,5
Leiria	33,0	28,6	29,9	31,1	31,6	30,4	31,4	33,1	31,0	28,6	25,3	24,9	23,8	22,5	22,7	22,3	18,8	17,2	15,5
Lisboa	28,1	27,5	28,6	30,2	32,8	27,0	26,6	25,3	23,4	19,9	16,3	16,6	16,4	15,9	18,3	19,8	20,1	19,5	14,1
Portalegre	28,1	24,4	28,7	31,5	36,1	32,3	32,7	30,8	29,5	26,6	22,5	22,5	19,0	17,4	17,5	16,4	15,2	14,3	12,3
Porto	34,2	32,8	34,2	35,8	36,5	34,3	32,4	34,1	32,9	30,5	26,4	28,0	30,3	28,9	30,4	29,8	25,2	21,9	17,6
Santarem	32,8	30,1	30,0	29,6	33,1	30,3	30,8	30,8	28,3	24,8	21,8	21,4	20,5	19,4	19,4	18,8	16,5	15,7	13,4
Setubal	29,1	28,4	32,0	36,5	42,5	35,3	35,1	35,7	30,8	27,5	23,0	21,9	19,3	18,0	19,2	18,4	18,2	20,4	14,7
Viana	27,0	22,4	23,7	26,0	28,1	28,9	28,4	30,3	29,5	27,6	24,2	26,8	25,8	24,7	24,6	24,2	21,0	18,0	16,1
Vila Real	32,1	26,9	28,3	30,2	32,7	33,2	33,9	36,6	33,9	30,4	28,7	30,6	30,6	30,1	29,7	28,8	23,3	20,1	16,9
Viseu	32,1	29,3	28,8	28,9	31,6	32,2	32,5	32,4	30,4	28,8	27,1	28,2	27,1	25,5	25,6	25,3	21,9	19,9	17,3
Açores	32,8	30,3	33,2	32,8	33,8	31,2	31,7	32,4	29,2	28,3	26,6	29,1	29,5	30,8	30,7	28,4	24,7	22,1	21,1
Madeira	38,3	39,3	41,4	40,2	38,9	35,7	35,0	37,1	37,5	35,2	30,7	30,4	29,9	29,2	31,6	31,1	25,5	22,3	18,1
Portugal	32,0	29,8	31,0	31,4	34,1	31,8	31,6	32,2	30,0	27,8	24,5	25,1	24,6	23,5	24,2	23,8	21,1	19,5	15,8

Quadro 2

Taxa de Fecundidade Geral																			
TFG	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	124	116	124	130	127	120	117	120	116	114	105	107	109	107	116	113	97	85	69
Beja	135	120	130	124	163	143	138	133	117	115	96	95	84	78	73	70	65	68	63
Braga	115	109	111	106	120	119	119	128	131	133	121	132	137	139	145	147	124	104	83
Bragança	139	138	128	117	148	145	150	167	153	148	131	130	123	123	121	107	87	79	72
Castelo Branco	149	137	135	146	152	137	135	137	123	118	109	105	94	87	81	74	61	59	58
Coimbra	113	103	106	95	109	103	101	105	93	88	81	80	79	74	77	78	74	73	62
Evora	118	111	121	129	154	135	133	129	122	114	94	89	75	66	65	65	62	67	59
Faro	149	137	142	133	157	137	129	121	100	94	82	81	72	66	65	68	68	73	61
Guarda	149	138	132	143	151	138	139	140	125	127	117	122	107	101	96	89	72	67	64
Leiria	138	119	125	130	131	124	125	131	122	115	104	101	95	91	92	90	77	71	65
Lisboa	112	106	107	111	119	96	93	88	81	68	55	56	55	54	64	71	73	74	55
Portalegre	119	103	119	132	153	135	134	125	118	107	91	89	73	67	68	66	64	63	58
Porto	129	124	129	133	134	124	115	121	116	111	99	104	112	110	120	119	102	87	69
Santarem	134	124	124	119	131	120	123	122	112	99	88	85	80	76	76	75	67	66	58
Setubal	126	121	135	156	185	147	141	144	124	111	92	84	72	66	71	67	67	77	57
Viana	100	83	88	97	105	107	104	108	103	102	94	104	100	97	98	97	84	75	69
Vila Real	125	106	112	120	129	130	131	144	136	126	122	129	127	128	129	127	105	92	78
Viseu	128	117	116	114	123	125	124	127	121	117	113	117	112	107	109	111	100	91	80
Açores	127	121	136	137	145	133	135	135	120	115	108	115	114	123	127	122	111	100	96
Madeira	152	159	170	164	158	142	137	144	145	139	124	118	112	111	121	124	106	91	72
Portugal	127	118	122	123	134	123	120	122	113	107	95	97	94	91	95	95	86	80	65

Quadro 3

Taxa de Fecundidade no Casamento																			
TFC	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	252	234	253	261	238	240	240	239	223	213	191	190	186	177	186	181	152	129	100
Beja	222	198	216	201	218	227	222	221	193	187	153	151	127	115	104	97	85	86	74
Braga	243	227	232	215	228	249	257	266	263	263	234	255	262	259	266	270	226	182	138
Bragança	244	241	229	209	219	260	277	305	270	253	220	218	204	199	191	169	137	121	104
Castelo Branco	264	247	246	265	260	255	255	253	223	207	186	177	157	144	133	121	100	92	85
Coimbra	228	208	212	188	192	199	201	201	173	161	145	143	137	123	124	123	112	107	87
Evora	205	193	210	215	213	220	220	209	185	169	138	133	110	94	92	92	84	87	70
Faro	240	221	231	216	215	215	202	189	151	135	114	116	99	89	86	88	88	89	67
Guarda	270	257	247	264	252	260	261	258	225	225	205	211	182	171	163	150	121	108	97
Leiria	259	220	223	237	225	226	229	227	201	187	170	164	153	142	141	137	112	100	87
Lisboa	190	175	176	186	171	155	150	140	122	98	82	89	85	81	93	100	99	96	67
Portalegre	195	170	198	217	221	221	225	207	192	169	140	137	110	98	97	94	89	87	74
Porto	239	229	244	253	233	232	223	227	211	199	176	187	195	187	197	195	164	136	102
Santarem	244	220	216	214	207	211	213	205	179	156	137	133	123	113	111	107	94	91	77
Setubal	205	188	203	232	232	217	207	207	165	139	115	110	90	83	89	84	82	92	63
Viana	222	183	194	217	223	242	237	243	222	213	192	211	200	189	187	183	156	131	112
Vila Real	237	186	209	230	220	244	253	274	246	221	207	221	217	215	214	211	175	148	119
Viseu	249	230	234	227	218	245	248	244	223	212	203	207	193	183	184	185	164	143	118
Açores	268	248	274	264	255	247	251	250	221	210	194	201	194	202	199	191	173	153	142
Madeira	296	299	314	307	290	277	277	290	288	271	237	232	225	218	234	237	200	169	130
Portugal	238	219	227	229	220	225	224	222	199	185	164	166	157	149	151	148	130	116	90

Quadro 4

Taxa de Fecundidade Fora do Casamento																			
TFFC	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	22	22	22	21	21	22	21	21	22	22	20	17	16	14	14	12	10	9	11
Beja	29	28	29	27	32	36	38	36	40	47	45	45	43	42	39	35	32	34	
Braga	24	21	19	21	20	22	22	22	23	22	20	18	17	15	12	9	7	6	7
Bragança	51	51	42	35	39	43	45	45	44	45	41	36	30	28	26	23	19	16	19
Castelo Branco	15	12	11	11	10	10	11	10	10	10	9	8	7	5	5	5	5	6	9
Coimbra	19	17	16	13	15	16	15	15	15	14	12	12	10	10	9	9	9	11	
Evora	30	27	29	34	37	43	43	44	53	59	53	46	39	33	30	25	25	26	32
Faro	26	27	28	25	30	35	34	36	38	44	43	36	34	31	31	30	27	32	43
Guarda	26	19	18	18	15	11	15	13	14	14	13	11	9	7	5	6	6	6	8
Leiria	16	14	17	15	16	19	21	26	30	32	28	24	22	20	17	15	14	13	17
Lisboa	44	46	48	51	50	50	47	46	48	44	34	27	26	25	27	27	26	28	28
Portalegre	22	17	20	22	23	25	25	24	25	27	26	24	21	20	19	17	16	15	20
Porto	34	34	32	32	34	36	32	32	33	32	27	23	24	21	21	16	13	12	12
Santarem	18	17	17	15	17	19	19	19	24	25	23	19	19	19	18	17	15	13	16
Setubal	28	41	51	66	78	75	75	81	85	85	73	60	53	46	45	38	33	36	39
Viana	25	21	22	22	23	24	24	24	25	25	23	22	19	16	12	10	8	8	10
Vila Real	48	49	43	36	36	43	42	42	44	42	44	38	33	29	25	22	16	13	15
Viseu	38	34	30	28	28	30	30	29	30	29	26	23	20	16	15	13	11	10	13
Açores	14	12	11	9	8	5	6	7	6	7	7	10	6	6	6	5	6	7	11
Madeira	12	11	9	5	5	5	5	5	6	7	7	7	7	6	6	7	6	7	9
Portugal	29	28	27	27	28	30	29	30	32	32	29	25	23	21	20	18	16	16	18

Quadro 5

Taxa de Fecundidade no Casamento (Homens)																			
TFC (H)	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	311	286	306	326	305	305	302	300	279	257	222	221	214	202	210	204	172	145	111
Beja	249	224	246	225	241	255	253	245	210	204	168	167	142	130	118	112	100	101	86
Braga	281	261	264	249	266	295	308	311	302	298	263	283	287	287	297	309	267	208	154
Bragança	277	276	264	247	264	311	328	351	304	282	243	241	227	223	215	199	171	148	125
Castelo Branco	290	276	280	304	299	294	295	290	254	231	203	193	171	158	146	138	120	108	98
Coimbra	281	260	270	246	259	259	252	249	212	193	171	166	156	140	140	139	128	121	98
Evora	234	219	236	243	243	249	246	236	210	191	155	149	124	106	104	105	98	100	80
Faro	276	256	269	256	260	260	243	232	188	163	134	135	115	103	100	104	106	106	78
Guarda	315	303	294	325	320	330	330	332	292	274	238	240	204	193	184	176	150	130	114
Leiria	301	261	271	291	279	273	270	266	233	214	192	185	172	157	155	153	128	114	98
Lisboa	196	183	186	197	181	166	162	148	127	102	85	94	90	87	100	109	109	106	74
Portalegre	215	191	225	247	252	252	256	225	201	183	157	153	123	110	108	106	102	100	86
Porto	268	256	273	291	273	270	257	260	241	224	195	206	214	205	217	217	184	150	111
Santarem	269	244	242	239	232	238	242	229	197	173	155	149	136	125	123	120	106	103	86
Setubal	226	204	218	241	235	225	220	217	172	147	124	118	96	90	97	93	91	102	69
Viana	277	228	240	271	282	308	303	316	292	272	239	256	237	228	230	235	211	173	146
Vila Real	285	217	235	274	275	299	303	322	285	251	232	243	236	238	239	246	216	179	142
Viseu	312	285	288	292	292	323	322	313	282	261	244	242	220	209	210	217	198	171	139
Açores	309	284	310	316	321	304	300	300	265	245	222	229	220	232	233	225	205	178	161
Madeira	349	340	346	353	346	332	334	340	331	317	282	288	292	282	302	301	252	207	156
Portugal	274	251	260	267	264	266	263	258	229	210	184	186	175	166	169	168	149	132	101

Quadro 6

Índice de Coale de Fecundidade Geral																			
if	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	336	311	330	344	321	321	316	321	310	306	282	288	295	289	312	308	265	232	188
Beja	369	323	344	327	363	380	374	356	310	303	251	254	228	212	198	195	188	196	183
Braga	314	294	299	285	296	318	319	342	348	356	326	356	372	373	387	398	340	282	224
Bragança	379	372	342	312	335	391	409	451	407	395	351	350	331	330	324	299	255	230	207
Castelo Branco	402	369	362	389	379	366	365	367	327	316	291	282	255	237	221	207	177	171	168
Coimbra	305	278	284	254	266	276	274	281	249	238	218	218	216	201	209	216	209	204	174
Evora	322	299	321	340	346	360	357	344	320	301	249	238	202	176	174	179	180	194	171
Faro	403	364	372	348	356	365	346	324	266	250	218	219	198	182	180	190	195	208	171
Guarda	401	371	354	382	366	371	375	377	335	342	317	331	291	276	265	250	210	194	183
Leiria	362	318	337	347	327	328	331	346	322	307	281	271	257	243	246	248	215	199	181
Lisboa	297	279	281	291	270	253	246	232	213	180	147	150	148	147	172	193	203	204	151
Portalegre	322	277	321	353	361	359	361	334	314	285	243	239	198	183	185	184	186	185	170
Porto	346	329	340	350	329	326	305	320	308	296	264	279	301	296	321	322	279	236	184
Santarem	353	329	333	317	303	317	324	325	299	267	238	229	216	205	207	208	191	187	165
Setubal	339	322	354	410	420	389	375	379	326	291	244	223	192	177	188	182	183	212	156
Viana	274	227	239	261	267	287	280	291	276	275	255	284	274	264	265	267	237	210	194
Vila Real	339	285	302	319	310	347	355	387	363	337	327	346	343	345	349	354	302	262	223
Viseu	347	317	312	307	301	336	339	342	325	316	306	317	305	292	299	309	284	258	225
Açores	347	330	374	375	378	364	371	363	317	302	281	304	304	332	344	334	307	275	263
Madeira	402	417	444	433	411	376	361	375	373	365	330	316	301	295	319	330	287	248	198
Portugal	343	316	325	328	322	327	322	325	301	285	255	260	253	245	256	260	239	222	181

Quadro 7

Índice de Coale de Fecundidade Legítima																			
ig	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	712	651	694	717	652	665	671	661	611	579	515	516	505	480	500	493	420	353	271
Beja	608	534	575	531	571	609	609	608	533	514	422	426	368	335	302	286	255	258	222
Braga	687	637	644	593	623	690	720	739	726	724	645	707	732	716	728	752	643	502	370
Bragança	691	678	640	580	605	730	792	850	738	690	598	598	565	548	524	488	426	366	307
Castelo Branco	727	681	680	722	699	697	713	699	610	568	508	489	437	405	375	357	312	279	250
Coimbra	646	586	597	524	532	557	567	562	478	445	402	398	384	345	347	350	329	305	244
Evora	567	530	569	576	564	594	604	567	498	459	379	367	308	262	258	268	254	261	207
Faro	659	596	612	572	569	581	556	517	412	371	314	322	277	251	245	254	258	257	190
Guarda	749	711	681	719	680	713	730	716	620	620	565	584	508	482	462	441	375	324	284
Leiria	720	607	612	657	631	626	627	623	549	517	475	457	425	392	389	384	323	286	245
Lisboa	517	475	475	503	465	420	406	379	330	270	228	247	236	225	254	278	278	270	188
Portalegre	527	460	537	583	588	596	613	559	516	457	380	375	306	275	272	274	271	262	223
Porto	644	612	648	670	615	619	601	611	566	536	477	508	531	506	533	537	458	371	274
Santarem	659	604	601	588	565	573	574	555	484	425	377	367	339	312	307	305	275	264	221
Setubal	551	498	531	609	611	578	561	551	435	371	311	295	241	224	239	230	226	254	172
Viana	656	538	567	627	635	696	688	696	629	607	549	604	571	537	529	527	460	381	324
Vila Real	673	523	579	632	600	674	709	757	673	603	563	603	595	593	589	603	525	435	343
Viseu	718	658	665	636	603	685	705	685	619	584	558	573	538	512	517	534	489	417	336
Açores	744	693	771	731	694	678	694	676	585	555	514	537	525	550	547	529	484	420	383
Madeira	794	793	822	812	773	741	745	766	751	718	637	635	626	603	641	655	561	471	363
Portugal	661	603	621	622	601	616	617	608	542	504	449	458	436	411	418	417	372	328	251

Quadro 8

Índice de Coale de Fecundidade Ilegítima																			
ih	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	58	58	57	54	53	56	55	55	58	59	53	45	44	38	36	31	26	26	31
Beja	77	73	77	70	85	95	100	95	101	119	112	114	115	110	107	101	96	89	95
Braga	62	57	50	56	52	57	56	58	61	57	52	49	46	39	31	24	19	17	19
Bragança	136	134	110	90	102	114	118	117	114	117	107	95	79	74	69	61	52	44	51
Castelo Branco	40	31	29	28	27	25	29	27	26	27	24	20	17	14	13	13	12	17	25
Coimbra	49	43	43	35	38	43	40	40	39	40	36	31	31	27	26	24	23	24	31
Evora	80	71	77	88	97	112	113	116	136	150	136	118	99	84	78	66	66	70	87
Faro	70	72	74	65	78	92	90	93	98	114	112	93	91	83	83	82	74	89	118
Guarda	69	49	48	48	40	30	38	35	37	37	34	28	23	18	14	15	15	17	23
Leiria	39	36	46	39	41	49	55	65	75	82	74	64	57	51	44	39	37	36	45
Lisboa	115	120	123	129	127	128	122	118	124	114	89	71	69	65	70	71	71	75	74
Portalegre	59	45	53	58	59	65	66	62	65	71	68	63	56	53	51	45	43	42	55
Porto	91	91	85	83	88	92	82	85	88	85	70	61	63	57	55	41	35	31	32
Santarem	45	44	44	40	42	49	48	50	63	67	61	51	51	49	47	45	39	35	44
Setubal	75	108	134	174	203	195	198	213	221	222	189	156	139	120	117	101	89	97	105
Viana	65	55	57	56	60	63	63	62	65	65	60	57	49	42	32	26	22	20	26
Vila Real	126	129	113	95	94	112	112	111	115	109	115	99	88	76	66	58	43	35	42
Viseu	99	89	77	72	74	79	79	76	78	77	69	60	55	44	39	34	30	27	35
Açores	37	32	31	26	21	15	17	17	17	17	18	27	17	17	16	14	17	20	32
Madeira	32	29	23	14	14	14	13	12	15	18	18	20	17	16	15	17	16	20	24
Portugal	76	73	71	70	73	78	77	78	83	84	75	65	61	55	53	47	43	43	48

Quadro 9

Índice de Coale de Nupcialidade Feminina																			
im	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	426	427	428	438	447	435	424	440	455	475	494	517	543	567	594	599	606	631	657
Beja	549	541	536	557	571	555	538	509	484	466	450	448	447	456	466	510	581	631	692
Braga	403	410	418	426	429	413	396	417	431	448	462	467	475	494	511	513	514	547	584
Bragança	438	437	438	452	464	450	432	455	470	486	495	507	518	540	562	556	544	575	609
Castelo Branco	526	520	512	520	524	508	491	506	516	535	552	559	566	570	575	564	549	589	636
Coimbra	429	432	436	449	463	453	444	462	477	488	498	510	524	547	572	589	609	641	672
Evora	498	497	497	517	534	515	497	506	509	487	468	479	495	514	536	663	605	649	697
Faro	565	559	555	560	566	557	549	545	537	530	525	551	576	587	601	628	660	707	737
Guarda	489	486	483	497	509	499	487	502	511	523	534	544	553	555	560	552	540	576	613
Leiria	474	494	514	498	484	483	484	504	520	517	515	527	543	564	586	603	623	652	679
Lisboa	454	448	449	433	423	427	436	436	433	425	422	447	476	513	553	592	635	660	675
Portalegre	563	557	552	561	570	554	539	546	551	556	562	564	570	587	606	608	628	651	681
Porto	461	457	453	454	457	443	430	447	460	467	475	488	508	532	557	566	577	602	630
Santarem	501	510	518	506	499	511	524	543	561	559	558	564	574	595	615	628	643	666	687
Setubal	554	549	555	543	533	507	489	492	489	467	449	485	515	546	581	631	687	732	758
Viana	354	356	357	358	361	354	346	362	374	387	400	415	431	450	469	480	490	525	563
Vila Real	388	397	405	417	427	419	408	428	445	461	473	489	503	522	540	542	537	568	601
Viseu	401	401	400	416	430	424	416	437	456	470	484	502	519	531	544	550	553	591	630
Açores	437	450	464	496	531	527	523	525	527	530	532	544	566	591	618	621	622	637	659
Madeira	485	507	527	526	523	498	475	482	487	496	504	482	467	477	486	491	498	506	514
Portugal	456	459	462	467	471	463	454	467	475	479	483	497	513	535	558	576	596	627	654

Quadro 10

Taxa Bruta de Nupcialidade																			
TBNup	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	6,8	6,7	6,8	6,7	6,6	6,3	8,4	7,2	7,2	7,0	7,1	8,0	8,1	8,0	8,1	8,2	8,7	10,6	8,4
Beja	7,1	6,9	8,5	6,2	7,3	4,8	7,6	6,3	5,3	5,8	5,0	5,8	5,8	6,6	6,6	8,5	9,0	9,2	7,4
Braga	6,4	6,8	7,5	5,6	5,6	5,3	7,5	6,4	6,2	5,5	5,3	6,8	6,9	7,1	7,3	7,8	8,4	11,1	8,5
Bragança	6,1	7,5	7,6	4,9	5,6	4,6	8,7	7,6	7,1	6,4	6,0	7,0	7,6	7,3	6,9	7,2	8,1	9,7	7,8
Castelo Branco	7,6	6,6	7,1	7,0	6,9	5,0	8,4	6,2	7,4	7,5	7,3	7,6	8,0	7,5	7,4	7,8	7,9	10,1	7,5
Coimbra	7,1	6,3	6,7	6,1	6,7	5,9	8,2	6,8	7,5	7,1	6,8	8,0	7,9	7,7	7,6	8,0	8,2	10,0	7,7
Evora	5,6	5,4	6,5	5,9	6,8	5,0	7,5	6,2	5,2	5,8	5,8	7,2	6,8	7,8	8,5	9,3	9,6	9,9	7,1
Faro	7,9	7,3	8,0	7,3	8,6	6,6	8,8	7,4	6,5	6,5	7,8	7,9	7,8	7,9	7,4	8,9	9,2	8,9	6,5
Guarda	7,2	6,1	6,8	6,9	6,9	5,6	9,7	8,2	7,6	7,1	7,0	7,8	7,4	7,4	7,1	8,2	8,7	10,1	8,2
Leiria	8,1	6,5	7,2	7,1	6,9	6,2	8,7	7,8	7,2	6,5	7,3	8,0	8,1	8,2	8,6	9,2	9,2	10,4	7,6
Lisboa	6,4	5,9	6,5	6,0	6,9	6,9	9,1	6,6	6,4	6,5	7,6	8,4	8,5	9,2	9,9	10,2	10,9	10,4	6,8
Portalegre	6,1	4,7	6,5	6,7	7,2	5,5	8,6	7,2	7,0	6,9	6,7	7,7	7,7	8,0	8,0	7,8	7,9	8,7	6,6
Porto	7,2	7,1	7,0	7,0	7,1	5,8	8,4	7,8	7,4	7,3	7,0	8,3	8,3	8,2	8,3	8,3	8,6	10,7	8,2
Santarem	8,0	6,9	7,2	7,0	7,3	6,7	8,8	7,6	7,1	6,7	6,8	7,8	8,0	8,1	8,2	8,6	8,8	9,4	7,1
Setubal	6,0	6,6	6,7	5,5	5,5	6,1	7,4	5,9	5,0	5,1	7,0	7,4	7,1	8,0	8,7	9,0	9,6	10,1	6,3
Viana	5,6	4,8	5,1	5,3	5,6	5,4	6,8	5,6	6,1	5,8	5,8	6,8	6,7	6,8	6,8	8,0	8,4	9,7	8,7
Vila Real	5,8	6,2	5,7	5,0	5,3	4,4	7,4	6,5	6,1	5,4	5,9	6,7	7,0	6,9	6,8	7,4	8,6	10,2	8,6
Viseu	6,4	6,0	6,1	5,7	5,8	5,4	7,4	6,4	6,6	6,3	6,7	7,2	7,2	7,1	7,0	7,4	8,2	10,0	8,4
Açores	6,8	5,6	6,7	6,5	6,5	5,4	7,6	6,8	6,6	6,6	6,3	9,0	8,3	8,8	8,5	8,5	9,4	10,9	8,6
Madeira	8,8	8,2	8,5	7,0	7,3	6,3	8,6	7,7	7,0	6,7	6,0	7,7	8,4	8,1	8,3	7,8	7,9	9,8	8,7
Portugal	6,9	6,4	6,9	6,3	6,6	5,8	8,3	7,0	6,7	6,5	6,7	7,7	7,8	8,0	8,3	8,7	9,3	10,2	7,6

Quadro 11

Taxa de Nupcialidade de Não Casadas (Mulheres - 15-49 anos)																			
TNNC (M)	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	48,2	47,2	47,5	47,5	47,9	44,3	56,3	50,5	51,9	52,7	56,2	65,5	70,2	74,6	81,5	84,2	92,1	117,2	98,4
Beja	66,4	62,8	75,3	58,5	72,0	45,4	68,7	53,9	43,4	46,0	38,4	44,1	43,6	50,6	51,8	76,2	98,4	120,0	120,9
Braga	40,8	43,7	49,7	37,8	38,3	34,6	47,0	42,1	42,6	40,5	41,3	53,4	55,5	60,6	66,6	71,2	77,2	105,0	84,2
Bragança	45,5	55,2	55,6	37,6	45,2	35,7	64,7	59,7	58,7	54,2	51,7	61,1	66,9	68,1	68,7	74,1	87,5	112,9	99,0
Castelo Branco	67,8	57,9	61,2	61,4	60,7	42,2	66,8	50,4	61,2	66,8	68,7	72,1	76,9	73,5	73,7	79,5	82,8	117,7	100,6
Coimbra	51,2	45,2	48,0	44,0	49,9	42,0	57,0	47,9	53,9	52,8	52,8	63,0	64,4	67,4	71,7	81,4	90,7	119,5	101,7
Evora	48,5	45,3	53,5	51,3	61,7	42,5	61,3	51,2	43,4	46,8	45,0	56,3	52,8	63,6	72,4	86,7	102,8	125,7	107,6
Faro	75,9	69,4	74,8	68,8	80,5	60,5	79,3	64,1	54,1	54,0	66,0	69,7	72,8	76,7	76,3	103,0	121,0	138,1	114,8
Guarda	58,6	49,1	53,9	56,0	57,4	45,1	76,8	65,1	60,3	60,3	62,5	72,5	69,5	72,1	70,9	84,8	93,2	117,1	103,9
Leiria	67,2	55,9	63,0	61,2	58,7	51,2	69,6	64,4	61,3	56,3	64,0	70,9	73,7	78,9	86,7	98,6	104,8	128,1	101,8
Lisboa	47,6	42,3	45,4	40,0	44,0	44,0	57,4	41,7	39,5	39,5	45,8	52,6	56,2	66,7	79,3	91,5	112,0	118,8	83,1
Portalegre	58,8	44,5	61,0	65,0	71,6	51,9	78,5	65,6	64,0	64,1	63,4	72,2	71,3	78,3	82,2	85,6	96,7	119,5	103,9
Porto	50,7	49,5	48,6	48,5	48,6	38,4	53,6	50,7	49,2	50,3	50,4	60,9	63,3	67,6	74,9	77,5	84,5	108,4	87,1
Santarem	67,3	60,0	63,9	59,3	59,7	55,8	75,3	67,6	65,3	62,0	63,4	72,6	76,0	80,7	86,7	96,4	106,1	123,2	101,8
Setubal	58,3	62,5	62,5	51,0	51,0	52,0	59,0	47,5	39,8	39,3	52,2	56,2	54,8	66,1	77,4	91,0	114,2	144,2	101,2
Viana	33,6	28,6	30,7	31,7	34,0	32,3	39,8	32,7	34,9	35,9	38,6	46,5	47,1	50,0	52,6	63,8	69,3	87,9	87,4
Vila Real	38,3	41,4	39,0	34,9	37,0	30,3	49,4	45,7	44,6	42,0	48,4	56,6	59,8	62,4	65,7	74,1	88,4	112,7	102,3
Viseu	44,4	41,4	42,5	40,0	40,4	37,0	50,3	45,6	49,7	49,5	55,6	61,3	63,3	64,9	67,9	75,4	88,7	116,5	105,7
Açores	47,8	41,2	52,6	54,2	58,5	50,2	68,5	55,5	57,4	53,0	55,4	70,4	75,1	83,8	93,1	118,6	112,8	153,9	112,4
Madeira	68,9	67,7	73,8	60,6	62,1	50,2	65,1	58,5	53,4	53,4	49,8	58,8	61,5	60,5	64,0	63,0	67,7	82,4	71,9
Portugal	51,4	48,1	51,6	47,6	50,3	42,7	59,1	50,6	49,4	49,1	51,9	60,5	62,4	68,8	76,0	84,8	97,6	115,7	92,7

Quadro 12

Taxa de Nupcialidade de Não Casados (Homens - 15-49 anos)																			
TNNC (H)	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	69,0	68,2	69,1	68,5	68,8	63,2	80,0	69,3	68,8	65,6	66,1	72,9	74,3	79,3	87,3	91,4	101,4	117,9	91,4
Beja	52,7	51,6	63,7	48,8	59,1	38,7	60,6	46,7	37,0	39,8	33,7	38,5	37,9	43,8	44,8	65,1	82,1	91,9	81,5
Braga	61,4	65,4	74,2	54,3	53,1	48,1	65,4	57,2	56,2	50,4	48,8	60,3	60,3	66,1	72,8	79,2	87,3	109,7	82,2
Bragança	44,2	54,1	54,9	37,6	46,2	36,9	67,5	60,2	57,2	49,6	44,8	52,8	57,6	58,5	59,0	65,7	81,3	93,9	73,5
Castelo Branco	64,4	57,8	64,1	63,7	62,5	44,9	73,6	54,7	65,5	68,2	67,1	70,0	74,1	73,4	76,4	82,3	85,5	111,5	85,5
Coimbra	64,2	58,5	64,1	59,3	67,8	56,8	76,9	62,1	67,0	64,7	63,8	74,4	74,4	78,0	83,1	93,4	102,9	125,2	98,1
Evora	37,8	36,2	43,5	41,8	50,3	35,6	52,3	43,2	36,4	40,0	39,1	49,0	46,0	56,7	66,2	81,4	100,7	116,3	92,3
Faro	68,0	62,6	67,8	65,8	81,0	59,1	75,1	62,3	54,0	52,3	62,0	63,1	63,4	66,3	65,2	86,0	97,6	101,0	76,9
Guarda	65,2	54,6	60,0	64,0	67,6	54,2	94,1	77,5	69,9	66,2	64,8	72,9	67,8	71,6	71,7	88,6	101,8	114,4	90,1
Leiria	68,2	57,4	65,3	65,2	64,0	56,2	77,2	69,1	63,7	57,5	64,6	69,8	71,0	74,9	81,2	94,2	102,2	116,2	86,0
Lisboa	37,5	35,6	40,2	37,2	42,9	42,7	56,4	41,6	39,8	40,2	47,2	54,2	57,8	69,9	84,7	99,1	123,3	120,5	78,9
Portalegre	46,8	36,1	50,4	55,3	62,5	46,4	71,7	58,0	54,8	54,9	57,1	62,7	62,7	70,0	75,1	80,3	94,4	108,2	85,8
Porto	65,0	64,0	63,1	62,4	62,0	48,5	67,0	62,6	60,0	59,1	57,4	68,6	70,5	75,8	84,6	85,7	91,4	110,2	84,0
Santarem	64,5	57,6	61,5	58,6	60,3	57,0	77,6	67,2	62,7	58,8	59,5	67,8	70,5	77,1	85,6	96,7	108,5	115,3	87,1
Setubal	37,4	40,3	40,3	34,1	34,7	39,3	48,6	38,4	31,8	32,4	44,0	46,3	44,1	55,4	67,1	79,6	99,8	119,1	80,1
Viana	56,5	47,3	50,1	51,8	55,4	52,4	64,1	53,6	58,2	55,0	54,3	62,9	61,6	67,1	72,9	92,7	106,0	115,2	98,2
Vila Real	45,8	47,8	43,4	40,6	45,3	35,3	55,0	49,8	47,6	42,1	45,9	51,6	52,7	55,4	58,8	68,8	86,3	98,9	80,4
Viseu	59,8	54,3	54,3	53,1	55,8	50,4	67,7	59,0	61,8	58,0	61,5	65,1	64,5	66,3	69,5	77,4	91,2	111,5	93,9
Açores	69,5	56,7	67,7	67,8	70,3	56,4	76,0	63,0	58,0	54,9	50,4	70,1	65,7	76,6	82,8	83,8	93,8	108,1	86,2
Madeira	79,9	80,3	89,7	73,3	74,9	59,3	75,5	66,8	60,0	58,1	52,7	63,3	66,2	70,8	82,3	82,5	90,6	108,5	93,2
Portugal	57,0	53,6	57,6	53,8	57,4	48,8	67,6	56,6	54,1	52,2	53,7	61,4	62,3	69,7	78,1	88,1	102,6	113,0	84,5

Quadro 13

Percentagem de Mulheres Casadas (15-49 anos)																			
PMC	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	44,3	44,2	44,1	45,2	46,2	45,1	44,0	45,3	46,5	48,2	49,8	52,0	54,7	57,0	59,6	60,2	61,0	63,2	65,4
Beja	55,2	54,6	54,2	56,0	57,3	55,8	54,5	52,4	50,3	48,8	47,4	47,5	47,9	48,8	49,8	54,0	60,4	65,2	71,0
Braga	41,8	42,3	43,1	43,8	44,1	42,9	41,6	43,3	44,6	46,1	47,4	48,0	49,0	50,9	52,6	52,9	53,3	55,5	58,3
Bragança	45,6	45,6	45,7	46,9	47,9	46,7	45,2	47,0	48,2	49,6	50,4	51,8	53,1	55,3	57,3	57,7	57,9	60,2	62,7
Castelo Branco	53,7	53,2	52,7	53,2	53,5	52,1	50,8	52,2	53,2	54,8	56,3	57,2	58,2	58,8	59,5	59,3	59,0	61,8	65,2
Coimbra	44,9	45,3	45,7	46,9	48,0	47,1	46,2	47,9	49,3	50,2	51,0	52,4	54,0	56,2	58,6	60,6	62,9	65,4	67,8
Evora	50,6	50,5	50,6	52,3	53,7	52,2	50,8	51,7	52,0	50,1	48,4	49,8	51,5	53,6	55,9	59,0	63,4	67,2	71,2
Faro	57,1	56,4	55,9	56,4	57,0	56,6	56,3	55,9	55,0	54,5	54,0	56,6	58,9	60,1	61,6	64,3	67,4	71,6	74,2
Guarda	50,3	50,0	49,6	50,7	51,7	51,1	50,3	51,7	52,6	53,5	54,3	55,6	56,6	57,1	57,9	57,8	57,6	60,0	62,6
Leiria	50,0	51,1	52,2	51,6	51,2	50,6	50,2	52,2	53,8	53,4	53,2	54,4	55,9	58,0	60,1	62,1	64,1	66,4	68,5
Lisboa	46,5	46,0	46,3	44,7	43,8	44,0	44,6	44,7	44,4	43,8	43,8	46,1	48,9	52,5	56,4	60,3	64,5	67,0	68,4
Portalegre	56,2	56,0	55,8	56,5	57,3	55,9	54,7	55,4	55,9	56,4	57,0	57,6	58,5	60,4	62,4	63,2	65,8	67,6	69,9
Porto	46,4	46,0	45,7	45,9	46,2	45,0	43,9	45,4	46,6	47,3	48,1	49,4	51,4	53,8	56,2	57,5	58,8	60,8	63,1
Santarem	51,5	52,7	53,7	52,4	51,5	52,5	53,6	55,4	57,0	56,8	56,7	57,6	58,9	60,8	62,7	64,4	66,1	67,9	69,7
Setubal	55,4	54,8	55,2	54,4	53,6	51,1	49,6	49,7	49,4	47,4	45,9	49,2	52,0	55,1	58,6	63,6	69,1	73,6	76,0
Viana	38,2	38,2	38,2	38,3	38,5	37,9	37,2	38,5	39,4	40,7	42,0	43,4	44,9	46,8	48,8	50,2	51,5	54,4	57,6
Vila Real	40,8	41,3	41,9	42,9	43,8	43,2	42,3	44,0	45,5	46,9	48,1	49,8	51,3	53,2	55,0	55,7	56,1	58,5	60,9
Viseu	42,5	42,2	42,0	43,4	44,5	44,0	43,4	45,3	47,0	48,2	49,3	51,2	52,9	54,3	55,8	56,9	57,9	60,6	63,5
Açores	44,7	46,1	47,5	50,0	52,8	52,7	52,7	52,7	52,7	53,3	53,7	54,9	57,2	59,7	62,4	62,6	62,6	63,5	65,0
Madeira	49,3	51,2	52,9	52,6	52,2	50,2	48,4	48,9	49,2	50,2	51,1	49,3	48,5	49,5	50,4	50,8	51,4	51,6	51,9
Portugal	46,9	47,1	47,4	47,9	48,3	47,5	46,8	47,9	48,6	49,0	49,4	50,9	52,6	54,8	57,0	59,0	61,2	63,8	66,0

Quadro 14

Percentagem de Homens Casados (15-49 anos)																			
PHC	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	48,1	48,4	48,6	48,9	49,1	48,0	47,0	47,5	48,0	49,0	50,0	51,1	52,6	55,3	58,3	59,3	60,4	60,6	61,2
Beja	46,6	46,6	46,7	48,6	49,8	49,0	48,2	46,2	44,4	43,0	41,7	41,7	41,7	42,3	43,0	46,5	51,9	55,1	58,7
Braga	48,3	48,9	49,8	49,2	48,4	46,8	45,2	47,0	48,1	48,5	48,7	48,5	48,8	50,5	52,1	52,2	52,2	53,3	55,1
Bragança	41,8	41,8	41,9	42,8	43,9	43,1	42,1	43,8	44,6	44,7	44,3	45,6	46,8	48,7	50,6	50,7	50,5	50,7	50,9
Castelo Branco	50,1	50,3	50,6	50,7	50,7	50,1	49,5	50,8	51,6	52,6	53,5	54,4	55,2	56,6	58,1	56,9	55,3	56,5	57,8
Coimbra	45,4	46,1	46,9	47,6	48,2	48,2	48,1	49,0	49,7	50,7	51,7	52,8	54,2	56,7	59,3	61,0	62,8	63,5	64,2
Evora	41,0	41,8	42,6	44,1	45,4	44,7	44,1	44,4	44,4	43,2	42,1	43,4	45,0	47,7	50,7	54,2	59,5	62,2	64,9
Faro	50,9	50,2	49,7	51,1	52,5	51,4	50,3	50,1	49,5	49,0	48,5	50,3	51,8	52,9	54,2	56,0	58,0	60,9	62,4
Guarda	49,1	48,5	47,9	48,9	49,9	49,7	49,5	49,8	49,8	50,9	51,6	52,5	53,1	54,0	55,2	54,9	54,5	54,9	55,3
Leiria	46,6	47,5	48,3	48,1	47,9	48,1	48,6	50,0	51,0	50,6	50,3	51,1	52,2	54,2	56,3	58,2	60,4	61,2	62,0
Lisboa	39,9	40,7	41,8	41,6	41,6	41,8	42,4	43,3	43,6	43,3	43,5	45,6	48,2	52,0	56,1	60,1	64,5	65,2	65,1
Portalegre	48,0	48,0	47,9	49,2	50,6	49,8	49,3	50,3	50,9	50,5	50,3	51,3	52,6	54,9	57,5	58,7	62,0	62,0	62,4
Porto	49,8	49,5	49,4	48,7	48,3	47,0	45,9	47,3	48,3	48,4	48,7	49,9	51,8	54,3	56,9	57,3	57,9	58,8	60,1
Santarem	48,0	49,0	49,9	49,3	49,0	50,0	51,2	52,5	53,7	52,9	52,2	53,1	54,4	57,2	60,0	61,8	63,9	63,7	63,5
Setubal	41,9	41,8	42,5	43,1	43,6	43,3	43,3	43,2	42,8	41,2	40,0	42,7	44,9	48,7	53,0	58,1	63,8	67,6	69,5
Viana	45,4	45,2	45,0	44,8	44,6	43,7	42,8	44,1	45,2	45,2	45,0	46,1	47,3	49,5	51,8	53,2	54,6	54,2	54,0
Vila Real	40,6	41,1	41,6	42,4	43,4	41,9	40,5	42,1	43,5	43,8	43,9	45,1	46,0	47,7	49,5	50,1	50,3	50,4	50,6
Viseu	44,3	43,6	43,0	44,1	45,2	44,8	44,3	45,6	46,7	47,0	47,2	48,8	50,1	51,5	53,0	53,6	53,9	55,3	56,7
Açores	50,4	50,5	50,7	51,0	51,6	51,2	50,8	49,5	48,5	48,3	48,0	48,8	50,7	53,1	55,7	55,1	54,0	54,6	55,6
Madeira	48,9	52,3	55,3	53,9	52,5	49,9	47,5	48,2	48,6	48,4	48,1	45,8	43,8	46,9	50,4	51,5	53,0	53,4	53,8
Portugal	46,1	46,4	46,7	47,0	47,2	46,6	46,1	47,0	47,4	47,3	47,3	48,4	49,8	52,3	54,9	56,9	59,0	60,2	61,2

Quadro 15

Taxa do Bruta de Emigração																			
TBE	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	8,4	11,1	7,2	11,9	16,5	3,9	14,7	10,7	5,9	3,6	3,1	2,1	7,5	7,2	5,0	10,7	7,7	3,0	3,0
Beja	0,9	1,3	0,3	0,4	2,8	0,2	0,3	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	4,2	8,6	1,1	0,5
Braga	5,1	5,1	3,5	6,6	9,7	2,4	6,8	5,9	3,0	1,5	1,0	0,5	3,0	3,5	3,6	14,5	7,8	1,7	1,1
Bragança	4,3	6,0	2,9	6,5	36,8	5,5	7,5	8,9	4,4	2,6	2,8	1,4	8,5	8,4	7,7	15,0	7,9	1,3	1,1
Castelo Branco	0,3	0,5	0,6	0,8	2,1	0,9	2,3	1,8	1,0	0,4	0,2	0,2	0,9	1,6	2,7	19,1	6,0	1,5	0,9
Coimbra	6,3	10,1	5,7	8,6	15,1	3,2	8,9	8,0	3,9	2,0	1,4	1,0	4,1	3,4	2,4	5,6	5,2	2,1	1,2
Evora	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	2,1	2,7	0,5	0,3
Faro	0,8	0,8	0,7	1,1	3,6	1,3	4,2	3,7	3,3	1,2	0,7	0,7	2,6	2,1	2,7	11,6	8,7	1,2	0,8
Guarda	3,3	5,1	3,3	7,2	19,3	7,1	10,7	8,2	5,4	2,9	2,2	1,6	6,8	7,4	6,2	24,3	7,7	2,5	1,8
Leiria	3,0	5,5	2,6	3,7	13,2	2,2	5,0	5,9	3,7	1,1	0,8	0,5	2,6	3,2	4,7	18,7	11,9	3,6	1,7
Lisboa	1,0	1,2	1,0	0,9	0,7	1,4	2,4	1,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,5	0,6	1,0	5,7	3,8	1,9	1,4
Portalegre	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,8	0,8	0,5	0,1	0,0	0,0	0,2	0,3	0,3	2,4	1,3	0,5	0,3
Porto	7,1	7,4	3,6	6,6	8,2	2,9	6,8	6,4	3,0	1,5	1,3	0,6	3,2	3,0	2,0	6,6	4,0	0,9	0,8
Santarem	0,3	0,8	0,6	0,6	1,9	0,8	1,9	1,7	1,1	0,3	0,2	0,2	0,7	1,6	2,2	8,2	4,7	1,7	1,2
Setubal	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,3	0,5	4,6	3,0	1,1	1,4
Viana	4,8	5,0	3,8	6,7	10,2	2,1	7,5	1,0	3,3	1,8	1,6	0,9	4,9	5,6	5,6	21,6	7,7	2,9	2,3
Vila Real	9,6	11,5	5,3	10,0	23,5	6,2	9,5	7,3	4,2	2,5	1,7	0,8	5,1	5,5	4,8	11,4	9,0	3,8	2,4
Viseu	8,0	9,0	5,6	11,7	21,2	4,7	12,4	8,5	5,7	4,1	2,7	1,3	7,3	6,9	4,6	8,0	9,2	2,0	1,5
Açores	14,9	13,7	19,2	29,4	28,6	15,4	16,5	2,8	2,5	0,9	1,0	0,8	2,6	6,9	15,5	23,8	35,9	28,5	13,5
Madeira	16,9	11,3	5,6	16,1	16,1	8,0	16,2	5,7	4,3	3,5	6,3	7,3	14,8	18,1	16,5	13,0	9,7	10,2	1,9
Portugal	5,2	5,9	4,0	6,7	11,2	3,5	7,1	4,9	2,8	1,5	1,3	0,9	3,4	3,8	3,7	10,2	7,0	2,8	1,7

Quadro 16

Taxa Bruta de Emigração (Homens)																			
TBE (H)	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	15,8	20,4	13,9	23,3	31,5	6,0	28,9	20,2	10,6	5,4	5,0	3,4	11,8	10,1	5,7	13,5	9,7	3,2	3,4
Beja	1,0	1,5	0,3	0,6	2,9	0,3	0,4	0,6	0,3	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3	5,9	14,6	1,5	0,8
Braga	9,9	10,1	6,7	12,6	18,1	3,5	12,6	10,7	5,0	2,3	1,7	0,8	5,1	5,2	5,1	21,0	11,4	1,8	1,2
Bragança	6,0	7,6	3,8	8,5	39,3	4,7	8,2	10,0	4,5	2,8	3,2	1,7	9,3	8,6	8,0	21,0	10,6	1,7	1,5
Castelo Branco	0,4	0,9	1,0	1,4	4,0	1,2	3,7	3,0	1,6	0,5	0,3	0,4	1,2	2,3	3,8	26,3	7,9	1,7	1,0
Coimbra	11,5	17,7	10,3	16,8	27,2	4,4	16,5	14,1	6,7	2,8	2,1	1,5	6,1	4,3	2,7	8,4	7,5	2,3	1,5
Evora	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	2,9	4,5	0,6	0,4
Faro	1,1	1,1	1,1	1,8	6,4	1,7	7,2	6,3	4,8	1,6	1,0	0,9	3,0	2,8	3,1	14,9	12,5	1,4	0,9
Guarda	5,3	8,0	5,6	12,4	28,6	8,0	16,1	12,7	8,1	3,5	2,9	2,1	8,4	8,3	7,3	31,4	10,2	3,0	1,8
Leiria	5,2	9,6	4,6	7,0	22,6	3,2	8,4	10,4	6,5	1,4	1,1	0,7	3,4	4,4	6,7	25,2	14,3	3,7	1,9
Lisboa	1,3	1,6	1,4	1,2	1,0	1,7	3,2	1,6	0,4	0,2	0,1	0,1	0,6	0,6	1,1	6,9	5,1	2,1	1,9
Portalegre	0,5	0,5	0,4	0,2	0,4	0,6	1,2	1,2	0,6	0,1	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	2,9	1,9	0,6	0,3
Porto	12,4	12,3	6,3	12,0	14,7	3,8	11,5	10,9	5,0	2,0	2,0	1,0	4,9	3,9	2,3	8,5	5,4	1,0	1,0
Santarem	0,5	1,2	1,0	1,0	3,1	1,1	3,3	2,9	2,0	0,4	0,3	0,3	1,0	2,3	3,5	10,7	5,8	1,7	1,6
Setubal	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,3	0,5	5,5	3,6	1,2	2,0
Viana	9,6	10,0	7,7	14,4	20,9	3,5	15,5	1,7	6,2	3,1	2,9	1,6	9,1	9,3	9,0	34,2	9,8	3,3	2,6
Vila Real	17,0	15,7	7,2	15,1	31,2	5,4	12,8	10,0	5,9	2,8	2,1	1,1	6,6	6,1	5,2	15,5	12,6	4,4	2,8
Viseu	13,7	14,9	9,6	21,9	34,0	5,1	20,8	13,9	9,1	5,5	3,9	1,9	10,5	8,2	5,2	11,4	13,3	2,6	1,9
Açores	16,5	14,8	21,7	34,5	33,5	15,3	20,1	3,7	3,8	0,9	1,2	1,0	3,2	9,5	16,3	23,9	38,1	28,3	13,1
Madeira	21,0	13,1	7,2	21,1	21,3	9,8	22,2	8,3	7,0	5,4	8,2	13,2	21,5	27,5	19,3	12,4	9,7	9,5	1,9
Portugal	8,1	9,0	6,0	10,7	16,8	4,1	11,2	7,8	4,4	2,0	1,8	1,3	4,8	4,9	4,4	13,3	9,1	3,0	2,0

Quadro 17

Taxa Bruta de Emigração (Mulheres)																			
TBE (M)	1890	1895	1900	1906	1911	1916	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1981
Aveiro	2,5	3,5	1,8	2,6	4,6	2,2	3,4	3,2	2,3	2,1	1,4	1,0	3,8	4,6	4,5	8,4	6,2	2,9	2,7
Beja	0,8	1,1	0,2	0,3	2,8	0,2	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	2,8	3,3	0,7	0,2
Braga	1,1	1,0	0,9	1,6	2,6	1,6	2,1	1,9	1,2	0,8	0,4	0,2	1,2	2,0	2,4	9,0	4,9	1,5	0,9
Bragança	2,6	4,4	2,0	4,4	34,4	6,3	6,8	7,9	4,3	2,4	2,5	1,1	7,7	8,3	7,6	9,8	5,9	1,0	0,8
Castelo Branco	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,7	1,0	0,7	0,5	0,3	0,2	0,1	0,6	1,0	1,8	13,4	4,6	1,4	0,8
Coimbra	2,1	4,0	2,0	2,1	5,7	2,3	3,0	2,8	1,4	1,3	0,8	0,5	2,5	2,8	2,1	3,4	3,5	1,9	0,9
Evora	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	1,5	1,1	0,4	0,1
Faro	0,5	0,5	0,3	0,4	1,0	0,8	1,5	1,2	1,9	0,8	0,4	0,5	2,3	1,6	2,3	8,7	5,5	1,0	0,6
Guarda	1,5	2,6	1,3	2,6	11,4	6,4	6,3	4,2	2,8	2,4	1,7	1,3	5,4	6,8	5,5	19,2	5,9	2,2	1,7
Leiria	1,0	1,7	0,8	0,8	5,2	1,3	2,0	1,7	1,0	0,8	0,5	0,3	1,9	2,2	2,8	13,0	10,1	3,6	1,5
Lisboa	0,7	0,9	0,6	0,6	0,5	1,1	1,7	1,0	0,2	0,2	0,1	0,1	0,4	0,5	1,0	4,7	2,9	1,7	0,9
Portalegre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,3	0,3	2,0	0,8	0,3	0,2
Porto	2,6	3,2	1,3	2,0	2,6	2,1	2,9	2,5	1,3	1,0	0,7	0,3	1,7	2,3	1,8	5,0	2,8	0,8	0,6
Santarem	0,1	0,3	0,2	0,2	0,7	0,5	0,5	0,5	0,2	0,2	0,2	0,1	0,5	1,0	1,0	6,0	3,9	1,8	0,8
Setubal	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,4	3,8	2,6	1,0	0,8
Viana	1,3	1,4	1,0	1,0	2,3	1,0	1,7	0,4	0,9	0,7	0,5	0,3	1,6	2,8	2,9	12,0	6,1	2,6	2,1
Vila Real	3,0	7,6	3,4	5,3	16,8	6,8	6,5	4,8	2,7	2,2	1,3	0,6	3,8	5,1	4,5	7,8	6,1	3,3	2,1
Viseu	3,3	4,2	2,3	3,4	11,2	4,4	5,8	4,2	3,0	2,9	1,6	0,8	4,7	5,8	4,1	5,3	6,1	1,6	1,1
Açores	13,5	12,7	17,1	25,2	24,6	15,5	13,0	2,0	1,3	0,8	0,7	0,6	1,9	4,4	14,8	24,1	35,5	28,8	13,2
Madeira	13,3	9,6	4,2	11,5	11,4	6,5	10,9	3,3	2,0	1,7	4,5	2,0	9,0	10,1	14,2	13,7	10,0	10,5	1,9
Portugal	2,6	3,1	2,1	3,1	6,2	3,0	3,5	2,3	1,3	1,0	0,8	0,4	2,2	2,7	3,1	7,7	5,4	2,6	1,4

Quadro 18

Taxa do Saldo Migratório Intercensitário									
TSM	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro		-6,5	-5,4	-8,3	-2,8	-4,2	-2,8	-8,1	2,4
Beja		-3,4	0,8	-7,3	3,1	-0,3	-5,7	-15,0	-10,0
Braga		-4,5	-4,9	-8,7	-5,2	0,2	-4,6	-11,8	-0,4
Bragança		-6,8	-8,0	-19,2	-4,8	-0,1	-6,5	-14,1	-3,2
Castelo Branco		-5,2	-4,0	-9,8	-6,6	0,7	-6,1	-13,9	-9,0
Coimbra		-7,0	-3,6	-9,1	-6,8	1,0	-2,5	-9,9	3,6
Evora		-1,4	1,8	-5,9	-1,0	2,0	-4,1	-9,2	-2,5
Faro		-1,8	-9,0	-13,6	-4,3	-2,1	-4,9	-10,7	15,9
Guarda		-4,2	-8,0	-12,9	-11,7	0,2	-8,4	-20,3	-3,5
Leiria		-2,5	-4,8	-4,9	-6,9	0,8	-2,6	-10,7	4,7
Lisboa		8,6	9,2	7,1	15,0	12,9	12,5	6,5	19,3
Portalegre		3,5	-1,1	-4,5	-5,0	0,9	-3,4	-14,1	-2,5
Porto		-0,9	-0,1	-2,9	0,2	3,8	0,1	-4,0	4,9
Santarem		-2,3	-1,8	-5,8	-2,8	0,1	-2,5	-9,7	2,4
Setubal		9,9	5,7	1,6	6,8	2,9	8,9	5,0	23,1
Viana		-4,6	-3,9	-7,1	-10,6	-0,6	-4,7	-13,9	-4,3
Vila Real		-6,7	-8,7	-9,7	-5,5	0,2	-4,4	-14,8	-8,8
Viseu		-6,9	-8,6	-11,3	-5,8	-6,3	-7,4	-16,2	-4,6
Açores		-8,3	-14,6	-11,9	0,6	0,6	-2,5	-14,9	-26,6
Madeira		-5,9	-5,5	-7,3	-1,6	-2,4	-7,6	-18,5	-12,5
Portugal		-2,7	-3,1	-6,3	-1,3	1,7	-1,1	-8,1	4,7

Quadro 19

Taxa do Saldo Migratório Intercensitário (Homens)									
TSM (H)	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	-9,6	-9,6	-10,9	-6,4	-2,6	-4,5	-9,3	-16,9	5,2
Beja	-5,2	1,1	-8,5	4,1	-1,0	-6,8	-17,5	-38,1	-7,3
Braga	-6,1	-6,4	-13,0	-4,6	-2,3	-5,8	-14,2	-24,9	0,9
Bragança	-7,5	-9,7	-21,2	-4,7	0,7	-7,5	-15,9	-43,4	0,8
Castelo Branco	-7,4	-5,9	-11,8	-4,6	-1,7	-6,7	-17,2	-32,1	-5,1
Coimbra	-10,4	-7,0	-11,1	-2,5	-3,8	-4,2	-10,1	-20,7	7,8
Evora	0,3	1,0	-6,5	1,9	0,0	-4,8	-11,3	-32,3	3,4
Faro	-3,3	-11,6	-13,3	-3,5	-3,7	-5,3	-11,6	-22,6	22,0
Guarda	-7,0	-11,0	-15,8	-8,0	-2,5	-9,3	-24,4	-41,3	2,4
Leiria	-4,9	-8,4	-4,6	-3,2	-2,5	-3,7	-10,4	-21,5	7,9
Lisboa	9,0	8,1	7,1	14,9	13,2	10,5	7,4	-3,1	23,8
Portalegre	2,7	-2,0	-5,9	0,6	-2,6	-4,9	-16,6	-35,1	3,6
Porto	-3,0	-2,8	-4,8	0,0	2,3	-1,5	-5,7	-13,3	7,6
Santarem	-3,4	-0,9	-9,1	-0,9	-1,4	-3,8	-9,0	-21,2	9,8
Setubal	13,8	5,8	-0,3	7,1	2,2	8,9	3,9	8,0	25,9
Viana	-6,2	-7,7	-11,1	-9,7	-5,2	-8,3	-18,3	-26,9	-3,6
Vila Real	-6,4	-12,3	-9,3	-6,7	0,6	-4,7	-16,7	-40,7	-4,3
Viseu	-9,7	-11,7	-13,9	-8,2	-4,6	-9,4	-18,3	-34,5	-0,9
Açores	-9,7	-17,1	-11,3	-0,5	2,3	-3,5	-15,9	-35,7	-18,6
Madeira	-6,0	-8,4	-9,6	-2,9	-2,5	-12,5	-23,3	-31,4	-6,7
Portugal	-3,9	-5,1	-7,9	-0,5	0,7	-2,6	-9,4	-20,3	8,7

Quadro 20

Taxa do Saldo Migratório Intercensitário (Mulheres)									
TSM (M)	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	-3,0	-2,8	-5,7	-3,6	-2,7	-2,4	-5,6	-10,9	2,1
Beja	-1,1	-0,6	-6,4	2,1	-0,1	-5,8	-15,8	-34,4	-12,1
Braga	-2,7	-3,6	-5,8	-4,5	0,1	-3,6	-9,3	-17,5	1,2
Bragança	-4,9	-6,8	-17,1	-7,0	0,5	-6,4	-14,2	-36,2	-4,7
Castelo Branco	-2,8	-3,6	-8,2	-4,0	-2,7	-5,2	-12,1	-27,5	-8,7
Coimbra	-1,9	-1,7	-7,1	-1,6	-1,7	-2,1	-7,0	-16,0	5,5
Evora	0,8	1,4	-6,8	1,5	0,1	-3,8	-9,7	-24,9	-2,4
Faro	-0,7	-7,4	-13,4	0,2	-5,1	-4,7	-10,0	-19,5	16,6
Guarda	-2,6	-5,4	-10,8	-6,6	-4,0	-8,8	-19,0	-33,9	-4,1
Leiria	-1,2	-4,4	-2,8	-4,2	-1,5	-2,9	-10,0	-16,7	4,6
Lisboa	11,4	9,3	6,7	15,0	14,8	12,2	7,8	4,4	19,3
Portalegre	5,4	-0,9	-5,1	-4,6	0,0	-2,9	-13,6	-28,8	-2,5
Porto	1,7	2,1	-2,3	2,5	3,5	1,9	-2,6	-7,5	5,3
Santarem	-1,2	-0,2	-7,5	-2,5	-0,6	-2,6	-7,3	-15,1	2,4
Setubal	11,3	2,1	3,9	6,5	1,9	8,8	6,3	13,5	22,6
Viana	-1,0	-2,0	-4,0	-2,4	-4,1	-3,6	-9,0	-18,3	-4,9
Vila Real	-4,5	-6,7	-9,5	-6,4	-0,3	-4,1	-13,4	-33,5	-8,9
Viseu	-4,7	-5,2	-9,7	-5,8	-5,2	-7,3	-13,7	-26,5	-4,2
Açores	-7,5	-12,6	-11,7	0,0	-0,1	-2,0	-13,0	-31,0	-25,4
Madeira	-5,4	-3,4	-6,6	0,0	-1,1	-5,8	-13,2	-24,1	-6,3
Portugal	-0,5	-1,8	-5,3	0,1	1,2	-0,7	-6,3	-14,0	5,1

Quadro 21

Taxa Bruta de Emigração Intercensitária									
TBE	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	9,9	11,0	10,4	10,9	3,5	2,6	7,2	8,3	4,5
Beja	0,7	0,9	0,8	0,3	0,1	0,1	0,2	3,7	3,1
Braga	4,9	5,9	6,0	5,7	1,5	0,8	3,7	10,6	3,0
Bragança	4,4	9,7	17,2	9,0	2,8	1,9	9,5	11,8	3,2
Castelo Branco	0,5	0,7	1,9	1,8	0,4	0,3	1,7	12,1	2,5
Coimbra	8,5	8,5	8,7	7,5	1,8	1,3	3,7	4,8	3,1
Evora	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,0	0,2	1,4	1,4
Faro	0,7	1,3	2,5	4,3	1,4	1,0	2,3	8,9	2,4
Guarda	4,4	7,1	13,3	7,7	2,7	2,1	7,9	15,3	3,6
Leiria	4,3	4,6	6,3	6,0	1,1	0,6	3,7	13,5	5,8
Lisboa	1,1	0,8	1,6	1,3	0,2	0,1	0,6	4,0	2,4
Portalegre	0,3	0,2	0,4	0,8	0,1	0,0	0,3	1,5	0,8
Porto	6,5	5,6	5,7	6,1	1,5	0,9	3,2	4,7	1,8
Santarem	0,6	0,7	1,4	1,8	0,3	0,2	1,6	5,8	2,7
Setubal	0,3	0,2	0,3	0,3	0,0	0,1	0,4	3,0	2,0
Viana	4,9	6,1	5,9	4,3	1,9	1,2	5,8	14,1	4,0
Vila Real	9,0	10,8	12,8	7,6	2,2	1,2	6,0	8,9	5,1
Viseu	8,0	10,7	12,4	9,6	3,6	2,0	7,4	7,5	4,0
Açores	13,4	23,9	18,3	5,4	1,1	1,0	8,3	24,5	26,6
Madeira	10,9	11,5	12,7	7,3	4,9	6,2	18,1	13,1	8,9
Portugal	5,2	6,2	6,9	5,2	1,5	1,1	4,0	7,8	3,7

Quadro 22

Taxa Bruta de Emigração Intercensitária (Homens)									
TBE (H)	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	18,5	21,4	19,1	20,9	5,5	4,1	10,0	10,2	5,3
Beja	0,8	1,0	0,9	0,5	0,1	0,1	0,3	5,7	4,7
Braga	9,6	11,3	10,5	10,3	2,3	1,2	5,7	15,1	3,9
Bragança	5,8	11,8	17,3	10,2	3,0	2,0	10,0	15,0	4,4
Castelo Branco	0,8	1,3	3,1	3,0	0,5	0,4	2,3	16,2	3,2
Coimbra	15,1	16,1	14,9	13,4	2,6	1,9	4,9	6,8	3,9
Evora	0,3	0,2	0,4	0,3	0,1	0,0	0,2	2,0	2,2
Faro	1,0	2,3	3,9	7,3	1,8	1,2	2,9	11,6	3,0
Guarda	7,0	11,9	18,2	12,0	3,4	2,5	9,2	19,2	4,5
Leiria	7,4	8,4	10,3	10,6	1,4	0,8	4,9	17,9	6,3
Lisboa	1,5	1,0	2,0	1,6	0,2	0,2	0,7	4,7	3,1
Portalegre	0,4	0,2	0,7	1,2	0,2	0,0	0,3	1,8	1,2
Porto	11,2	10,1	8,9	10,6	2,1	1,3	4,2	6,0	2,4
Santarem	1,0	1,2	2,3	3,2	0,4	0,3	2,2	7,7	3,2
Setubal	0,3	0,2	0,4	0,4	0,0	0,1	0,3	3,4	2,7
Viana	9,8	12,7	11,5	8,6	3,3	2,2	9,9	21,4	4,8
Vila Real	13,4	15,6	15,2	10,9	2,7	1,4	7,0	11,6	6,5
Viseu	13,6	19,1	18,5	16,0	5,1	2,7	9,3	10,2	5,5
Açores	14,5	28,3	20,1	7,3	1,3	1,3	9,9	24,7	26,7
Madeira	13,1	15,2	16,6	10,8	7,3	10,3	25,4	13,7	8,8
Portugal	8,1	9,8	9,8	8,4	2,0	1,5	5,2	9,9	4,5

Quadro 23

Taxa Bruta de Emigração Intercensitária (Mulheres)									
TBE (M)	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81
Aveiro	3,0	2,5	3,5	3,1	1,8	1,3	4,8	6,8	3,9
Beja	0,6	0,9	0,7	0,2	0,0	0,0	0,2	2,0	1,6
Braga	1,0	1,4	2,2	1,8	0,8	0,4	2,0	6,8	2,1
Bragança	3,1	7,7	17,1	7,8	2,5	1,7	9,2	9,2	2,3
Castelo Branco	0,1	0,1	0,8	0,7	0,3	0,2	1,1	9,0	1,9
Coimbra	3,2	2,5	4,1	2,5	1,1	0,8	2,8	3,2	2,4
Evora	0,1	0,1	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	1,0	0,6
Faro	0,4	0,4	1,1	1,5	0,9	0,9	1,9	6,5	1,8
Guarda	2,1	2,9	9,3	3,9	2,0	1,8	6,9	12,6	2,9
Leiria	1,4	1,3	2,8	1,7	0,7	0,4	2,6	9,7	5,5
Lisboa	0,7	0,5	1,1	0,9	0,2	0,1	0,6	3,3	1,8
Portalegre	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	1,2	0,4
Porto	2,5	1,8	2,9	2,2	0,9	0,6	2,2	3,7	1,3
Santarem	0,2	0,2	0,6	0,5	0,2	0,1	1,0	4,2	2,3
Setubal	0,2	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	0,4	2,6	1,5
Viana	1,3	1,2	1,7	1,0	0,7	0,5	2,7	8,6	3,3
Vila Real	5,1	6,4	10,6	4,7	1,9	1,0	5,2	6,6	4,0
Viseu	3,5	3,9	7,7	4,6	2,4	1,4	5,8	5,4	2,9
Açores	12,6	20,3	16,8	3,5	0,9	0,8	6,8	24,8	26,5
Madeira	8,8	8,1	9,2	4,1	2,7	2,4	12,0	12,8	8,8
Portugal	2,7	3,0	4,4	2,3	1,0	0,7	2,9	6,1	3,1